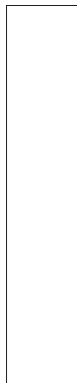


MESTRADO INTEGRADO
ARQUITECTURA

**Entre a caverna e o paraíso.
(Re)pensar a cidade, o projecto e o
ensino.**

Nuno Silva Oliveira

M
2017



Resumo

A relação da arquitectura com a sociedade é anacrónica, recíproca e mutuamente edificante, como tal está sujeita a uma permanente reinterpretação e actualização, tanto do ponto de vista material como imaterial.

Esta dissertação objectiva-se a (re)pensar a cidade, o projecto e o ensino, através do estudo desta relação e perante os actuais desequilíbrios socioeconómicos e o impacto ambiental destrutivo dos processos de produção vigentes. A partir de um pensamento crítico realiza-se um levantamento de contributos relevantes vindos tanto da sociedade civil, da prática profissional e do ensino, onde tais processos se afigurem mais inclusivos e responsáveis.

Ao longo da investigação, estudaram-se casos de comunidades marginais e acções subversivas, assim como de movimentos históricos e tendências recentes que apresentem discursos ou práticas de relevo no sentido da capacitação e participação do cidadão nos processos de projecto e planeamento, assim como a instrumentalização do projecto e do planeamento urbano como ferramenta política agregadora impulsionadora de desenvolvimento social.

Procura-se então mais do que uma proposta definitiva ou uma conclusão encerrada, construir uma narrativa que evoque possíveis caminhos a seguir na construção de uma sociedade melhor.

Abstract

Architecture's relation with society is anachronistic, reciprocal and mutually constructive and, as such, it is prone to a continuous reinterpretation and update, both materially and immaterially.

This dissertation intends to (re)think the city, design and education, through the study of architecture's relation with society with regard to current socio-economic imbalances and the destructive environmental impact of established modes of production. To do so, relevant contributions from civil society, professional practice and its teaching, in which modes of production are more inclusive and responsible, were collected.

Throughout the investigation, marginal communities and subversive actions were studied, as were historical movements and recent tendencies that present discourses or practices that are relevant to the empowerment and participation of citizens in design and planning processes. Moreover, the instrumentalization of design as an aggregating political tool for social development was examined.

More than a definite proposal or an enclosed conclusion, here a narrative is presented that tries to show the possible paths to follow in the pursuit of a better society.

Entre a Caverna e o Paraíso

(re)pensar a cidade, o projecto e o ensino

Nuno André Silva Oliveira

Orientador: Manuel Mendes

Dissertação de Mestrado em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

2017

Agradecimentos

Aos meus pais e irmão que sempre me acompanharam e apoiaram incondicionalmente em todos os momentos da minha vida.

À Rita pelo seu apoio e motivação imprescindíveis.

Ao Tito, ao Sarnadas e a todos os meus amigos da Favela Discos pela entreada, companheirismo e pela descoberta constante.

Ao Afonso e ao Avelelas pelas infindáveis conversas que partilhamos ao longo do curso.

À Isa pelo acolhimento quase familiar que me deu em Breda, pelas conversas, os jogos e pelas diferentes perspectivas da vida e do mundo que me transmitiu.

Ao professor Manuel Mendes pela orientação, paciência, disponibilidade e pela marca incontornável que deixa no meu percurso académico e na minha forma de pensar a arquitectura.

Ao Porto, pela sua vivência e pelas suas gentes.

O texto da dissertação não foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico, por opção do autor.

A impressão foi feita em papel reciclado Renovaprint 100g.

Índice

Introdução	Enquadramento Pessoal	13
	Enquadramento Metodológico	15
Situações Marginais	1. Comunidades Marginais	
	1.1. Urbanismo Informal	20
	1.2. Comunidades Espontâneas	24
	1.2.1. Ilhas do Porto	27
	1.2.2. Centro Comercial Stop	31
	1.2.3. Quinta Musas da Fontinha	37
	1.3. Comunidades Intencionais	40
	1.3.1. Drop City	41
	1.3.2. Christiania	44
	1.3.3. Ecovilas	56
	2. Acções Subversivas	
	2.1. Activismo e Acção Directa	60
	2.2. Movimento Ocupa	65
	2.2.1. <i>Squatting</i> Baseado em Privação	68
	2.2.2. <i>Squatting</i> como Estratégia de Habitação Alternativa	70
	2.2.3. <i>Squatting</i> Baseado em Empreendedorismo	72
	2.2.4. <i>Squatting</i> Conservacionista	74
	2.2.5. <i>Squatting</i> Político	77
Operações Inclusivas	3. Projecto Participatório	
	3.1. Organização Comunitária	83
	3.2. Centros de Projecto Comunitário	85
	3.3. Tipos de Participação	89
	3.4. Linguagem Padrão	99
	4. Arquitectura Open Source	
	4.1. Movimento Free Software e Open Source Initiative	102
	4.2. Transposição das ideias Open Source para a Arquitectura	105
	4.2.1. Abordagem Grassroots	108
	4.2.2. Abordagem Guiada por Informação	113
	4.2.3. Abordagem de Agência Maquinal	116
	4.3. Urbanismo Peer-to-Peer	119
	5. Auto-Fornecimento	
	5.1. Mercado Habitacional	124
	5.2. Habitação Auto-Fornecida	130
	5.3. Auto-Fornecimento em Grupo - caso do <i>Cohousing</i>	132
	5.4. Modelos de desenvolvimento	135
	5.4.1. <i>Cohousing</i> (contexto suburbano)	136
	5.4.2. Community Land Trust (contexto urbano)	138
	5.4.3. Zonas de Auto-construção (contexto rural)	140

6. Atelier d’Architecture Autogérée

6.1.	EcoBox	143
6.2.	Passage 56	144
6.3.	R-Urban	148

7. Recetas Urbanas

7.1.	MADo3	159
7.2.	Ocupações de Terrenos em Sevilha	161
7.3.	La Escuela Crece	163

8. Braak!

8.1.	Struyck Hergebruik	167
8.2.	STEK	171
8.3.	Belcrum Beach	176

Experiências Educativas

9. Ensino de Projecto de Intercâmbio

9.1.	Estúdios de Serviço Comunitário	184
9.2.	Estúdios <i>Design-Build</i>	190
9.3.	Estúdios <i>Live Project</i>	196

10. Community Development Group

10.1.	Edgemont	201
10.2.	Old Main	205
10.3.	Selma	205

11. Rural Studio

11.1.	Bryant “Hay Bale” House	212
11.2.	Supershed and Pods	216
11.3.	Goat House	219
11.4.	Hero’s Children Center	221
11.5.	Akron Boys and Girls Club	225
11.6.	20k Homes	227

12. Agency

12.1.	Rhizome / Eco Nomadic School	230
12.2.	Remote Control	232
12.3.	Cultural Agencies	236

Posicionamento Crítico

Arquitectura e Sociedade, percepções e idealizações	242
Considerações Finais	257

Bibliografia

Referências de Imagens

Anexos

Introdução

Enquadramento pessoal

A presente dissertação nasce de um confronto entre a minha experiência académica e a perspectiva de uma realidade profissional. Entre o conhecimento adquirido no contexto académico e aquele que adquiri através da minha percepção e experiência urbana pessoal. Onde naturalmente surgiu uma necessidade de fazer um balanço e reflexão sobre o aprendido.

Os exercícios de projecto desenrolam-se primordialmente no sentido de desenvolver no aluno capacidades de desenho, de composição formal, de raciocínio lógico e de apresentação. E apesar de haver um prévio estudo do lugar, a aprendizagem acaba por se processar sempre numa espécie de abstracção da verdadeira complexidade de um projecto real. Tal tem que ver com o facto de ter de se desenrolar num ambiente confortável e controlado para a transmissão dos valores básicos essenciais de projectação.

Contudo neste processo, os programas, locais e problemas de projecto que são apresentados ao aluno são relativamente arbitrários e constituem-se apenas como guias que homogeneizam a experiência do aluno, de forma a facilitar a avaliação e para a maximização da transmissão dos valores referidos, relegando a análise e a exploração de problemas reais e do contacto com a sociedade para um plano abstracto, secundário ou inexistente.

Penso que este distanciamento se deve a diversos factores que se prendem com o contexto formal académico e com a lógica de exercício. No entanto apesar de estes aspectos em si mesmos não serem problemáticos, o facto de não haver muitas possibilidades de experiências, no contexto académico, que contrariem e contrabalançam esta dinâmica, não contribui para que haja uma maior diversidade e riqueza na experiência educativa proporcionada. Acima de tudo contribui para que não haja uma real simulação ou exploração de muitas vertentes da actividade profissional.¹

Factores mais relacionados com o mercado de trabalho e com o que no exercício profissional está fora ou é mais tangente à actividade de projectação em si, como a procura por encomenda e o contacto com clientes com diversos níveis de instrução ou diferentes interesses, são factores essenciais completamente ignorados no ensino. O contacto e exploração de diferentes colaborações interdisciplinares, ou de diferentes formas de pensar os processos relacionados com a actividade não são encorajados. Em suma, senti através da minha experiência que o ensino de projecto capacita mais o aluno como arquitecto produtor de formas, autor individualizado, do que como arquitecto estratega de processos.²

¹ “...a nova escola não pode continuar a fabricação de diploma dos que colecionam cadeiras as mais díspares (que não são ensinados a conjugar), que se limitam a tentar, “sem rede”, meia dúzia de ensaios de projecto, mas sem chegar nunca a calcular os seus custos os seus elementos construtivos. Isto é, após cinco anos de tirar cadeiras, temos generalistas que não chegam a aprofundar nenhuma das vertentes profissionais possíveis.” PORTAS, Nuno - *Arquitectura(s), História e Crítica, Ensino e Profissão*, Faup Publicações, 2005, p.430

² “O arquitecto é um estratega de processos. Não estou a dizer que não é um inventor de formas, que não é importante que haja arquitectos inventores de forma, e que não seja importante traduzir em formas o que sejam essas estratégias. Mas estou numa escola que cada vez mais vive a euforia da forma, e cada vez menos vive a euforia do processo ou, se quiserem, burocratiza o processo.” in MENDES, Manuel - *Despertadores de Projecto e Conhecimento. Intersecções de Perspectivas*, 2012, 11.36

A minha experiência académica está também intimamente relacionada com a cidade do Porto, onde vim morar desde que comecei a estudar, tendo conhecido a cidade praticamente de raiz ao mesmo tempo que estudava arquitectura. Desde então tive a oportunidade de contactar em primeira mão com fenómenos urbanos característicos do Porto, interessando-me principalmente pelos que albergam ou constituem comunidades que alcançam de uma forma humana e resiliente aquilo que a prática espacial instituída muitas vezes exclui ou impossibilita. Foram importantes neste sentido, o contacto com as ilhas do Porto, primeiro através de trabalhos para a faculdade, mais tarde inclusive através de amigos que para lá foram morar, o contacto com a comunidade musical do Centro Comercial Stop, onde já ensaiei em várias salas que arrendei conjuntamente, ou até mais recentemente a Quinta Musas da Fontinha, que tive a oportunidade de visitar graças a um amigo meu que se mudou para o quarteirão que a suporta.

Entre o final de 2015 e Maio de 2016 visitei também, em diversas ocasiões, várias cidades holandesas, principalmente a cidade de Breda, mas também Amsterdão, Roterdão, Haia entre outras. Durante esse período tive a oportunidade de observar e experienciar uma outra cultura e outras formas de pensar a cidade e de a viver. Mas foi acima de tudo o contacto com a comunidade criativa em Haveneiland, em Breda, mais precisamente o STEK iniciado pela fundação Braak!, que me levaram a questionar diferentes formas de revitalização urbana, em que os cidadãos participam activamente na construção e desenvolvimento de projectos urbanos de forma colaborativa e aberta a todos, através de economias primordialmente não-monetárias mas em que há um enquadramento legal e apoio das autoridades nesse sentido. Estas formas de produção urbana algo “anómalas”, quer pelos aspectos negativos quer pelos aspectos positivos, são muitas vezes ignoradas ou negadas de forma preconceituosa e sempre me intrigaram e me pareceram locais interessantes para experimentar ou observar outras abordagens.

Diferentes formas de produção de espaço, a impotência e constrangimentos que um cidadão pode ter para construir ou para que possa efectivar mudanças no seu ambiente construído, da esfera doméstica/pessoal à esfera pública, aliados à preplexidade que se gerou em mim perante os problemas sociais e ambientais gritantes que decorrem dos actuais processos de produção urbana, motivaram o estudo que levou à elaboração deste trabalho.

À imagem da condição vigilante que Jacques Derrida apela em *Espectros de Marx*, é necessário um pensamento crítico constante, que deve partir da releitura dos textos filosóficos e literários capitais e da vontade de pôr em crise as dicotomias dominantes através do qual o poder se instituiu.³ Neste sentido procurei através do estudo de diferentes obras literárias e formas de fazer cidade, de a viver e sobretudo de a pensar não só como objecto mas como processo, construir um corpo ideológico e uma condição de intervenção e reflexão em que possa ser útil ao outro enquanto arquitecto, incorrendo numa busca por discursos críticos e práticas que partilhassem dos mesmos interesses e preocupações, em favor da capacitação do outro e de um desenvolvimento colaborativo e sustentável.

³ MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - *Arquitectura y Política: Ensaíos para mundos alternativos*, Gilberto Gili, 2014, p.232

o.2. Enquadramento metodológico

Para abordar um tema tão complexo como a relação entre a arquitectura e a sociedade, o papel do arquitecto e do cidadão para que essa relação seja mais positiva, libertadora e impulsionadora de progresso social, decidi que o teria de fazer sem pretensões de originalidade³, suportar a minha investigação e construção de conhecimento a partir de um levantamento de casos e de literatura relevantes. Procurei então enquadrar o meu estudo num espectro que vai desde os contributos vindos da sociedade civil, passando pelos contributos vindos de profissionais até a reproduções no ensino. O estudo processou-se através da minha experiência empírica mas sobretudo através de uma leitura intensiva, e um processo de escrita e edição continuado, que procurou interligar fragmentos de discursos e casos que embora contíguos eram relativamente específicos e heterogéneos, por isso estruturei o trabalho em três áreas de estudo que compreendem o espectro supracitado e denominei-as respectivamente de “situações marginais”, “operações inclusivas” e “experiências educativas”.

Enquadrei como *Situações Marginais* os casos em que devido à sua exclusão, intencional, forçada ou ocasional, ou devido ao seu estatuto legal, se denote um distanciamento em relação à cultura dominante. Situações urbanas geradas por acções individuais ou colectivas, espontâneas ou organizadas, pontuais ou continuadas, que pela sua natureza marginal ou pela sua resiliência, evidenciam uma espécie de oposição ou crítica directa ou indirecta em relação à produção espacial dominante. Procuro então evidenciar os valores dos esforços que tais situações denotam, assim como evidenciar o poder e vontade da sociedade civil na produção do espaço da cidade, mesmo em condições adversas.

Como *Operações Inclusivas* incluí movimentos históricos, tendências recentes, discursos e projectos vindos da prática urbanística e arquitectónica que ambicionem ou demonstrem intervenções que valorizem e capacitem o utilizador na produção urbana e no desenvolvimento social, envolvendo-o no processo de projecto e do planeamento urbano, desmitificando o papel do arquitecto e evocando possíveis estratégias de intervenção menos centralizadas e hierarquizadas.

Como *Experiências Educativas* procurei incluir casos de programas académicos históricos e recentes que primam ou primaram pelo serviço comunitário ou pela reprodução da prática profissional de projecto e que evidenciem uma maior interacção das instituições académicas com o território e com a sociedade que servem, valorizando uma experiência do ensino mais colaborativa e holística.

Para terminar o trabalho construo um posicionamento crítico em que procuro primeiramente sintetizar e sustentar a percepção e idealização da relação entre a arquitectura e a sociedade ao longo da história e caminhos a seguir.

³ “Partir com a obsessão da originalidade é um processo inculto e primário.” in SIZA, Alvaro - *Imaginar a Evidência*. Edições 70, Lisboa, 1998, p.145

*“Aqui, na nova cidade,
o tédio está prenho de desejos,
frenezins frustrados, possibilidades por realizar.
Uma vida magnífica espera
mesmo ao virar da esquina
e ao longe, muito longe.”*

Henri Lefebvre *

O texto da dissertação não foi escrito ao abrigo do novo
acordo ortográfico, por opção do autor.
A impressão foi feita em papel reciclado Renovaprint 100g.

* epígrafe do livro BORDEN, Iain; KERR, Joe; RENDELL, Jane; PIVARO, Alicia (editores) - *The Unknown City, contesting architecture and social space*. MIT Press, Cambridge, 2000,

Situações

Marginais

1. Comunidades Marginais

Fig. 1 - Assentamento informal de Khayelitsha perto de Cape Town.



1.1. Urbanismo Informal

O urbanismo informal tem beneficiado de um renovado interesse tanto na arquitectura *mainstream* como nos estudos urbanos, geográficos e na literatura crítica. Camillo Boano aponta que “a informalidade, ou aquilo que existe fora do sistema jurídico-legal formal, tem sido visto à luz de uma miríade de perspectivas desde a sua emergência no início dos anos setenta com os trabalhos de Keith Hart.” Segundo Ananya Roy pode ser entendida como um “estado de excepção ou ambiguidade” ou como “um modo de produção de espaço definido pela lógica da desregulação territorial” quer seja como um sintoma da economia neoliberal ou como uma estratégia de sobrevivência. C. Balmond considera uma “dinâmica libertadora de energias” dentro de uma paisagem urbana, que se pode manifestar quer sob a forma de bairros de lata ou de serviços urbanos auto-organizados, D. Fabricious, como “uma forma de evasão ou manipulação do poder” tradicionalmente associada com as populações urbanas pobres.¹

¹ BOANO, Camillo - Architecture must be defended: informality and the agency of space, in Open Security, 24 Abril 2013.

Camillo Boano considera que “nos últimos anos se tem testemunhado um regresso à informalidade e também ao *slum* com uma atitude renovada, enquadrando-se como um produto inevitável do capitalismo predatório global.” Dando como exemplo o facto das exposições “Design with the Other 90%: Cities exhibit na UN e Small Scale, Big Change no MoMA terem recebido tanta atenção da parte da indústria como do público em geral. Refere também o filme de Gary Hustwit “Urbanize”, o último empreendimento de curadoria do arquitecto Stefano Boeri sobre o tópico São Paulo Calling. Enquanto que observa que revistas de arquitectura renovaram também o interesse no tópico em edições demonstrativas como o nº143 e da Lotus International (2010) e o nº145 (2011), Harvard Design Magazine, Architectural Design de Maio em 2011 e no nº53 da Il Magazine dell’Architettura (2012).²

² ibidem.

V. Rao afirma que no caso do *slum* “capturam-se bem as espacialidades dos processos históricos exemplificados nas cidades contemporâneas.” Apoiando-se no importante livro *Planet of Slums* (2006) de Mike Davis e em *The Challenge of Slums* (2003) do UN-Habitat, Rao sugere uma transição de *slum* como população e território para o “*slum* como teoria”. Ananya Roy também suporta esta ideia ao salientar a existência de um “urbanismo subalterno” como forma de teorizar o *slum*. Com as megacidades a tornarem-se sinónimo de subdesenvolvimento, Roy reconhece a necessidade de se desenvolver uma narrativa alternativa e insurgente onde a resistência e informalidade se tornem símbolos de uma nova forma de esforço urbano.³

³ ibidem.

Camillo Boano, como director do laboratório urbano da UCL, relembra o trabalho pioneiro de John F. C. Turner, afirmando que foi um dos mais importantes na abertura da disciplina à importância da participação e informalidade. Turner foi um arquitecto britânico que dedicou tempo a trabalhar em assentamentos *squatter* no Peru de 1957 a 1965, enquanto trabalhava na Architectural Association e no Development Planning Unit da UCL. O seu trabalho abriu caminho para o debate subsequente acerca de políticas habitacionais, desenvolvimento comunitário e sobre o papel da arquitectura em territórios empobrecidos, no seu caso no hemisfério Sul (Global South). A tese central de Turner era a de que a habitação é fornecida e gerida de uma melhor forma pelos seus habitantes em vez de ser administrada centralmente pelo estado.⁴

⁴ ibidem.

No contexto da auto-construção e da auto-gestão de habitação e de bairros, Turner defendeu que o Hemisfério Norte tinha muito que aprender através das cidades do Hemisfério Sul, sobretudo na América Latina, que se desenvolviam rapidamente. Através de uma variedade de estudos empíricos, demonstrou que os bairros projectados com grupos locais funcionavam melhor pois as pessoas eram especialistas das suas próprias situações, e como tal deviam ter “liberdade para construir”. Se esta liberdade era garantida pelo estado ou retirada deste através do *squatting*, era uma questão de menor importância.⁵

Josep Maria Montaner e Zaida Muxi comentam que as teorias e acções de Turner influenciaram muito o pensamento favorável à auto-construção e do poder dos utilizadores, mas referem a também importante influência do trabalho do antropólogo Oscar Lewis. Lewis foi defensor dos bairros auto-construídos e publicou em 1959 o livro *An-*

⁵ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - Spatial Agency: Other ways of doing architecture, Routledge, 2011, p.202

tropologia da Pobreza. Referem também a importância do pensamento inerente nas propostas de Patrick Geddes para os *slums* da Índia, ainda no início do século xx. Guedes opôs-se à tábua rasa e à “haussmannização” nos processos de renovação urbana, propondo uma leitura atenta da realidade com o propósito de construir a partir desta, de melhorá-la de acordo com as suas próprias potencialidades e oportunidades.⁶

Foi a partir do discurso de Patrick Geddes que se desenvolveu um discurso crítico em que se valorizaram os momentos em que a partir de pensamentos anarquistas e de participação, foi valorizado o urbanismo informal e o que já existe, perante o domínio da moradia privada e pública produzida em série.⁷ A ideia central aqui patente é a de que o estado, assim como os profissionais privados, como os arquitectos e engenheiros, devem agir como facilitadores. Resultando numa viragem no pensamento que dá prioridade à experiência local sobre formas de conhecimento tecnocráticas ou profissionalizadas.⁸

Em *P2P Urbanism* (2010) Nikos Salingaros e seus colaboradores afirmam que existem características desejáveis existentes nos processos através dos quais as pessoas sempre construíram. Afirmando que desde a industrialização e acima de tudo no século XX esses processos foram continuamente ignorados e ainda hoje o são às custas de uma imagem de “falsa modernidade”. “Ao longo da história, a produção urbana à escala humana sempre foi projectada por pessoas para se encaixar nas suas dimensões corpóreas, para acomodar as suas movimentações quotidianas, alimentar o seu sistema sensorial e necessidade humana básica para socialização e interacção. Com a industrialização arquitectos e urbanistas voltaram as costas para estes mecanismos geométricos milenares para construir estruturas sociais e imporem ambientes construídos sem vida, em dimensões muito superiores à escala humana. Os módulos ergonómicos tradicionais foram esquecidos e o conhecimento de como construí-los perdido. Desde então, um gigantismo visualmente estéril tornou-se o objectivo de uma falsa modernidade urbana.”⁹

Nikos Salingaros et al enunciam uma distinção básica entre o tecido urbano orgânico como sendo uma extensão da biologia humana e a construção planeada que é uma visão artificial do mundo imposta pela mente humana na natureza. A primeira é cheia de vida mas pode ser pobre e pouco sanitária, enquanto que a última é muitas vezes limpa e eficiente mas estéril. Em contradição a esta aparente incompatibilidade, Salingaros et al chamam também a atenção para o que aconteceu um pouco por toda a América Latina, onde estas duas morfologias urbanas não se suplantaram mas chegaram antes a uma espécie de coexistência equilibrada. Esta distinção é apresentada através de uma aparente oposição entre os tecidos urbanos gerados pelos assentamentos informais e os que são gerados pela habitação social racionalista.¹⁰

A necessidade de conciliação que apontam nasce primeiramente do facto de ser nos assentos informais e habitação social que moram milhões das pessoas mais pobres do planeta. Como ponto de partida é importante notar que a habitação para populações pobres é tida como o nível mais baixo dos *ecossistemas* urbanos, diferentes forças da sociedade geram os dois tipos de sistemas urbanos.

⁶ MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - *Arquitectura y Política: Ensaio para mundos alternativos*, Gustavo Gili, 2014, p.182

⁷ Idem.

⁸ BOANO, Camillo op.cit.

⁹ SALINGAROS, Nikos - *P2P Urbanism, Draft version 3.0*, Creative Commons - attribution- share alike, 2010, p.6

¹⁰ Ibidem., p.60-61

Arquitectos como Christopher Alexander (2005), Hassan Fathy (1973), N. John Habraken (1972), John F. Turner (1976) entre outros, reconheceram esta competição e aparente incompatibilidade e propuseram uma acomodação dos dois sistemas.¹¹

A analogia inerente na utilização do termo “ecossistema urbano” explica e até certo ponto justifica a vigilância por parte dos governos para impedir os assentamentos informais de invadirem o resto das cidades. Pois se não são impedidos por lei e por intervenção directa, os *squatters* deslocam-se tanto para terrenos privados como públicos, alastrando-se como uma espécie de praga. Seguindo esta linha analógica, duas espécies competem pelo mesmo espaço disponível, sendo que cada espécie (sistema urbano) quer obliterar ou afastar a outra.¹²

Na perspectiva de Salingaros et al o problema habitacional e ambiental mundial só pode ser resolvido se as mesmas forças que geram assentamentos informais forem bem canalizadas. “As forças *bottom-up* erguem-se da necessidade natural de recorrer aos materiais disponíveis, de construir os ambientes à escala humana o mais confortáveis emocionalmente e fisicamente, e de desenvolver o tecido urbano de forma a incentivar a vida quotidiana nas ruas e espaços urbanos.”¹³

No segmento *Favelas and Social Housing*, apresentado num congresso ibero-americano em 2006 sobre habitação social no Brasil, Nikos Salingaros e outros membros do Environmental Structure Research Group, propuseram a aplicação da linguagem padrão de C.Alexander e de códigos generativos para desenvolver as estruturas sociais e físicas existentes como alternativa à prática de habitação social corrente. Nesse segmento, consideram-se as vantagens económicas e urbanas das favelas, a geometria dos edifícios, parcelas, e padrões viários das ruas que se desenvolveram ou evoluíram organicamente gradualmente e baseado em necessidades reais, e argumentam que esta auto-organização fornece um variado número de condições desejáveis. Que apesar das falhas graves, as favelas oferecem uma demonstração espontânea de processos económicos, eficientes e rápidos para alojar pessoas. Referem até que as favelas tem mecanismos de auto-regeneração ausentes nos modelos de habitação social construídos hierarquicamente de cima para baixo.¹⁴

Concluem que os principais problemas das favelas não estão necessariamente relacionados com a morfologia urbana. No entanto observam que a geometria orgânica da favela é precisamente o que suscita mais reservas, por ser frequentemente associada ao acto ilegal dos assentamentos informais e *squatters* e com a “perversão sem lei”.¹⁵

Observam uma tendência para discutir os problemas da habitação social, e mesmo a habitação no geral como se tratassem apenas de edifícios e não de estruturas sociais. Neste sentido justificam que existe uma “geometria do poder” subjacente claramente reconhecível. Afirmando que onde ela é mais visível é nas arquitecturas militares e fascistas da Segunda Guerra Mundial, mas que já existiam antes e ainda existem.¹⁶ “Tratam-se de duas geometrias contrastantes: unidades habitacionais massificadas em um ou mais blocos versus unidades habitacionais dispersas irregularmente. Segundo a perspectiva de Alexander e Salingaros à

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Ibidem., p.9

¹⁴ Ibidem., p.62

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibidem p.65-67

impressão de controlo segue-se a possibilidade de controlo real, assim como por exemplo a entrada de um bloco habitacional pode ser facilmente selada pela polícia, algo que é impossível num mar de casas individuais. Uma administração pode construir unidades mais pequenas do que os grandes blocos, mas mesmo assim tê-las rigidamente condicionadas por uma malha regular. As unidades habitacionais são muitas vezes a cópia exacta de um só módulo/protótipo. O controlo aqui é exercido ao não permitir variações individuais, a complexidade e a variação são entendidos como perda do controlo geral, não só tipologicamente como na tomada de decisão, e são por isso muitas vezes evitadas.”¹⁷

1.2. Comunidades espontâneas

As comunidades espontâneas estão muitas vezes associadas com o urbanismo informal, as arquitecturas que surgem no seu contexto são muitas vezes resultado de uma variedade de práticas de auto-organização, auto-construção e ocupação maioritariamente ilegal que ocorre praticamente sempre sem a intervenção de arquitectos. Segundo Jeremy Till et al “estas práticas são geralmente o resultado da necessidade e vontade de sobreviver e resultam naquilo que é geralmente chamado de assentamento informal, bairros da lata, favelas, barracas, katchi abadi, etc, assentamentos que são construídos em terrenos sobranceiros ou negligenciados, em encostas íngremes, junto a caminhos de ferro ou nos limites ou interstícios das cidades.(...) Por exemplo os bairros *geçekonu* na Turquia que tiram partido de uma falha na lei que impede dada estrutura de ser removida se já estiver ocupada, levando a uma construção colectiva da noite para o dia.”¹⁸

Caracterizados pela sua densidade e rápido alastramento, os *slums* e muitos outros assentamentos informais não são organizados ou planeados e na opinião de Till et al indicam muitas vezes o falhanço de governos em sustentar as necessidades habitacionais, entre outras, dos seus cidadãos. Apesar de ser difícil de definir colectivamente e de forma sucinta estes fenómenos, visto que ocorrem numa enorme variedade de contextos, este tipo de assentamentos são geralmente agrupados de acordo com o seu estatuto legal.¹⁹

Este tipo de abordagem pode ser problemático na medida em que a legalidade é baseada em definições capitalistas e neo-liberais de propriedade, o que significa que muito do debate sobre o assunto centra-se muitas vezes à volta de questões de propriedade. Apontam então que poderá ser melhor definir os assentamentos informais, não pela sua relação perante sistemas externos mas através do seu próprio contexto. Uma possibilidade que surge é a de analisar as tácticas envolvidas na construção e organização de tais assentamentos.²⁰

Josep Maria Montaner afirma que “independentemente do urbanismo formal e legal, quer seja projectado por instâncias públicas ou promovido por iniciativa privada, nas cidades dos países em desenvolvimento existe uma média de aproximadamente 75% do urbanismo informal.” Tal como Mike Davis, Peter Hall e Verena Andreatta antes dele, Montaner afirma que para se abordar o fenómeno é preciso



Fig. 2 - Bairros *geçekonu* em Istambul.

clarificar os conceitos envolvidos. Segundo Mike Davis, a palavra “*slum*” foi pela primeira vez utilizada na Inglaterra de 1812, com o intuito de designar áreas urbanas degradadas e pobres, que depois foram sendo identificadas como lugares da criminalidade.²²

Numa última análise Montaner refere que o conceito de *slum* surge como definição para os bairros degradados das cidades, hoje sendo muitas vezes utilizado para todo tipo de construção do urbanismo da pobreza, seja urbana ou periférica e tem sempre um sentido pejorativo.

Em *Arquitectura y Política* (2014), Josep Montaner e Zaida Muxi enunciam a enorme variedade que os assentamentos informais podem evidenciar. Um dos elementos de diferenciação que enunciam é a sua *escala*, exemplificando o caso do México onde existe um bairro auto-construído no qual vivem cerca de seis milhões de pessoas, ao passo que existem minúsculos bairros precários construídos em fendas de morros ou mansões abandonadas, junto a canais ou a rios e linhas ferroviárias.²³

Outra grande distinção possível prende-se com a *morfologia*, que oferece diferentes configurações como os bairros construídos ao longo das encostas de montanhas, gerando morfologias orgânicas, labirínticas, fractais e rizomáticas. Como noutros casos em que se situam em terrenos planos, de fácil parcelamento em traçados rectilíneos, como é o caso da maior parte das *quavillas miserias* da província

²² MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - *Arquitectura y Política: Ensaio para mundos alternativos*, Gilberto Gili, 2014, p.182

²³ Idem.

¹⁷ Ibidem., p.67

¹⁸ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.92

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

de Buenos Aires. Podem também adaptar-se a características específicas do terreno ou do solo, em alguns casos lamacentos e pantanosos, como em Manila ou em Lima, onde são necessárias estruturas de elevação em palafitas de madeira. Outra distinção morfológica pode advir da localização em periferias urbanas ou no interior de tecidos urbanos.²⁴

²⁴ Ibidem., p.183

Ou então quanto à sua **génese**, que pode ser informal de raiz ou pode ocorrer a partir de situações formais e regulamentadas. Em relação a este último caso, dão o exemplo em que dada estrutura física se degrada ou fica superpopulada, mesmo que a sua origem tenha sido formal, o que nestas condições pode levar a que se verifiquem fenómenos típicos dos assentos informais. Outras variantes podem passar pela ocupação de estruturas existentes, como centros comerciais falidos, unidades habitacionais colectivas abandonadas ou qualquer outra estrutura legível, ou então a situação mais precária possível, os campos de refugiados.²⁵

²⁵ Ibidem., p.184-5

Muitos governos locais quando confrontados com o aparecimento e crescimento de assentos informais optam pelo o despejo dos habitantes ou quando muito a relocação para bairros sociais em conformidade legal. Till et al argumentam que desta forma “dispersam-se comunidades já estabelecidas, empurrando muitas vezes populações que residem perto do centro para zonas periféricas das cidades onde muitas vezes se torna mais difícil obter emprego ou onde as despesas e o tempo gastos no transporte aumentam significativamente. Hoje em dia é amplamente aceite que esta não é uma resposta adequada.”²⁶ Na perspectiva de Montaner e Zaida Muxi “tudo o que não se encaixa no que é científico e tecnicamente definido é considerado anómalo. Não colocando em dúvida a precária existência de muitos seres humanos que habitam condições insalubres, mas discordamos do tratamento do informal como mal que deva ser extirpado e interesssamo-nos por propostas de recuperação e reforço das qualidades que pode ter.”²⁷

²⁶ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.181

²⁷ MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - op.cit., p.182

²⁸ Ibidem., p.186

Till et al afirmam que muitos governos tem procurado fornecer serviços entre as comunidades dos assentos informais, mas que devido à pressão do desenvolvimento formal é ainda uma área fortemente contestada, com imensas comunidades a continuarem a ser despejadas com muita frequência.²⁹

²⁹ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.181

³⁰ MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - op.cit., p.186

Apesar de tudo assinalam-se os casos em que alguns governos se esforçaram por apresentar uma atitude mais progressiva, procurando entender este fenómeno em vez de o erradicarem, apostando numa tentativa de trabalhar com a pré-existência, melhorando-a, consolidando-a e dotando-a de infraestrutura urbana.²⁸

Montaner e Muxi destacam o papel de muitas ONG e agências de cooperação que há muito tempo tem vindo a trabalhar para que se reconheçam aos habitantes, principalmente das situações mais precárias, os direitos básicos à moradia e ao direito de que a sua posse seja respeitada. Tais organizações, muitas vezes aparelhos internacionais, tem trabalhado com o objectivo de prestar assistência técnica e contribuir para a elaboração de alternativas oficiais à simples erradicação e relocação periférica.³⁰

1.2.1. Ilhas do Porto

As ilhas são um dos casos mais representativos e específicos de assentamentos informais na cidade do Porto. A maior parte das ilhas surgiram a partir da segunda metade do século XIX, a par do desenvolvimento industrial, de um êxodo rural e de uma expansão urbana considerável. Devido a esse contexto surge a necessidade de fornecer habitação para toda uma nova classe social, a classe operária.

Devido a essas vagas migratórias para a cidade, a mão de obra disponível aumenta na cidade e a solução para o seu alojamento rápido acabou por se encontrar no aproveitamento intensivo dos lotes urbanos no interior dos quarteirões.³¹ Ocorrendo muitas vezes nas traseiras das típicas de casas burguesas e tendo uma passagem independente e directa para a rua, o que criava uma organização limitada pelo logradouro e escondida no interior dos quarteirões, criando uma situação de isolamento, de “ilha”. Apesar do surgimento das ilhas estar fortemente ligado a este período de desenvolvimento industrial na cidade do Porto, existem elementos históricos que levam a crer que esta tipologia não era inédita à época, podendo ser um fenómeno mais antigo.³²

Existem referências que datam de 1713 no *Vocabulário Portuguez e Latino*, ou numa ainda anterior inquirição ordenada por Afonso IV. Tendo em conta o contacto comercial que a burguesia portuense mantinha com os ingleses, já foi proposta uma possível influência inglesa na morfologia e construção das ilhas portuenses, estando muitas vezes associada às primeiras “*back-to-back houses*” de Leeds.³³

Num recenseamento de 1832 sobre as casas no Porto, constavam 200 ilhas com um número aproximado de 8000 habitantes. Nesta época os principais focos de ilhas na cidade localizavam-se já nas zonas de industrialização emergente e directamente relacionadas com a expansão urbana das novas avenidas do século XIX. Sendo exemplo de S.Vitor, Paraíso, Praça da Alegria, Monte Belo, Rua Bela da Princesa, Bairro Alto, Rua das Musas, Rua Pequeno, Rua da Presa Velha, Rua do Heroísmo e Lomba.³⁴

Foi contudo na fase de intensificação do processo de industrialização, no final do século XIX e início do século XX, que este tipo de organização informal se densificou e expandiu. Em meados da década de 80 do século XIX eram já cerca de 530 ilhas que albergavam cerca de 20.000 habitantes, em 1900 eram já mais de 1000 ilhas e albergavam cerca de 35.000 moradores, o que perfazia um terço da população portuense.³⁵

Devido ao facto da construção de ilhas se processar como um aproveitamento intensivo dos lotes, construído rapidamente e para albergar uma população crescente que tinha poucos recursos e origens rurais, as condições das ilhas deterioraram-se progressivamente. “A falta de condições de higiene, de alimentação, salubridade e formação nas classes operárias, associadas ao desemprego e insegurança no trabalho, a inexistência de sindicatos capazes de defender os direitos dos trabalhadores, faziam com que se concentrassem nas ilhas populações bastante carenciadas,o que era considerado o maior flagelo da cidade.”³⁶

³¹ FONTES, André; FONTES, António; SILVA, Manuel; RODRIGUES, Fernando - *A Cidade da Participação*, Edições Afrontamento, 2016, op.cit., p.43

³² Ibidem., p.43

³³ Ibidem., p.44 e p.45

³⁴ Ibidem., p.44

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

Fig. 3- Ilha de Fernão Magalhães, Porto 1974.



Como tal, é nesse contexto social, económico e político que começa a surgir um discurso higienista e moralista contra as ilhas, tendo em conta a miséria e a pobreza que se tornava cada vez mais evidente. Em relação a esta erradicação das ilhas, o escritor português Helder Pacheco afirma que “ao longo da década de cinquenta, em nome da salubridade e erradicação das ilhas, (...) foi-lhes declarada guerra. Muita gente pensou tratar-se de uma guerra santa destinada a proporcionar mais qualidade de vida aos habitantes de tais tugúrios, substituindo-os por bairros residenciais cómodos, higiénicos e confortáveis. Puro engano! (...) As mudanças de sítio separam pessoas que viveram toda a vida (pais e avós) porta a porta, ajudando-se, divertindo-se e sofrendo em comum.”³⁷

Hélder Pacheco salienta o valor antropológico das relações de proximidade que se verificam nestas estruturas suas formas de habitar, argumentando que consti-

³⁷ idem.



Fig. 4 - Ilha da Bela Vista, imediatamente antes da recente reabilitação iniciada pelo Laboratório de Habitação Básica (2014-2016)

tuem uma identidade cultural e simbólica específicas da cidade. Alertando para a destruição e fragmentação que ocorre com estas comunidades e sua vida comunitária com a deslocalização para os bairros periféricos da cidade, onde ficam “longe dos locais onde trabalhavam e dos instrumentos sociais-comércio, associativismo, religiosidade, que haviam criado e que faziam parte do seu quotidiano.”³⁸

Morfologicamente as ilhas podem variar de acordo com o contexto, mas geralmente organizam-se em torno de um corredor ou pátio, por onde se distribuem em fileira pequenas casas de um piso, outras com mais um piso ou sótão. Estas pequenas casas estão geralmente dispostas de um dos lados do lote, lado a lado em relação ao corredor, ou face a face. O lote tem geralmente 5,5m de largura. No caso de lotes mais largos as ilhas podem apresentar duas ou mais fileiras de casas, frente a frente, ou costas com costas. As instalações sanitárias, latrinas, encontram-se muitas vezes no exterior, ao fundo dos lotes, para uso comum dos



Fig. 5 - Ilha da Bela Vista, acesso à rua D. João IV.

³⁸ Ibidem., p.45

moradores. Apesar de estas serem as morfologias mais simples e propagadas, também são frequentes as que apresentam um pátio central que cria um espaço interior comum.³⁹

O corredor central ou pátio é essencialmente o único espaço exterior das ilhas, uma espécie de espaço colectivo aberto a todo tipo de usos, forte em interacções entre os moradores, quer para actividades de convívio como actividades domésticas.⁴⁰ Segundo Fernando M. Rodrigues e António Fontes, as moradias nas ilhas do porto distribuem-se essencialmente em dois tipos, que classificaram de tipo A e B. A moradia de tipo A é a mais usual e constitui-se essencialmente por a) uma sala, servida pela porta da rua e iluminada por uma janela com um volume que oscila os 20 e 30 m³; b) a alcova, interior e que ocupa um volume de 7 a 10 m³; c) uma cozinha pequena e interior com volume entre os 4 e 7 m³; d) o sótão, de altura insuficiente, sem iluminação ou com iluminação através de uma telha de vidro e para onde só se sobe através de uma estreita escada ou por uma portátil.⁴¹

Rodrigues e Fontes escrevem que as moradias nas ilhas tem fraca ou deficiente ventilação, iluminação natural insuficiente e por vezes os compartimentos encontram-se defumados devido à fraca tiragem das chaminés ou ausência destas. E Que a má ventilação provoca odores e maus cheiros no interior das casas. Os habitantes das ilhas geralmente escolhem para aposentos a alcova e o sótão, precisamente onde são piores as condições de iluminação e ventilação. A moradia de tipo B é a menos comum e também a mais simples, pois é constituída por um só compartimento, o que acaba por fazer com que se trate de uma espécie de camarata, onde se faz todo o tipo de serviços. O volume desta tipologia oscila entre os 75m³ e os 3m³, bastante inferior ao mínimo prescrito para camaratas que é 15m³.⁴²

1.2.2. Centro Comercial Stop

A actividade e comunidade musical que hoje habita o Centro Comercial Stop, fazem dele um caso muito particular de uma comunidade bem específica, que adaptou esta infra-estrutura para os seus objectivos comuns. Da sua antiga função comercial foi gradualmente e espontaneamente convertendo-se numa comunidade de apoio à prática musical na cidade do Porto.

O centro comercial foi inaugurado a 6 de Novembro de 1982, na Rua do Heroísmo, numa altura em que começavam a surgir diversos espaços comerciais semelhantes por toda a cidade do Porto. O CCStop foi projectado como reconversão da antiga garagem modernista Austin, da autoria do arquitecto Alves de Sousa, num novo espaço comercial.⁴³ A ligação deste espaço e outros centros comerciais congéneres com a música já data desde a sua abertura, quer através do comércio e consumo de produtos relacionados em lojas ligadas à música, quer como ponto de encontro em eventos e concertos em bares e danceterias.⁴⁴

Segundo o actual administrador Dr. Ferreira da Silva, o centro comercial inaugurou já com algumas lojas abertas e chegou a alcançar uma ocupação total dos espaços disponíveis. No entanto já em 1985 começava-se a denotar um certo declínio comercial que nos anos noventa se aprofundou e com o tempo deixou muitas lojas de vago.⁴⁵ É durante este período que as primeiras bandas começam a alugar os espaços comerciais para salas de ensaio e outras actividades relacionadas com a música, como aulas particulares.

Na década de 90, o aparecimento dos grandes centros comerciais da periferia veio reformular os movimentos das populações e definiram em larga medida novos modos no consumo e uso do tempo de lazer. A par da obsolescência verificada na maioria dos primeiros centros comerciais da cidade, o esvaziamento da baixa e o fim dos cinemas tradicionais em muito contribuíram para o agravar da situação do Centro Comercial Stop, que evidenciava um abandono generalizado e a sua marginalidade numa malha urbana envelhecida.⁴⁶ Uma condição urbana que se verifica ainda hoje desde o largo Soares dos Reis, pela rua do Heroísmo até Campanhã.

Em 1996 a banda Repórter Estrábico, uma banda do Porto que à época tinha já alguma projecção nacional, instala-se no CCStop, tendo entretanto passado por casas particulares e associações recreativas e culturais, sendo que também tinha já ensaiado no CCDallas. Com a tendência de esvaziamento e insucesso comercial, os proprietários viram o seu investimento tornar-se numa despesa demasiado pesada, sendo que o condomínio e encargos bancários associados continuavam a ter de ser pagos e a receita era cada vez mais parca.⁴⁷

O processo de esvaziamento começou então pelos pisos superiores, alastrando-se depois até ao piso térreo, restando apenas empresas de serviços ou representações que não dependiam do sucesso do centro comercial para existirem. É neste ponto que se inicia um processo inverso de ocupação dos espaços do centro comercial por parte das bandas e projectos musicais.⁴⁸ Segundo Paulo “Congas” dos Tchakare Kaniembe foi por volta de 2004 que se estabeleceu a actual dinâmica

⁴³ CANHA, Anselmo - *Stop-NonStop, Contextos Independentes de Produção Criativa e os seus Processos de Permuta com a Organização Social. O Caso do Centro Comercial Stop*, dissertação FBAUP, 2008, p.24

⁴⁴ ibidem., p.18

⁴⁵ ibidem., p.21

⁴⁶ ibidem., p.22

⁴⁷ ibidem., p.26

⁴⁸ idem.

Fig. 6 - Fachada do Centro Comercial Sto, Rua do Heroísmo.



Fig. 7 - Entrada para o centro comercial, aqui mostrando um acontecimento recorrente de carregamento/ descarregamento de material musical.



do centro comercial, quando uma enchente de bandas ocupou a estrutura e o tornou num espaço para a prática musical na cidade.⁴⁹

⁴⁹ Ibidem., p.21

Em geral os actuais condóminos do CCStop são os proprietários iniciais, mas são poucos os que permanecem ligados directamente à actividade do centro. O Condomínio é composto de 147 fracções e o número de proprietários não é muito diferente. Segundo a administração, apenas um terço dos proprietários marca presença nos momentos de decisão em assembleia.

Apesar do grande número de proprietários, o poder de decisão não está assim tão distribuído. O parque de estacionamento (cerca de 34% do edifício) pertence ao Banco Português de Investimento, o espaço dos antigos cinemas (cerca de 8%) pertence à Portugal Telecom e o espaço da danceteria (cerca de 7%) no último piso pertence a dois investidores de Arcos de Valdevez, juntos estes espaços perfazem praticamente metade da propriedade do edifício. Os restantes proprietários encontram-se os que representam os espaços das lojas. A atitude dos proprietários perante o novo rumo do centro comercial divide-se entre os que se resignaram ou até se entusiasmarão com a solução apresentada pelas bandas (a grande maioria) e os que manifestamente demonstraram uma total contrariedade ou desapoio perante essa tendência, sem no entanto apresentarem qualquer alternativa para além da venda da totalidade do imóvel.⁵⁰

⁵⁰ idem.

O edifício do Centro Comercial é então um edifício de grande aparato técnico, bastante pragmático mas com um carácter muito informal, improvisado e que sustenta uma comunidade musical que se formou. O elemento comum e central no espaço do centro comercial é o espaço de circulação, que é bastante labiríntico e constitui a maior reminiscência da sua anterior função. Exceptuando a entrada e saída do estacionamento, só existe um contacto directo com o exterior, fazendo do Stop um edifício muito voltado para si mesmo.

A natureza específica da actividade que agora marca o CCStop faz dele um edifício algo incógnito e marginal e por isso sujeito às mais variadas críticas, sobretudo do ponto de vista dos mais legalistas ou então vinda dos mais conservadores movidos por questões de segurança. Em 2007 um jovem foi morto à facada no interior do Centro Comercial Stop, à saída do bar Kizomba, o que levou a que se tecessem uma série de considerações e associações infundadas mas que relacionavam este incidente com lutas de *gangs* de seguranças da noite portuense.⁵¹ Em 2012 houve um incêndio que deflagrou num estúdio de gravação, devido a um curto circuito. Não se tendo alastrado muito, ainda provocou alguns danos materiais e obrigou a uma limpeza do edifício. Este tipo de acidente traz novamente ao de cima uma série de questões fundamentais a inadequação técnica em diversos sentidos que o carácter improvisado das instalações cria, o facto de a maior parte dos músicos não possuir seguro em casos de acidente ou roubo, entre outras.

⁵¹ Ibidem., p.28

O facto de a maior parte das pessoas que frequentam o centro comercial serem pessoas ligadas a uma espécie de subcultura urbana, de uma comunidade bastante

Fig. 8 e fig.9 - fachada exterior de lojas ocupadas por músicos.



específica como as pessoas ligadas à música, faz com que o Stop seja alheio a uma enorme franja da sociedade. Facto que contribui para que este tipo de acontecimentos obscureçam aquilo que de real valor o Stop proporciona à cidade, uma infra-estrutura única de apoio à prática musical. A falta de consenso mas principalmente a falta de uma proposta pela compra do edifício fazem com que o Stop permaneça apesar dos riscos inerentes à sua condição. A Câmara Municipal apesar de ter todos os meios legais para viabilizar uma oposição intransigente ao actual funcionamento do edifício, parece reconhecer o seu valor e carácter especial, resta saber até quando. Anselmo Canha descreveu a situação do CCStop como um equilíbrio entre um benefício social e cultural de dimensão assinalável e a sua marginalidade que é simultaneamente endógena e exógena.⁵²

⁵² ibidem., p.32



Fig. 10 - interior de uma sala de ensaios.

Da esquerda para a direita, acesso para o interior do quarteirão da Rua Bonjardim, adjacente ao edifício do Sport Musas e Benfica (fig.11). Vista do mesmo percurso de acesso, já numa cota mais elevada, a cobertura zque se observa junto ao patamar de descanso é a casa do Sr. Armando. (fig.12)



Fig.13 - Depósito de materiais para reutilização na quinta.



Fig.14 - Primeiro patamar da Quinta com os talhões dos membros mais antigos.

1.2.3. Quinta Musas da Fontinha

O projecto Quinta Musas da Fontinha é uma experiência social comunitária que se traduz fisicamente numa horta urbana situada no interior de um quarteirão, entre a Rua do Bonjardim, a Rua Santa Catarina e Rua João de Oliveira Ramos, no Porto. É um projecto autónomo mas intimamente relacionado com a secção cívica do Sport Musas e Benfica, o Espaço Musas, que é a sua sede. O Sport Musas e Benfica é uma associação desportiva e recreativa com mais de 70 anos de existência, e conhecida abreviadamente como Musas. Todos os participantes do projecto são associados do Musas ou enquadrados por este. O edifício que alberga a sede do Musas é na Rua do Bonjardim no número 998, ocupando a quinta homónima e a encosta a montante, compreendida entre as zonas do Bonjardim e da Fontinha.⁵²

Este projecto foi em grande parte motivado pelo desconforto causado pela situação da encosta abandonada, que ao longo do tempo se transformou em silvado impenetrável, depósito de ferro velho e lixeira a céu aberto. Como tal, numa tentativa de “resgate” da encosta, a área foi gradualmente limpa e adaptada para a produção agrícola, iniciada por alguns associados do Espaço Musas, ainda antes da criação formal da Quinta Musas da Fontinha. A formalização do projecto surgiu em 2011 sob as guias de cooperação e abertura sempre defendidas pelo Espaço Musas e resultou em parte do grande impulso que lhe foi dado, no princípio do ano, com a colaboração do então Movimento Terra Solta, mais tarde convertido em associação.⁵³

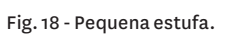
⁵² Página Wikispaces da Quinta Musas da Fontinha, Porto, 2011, actual. Out. 2015 (acedido em 2017), disponível em: <http://quintamusasdafontinha.wikispaces.com/>

⁵³ “Conforme atestam as memórias dos vizinhos que acompanharam o Musas para um testemunho em tribunal, a história da utilização do espaço para atividades lúdicas da associação data de há muitas décadas atrás, embora interrompida pelas crises de uma vida associativa nem sempre fácil.” COSTA, Loureiro - in *Jornal Mapa, Jornal de Informação Crítica, Uma experiência de horta urbana e muito mais... no fio da navalha*, (16 Dez. 2013)

54 Página Wikispaces da Quinta Musas da Fontinha, op.cit., loc.sit.



O projecto da Quinta Musas da Fontinha preza pela sua inserção no meio em que se encontra, pretendendo uma relação de entendimento e cooperação com os seus vizinhos na comunidade local e o alargamento e solidificação dessa cooperação, através do contacto informal ou de um contrato de comodato que permita o uso exclusivo do solo para prática agrícola ⁵⁵, estendendo o entendimento da sua



⁵⁶ “ A iniciativa da Quinta originou então uma ação de despejo sobre a sede da coletividade, o logradouro onde a horta se iniciara e ainda a ameaça de uma choruda indemnização aos proprietários. (...) No decorrer do mesmo (julgamento)tornou-se incontornável a aceitação de um acordo judicial que, por um lado salvaguarda a sede do Musas e preserva a coletividade do perigo de extinção – as melhores razões – mas por outro – as piores – a obriga a ter de suportar um aumento pesadíssimo das rendas, caso pretenda manter as suas hortas no logradouro onde se iniciaram.” - COSTA, Loureiro - Uma experiência de horta urbana e muito mais... no fio da navalha, in *Jornal Mapa, Jornal de Informação Crítica*, (16 Dez. 2013)

⁵⁷ “São eles hortelãos entusiastas ou lutadores pela própria sobrevivência, quintuplicando em dois anos o seu número de sócios, ainda que, de momento, este número ainda não permita responder ao aumento das rendas que lhe foram agora impostas e o deixa no fio da navalha. Nesse sentido surge o recente apelo do Musas para alargar o seu número de sócios, o único garante de que o projeto, onde o mecanismo fundamental de decisão é assembleário, resista e se fortaleça.” - idem.

⁵⁸ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.132

⁵⁹ idem.

actividade além da prática agrícola. Combate o consumo irresponsável e opõe-se à mercantilização da vida, procurando que as suas escolhas limitem ao indispensável o recurso ao dinheiro nas suas actividades. A quinta subsiste apesar de uma actividade bastante contestada por alguns dos proprietários dos terrenos ocupados, o que suscitou, por volta de 2013, um processo judicial e a ameaça de despejo. Contudo o desfecho foi relativamente positivo, permitindo a preservação da actividade da Quinta, ainda que com um acréscimo assinalável nas rendas respectivas às propriedades dos queixosos.⁵⁶

Apesar de se ter estendido a outros terrenos adjacentes, quer cedidos de boa vontade pelos vizinhos ou pelo município e de ter quintuplicado o número de sócios desde a sua formalização, a quinta encontra-se à procura de novos sócios, para que se consiga aprofundar o desenvolvimento do projecto e para que se consiga corresponder ao aumento das rendas.⁵⁷

1.3. Comunidades intencionais

Para além dos assentamentos informais que surgem de forma espontânea, existem também aqueles que são criados de raiz com propósitos comuns e muitas vezes para encontrar um estilo de vida diferente ou idealizado, que muitas vezes por natureza crítica ou pragmática desviam-se do padrão cultural instituído.

Os Estados Unidos tem uma história rica de comunidades marginais de cariz utópico ou progressista muitas vezes influenciadas por ideologias alternativas ou movimentos sociais, começando com os primeiros colonos Puritanos que incluem a mais antiga comunidade deste género em actividade - a comunidade de Shakers, ou os assentamentos influenciados por Charles Fourier como Brook Farm, até às comunas *hippies* dos anos sessenta. Todos estes assentamentos procuraram experimentar e desenvolver uma nova ordem social longe dos principais centros populacionais, mesmo que as suas naturezas fossem diferentes. Portanto precisavam de ser construídos de raiz tanto fisicamente como socialmente.⁵⁸

Neste âmbito os anos sessenta afiguram-se como um momento chave, pois foram um dos períodos mais prolíficos para a contra cultura e activismo, sendo que muitas comunidades contra culturais iniciaram-se tanto em áreas urbanas como em áreas rurais e periféricas. Muitas destas comunidades procuravam activamente por uma retirada da sociedade dominante e alternativas a estilos de vida social e ecologicamente nefastos, geralmente estabelecendo-se conduzidas por um arquitecto, artista ou activista visionário.⁵⁹

Malcolm Miles refere o ano 1967 e o Summer of Love em São Francisco, como momentos fulcrais no crescimento das comunidades intencionais e que podem ser vistos como um trabalho de investigação e desenvolvimento de uma sociedade alternativa e auto-organizada. Joan Didion descreve o distrito de Haight-Ashbury em São Francisco em 1967, popularmente conhecido como District, como “o lugar onde os filhos das famílias de classe média americanas iam quando fugiam de suas casas”. Miles afirma que isto era “tão literal quanto metafórico, literal porque para os

jovens desta época, a geração do pós-guerra, significava uma fuga do estilo de vida suburbano consumista que os seus pais viam como estado social adequado. Metaforicamente porque era também uma fuga da América enquanto símbolo da sociedade afluenta onde a Liberdade se tornara atrofiada pela escolha do consumidor e a afluência era excessiva.”⁶⁰

Este movimento de retirada da sociedade dominante foi chamado de The Movement, sendo que era constituído maioritariamente mas não exclusivamente por brancos, de classe-média e geralmente com cursos universitários. O movimento era uma reformulação social contextualizada pelos protestos estudantis e anti-guerra, por marchas pelos direitos civis e pelo *black power* e solidariedade pelas lutas por libertação nacional dos países do mundo não-afluente, assim como esforços para definir uma nova Esquerda e um novo *boom* económico.⁶¹

James Farrel afirma “a contra cultura combinou uma critica cultural compreensiva com uma colecção eclética de instituições de oposição cultural. A crítica desafiou os mitos dominantes da cultura americana, como a ética de trabalho, individualismo utilitário, sexualidade repressiva, racionalidade cartesiana, cientismo tecnocrático, religião denominada, capitalismo industrial, estilo de vida suburbano e consumismo compulsivo, oferecendo alternativas intelectuais e institucionais.”⁶²

Embora um dos principais objectivos fosse criar um estilo de vida que pudesse ser replicado e a sua estratégia de disseminação o próprio exemplo, muitas das comunidades permaneceram como projectos singulares ou passageiros.⁶³ Contudo algumas ainda operam actualmente mas sob guias diferentes.

1.3.1. Drop City

A Drop City é considerada um dos exemplos mais emblemáticos, uma comunidade intencional que se estabeleceu no sul do Colorado em 1965 e que foi abandonada em 1973. Apesar da vida curta foi um dos casos mais influentes e é considerada a primeira comuna *hippie* rural. O realizador Gene Bernofsky e os estudantes de artes JoAnn Bernofsky, Richard Kallweit e Clark Rich compraram um terreno de 7 acres no qual viver e trabalharem em conjunto. Organizada sem qualquer hierarquia óbvia, encapsulava um desejo crescente à época de fazerem o “*drop out*” da vida convencional, sendo tanto uma reacção a estilos de vida consumistas e individualistas como às políticas externas dos Estados Unidos, em particular a Guerra do Vietnam.⁶⁴

Durante o período mais fértil de 1965 a 1969, a Drop City consistiu em cerca de 14 a 20 habitantes cujo principal produto artístico apresentava-se sob a forma de edifícios. Inspirados pelos princípios do design geodésico de Buckminster Fuller, um conjunto de cúpulas (*domes*) foram construídos, uma espécie de versão *do-it-yourself* do método científico de Fuller aplicado de forma autodidacta. Foi a primeira vez que cúpulas geodésicas foram usadas para habitação, numa escala muito menor à que geralmente era usada até então, onde se acolhiam exposições ou eram utilizadas para efeitos industriais ou institucionais.⁶⁵

⁶⁰ MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, 2007, p.75

⁶¹ ibidem., p.76

⁶² ibidem., p.83

⁶³ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.132

⁶⁴ ibidem., p.141

⁶⁵ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.141

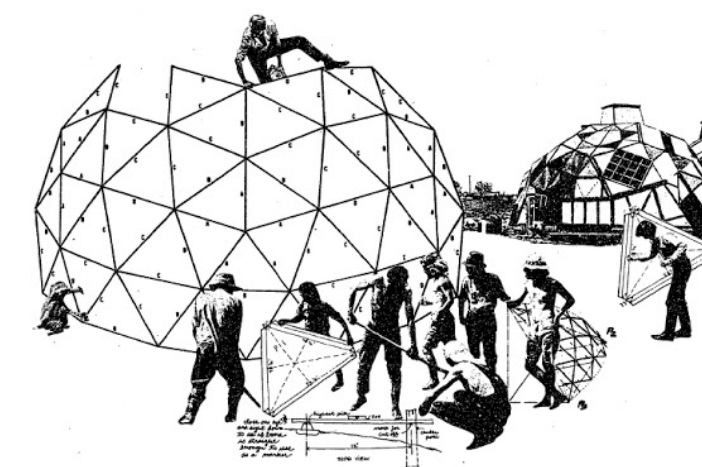


Fig.19 - Esquema da montagem de uma cúpulas geodésica, colagem de Richard Samperd.

Fig.20 - Vista do car top dome e do Theatre dome na Drop City. Ambas as estruturas construídas com materiais retirados de carros velhos.



Fig. 21 - estrutura de um galinheiro.

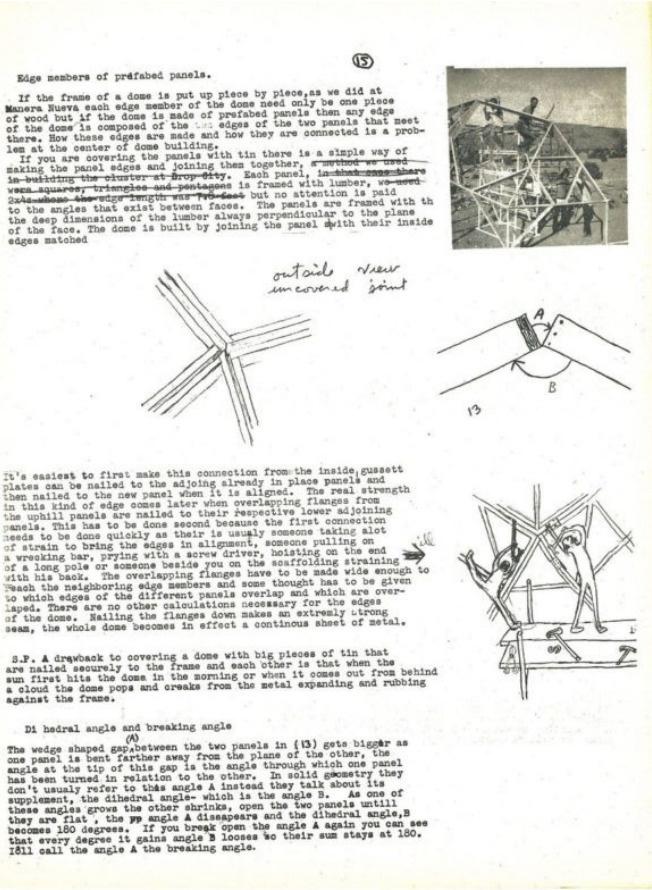
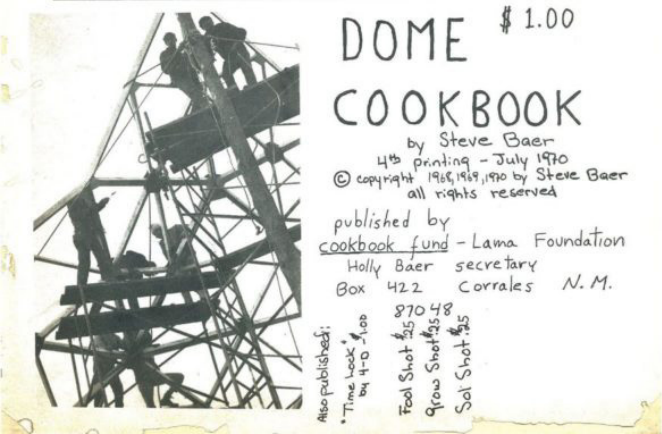
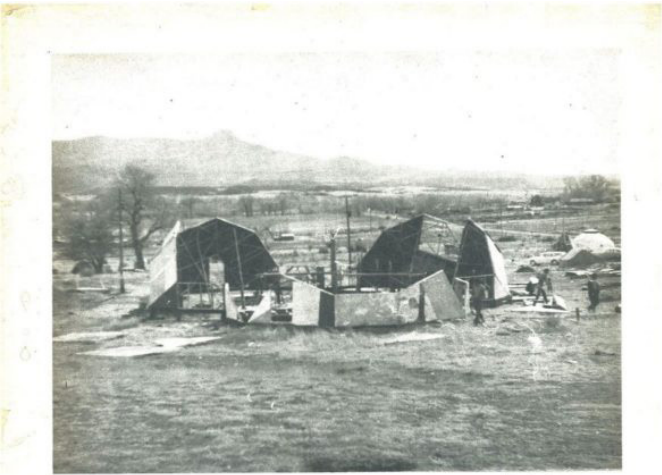


Fig.23 - Colector Solar Passivo construído pela Zomeworks na Drop City em 1967.

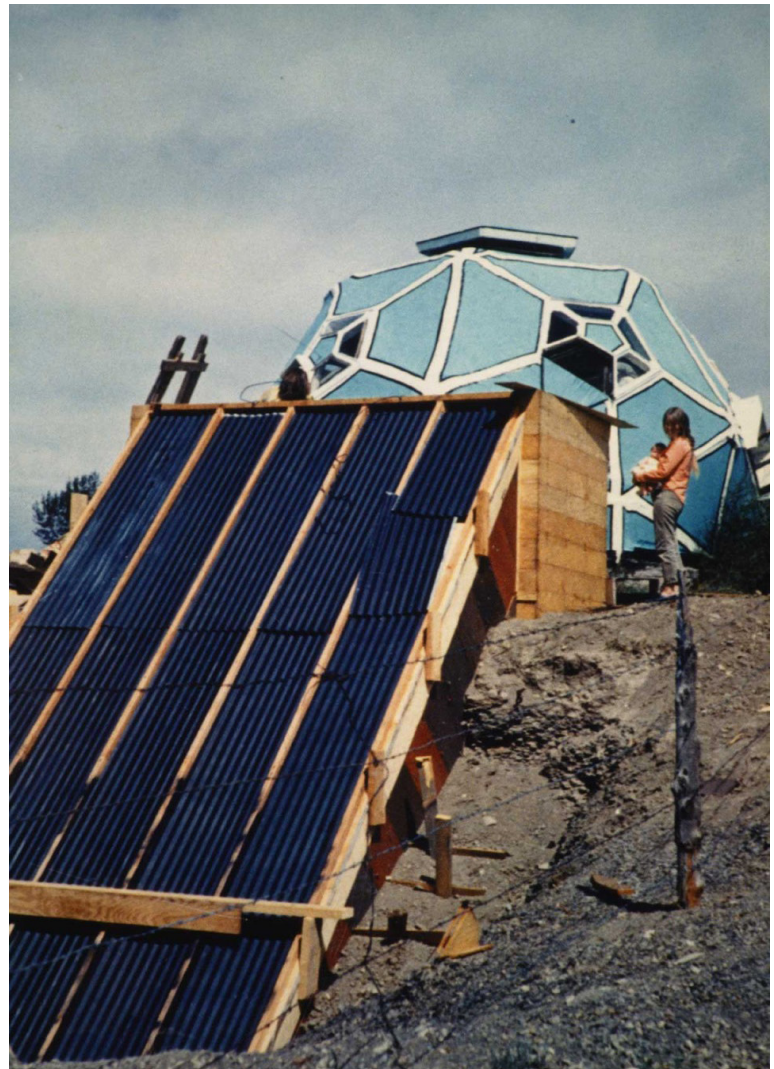


Fig. 22 - Imagem retirada do Dome Cook Book de Steve Baer, um guia para construção de cúpulas geodésicas, publicado em 1968.

Na Drop City, as cúpulas não foram construídas com um kit sistemático ou projecto exacto, variando ligeiramente na sua construção pois recorriam a desperdícios e material recuperado, incluindo tejadilhos de carros. Misturando técnicas de construção vernaculares, as cúpulas eram mutações das ideias de Fuller e o próprio reconheceu a comunidade atribuindo-lhes o prémio Dymaxion em 1966.

O prémio concedeu à Drop City o seu devido lugar na história da cena contra cultural americana mas também acabou por atrair a atenção mediática que eventualmente a levou ao seu fim. A publicidade estava em completa oposição à invisibilidade e isolamento que os fundadores originais procuravam. Grandes números de jovens e turistas começaram a visitar a comuna e a sua política de portas abertas faziam com que lhes fosse impossível impedir alguém de o fazer. Consequentemente, em 1969 todos os membros originais tinham já abandonado e a Drop City acabou por se tornar uma caricatura de si mesma.⁶⁶

A Drop City foi inicialmente concebida como uma semente que se iria replicar e mesmo que tal não tenha acontecido de facto, certamente influenciou um grande número de projectos experimentais e numa altura que o financiamento governamental para investigação ambiental nos Estados Unidos ainda era escasso. É de salutar que durante a sua curta existência serviu como centro de investigação alternativo, onde por exemplo Steve Baer desenvolveu o seu projecto Zome, uma versão flexível das cúpulas de Fuller, que podiam ser estendidas facilmente. A empresa Zomeworks pode se considerar como um fruto da Dropcity. Outras experiências de assinalar focaram-se no projecto solar passivo, incluindo a construção de um grande colector solar.⁶⁷

1.3.2. Christiania

Em 1971, um pequeno grupo de pessoas ocuparam uma área de cerca de 34 hectares⁶⁸ na cidade de Copenhaga, num recinto abandonado pelo Ministério da Defesa Dinamarquês no final dos anos sessenta. Com o intuito inicial de construir um recreio para crianças, mas mais tarde como protesto perante a crise habitacional da época e com o objectivo de criar uma cidade livre e auto-suficiente.⁶⁹ Devido ao facto de muitos desses indivíduos serem de origem norueguesa chamaram-na de Christiania, um antigo topónimo de Oslo. Ao contrário de qualquer outra comuna de hippies americana ou europeia, que geralmente desapareciam tão depressa quanto surgiam, Christiania encontrou ao longo do tempo formas de subsistir a longo prazo.⁷⁰

Estando aberta ainda hoje, a sua população já chegou a superar os 1000 habitantes e várias habitações foram sendo construídas, edifícios foram restaurados e infra-estruturas públicas eficientes foram implementadas. No seio desta comunidade foi estabelecido o seu próprio código legal e foi desenvolvido um sistema administrativo central para gerir a sua própria economia e para fornecer serviços como correio, recolha de lixo e reciclagem, parques infantis entre outros. Muitas actividades e negócios paralelos cresceram dando origem a uma vida cultural extremamente

rica e dinâmica, caracterizando assim a identidade única desta cidade.⁷¹

Na altura da sua formação Jacob Ludvigsen, escritor no jornal juvenil Hovelbladet, escreveu que Christiania era até então a maior oportunidade para construir uma sociedade de raiz, sem que para isso fosse negligenciada a oportunidade de incorporar os edifícios pré-existentes.⁷² Pernille Lauritsen contextualiza o surgimento deste movimento ocupacional no âmbito do pós Maio de 68 em Paris e a ocupação da Universidade de Copenhaga em 1970. Lauritsen escreveu que pessoas vindas de diferentes contextos, como *hippies*, feministas, artistas, músicos e activistas políticos, reuniram-se em novos movimentos e acções juvenis e pacifistas.⁷³ No período inicial foi concebida uma escritura, que ainda é um documento chave da cidade, e foi definida uma assembleia semanal para discutir assuntos comunitários prementes. Na opinião de Lauritsen este tipo de reuniões não são muito eficazes, pois muitas pessoas gritam, outras ficam em silêncio e outras abandonam-nas porque nada fica resolvido, mas que talvez seja inevitável no processo de aprendizagem de construir a arquitectura de uma cidade auto-gerida. A escritura (*charter*) inicial de Christiania afirma que o objectivo principal da mesma é criar uma sociedade auto-gerida, onde todos os indivíduos se sintam responsáveis pelo bem-estar de toda a comunidade. Afirma também que a sociedade que se pretende deve ser economicamente auto-suficiente e firme na convicção de que uma destituição física e psicológica pode ser evitada.⁷⁴



Fig. 24 - Pórtico da entrada principal para Christiania, junto à Rua Prinsessgade e dando acesso à famosa Pusher Street, uma das artérias mais emblemáticas.

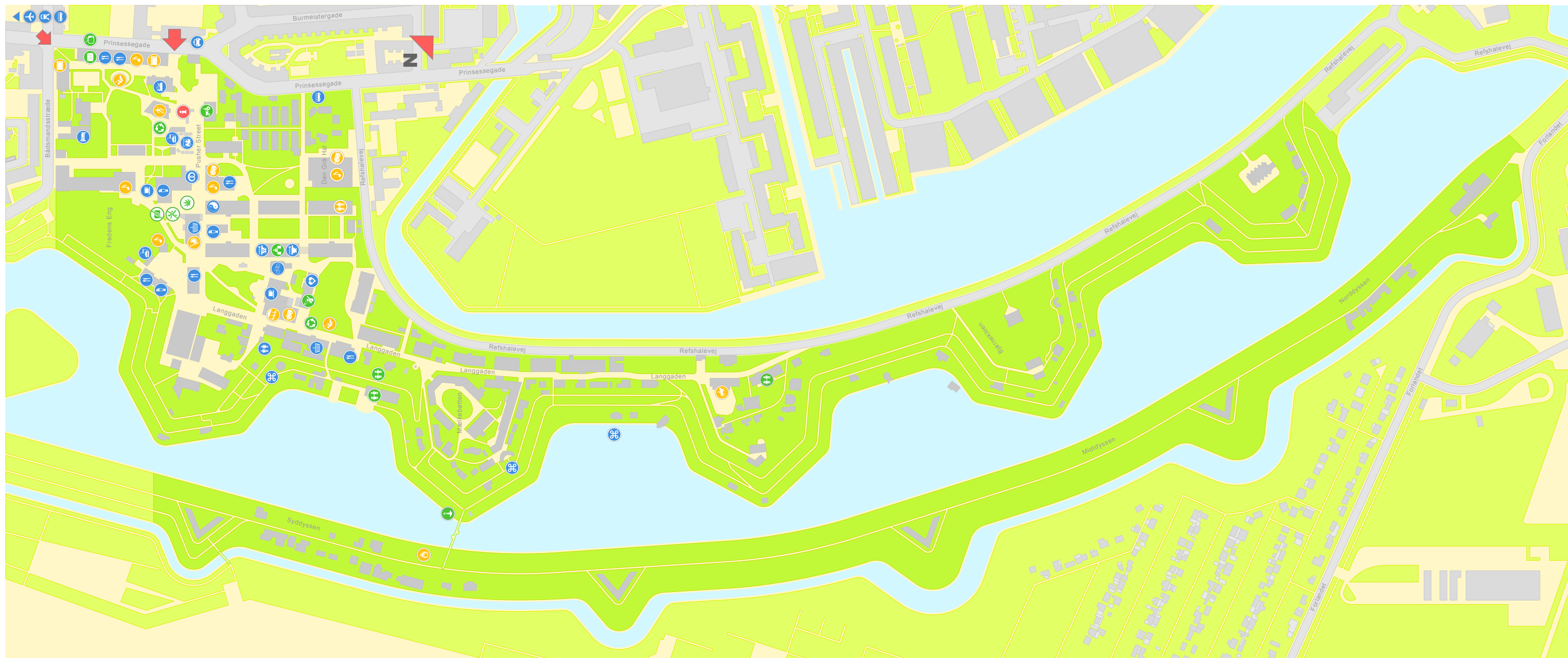


Fig. 25 - Mapa para visitantes fornecido por Christiania, com os locais de interesse na área, aqui representada a verde mais escuro. Neste mapa é perfeitamente visível o passado militar da área ocupada pela comunidade de Christiania.

Após o período inicial, um acordo foi alcançado com o governo Social Democrata e a polícia que permitia aos ocupantes permanecerem na área em questão, tendo apenas como obrigação pagar taxas definidas pelo consumo comum de água, electricidade e tratamento de esgotos. Como actualmente Christiania possui um sistema monetário próprio, parte dos fundos são ganhos pela venda da moeda aos turistas. No seguimento deste acordo com as autoridades, houve então um rápido crescimento e em 1976 eram já 800 os habitantes da cidade livre. Ria Bjerre listava que nesta altura a população da cidade era tão diversa que incluía “budistas zen, taoistas, marxistas, naturalistas com os seus porcos e cabras, actores do movimento do teatro experimental, anarquistas, artistas, poetas, pintores, músicos, cineastas, académicos, foragidos, criminosos, traficantes e alcoólicos.”⁷⁵

Este crescimento levou a que a cidade se organizasse em 11 zonas autónomas que ainda hoje desenvolvem as suas próprias estratégias e todas participam nas Assembleias Comuns (*Common Meeting*). Ria Bjerre escreveu que não há regras para a infra-estrutura económica da cidade, os que lucram são encorajados a partilhá-lo, mas o quanto partilham fica sempre ao seu próprio critério pois na Christiania ninguém pode forçar os outros a fazer o que não querem.⁷⁶

Bjerre escreve que a primeira de várias tentativas para sufocar o crescimento e desenvolvimento de Christiania começou em 1976, com uma ameaça de despejo, ao qual se seguiram vários processos judiciais, planos de desenvolvimento e apelos ao apoio popular pela parte dos habitantes da cidade. Como resposta e recorrendo às palavras de Malcolm Miles, um “exército arco-íris” de trabalhadores não-violentos prestou-se a diferentes tarefas, onde uma diferente cor foi atribuída de acordo com o serviço de prestado por cada grupo, e começaram a melhorar as condições da zona, a criar material publicitário e a galvanizar o apoio à causa.⁷⁷

No final, vários milhares de pessoas concentraram-se em Christiania, tornando o despejo impossível. Como Bjerre afirmou “a publicidade levou muitos dinamarqueses a verem Christiania como uma boa e tradicional vila europeia”, ao mesmo tempo que, segundo Lauritsen, o realojamento dos cerca de 800 residentes custaria cerca de 45 milhões de coroas dinamarquesas (*Kroner*). A mesma publicidade que evitou o despejo em 1976, levou a um aumento significativo do turismo e ao aumento do tráfico de *cannabis* na famosa Rua Pusher, o que levou a um eventual obscurecimento da imagem da cidade.⁷⁸

A ideia de uma reestruturação da zona parece ter permanecido implantada numa nova proposta para um plano regional. O que é bastante irónico tendo em conta que a cidade de Copenhaga é reconhecida pelo seu planeamento urbano progressista e a Dinamarca pela sua tolerância e por ter sido berço das primeiras ecovilas. Dominic Stead escreveu em relação ao Plano Regional para Copenhaga de 1948, salientando que este expressava uma procura por definir “um padrão de concentração descentralizada” com pequenos subúrbios desenvolvidos como “comunidades relativamente auto-contidas” com ligações viárias e ferroviárias, limitando assim a expansão urbana a uma série de corredores. Esta linha foi estendida em planos subsequentes com vista a reduzir os impactos ambientais do desenvolvimento, tanto ao nível do consumo de recursos como da poluição.⁷⁹

⁷⁵ ibidem., p.198

⁷⁶ idem.

⁷⁷ idem.

⁷⁸ idem.

⁷⁹ MILES, Malcolm - op.cit., p.199



Fig. 26 - Vista aérea da baixa de Christiania nos anos 70. Observa-se a rua Prinsessegade que é artéria limitrofe entre a Cidade Livre e a cidade de Copenhaga, ao fundo, a zona florestal.



Em cima à direita (fig. 27) e em baixo à esquerda (fig.29), topo e fachada lateral interior do edifício que ladeia a rua Pricessgade, junto à entrada de Christiania. Em cima à esquerda (fig. 28) feira junto à Pusher Street.

Fig. 30 - Banana House, habitação projectada por arquitectos alemães no interior de Christiania.



Na perspectiva de Miles, esta visão herdada do plano de 1948, apesar da veia ambientalista, trata-se de planeamento convencional sob a alçada do poder administrativo urbano e regional, baseado na especialização, enquanto que Christiania é um modelo de autonomia baseado nos conhecimentos plurais e não hierárquicos dos habitantes. Miles afirma que o aproveitamento sustentável dos recursos naturais na construção, e muitos dos projectos inovadores de baixo consumo, fazem de Christiania um caso informativo para diferentes formas de urbanização com uma consciência ecológica assinalável. Pauline von Bonsdorff acrescenta que “o ambiente construído incorpora os valores de uma sociedade e materiais como a madeira dão sinais de envelhecimento e são receptivos e interactivos na sua relação com o clima, evitando assim aspectos de alienação e deslocamento de esquemas de habitação em massa.”⁸⁰

Em 1989 foi adoptada a “Lei de uso da área de Crhistiania”, que serviu de base legal para a normalização pretendida, em conjunto como o plano local elaborado pelo Ministério do Ambiente no mesmo ano. Em ligação com a administração da lei, o Ministério da Defesa forma um secretariado para a cidade, que em 1990 formaliza uma escritura que estabelece os objectivos e meios para a legalização de Christia-
nia, em resposta os residentes enviam uma série de 90 objecções ao plano local.⁸¹

⁸⁰ Ibidem., p.199

⁸¹ Portal da Cidade Livre de Christiania Copenhaga, 2004, actual. s.d., aprox.2017 (acedido em 2017), disponível em: www.christiania.org/info/christianias-historie/



Em cima à esquerda (fig.31) Glass House, construída junto ao canal. Em cima à direita (fig.32) sinalética com as regras básicas comuns de Christiania. Em baixo (fig.33) posto de recolha de roupa em segunda mão

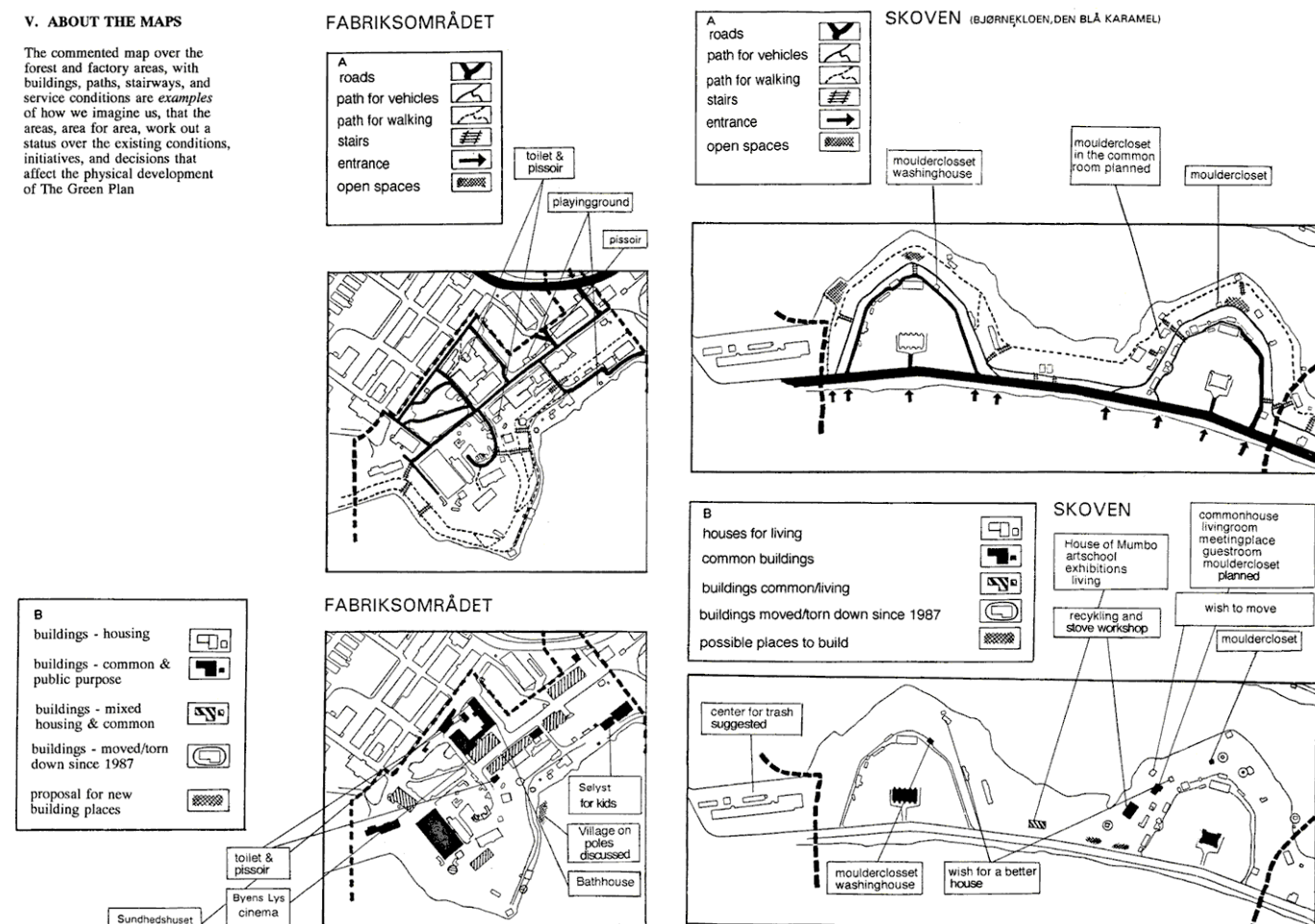
82 Idem.

83 Idem.

À esquerda (fig. 34) planos para a “zona da fábrica”, a zona adjacente a Copenhaga. À direita (fig.35) planos para a “zona da floresta”. Os planos apresentam propostas como traçados viários novos, acessos como escadas, demolição e construção de edifícios, etc.

V. ABOUT THE MAPS

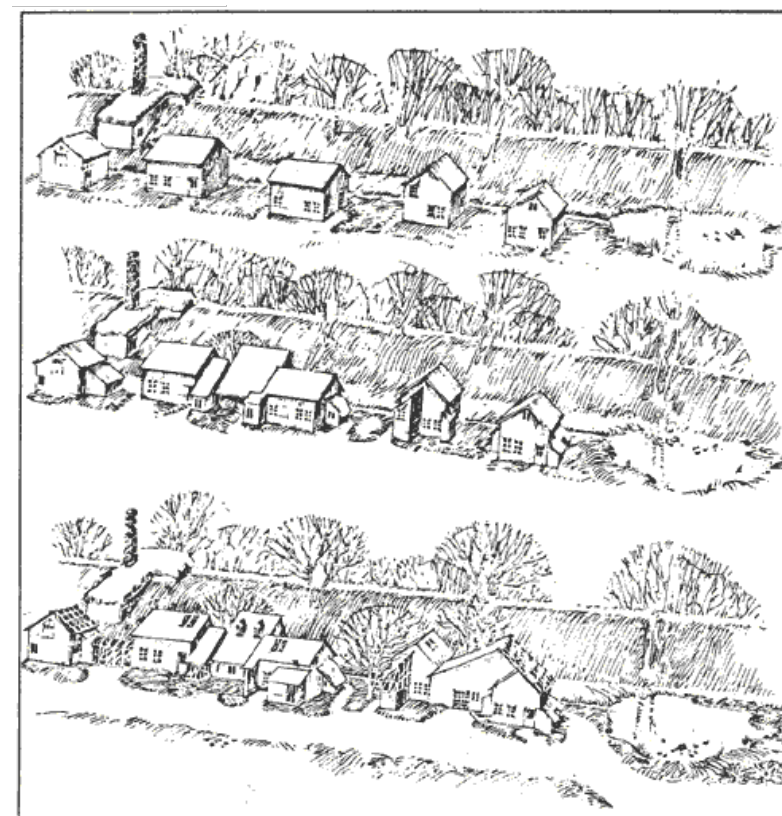
The commented map over the forest and factory areas, with buildings, paths, stairways, and service conditions are *examples* of how we imagine us, that the areas, area for area, work out a status over the existing conditions, initiatives, and decisions that affect the physical development of The Green Plan



Neste contexto e como contraproposta é elaborado em 1991 pelos habitantes da cidade um plano alternativo, chamado de *Christianias Green Plan*, que apresenta uma cidade verde em contacto próximo com a natureza. Este plano propunha processos de manutenção e construção de edifícios, assim como sistemas de reciclagem de águas residuais, recolha de águas pluviais, compostagem do lixo doméstico orgânico, produção de energias renováveis.⁸²

Em 1992 a polícia de Copenhaga lançou uma rusga em mais uma campanha para acabar com o tráfico de haxixe. Uma força policial de 70 homens patrulhavam e monitorizavam a área durante 24h ao longo de 18 meses de campanha. As vendas de haxixe não são muito afectadas, mas muitas situações de confronto aconteceram à entrada de Christiania em Prinsessegade. Durante o ano de 1993, houve um extensivo diálogo entre residentes, advogados, amnistia internacional, comité parlamentar e liderança policial, no entanto a campanha e força policial mantiveram-se.⁸³

Na mesma altura o Arquivo Nacional dinamarquês sente a necessidade de registar a história de Christiania e requisita material histórico para criar um arquivo específico para o caso. Após as negociações anuais com o Ministério da Defesa, ficou acordada uma contribuição ao município correspondente a uma taxa sobre a propriedade, que é propriedade do próprio ministério. A partir deste período a cidade livre tornou-se objecto de estudo de um instituto de investigação norueguês, tendo posteriormente considerado que as autoridades podem aprender muito com Christiania e que as suas experiências podiam ser aplicadas em mui-



Core-houses: The idea is that a team of craftsmen set up some rows of small houses of about 25 sq.meters. The houses are run with a 12-watts electrical system, including solar-cell panels and sun catchers for water use, south-facing glass facons (passive sunheat), community woodfired heating central, heating stones in the embankment, rainwater tanks, community spillage water marsh with carp, rush, water fountains, and multi-toilets. These homes being built when there is a need and can be afforded.

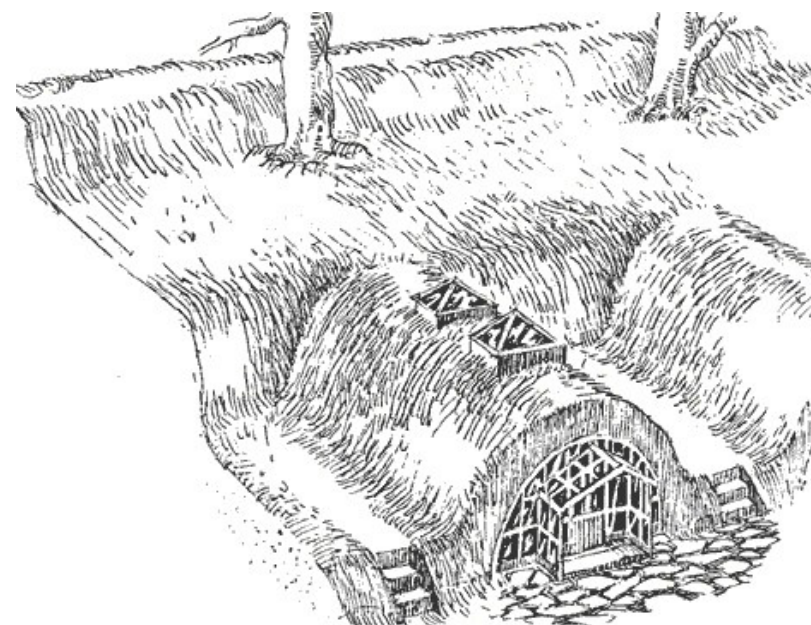


Fig.36 - Representação esquemática das guias gerais para a construção de habitações do plano verde, como o facto de as casas terem de ser construídas gradualmente e conforme as necessidades, ou possuírem um sistema eléctrico de 12 watts, um painel solar e colectores para aquecimento de água, central de aquecimento a lenha comunitário, pedras de aquecimento no aterro, tanques de recolha de águas pluviais.

CHRISTIANIAS GREEN PLAN

Project Designed By The Inhabitants Of Christiania

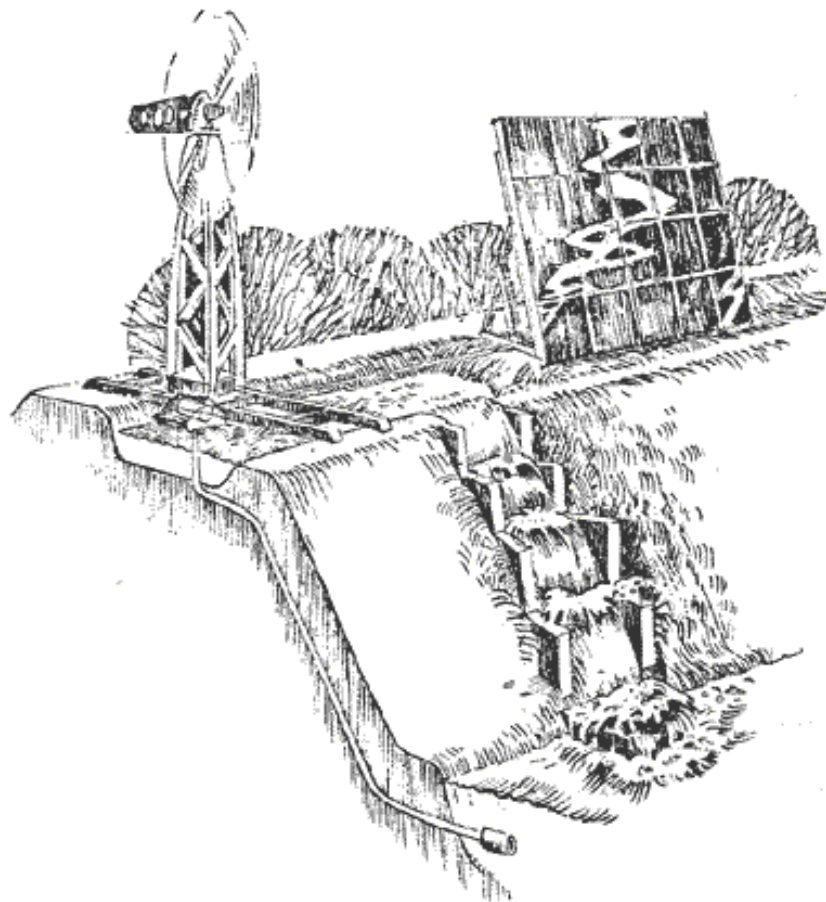
DECEMBER 1991



Fig.37 - Capa do Plano verde elaborado pelos habitantes de Christiania (1991)

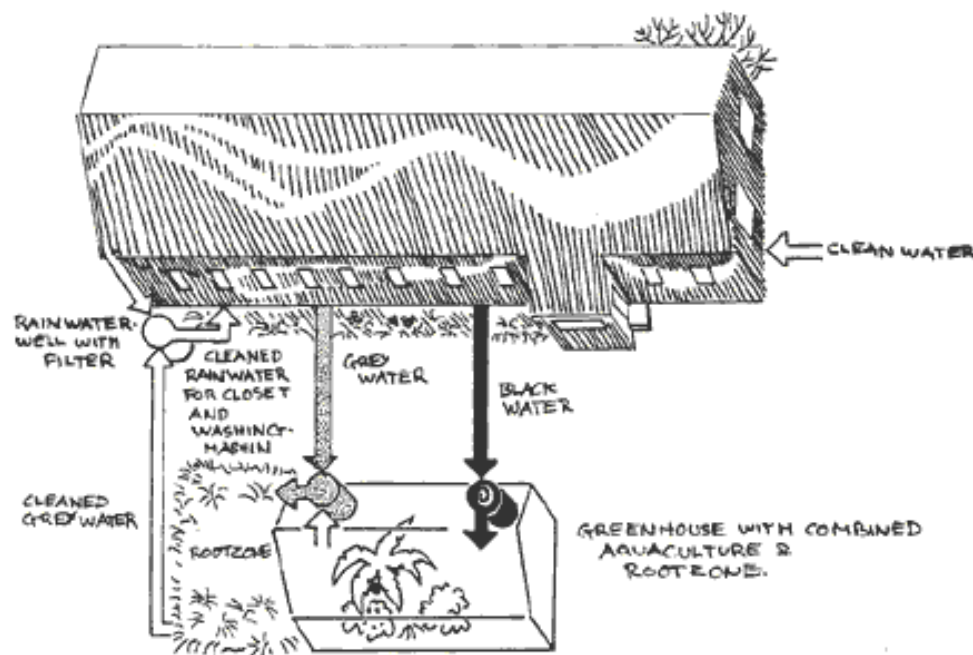
Fig.38 - Ilustração de um grass dome inspirado numa tipologia habitacional tradicional islandesa. No plano é proposto como um modelo habitacional possível de ser implementado na área florestal, compatível com as guias e especificações da zona e com os sistemas colectivos. Referem a fácil reprodução da tipologia através de várias técnicas construtivas e com recurso a materiais reutilizados.

Fig.39 - Representação de um sistema hidráulico que oxigena a água, através de uma escada que através de um pequeno moinho de vento e um painel solar, sustentam uma bomba que extrai água do canal/lago.



Water steps: A windmill and a solar panel that gives energy to a pump, which lifts water from the lake. From here it runs down through a few falls and is oxidized.

Fig.40 - Representação esquemática do sistema verde de aproveitamento de águas pluviais, de tratamento e reciclagem de águas residuais



Green spillage-cleaning in the nursery

tos outros locais. Em 1996, o Ministério da Defesa acorda num plano de desenvolvimento baseado num compromisso entre o plano local de 1989 e *Cristianias Green Plan*.⁸⁴

Em 2001 é eleito um governo conservador de esquerda, formando uma sólida maioria com o apoio do partido ultra-nacionalista *Dansk Folkeparti*. Na legislatura deste governo iniciou-se novo período de hostilidades, sendo o objectivo principal a normalização, através da construção de 300 unidades habitacionais e contratos de arrendamento individuais.⁸⁵ Em 2004, o governo Dinamarquês introduziu a lei L205 com vista a implementar essa normalização, fazendo com que todos os indivíduos que lá vivem registem o seu direito a propriedade, depois teriam a possibilidade de comprar essa propriedade, o que criou uma colisão entre a ideologia de propriedade individual e a propriedade colectiva. Para além deste confronto ideológico, existe também a pressão causada pela persistência de problemas relacionados com o consumo de droga.⁸⁶

Malcom Miles argumenta que apesar de os problemas relacionados com droga poderem ou não ser um pretexto por parte do governo para fechar a cidade, há com certeza uma divisão entre os grupos de Christiania em relação ao facto de o uso de drogas leves ser integral ao estilo de vida livre, ou se se deveria abrir o debate de forma a garantir a sobrevivência da cidade livre.⁸⁷ A dificuldade associada a esta cisão está bem patente num panfleto da *Defend Christiania* de 2004, que afirmava que a lei L205 incluía uma solução alternativa chamada "*fondsmodel*", que consistia em constituir uma direcção formalizada para representar a cidade em questões económicas e legais, no entanto a desconfiança no facto de que os membros de tal direcção ganhariam um certo poder e controlo em relação ao resto dos habitantes da cidade, para além da deturpação da liderança colectiva que é central para Christiania e para o seu desenvolvimento sob as premissas daqueles que nela vivem.⁸⁸

Segundo Malcom Miles a disputa em última análise não se tratará do controlo de drogas nem de autonomia, mas sim do desenvolvimento por parte de empresas do sector privado nos altamente atractivos terrenos ribeirinhos, da mesma forma que se tem observado em tantos projectos de especulação urbana pós industrial. Em 2006, o governo dinamarquês chegou a propor desenvolver novos apartamentos através de um concurso de arquitectura algo controverso, mas apesar do concurso ter ocorrido nada aconteceu.⁸⁹ Apesar das diversas crises internas e externas e diversas negociações com o governo dinamarquês ao longo dos anos, Christiania sobreviveu e ainda sobrevive como uma cidade independente e com estatuto de excepção, sendo uma das principais atracções turísticas da cidade de Copenhaga.

⁸⁴ Portal da Cidade Livre de Christiania Copenhaga, 2004, actual. s.d., aprox.2017 (acedido em 2017), disponível em: www.christiania.org/info/christianias-historie/

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, 2007, p.199

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

1.3.3. Ecovilas

⁹⁰ MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, 2007, p.119

⁹¹ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 20p.122

⁹² MILES, Malcolm - op.cit., p.119

⁹³ Ibidem., p.122

⁹⁴ Ibidem., p.142

⁹⁵ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.142-143

⁹⁶ Ibidem., p.143

⁹⁷ Idem.

No contexto do crescimento das preocupações ambientais e após a proliferação das comunidades intencionais que ocorreu nos anos sessenta e setenta, foram surgindo as ecovilas como uma versão mais verde destas.⁹⁰ As ecovilas lutam por um grau de auto-suficiência e de baixo impacto ambiental, além de também serem motivadas pelo desejo de descobrir uma alternativa sustentável à sociedade capitalista.⁹¹ Contudo Malcom Miles observa que tal como não há um único modelo de comunidade intencional, também as ecovilas tem várias origens e variações.⁹² Karen Svensson afirma que “a motivação principal para as ecovilas é a necessidade de reverter a desintegração gradual de estruturas socioculturais de apoio e o surgimento de praticas ambientalmente destrutivas no nosso planeta.”⁹³ Segundo Svensson por de trás de todo o conceito das ecovilas está o desejo de cada um de se responsabilizar pela sua própria vida, criando um futuro que é regenerativo para a natureza e para o individuo. Muitas dessas comunidades são parte da Global Eco-villages Network (GEN) e podem variar em tamanho de 50 a 500 membros.

Jeremy Till et al afirmam que nalguns casos é desenvolvida uma forte dimensão espiritual, por exemplo a Findhorn Community na Escócia e a Auroville na Índia, enquanto que outros casos focam-se mais em estruturas sociais igualitárias e colaborativas.⁹⁴ As ecovilas experimentam com frequência organizações sociais, operando sistemas educativos e de bem-estar alternativos, formas de democracia consensual ou economias alternativas, como na cidade livre de Christiania e na comunidade Findhorn em que ambas tem tanto sistema monetário local como sistema informal de troca. Este tipo de lugares são muitas vezes local onde investigação para tecnologias verdes ocorre, tais como projectos para casas de banho para compostagem, reciclagem de águas residuais e experimentos com princípios na permacultura.⁹⁵

Há actualmente cerca de 500 locais registados na rede de ecovilas, incluindo exemplos diversos em várias localidades, como grupos de vilas no Senegal ou no Sri Lanka, a locais em contextos urbanos como é o caso de Christiania, e centros com propósitos educativos e de disseminação como é o exemplo do Centre for Alternative Technology em Gales.⁹⁶ Uma das mais conhecidas ecovilas é a Crystal Waters, localizada perto de Brisbane, na Austrália, que tem uma população de cerca de 200 pessoas. Iniciada em 1985 como uma comunidade cooperativa, em 1987 tornou-se o primeiro assentamento do género a ser projectado e a operar totalmente de acordo com os princípios da permacultura.⁹⁷

A cooperativa é proprietária de 500 acres de terreno que foi comprado através de um *trust fund* (fundo de segurança) para o qual os residentes contribuíram. Oitenta por cento do terreno era comum, incluindo áreas para a agricultura e para habitats para a vida selvagem, enquanto que o restante era privado, esta última porção inclui a habitação e propriedade comercial na vila de Crystal Waters. O assentamento procura alcançar o menor impacto ambiental, regenerar a qualidade do solo, assim como melhorar as circunstâncias socioeconómicas naquilo que



Fig.41 - Quintal da caravana original da Findhorn Community.



Fig.42 - Peter Caddy, um dos fundadores da Findhorn Community.



Fig.43 - Sistema de tratamento de águas residuais The Living Machine em Findhorn Community.

Fig.44 - Cozinha comunitária em Crystal Waters.



Fig.45 - Solar House, Crystal Waters



é uma região economicamente deprimida. A comunidade possui um conjunto de estatutos sociais que garantem métodos construtivos sustentáveis, gerem o uso do terreno, os tipos de actividades económicas, níveis de reciclagem, entre outros. Apesar de tudo a vila de Crystal Waters não pretende uma total auto-suficiência, preferindo manter uma conexão com comunidades envolventes.⁹⁸

McLaughlin and Davidson lista 117 comunidades em *Builder of the Dawn*⁹⁹, das quais 103 localizam-se nos Estados Unidos, três tanto do Canadá, da Índia como do Reino Unido e uma da Nova Zelândia, África do Sul, França, Dinamarca e Israel. As comunidades listadas nos Estados Unidos situam-se na grande maioria ou na Califórnia e Oregon, ou em Nova Inglaterra. Malcolm Miles cita um directório de comunidades intencionais e ecovilas europeias do ano 2000, Eurotopia, que tem 326 entradas em 24 países, das quais com sobreposição de categorias, 217 consideram-se ecológicas, 180 autónomas, 159 cultivam alimentos ou floresta, 138 são orgânicas e 112 vegetarianas, 85 são auto-suficientes e 16 praticam amor livre. Um outro directório específico do Reino Unido listou 89 comunidades em 2004, desde a mais antiga Findhorn até às emergentes.¹⁰⁰

Na perspectiva de Malcolm Miles estes números estabelecem prova de que uma espécie de “sociedade alternativa plural” existe. Afirmar que os testemunhos de muitos destes lugares mostram que as suas comunidades, grupos na sua maioria de uma dúzia a uma centena de indivíduos, de todas as idades, trabalham por um estilo de vida alternativo tendo que lidar com os conflitos entre membros e negociar a sua relação com o seu contexto recusando a “violência e opressão da sociedade dominante”.¹⁰¹

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ McLAUGHLIN, Corrine , DAVIDSON, Gordon - *Builders of the Dawn: Community Lifestyles in a Changing World*, Book Publishing Company, p.348-349

¹⁰⁰ MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, 2007, p.85-86

¹⁰¹ Ibidem., p.86

2. Acções Subversivas

2.1. Activismo e Acção Directa

Em questões relacionadas com a arquitectura e urbanismo informal, existem também diversas acções ou intervenções de cariz mais imediato mas que podem ter impacto assinalável, podendo ser levadas a cabo colectiva ou individualmente e podem ir do activismo, à arte urbana e a outras formas de acção directa. Estas são geralmente associados a protestos ou acções subversivas que procuram opor-se ou alterar directamente condições espaciais, em vez do recurso a políticas governamentais, quer por estas terem falhado ou por serem consideradas inadequadas.

Jeremy Till et al afirmam que tal pode ocorrer de diversas formas “desde a desobediência civil não-violenta defendida por Gandhi, até à utilização do próprio corpo como meio de protesto, aludindo ao exemplo das sufragettes no início do século XX.”¹ Acrescentam ainda o exemplo do *squatting* (ocupar) que é em si, como atitude, uma forma de acção directa no contexto especificamente urbano, ocupando edifícios em desuso e conferindo-lhe novos usos. Enquanto que outros movimentos ou acções procuram apenas transformar momentaneamente o ambiente urbano de maneira a promover ideias de propriedade comunitária do espaço público, combatendo a privatização e comodificação do espaço.²

Há também o caso da agricultura urbana que podendo ou não surgir no contexto do urbanismo informal, decorre na maioria dos casos da tentativa de cidadãos em rentabilizar terrenos privados ou públicos, aproveitando recursos e desperdícios urbanos e criando um sistema e economia de recursos alternativos nas cidades. Pode ocorrer devido a motivações activistas ecológicas, mas na maioria dos casos ocorre como estratégia de subsistência de populações mais pobres.

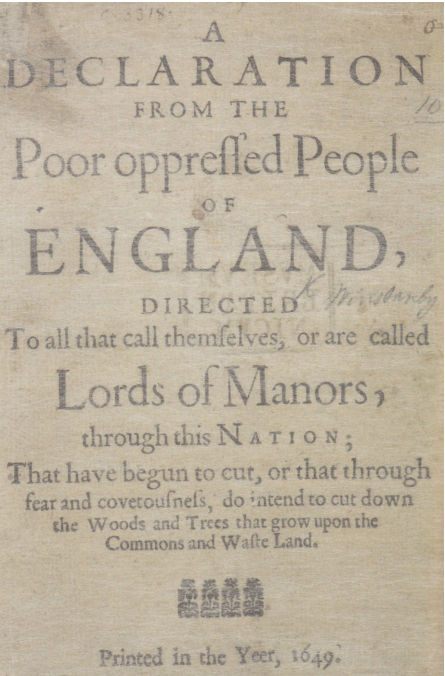
Um dos mais antigos casos documentados de acções urbanas subversivas de forma organizadas e sistemática remontam a 1647, quando um grupo político informal chamado de The Levellers foi formado com vista a lutar pela abertura dos direitos de voto, a tolerância religiosa e por processos jurídicos justos. O grupo foi popularmente alcunhado após a recorrência da sua prática de nivelamento (*levelling*) de cercas e limites, erigidos pelos proprietários para impedir que o povo usasse o que era antes terreno comum, a que todos recorriam para local de armazenamento de madeiras e outras matérias orgânicas. Os Levellers não apoiavam esta tendência e por isso tentaram distanciar-se dela ao implementar este tipo de sabotagem.³

Um grupo mais radical foi entretanto formado em 1649, auto-denominando-se como True Levellers e, conduzidos por Gerard Winstanley, defendiam o fim de todos os direitos de propriedade. Num retorno à situação existente antes da invasão Normanda em 1066, quando a terra não era directamente propriedade do estado nem da monarquia, mas antes dividido em pequenas parcelas que eram proprie-

¹ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.140

² Idem.

³ Ibidem., p.139



Da esquerda para a direita (fig.46) xilogravura retirada do Declaration e (fig.47) Declaração dos True Levellers (1649)

dade dos camponeses de acordo com as leis e costumes tradicionais, que seguiam princípios de parentesco e cada indivíduo cultivava a sua própria parcela.⁴

Os True Levellers também defendiam o cultivo colectivo das terras, em 1649 o grupo ocupou o Monte St. George em Surrey e começaram a cultivar a terra, vivendo e trabalhando de forma comunitária. Este foi o início de uma série de comunidades colectivas ao longo da Inglaterra, estabelecendo-se maioritariamente no sul. As actividades destes grupos consistiam então na já referida remoção de barreiras no território e o seu subsequente cultivo, daí o seu nome popular The Diggers. O grupo também produziu um manifesto chamado de The True Levellers Standard Advance. No pico do movimento existiam cerca de duas centenas de pessoas ao longo do sul e centro de Inglaterra, no entanto as comunidades começaram a ser perseguidas pelas autoridades e acabaram por ser desmanteladas. Em 1652 o movimento acabou por terminar, no ano em que Winstanley publicou o seu tratado sobre reforma social The Law of Freedom in Platform. Segundo Jeremy Till e tal, apesar de o movimento apenas ter durado alguns anos durante o século XVII, a sua visão da sociedade baseada na propriedade colectiva da terra permaneceu e inspirou mais tarde muitos outros grupos.⁵

Já em 1966 um grupo de cerca de 20 membros da Mime Troupe, um teatro de rua de S. Francisco, retirou-se e formou o San Francisco Diggers. Inspirados no teatro do absurdo e existencialista, a Mime Troupe tinha sido anteriormente responsável por acções performativas nas ruas desde 1961 e pela criação de uma Universidade Livre em 1964 no seu próprio estúdio. No entanto foi a partir de uma performance na rua de “Il Candelaio” de Geordano Bruno ter sido considerada obscena pela Park a Recreation Comission, que a Mime Troupe começou a optar por acções mais confrontacionais, tendo entretanto formado o grupo San Francisco Diggers.⁶

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, 2007, p.80-81

Fig.48 - Distribuição de comida recolhida do Farmer's Market, organizada pelos Diggers em 1966.

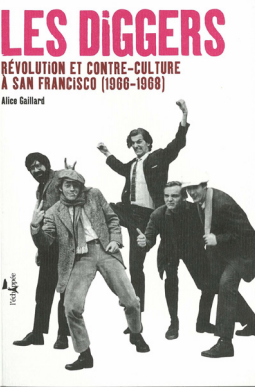


Fig.49 - cartaz do filme Les Diggers de Alice Gallard (1998)



Michael Doyle descreve a visão deste grupo como “a total transformação das relações económicas e sociais (...) através de meios pacíficos como panfletos e acções exemplares.” Como antigos membros do Mime Troup, estes “novos Diggers” recorriam com frequência ao seu vocabulário do teatro, desenvolvendo uma fusão de vida e arte nas suas acções na vida real, usando a interpretação de papéis participativos para criar cenários de relações sociais. Segundo eles, o *life-acting*, produzia uma nova consciencialização ao interromper as rotinas do quotidiano. Os San Francisco Diggers também distribuíam comida gratuitamente e para isso abriram a loja Free Frame of Reference, reclamavam por habitação gratuita através do *squatting*, criaram uma clínica médica livre e organizaram concertos livres com bandas como Jefferson Airplane e Grateful Dead.⁷

David Farber afirma que os Diggers também procuravam efectuar um *deschooling* dos indivíduos e subsequentemente estabelecer a rota para abranger o processo à sociedade, numa tentativa de desligá-la dos sistemas de valores do capitalismo. Os Diggers recorriam ao tempo livre dos jovens que fugiam para o District em São Francisco e à reciclagem dos excessos da sociedade afluyente como bens livres, para criar uma economia livre para uma sociedade livre.⁸

Outros grupos contemporâneos situavam-se ideologicamente de forma semelhante, através dos terrenos da psicaldelia, acção directa e de uma retirada semelhante da sociedade para estilos de vida alternativos, formando mais tarde comunidades intencionais. Malcolm Miles menciona os Merry Pranksters, os Hog Farm e os Motherfuckers na Califórnia, os Yippies e um outro grupo chamado de Diggers em Nova Iorque. Alberto Buenfil alinha todos estes grupos com os “movimentos anarquísticos da idade média e as suas comunidades messiânicas”, citando Murray Bookchin, Norman Brown, Paul Goodman and Noam Chomsky e Peter Marcuse, como principais teóricos.⁹

⁷ Ibidem., p.81

⁸ Ibidem., p.81-82

⁹ Ibidem., p.82



Da esquerda para a direita, ocupação da Camden High Street, em Londres, a 14 de Maio 1995 num protesto anti-t-carro organizado pelo RTS (fig. 50), poster relativo ao mesmo protesto, sendo a primeira *Street Party* de uma série organizada por RTS ao longo da década de 90. (Fig.51)



Fig.52 - Logo da EarthFirst! onde se pode ler “No compromise to the defense of Mother Earth!”

Mais tarde, já durante os anos oitenta, emergiu uma forma de ambientalismo radical como um equivalente activista da *deep ecology*, esta última que substituiu uma visão antropocêntrica do mundo para o desenvolvimento humano por uma visão ecocêntrica, uma centralidade de ecologias com sistemas vivos interdependentes.¹⁰ O grupo norte americano Earth First! foi fundado em 1980 e operava através de pequenas células que usavam primariamente tácticas de sabotagem não violentas. A actividade do grupo baseava-se nos princípios do direito à existência da vida selvagem, na igualdade de todas as formas de vida, no culto a uma “Terra Mãe”, do ecocentrismo e da negatividade do impacto da vida humana em ecologias frágeis. Acreditando que o derradeiro teste moral de dada acção seria o de beneficiar ou não a Terra.¹¹

Malcolm Miles evidencia que existem algumas semelhanças com a espiritualidade de New Age, mas neste caso o compromisso chave e assinalável é a acção directa. Derek Wall afirma que a Earth First! “promoveu reportórios radicais de acção e forjaram uma onda de protesto verde, mesmo após um período de declínio no activismo ambiental. Novos alvos para acção directa emergiram. A acção directa tem-se tornado mais aceitável tanto para os verdes como para a sociedade em geral (...)”¹²

Um caso mais recente é o grupo Reclaim the Streets (RTS), fundado em Londres em 1991. Em 1995 iniciaram uma campanha que se estendeu ao longo da década de noventa chamada de *Street Party*, numa dessas iniciativas foi colocada areia numa estrada junto a uma estação do metro de Londres, parando o trânsito. Na “praia” que tinham criado foram colocadas espreguiçadeiras e foi organizada uma festa.¹³ Com este tipo de acção, pode-se dizer que o Reclaim the Streets ressuscitou a diversidade na resistência, na perspectiva de Malcolm Miles, denotando uma sociedade alternativa no lúdico como não-produtivo, criativo, não-instrumental ou hierárquico. Miles estabelece um interessante paralelo com o Situacionismo em Paris dos anos sessenta e com a frase de Henri Lefebvre “debaixo do pavimento está a praia”.¹⁴

¹⁰ Ibidem., p.101

¹¹ Ibidem., p.112

New Age - movimento que se originou na segunda metade do século XX, que propõe uma integração e simbiose com a Natureza, com forte componente espiritual.

¹² Ibidem., p.111

¹³ Ibidem., p.117

¹⁴ Ibidem., p.116

O RTS esteve envolvido num “dia de acção” em 18 de Junho de 1999, praticando tácticas de “des/organização” (dis/organization). Em que diversas pessoas e artistas envolveram-se num dia repleto de performances e actividades interactivas de organização livre e espontânea, em diversos pontos da cidade. Neste seguimento Tim Jordan cita o folheto:

“Reclaim the Streets London gostaria de enfatizar de que é um grupo público, organizado abertamente, sem líder e não-hierárquico. Não há “planos” nem “génios” por detrás das suas acções ou eventos. As actividades da RTS são resultado de esforços voluntários, não-remunerados, cooperativos de diversas pessoas independentes que tentam trabalhar igualmente em conjunto.”¹⁵

Esta declaração foi em parte uma defesa perante a condenação de indivíduos como líderes ou instigadores, mas a dinâmica da massa de um protesto que abrangesse todo centro da cidade, estendeu e testou a des/organização para além dos seus limites anteriores. Grupos dispersos improvisaram o dia, tal como na improvisação de teatro de rua, extensão de uma narrativa comum. O modelo de *des/organização* subverte a insistência da sociedade dominante na organização, designação, liderança e na auditoria. No entanto Malcol Miles ressalva que a *des/organização* não é casual e ocorre apenas em contextos coesos.¹⁶

Ao longo dos anos noventa, os sucessivos protestos Anti-Roads como no caso de Claremont Road, Twyford Down, entre outros, foram obtendo alguma exposição mediática. O que levou ao surgimento de um herói popular em East Devon, chamado Daniel Hooper, apelidado como “Swampy”. Daniel Hooper ficou conhecido por escavar túneis por baixo de estradas em construção. Derek Wall considerou que apesar da atenção da imprensa ter celebrado os protestos, cristalizou as acções de milhares de outros intervenientes na forma de uma única personalidade.¹⁷

Como Derek Wall explica, a atenção mediática interpretou desadequadamente a questão ao focar-se demasiado numa personalidade enquanto que a cultura dos protestos Anti-Roads era um processo colectivo, diverso e disperso.

Recentemente o artista e activista John Jordan, que foi co-fundador do Reclaim the Streets, trabalhou projectos com o grupo de arte social Platform assim como também iniciou o Clandestine Insurgente Rebel Clown Army e o Camp for Climate Action. Jordan tem favorecido uma abordagem criativa à acção directa, conjugando modos artísticos criativos com politica socialmente comprometida, através da organização de eventos e trabalhando com movimentos sociais de maneira a usar a arte como forma de transformar as relações sociais e espaciais, não apenas representá-las.¹⁸

Além de uma forma de acção directa, o activismo pode oferecer também um momento de emergência de novos valores sociais. Segundo Miles pode ser “um momento de consciencialização que constitui um novo tipo de conhecimento produzido através do activismo, um vislumbre de uma nova sociedade implícito numa percepção que ocorre nos outros mas que é experienciada pessoalmente.”¹⁹ Isto relaciona-se também com o conceito de natalidade de Hannah Arendt, que consiste na ideia de um carácter maturado produzido através de percepções colectivas.²⁰

No entanto a efemeridade geralmente associada ao activismo não é a causa para a sua destituição, mas antes razão para a considerar como uma nova politica, fora da politica de representação. Segundo Malcom Miles “o activismo é efémero apenas no sentido em que uma acção pode até durar apenas um dia, mas salienta que a nova percepção que produz na consciência daqueles que participam é geralmente de importância duradoura, da mesma forma o activismo surge em ondas e tende a perder ímpeto, mas continua através da persistência das suas redes.”²¹

Tim Jordan por sua vez alude aos momentos de prazer que geram uma politica efémera, referindo o *punk* que anteriormente fora uma forma de resistência mas que entretanto se tornou moda.²² Exemplo disso é a cultura *rave* e campanhas localizadas nas quais as pessoas são reunidas em novas formas de oposição colaborativa. Derek Wall concluiu num estudo sobre os protestos Anti-Roads que “uma certeza na teoria dos movimentos sociais é a de que as ondas de mobilização vão e vem. Não se desenvolvem de uma forma contínua e sustentada.”²³

2.2. Movimento Ocupa

Uma “ocupa” ou “*squat*” é de uma maneira muito simples o uso de dada estrutura urbana sem o consentimento (pelo menos imediato) do proprietário. Pode-se tratar da construção em terrenos alheios, a ocupação de edifícios existentes e pode se dever a diversas motivações. Em *Logic of Urban Squatting*²⁴ o sociólogo holandês Hans Pruijt refere que “a ocupação ilegal sempre ocorreu ao longo da história mas no seu estudo foca-se apenas em *squats* que sejam organizadas ou que pelo menos se inspirem em algum tipo de movimento social, e que a importância do movimento ocupa deve-se principalmente à libertação cognitiva e à capacitação que fomenta e principalmente por fazer com que as pessoas entendam os edifícios vazios como uma oportunidade e como possibilidade para uma organização colectiva.”²⁵

Jeremy Till et al afirmam que o *squatting* é definido de uma forma genérica como a ocupação e transformação de edifícios e terrenos que não estejam em uso ou subaproveitados. E que é baseado na presunção de que a ocupação e uso é um direito em si e que está acima e para além da propriedade legal. Neste sentido referem a declaração dos Levellers “de que a terra é um tesouro comum a todos”, como um dos primeiros indícios desta perspectiva.²⁶

Apesar de ser uma prática antiga, uma das primeiras iniciativas *squatter* organizadas e motivadas ideologicamente ocorreu em 1966, quando activistas holandeses do movimento anarquista Provo Movement lançaram uma plano para Amsterdão chamado de White Houses Plan. Um grupo de trabalho reuniu-se e anunciou que iria distribuir uma lista que continha todas as casas vazias da cidade e que as portas destas iriam estar pintadas a branco. Em 1969 a Woningbureau de Kraker foi estabelecida, o seu nome significa “casa burocrática das *krakers*”.²⁷

“Krakers” é um termo que os *squatters* holandeses começaram a usar para designarem aqueles que tinham como objectivo habitações a longo prazo.

²¹ Idem.

²² “Quando tais culturas são intimamente associadas com uma comunidade oprimida e criam representação para essa comunidade, a politica e o prazer podem ser então reunidos, a partir daí os prazeres colectivos tornam-se políticos por se relacionarem com politica, mas sem serem políticos em si.” JORDAN, Tim apud MILES, Malcolm - op.cit., p.111

²³ MILES, Malcolm - op.cit.,p.111

²⁴ PRUIJT, Hans - The Logic of Urban Squatting, in *International Journal for Urban and Regional Research*, v.37 n.1, p.19-45, Blackwell Publishing Ltd, 2013

²⁵ PRUIJT, Hans - op.cit., p.19

²⁶ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., , p.199

²⁷ PRUIJT, Hans - op.cit., p.19

Fig.53 - Kasa La Muntanya, Barcelona.



Fig. 54 - Ocupa em Berlim.



Em Berlim foi cunhado o termo “instandbesetzen”, uma contracção de instandsetzen” (renovar) e “besetzen” (ocupar). Segundo Hans Pruijt as *squats* contemporâneas na europa podem ser vistas como uma sequência das *squats* organizadas dos anos sessenta, no entanto não estão apenas dependentes de um clima de revolta e contra cultura. Pruijt afirma que o facto de que tal tenha sido feito em larga escala logo no pós Segunda Guerra Mundial é um exemplo disso.²⁸

A literatura sobre o movimento *squatter* oferece um grande número de interpretações muito diferentes, o que segundo Pruijt pode dar a impressão de que se trata apenas de um movimento ilusório ou aparente. Na sua perspectiva o próprio movimento é bastante heterogêneo, podendo-se observar uma enorme diversidade de projectos entre vários países e de cidade para cidade. Todas estas interpretações acabam por se verificar algures ou até certo ponto, sendo que se verificam certos elementos de umas nuns casos e noutros não dada a variabilidade entre cada contexto específico.²⁹

Hans Pruijt desenvolveu uma tipologia de *squats* urbanas, tentando propor uma diferente ferramenta de análise em relação à existente e mais comum, a distinção entre *squats* que procuram satisfazer a necessidade de habitação e as que procuram satisfazer necessidades de expressão cultural e política. Hans Pruijt considera tal distinção inadequada e afirma que já foi anteriormente criticada por autores como M. Kinghan em *Squatters in London* (1977) e Van der Pennen et al em *Kraken en volkshuisvesting* (1983). Segundo eles ir ao encontro de necessidades habitacionais é um motivo importante para todos os *squatters* mesmo que de forma mais directa ou indirecta.³⁰

A tipologia desenvolvida por Hans Pruijt baseia-se principalmente nas ideias da teoria da contingência e na teoria dos Novos Movimentos Sociais. A teoria da contingência foi introduzida por Doug McAdam e W. Richard Scott em *Organizations and Movements* (2005) no contexto do estudos dos movimentos sociais e explica a sua diversidade como o resultado de adaptação para otimizar eficiência e eficácia. No caso do *squatting* é extremamente importante levar isto em consideração visto que se trata essencialmente de um processo de transformação, onde edifícios ou terrenos vazios são ocupados e convertidos em habitações aceitáveis, ou espaços utilizados de outros modo. Henry Mintzberg por sua vez conceptualizou esta adaptação em *Structure in Fives: Designing Effective Organizations* (1983) como **congruência** e **configuração**, onde alcançar uma compatibilidade com dado ambiente acarreta alcançar uma consistência interna. Segundo a terminologia de Mintzberg, as configurações são combinações consistentes de elementos que correspondem de forma lógica a características específicas do ambiente.³¹

Hans Pruijt como holandês baseou-se também na sua experiência empírica na Holanda, mas também no Reino Unido, Alemanha e Itália. Na sua opinião, a Holanda pode ser vista como um laboratório na vida real que ofereceu aos activistas uma grande oportunidade para explorar o que é possível alcançar através do *squatting*.³² Sendo a Holanda um país relativamente pequeno mas densamente povoado, as crises habitacionais são persistentes. Somando-lhe o facto de que entre 1971 e 2010



Fig.55 - Witte Huizen Plan do Movimento Provo (1966)

²⁸ Ibidem., p.20

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Ibidem., p.21

³² Ibidem., p.21

era possível fazer *squats* sem infringir a lei, o que fez com que se vissem de todo o tipo de *squats*, no entanto Pruijt nota a importância de casos ocorrentes noutros países onde observa certas possibilidades que foram mais exploradas do que no caso holandês.

A tipologia elaborada por Hans Pruijt contempla então cinco configurações básicas de *squatting*. 1) *squatting* baseado em privação 2) *squatting* como estratégia de habitação alternativa 3) *squatting* baseado em empreendedorismo 4) *squatting* conservacionista 5) *squatting* político. No entanto nota que várias configurações derivam destas e que por vezes projectos com diferentes configurações coexistem no mesmo local.

2.2.1. *Squatting* baseado em privação

O *squatting* baseado numa privação pode se considerar a mais antiga configuração, envolvendo pessoas pobres, de classes trabalhadoras que estão por alguma razão angustiadas por carência de habitação. Carência de habitação neste contexto significa que tais indivíduos estão fundamentalmente condicionados a viver sem abrigo ou sem condições aceitáveis, a dado momento.

Um aspecto chave desta configuração é a de que se trata de um tipo de *squatting* muito organizado. Segundo Pruijt um protótipo de *squatting* baseado em privação é o chamado Family Squatters Movement que se despoletou no Reino Unido no final dos anos sessenta. Activistas determinados começaram a organizar estratégias para alojar as famílias sem abrigo em 1969, ao ocupar e distribuir as habitações abandonadas, que por estas acções, as autoridades acabam por lhes conceder. Um serviço chamado de Family Squatting Advisory Service foi estabelecido em Bailey em 1973, para organizar a distribuição e tinha apenas um membro assalariado.³³

Uma diferente forma desta configuração pode passar pelo *squatting* em massa. Um exemplo disso sendo por exemplo uma grande vaga de ocupações nos ex campos militares em 1945 e 46 no Reino Unido, iniciado por comités de veteranos. No final dos anos setenta, muitos grupos de pessoas ocuparam um grande número de apartamentos em Itália. Mais recentemente, em 1998, o Committee without Frontiers e a Rifondazione Comunista organizaram em Bolonha *squats* para imigrantes do Norte de África. Exemplos contemporâneos de projectos *squatter* baseados em privação existem, como o caso da associação da Zwart-Rode Vrijheid que em 2010 se predispôs a fornecer habitação para pessoas com diversos tipos de problemas na pequena cidade holandesa de Etten-Leur.³⁴

Neste tipo de *squatting* é possível tirar partido da percepção de que os *squatters* são pessoas carenciadas e desfavorecidas, e escolher edifícios cujos proprietários tem uma certa obrigação moral, entre as várias possibilidades Pruijt destaca o Estado e a Igreja.³⁵

Hans Pruijt salienta a susceptibilidade que o *squatting* baseado na privação tem para a cooptação, que se trata da transformação para uma forma que é útil às autoridades administrativas, apontando para o eminente caso de cooptação que



Fig.56 - Marcha de cerca de 200 pessoas em protesto contra propriedades vazias e abandonadas em Redrid-ge em 1968.



Fig.57 - Protest do Squatters Network de Brighton e Hoven durante os anos 80.

³³ Ibidem., p.25

³⁴ Ibidem., p.25

³⁵ Ibidem., p.25

se pode verificar na história do squatting no Reino Unido, em que algumas organizações foram convertidas em gabinetes de gestão/administração que arrendavam alojamento do sector público de curta duração. Este esquema chamado de “*squatting licenciado*” e os acordos com as autoridades locais que o tornaram possível, exigiram às organizações *squatter* que deixassem de organizar as ocupações.³⁶

³⁶ Ibidem., p.26

2.2.2. *Squatting* como estratégia de habitação alternativa

Uma configuração mais recente é o *squatting* como estratégia de habitação alternativa. Que é um meio mais ou menos viável, alternativo ao (sub)arrendamento. Comparado com *squatting* baseado em privação, este caso é menos restritivo. Esta configuração abriu possibilidades a pessoas de origem na classe média, exemplos disso são estudantes ou indivíduos móveis que escolheram dedicar-se a actividades com menos retorno financeiro, como artistas e músicos. É por isso que este tipo de configuração é mais apelativo a pessoas que procuram habitação mas estão fora do grupo de pessoas que precisam urgentemente de casa e não tem qualquer tipo de meios para tal.³⁷

³⁷ Ibidem., p.27

Nesta configuração, o motivo principal não é o da ajuda e caridade, mas antes o adquirir as ferramentas tácticas para alcançar autonomia. Como estes motivos não são tão urgentes como no *squatting* por privação, esta configuração não requer um enquadramento rígido, ainda assim é importante explicar a acção a vizinhos e ao público. Contudo segundo Pruijt o facto deste tipo de *squatters* não se colocarem entre os necessitados e privados, leva a que questões morais e de legitimação se levantem quando as suas casas ocupadas poderiam se destinar a pessoas com baixos rendimentos. Na Holanda, este problema enquadra-se sobretudo nos casos da habitação social que é distribuída pelo estado. No entanto este tipo de problemas não acontecem em edifícios que pela sua natureza permitem ver as *squats* como um acrescento ao stock habitacional acessível, em vez de lutar por uma parte da habitação existente. Neste contexto, edifícios adequados podem incluir espaços comerciais, edifícios de grande dimensão que não contenham habitações mas que devido à sua tipologia são adequados para uma vida comunal. O mesmo se aplica a unidades de arrendamento que foram retiradas do mercado devido a planos de demolição. Casas que estão longe do padrão de arrendamento são adequadas, assim como as que estão vazias e são demasiado caras para serem consideradas como parte do stock de habitação acessível/económica.³⁸

³⁸ Ibidem., p.27

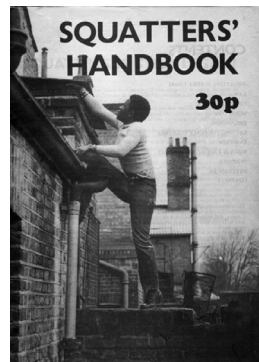


Fig.58 - Capa de um número da *Squatters Handbook* publicada nos anos 70, Squatting Advisory Service.

no que toca à habitação, mas não só. Os *squatters* distanciam-se da construção de habitações regulada por um poder central e burocraticamente regulada, lutando contra o poder exercido sobre eles através do planeamento urbano e as normas dos direitos de propriedade privada que fazem com que pessoas sem abrigo se mantenham obedientemente sem abrigo enquanto existem casas vazias à sua volta.³⁹

³⁹ Ibidem., p.28

Os movimentos *squatters* podem sobrepor-se com outros movimentos em ondas de protesto, podendo enquadrar-se com a “família de movimentos sociais de esquerda libertária”, incluindo por exemplo o movimento ecológico e novo movimento pacifista. Os *squatters* podem aplicar a noção de acção directa e a sua experiência, para atacar determinados problemas da sociedade fora do âmbito do *squatting*. Como alternativa habitacional pode levar a vários resultados, sendo o mais premente o de fornecer habitação, muitas vezes temporária, por acção directa, no entanto Hans Pruijt argumenta que um facto interessante é a longevidade de muitas das *squats* no caso holandês em que existe uma relação com a sua qualidade, porque uma maior esperança de vida para uma *squat* leva a um maior investimento em reparações, construção e manutenção. Em *Introducing Squatting* (1980) Nick Wates estimou que no caso britânico, a esperança média de vida de uma *squat* seriam vários meses, mas sempre menos do que um ano, Pruijt estima uma média de vários anos no caso de Amsterdão nos anos oitenta, mas que tem havido um decréscimo desde 1994.⁴⁰

⁴⁰ Ibidem., p.29-30

Algumas *squats* tornaram-se casas permanentes através da legalização. Em Amsterdão, o município comprou 200 dos edifícios que eram ocupados por *squatters*, legalizando-os. O que se enquadrou numa já formulada política governamental para fornecer habitação para jovens. Neste processo o papel da resistência perante despejos não pode ser desvalorizado, pois devido a tal facto, as autoridades decidiram tornar muitos dos edifícios em causa em associações de habitação que fecharam contratos *lease* com os *squatters*, individualmente. O que levou os *squatter* a consolidar o que tinham alcançado, no entanto o reverso da medalha na legalização acarreta um aumento dos custos, a adaptação a códigos legais de construção, acabando com a situação onde o dinheiro pouco importa.⁴¹

⁴¹ Ibidem., p.30

Um problema específico do *squatting* como uma estratégia de habitação alternativa é o de que duas das forças desta configuração, a de que muita gente pode fazê-lo e a de que a estrutura organizativa é descentralizada, representam simultaneamente fraquezas porque limitam as possibilidades de os *squatters* exercerem controlo social perante os outros *squatters*. O que é bastante relevante tendo em conta a legitimidade precária do *squatting*.⁴²

⁴² Idem.

2.2.3. *Squatting* baseado no empreendedorismo

O *squatting* oferece oportunidades para montar qualquer tipo de estabelecimento, sem a necessidade de recorrer a muitos recursos nem o risco de se perder na burocracia. Exemplos de tais projectos podem ser centros sociais em bairros, bares *squatters* que fornecem uma infraestrutura para *squatting* como estratégia alternativa de habitação e angariam dinheiro para acções e projectos de caridade, residências artísticas, salas de ensaio ou de espectáculos para bandas ou grupos de teatro, oficinas, escolas alternativas, bibliotecas, agricultura urbana entre outros.

Segundo Marvi Maggio, em Itália projectos de *squatting* baseado no empreendedorismo tendem a ser vulgarmente denominados de centros sociais ou *Centri Sociali*. Activistas de outros países como Espanha e Reino Unido adoptaram esta designação. Em 1998, 150 centros sociais ocupa auto-geridos em Itália ofereciam oportunidades para desfrutar e desenvolver da vida social num ambiente não-comercial. Pierpaolo Mudu contou 200 centros sociais em Itália e Vincenzo Ruggiero afirmou que uma das principais funções deste tipo de centros sociais assenta na redução do isolacionismo social, da reparação de lacunas relativas à construção de identidade e que permitem pessoas desempregadas envolverem-se em actividades produtivas.⁴³

Neste tipo de configuração o tipo e escala dos edifícios pode variar. Exemplos vão desde uma pequena montra a um grande centro comercial, ou complexo militar, armazéns, estaleiros ou até vilas inteiras. Segundo Hans Pruijt é por causa desta enorme variedade neste tipo de configuração que é difícil afirmar de uma forma genérica a origem social dos participantes. Pierpaolo Mudu indicou que os visitantes dos centros sociais no norte e centro de Itália tendem a ter proveniências variadas de classes sociais enquanto que os envolvidos directamente tendem a ser “pessoas que vivem nas margens da sociedade”. A organização neste tipo de configuração varia bastante, primordialmente devido à referida grande variabilidade de escala e natureza dos edifícios, no entanto uma característica relativamente comum é o facto de a organização ser informal.⁴⁴

Os projectos de *squatting* baseado em empreendedorismo são bastante pragmáticos e por isso pouco dependentes de guias ideológicas sofisticadas. Inicialmente costumam operar sem necessidade de apoio do público, no entanto, consoante ameaças de despejo, activistas e organizadores podem exigir às autoridades e sobretudo às populações, que os apoiem de forma a evitar a extinção dos projectos. Outra característica da actividade destes projectos prende-se com a sua escala, pois quanto maior, maior é necessidade de estruturação e guias estruturais funcionalistas que evidenciem o valor do projecto para a comunidade tem de ser criadas.

Marco van Duyn que era membro activo no colectivo Eurodusnie em Leiden na Holanda, criticou a cena *squatter* holandesa por ser exclusivista, comparando-a com o grande número de centros sociais em Itália, que descreveu como pontos de encontro para a parte anti-capitalista da sociedade enquanto que apela simultaneamente a uma outra grande variedade de indivíduos. Muitos centros sociais resolvem



Fig.59 - Edifício da ocupa Leoncavallo, Milão.

o dilema ao oferecer espaço para um grande número de actividades, atraindo uma grande audiência. A Leoncavallo em Milão acolhe 100.000 visitantes por ano, o que acarreta uma grande responsabilidade para os activistas, que podem ver o seu envolvimento ideologicamente inspirado tornar-se na “limpeza” da confusão de uma multidão consumista.⁴⁵

Os centros sociais italianos geraram uma inovação no reportório de protesto, como o Tute Bianche, um bloco de demonstradores vestidos de branco para representar uma certa invisibilidade como resultado de uma reestruturação pós-Fordista, mais tarde chamados de Disobbedienti. Steve Wright aponta que alguns centros são mais orientados politicamente e alguns são mais orientados para a cultura, portanto algumas tensões nascem desta separação, ainda para mais pode-se notar uma diferença entre os centros autonomistas e os anarquistas.⁴⁶

O *squatting* baseado no empreendedorismo tem uma enorme variedade de possíveis desfechos. Na melhor das hipóteses os projectos podem desenvolver-se e tornarem-se instituições que persistem durante muito tempo. Segundo Hans Pruijt muitas das iniciativas que persistem durante muito tempo acabam por adquirir estatuto legal, como o caso do bar *squatter* Molli Chaooot em Amsterdão que ainda existe desde 1979, ou a livraria anarquista Fort van Sjakoo, também em Amsterdão, que existe desde 1977. Em Itália, importantes elementos da paisagem cultural, como o Forte Prenestino em Roma ou a Leoncavallo em Milão, são produto do *squatting* baseado no empreendedorismo. A Leoncavallo, que começou nos anos 70, conseguiu persistir ao longo do tempo devido ao facto de ter adoptado a estratégia de ocupar outro edifício após despejo mantendo o mesmo nome e identidade, o que aconteceu diversas vezes.⁴⁷

⁴³ Ibidem., p.31

⁴⁴ Ibidem., p.32

⁴⁵ Ibidem., p.33

⁴⁶ Ibidem., p.34

⁴⁷ Ibidem., p.34

2.2.4. *Squatting* conservacionista

A quarta configuração enunciada por Hans Pruijt, o *squatting* conservacionista, envolve o squatting como uma tática usada na preservação de determinada paisagem urbana, rural ou natural.⁴⁸ O objectivo é maioritariamente a prevenção de uma transformação, em muitos casos uma transformação planeada e, promover um desenvolvimento numa direcção diferente. Tais oportunidades surgem devido ao facto de que mudanças iminentes no uso de dado terreno resultam em edifícios desocupados. O *squatting* pode então aumentar a resistência perante tal mudança pois os locais de onde as populações foram retiradas, são populados novamente pelos squatters. Tais oportunidades podem ocorrer em edifícios históricos à espera de demolição ou bairros que estão em vista de ser total ou parcialmente demolidos.⁴⁹

Ao longo da segunda metade do século XX, vários exemplos de *squatting* conservacionista podem ser observados. Como é o caso do bairro Tolmers Square em Camden Londres, que no início dos anos setenta estava previsto ser demolido para ser substituído por blocos de escritórios. O bairro Nieuwmarkt em Amsterdão, também no início dos anos setenta, estava previsto ser atravessado por uma autoestrada e por uma linha de metro e que iria ser ladeada por blocos de escritórios e um hotel. Ou em Kreuzberg em Berlim, que em 1979 sob a acção do grupo comunitário SO 36 ocupou um quartel de bombeiros desocupado para prevenir a sua demolição. Os activistas também procederam à ocupação de habitações, que estavam na eminência de ser demolidas, com o intuito de assegurar a habitação em si como preservar a estrutura do bairro. Também em Berlim em 1990, o caso de Friedrichshain, onde activistas incentivaram pessoas a ocupar casas vazias na Rua Mainzer para prevenir a sua destruição. Este projecto envolveu 11 habitações e 250 ocupantes. Hans Pruijt aponta que o *squatting* conservacionista pode também ser aplicado para preservar a função de dado edifício perante o fenómeno da gentrificação, dito de outra forma casas económicas cujos proprietários pretendem converter em serviços ou condomínios cujos fins não beneficiam as populações locais.⁵⁰

Segundo Nick Wates, os agentes do *squatting* conservacionista tendem a ser “intervencionistas de classe média”, como estudantes ou profissionais e costumam ter vários interesses para além das necessidades habitacionais. No caso do bairro de Tolmers Square, Wates nota que os primeiros “verdadeiros” *squatters* foram três estudantes de arquitectura, que estudaram o bairro e o seus problemas no âmbito de um trabalho académico. Os estudantes descobriram que não tinha havido qualquer participação dos residentes no processo de planeamento e no seu destino subsequente a esse processo. As suas recomendações ascenderam a um pedido de desenvolvimento fragmentado do máximo de edifícios possível em vez da demolição. Numa reunião com os moradores, fundaram a Tolmers Village Association, na qual os estudantes *squatters* desempenharam um importante papel na gestão diária. No caso do bairro Nieuwmarkt em Amsterdão, pelo menos dois dos seus iniciadores e principais activistas na resistência contra a transformação planeada, tinham envolvimento activistas anteriores relativos a problemas de planeamento urbano.⁵¹

Em 2000, os ambientalistas estavam entre os activistas que ocuparam o forte militar Pannerden na Holanda, que estava em avançado estado de deterioração desde a sua última utilização em 1940. A sua ideia era prevenir o aumento do seu estado de decadência e impedir a sua requalificação como um hotel. Os *squatters* criaram habitações, um museu e residências artísticas e actividades culturais, conduzindo também *tours* mensais pelo forte. Esta tipologia pode também desenvolver-se a partir do *squatting* como estratégia de habitação alternativa, quando o edifício ocupado é ameaçado de demolição e quando os ocupantes vêem uma oportunidade para restauro. Outra possibilidade para iniciar squatting conservacionista é o apoio a moradores que já resistem a uma eventual transformação planeada.⁵²

Como o *squatting* conservacionista está dependente do apoio de moradores, e pode envolver cooperação com inquilinos e outras partes interessadas, é lógico que os activistas tentem controlar o processo. No caso do bairro de Tolmers Square existia um “sistema de triagem informal” para definir os possíveis *squatters*. No caso de Nieuwmarkt em Amsterdão, os activistas constituíram um grupo que distribuiu as casas que iriam ser ocupadas. Para serem aceites, os potenciais *squatters* tinham de corresponder a uma série de critérios, principalmente a preparação e comprometimento com o objectivo principal, evitar a demolição.⁵³

Os activistas suportaram este processo ao estabelecerem um esquema no qual os *squatters* teriam que colectivamente pagar possíveis reparações, o que fez com que ocupar casa em más condições fosse mais aceitável, e ao fornecer um centro de serviço técnico onde várias ferramentas construtivas eram emprestadas. Os activistas exerceram então controlo sobre o bairro, ao impedirem que pessoas desviantes permanecessem (maioritariamente toxicodependentes) e comprometeram-se a organizar um realojamento em caso de despejo.⁵⁴

O *squatting* conservacionista também teve impacto em conflitos relacionados com o planeamento em bairros. Nick Wates, ao escrever sobre o bairro de Tolmers Square, conclui que “a única maneira eficaz de evitar que o tecido urbano se deteriore foi demonstrada pela ocupação de edifícios vazios”. Os edifícios em si em Tolmers Square não sobreviveram, no entanto as ruas georgianas escaparam a demolição e a construção de blocos de escritórios foi menor do que o que foi originalmente planeado. No bairro de Nieuwmarkt, os *squatters* mantiveram-se nos edifícios na Zwanenburgwal e na Ververstraat, preservando-os da demolição. O esforço contra a autoestrada que atravessaria o bairro de Nieuwmarkt, em conjunto com a linha de metro, envolveu uma aliança com conservacionistas elitistas que queriam principalmente preservar os monumentos e activistas anarquistas que desejavam um bairro vibrantes de usos mistos, com habitações acessíveis onde a escala humana domina. A linha de metro foi construída como planeado, mas a autoestrada foi parada após campanha activista, o que fez com que os investidores dos edifícios que iriam ser construídos ladeando a estrutura viária, perdessem o interesse.⁵⁵

No caso de Kreuzberg em Berlim, a visão geral do projecto da Internationale Bauausstellung Berlin 1987 lista vários edifícios que estavam propostos para demolição, que foram ocupados e posteriormente renovados. As acções *squatter* em

Fig.60 - Despejo de uma ocupa em Nieuwmarkt, 1975.



Fig.61 - Squatters em Tolmers Square nos anos 70.



Kreuzberg prepararam o clima para a mudança política que ocorreu em 1981. Esta mudança implicou que se abordasse a renovação urbana de uma forma mais crítica e cuidadosa, não despejando os edifícios dos seus habitantes. Em vez da demolição de 2200 fogos que tinha sido planeada originalmente, apenas 14 edifícios de menor importância e dimensão foram demolidos.⁵⁶

⁵⁶ Ibidem., p.38

2.2.5. Squatting político

O *squatting* pode ser um campo de acção promissor para aqueles que procuram envolver-se em políticas anti-sistémicas e que se identificam com ideias revolucionárias ou autonomistas. Para essas pessoas o *squatting* não é um objectivo em si, é atractivo por causa do grande potencial para confrontações com o estado. Segundo Hans Pruijt o rótulo “squatting político” não implica que outras configurações sejam necessariamente apolíticas pois na realidade, como Nick Wates sugere, o *squatting* é geralmente político. Pruijt escolhe esta designação pois nesta configuração o envolvimento é guiado por motivos políticos anti-sistema que se sobrepõem, argumentando ainda que a razão para considerar o *squatting* político como uma configuração separada deve-se ao facto de ter a sua própria lógica, que diverge consideravelmente da lógica de outras configurações.⁵⁷

⁵⁷ Ibidem., p.39

Um caso que clarifica a questão é o do grupo de Amsterdão chamado de Woon-groep Staatsliedenbuurt que esteve activo no final dos anos setenta e inícios de oitenta e que tinha uma estratégia que era coerente em si mas que não se encaixava logicamente em nenhuma das configurações descritas anteriormente. O aspecto em que este grupo divergia de forma mais óbvia era o de organizar ocupações em larga escala, em habitações sociais criadas pelas autoridades municipais ou por ataques e destruição de ficheiros dos gabinetes administrativos. Para os outros *squatters* em Amsterdão, este tipo de habitação estava fora de questão pois sentiam que o objectivo devia se tratar de acrescentar possibilidades ao stock de habitação acessível e não entrar em competição por ele. O grupo também não procuravam nem representar nem ajudar aqueles que eram imerecidamente ignorados pelas autoridades, tentando apenas desestabilizar o sistema em acções de sabotagem ou de confrontação.⁵⁸

⁵⁸ Idem.

Um pouco antes, uma vaga de grupos políticos que tinham parte das suas origens nos movimentos estudantis, como o K-Gruppen e especialmente o Spontis, que representavam uma vertente ainda mais anti-autoritária que lançou vários projectos em diversas cidades. Esta vaga começou após a desilusão dos activistas em relação a uma anterior estratégia de tentar radicalizar os trabalhadores ao aceitarem trabalhos operários e tornarem-se activos no interior das empresas e indústrias. A maior parte da actividade concentrou-se em Hamburgo e Frankfurt, cidades governadas por socialdemocratas.⁵⁹

⁵⁹ Idem.

Em Itália, no final dos anos sessenta e início dos setenta, grupos políticos como a Lotta Continua prenderam-se com ocupações que tivessem começado espontaneamente. Numa fase mais tardia o Autonomen envolveu-se, segundo Welschen

buscando confrontações mesmo que estas contribuíssem pouco ou nada para a preservação de casas ocupadas. Nas palavras de Hans Pruijt o Autonomen consistia em diferentes grupos que lutavam em parte uns contra os outros e que se complementavam de certa forma. Tendiam a juntar-se a outros grupos para manifestações em massa e depois tomavam acções violentas, recusando concordar com a restrição de comportamento violento exigida pelos organizadores de tais manifestações. Welschen nota que a ideologia do Autonomen se fundava no pensamento leninista, adaptado por Toni Negri e outros à realidade vigente em que os jovens estavam cada vez menos interessados em movimentos controlados de cima para baixo, e em vez de construir uma organização pretendia-se a criar um ciclo crescente de confrontações com o estado. Fazendo com que tais confrontações iriam estimular uma subsequente centralização do movimento.⁶⁰

Em Amsterdão, os *squatter* políticos desenvolveram a estratégia de se juntarem à defesa de edifícios cujos ocupantes tinham desistido de evitar um despejo, tornando tais edifícios em autênticas fortificações com vista a confrontar de forma hostil o estado. Hans Pruijt aponta o caso de Groote Keyser como um bom exemplo disso, onde os *squatters* políticos estavam especialmente interessados na mobilização contra o partido social democrata que controlava a política na cidade de Amsterdão.⁶¹ Os conflitos sucederam-se até que em 1988 os *squatters* políticos foram afastados do movimento. Hans Pruijt argumenta que as diferenças entre objectivos, ideologias e estruturas organizacionais, que impossibilitaram uma compatibilização entre o *squatting* político e o *squatting* como estratégia de habitação alternativa e o baseado no empreendedorismo se trata de um conflito interconfiguracional.⁶²

Em Berlim, devido a esta crescente divisão e consequente secessão, fez com que muitos grupos de *squatters* políticos se comesçassem a identificar com os desenvolvimentos ocorridos em Itália, começando em alguns casos a associarem-se e a definirem-se como Autonomen. Esta é a parte do movimento que se recusa a negociar a legalização, dizendo-se comprometida em lutar contra a repressão exercida sobre os *squatters* e criticando outros por apenas lutarem para preservar os seus próprios espaços e não contra o sistema.⁶³



Fig.62 - Demonstração do K-Gruppen no final dos anos 70.



Fig.63 - Demonstração Solidária para o Goote Keyser (1980)

Operações

Inclusivas

3. Projecto Participatório

3.1. Organização Comunitária

Os inícios de uma democracia popular (*grass-roots*) nos Estados Unidos estiveram ligados às lutas dos anos sessenta, que ocorreram no contexto do movimento dos direitos civis, da emancipação feminina, do movimento anti-guerra e nos desafios das culturas alternativas, todos eles representando uma revolta da sociedade civil. Henry Sanoff nota que nessa época as revoltas que ocorreram no interior das cidades norte americanas ao longo desse período, raramente se identificavam como “movimentos urbanos”, tendiam a ver-se como expressões sociais variadas.¹

O trabalho social está primariamente focado nos problemas de indivíduos necessitados e suas famílias, no entanto tem também, desde o seu surgimento no final do século XIX, focado o seu trabalho em comunidades que pretendam organizar recursos humanos de forma a melhorar serviços sociais. Como tal métodos convencionais de trabalho comunitário deram origem a novas abordagens mais radicais para estimular as pessoas a tomar acção política directa para exigir mudança e desenvolvimento.²

A legitimidade deste movimento social foi alcançada nos Estados Unidos por programas de reforma social envolvidos na “War on Poverty”. O Community Action Program, fundado pelo Federal Office of Economic Opportunity, forneceu o apoio institucional e a legitimação política para a formação de organizações urbanas populares que apoiassem as exigências vindas de bairros pobres. Nesse contexto, milhares de organizações surgiram nos centros urbanos fundando a base para um grande movimento de bairros nos Estados Unidos. Contudo o falhanço destas lutas sociais em alcançar uma mudança substancial deveu-se à diversidade de problemáticas relacionadas com o movimento de organizações comunitárias e a falta de objectivos comuns.³

Durante esse período Saul Alinsky desenvolveu um modelo de organização comunitária que tentou organizar o protesto urbano para melhoria das condições de vida dos mais pobres, para fortalecer os movimentos populares e obter uma maior democratização e justiça social. Alinsky acreditava no pluralismo, na responsabilização do governo, na autonomia local e generalização da participação civil. Apesar de tudo Sanoff ressalva que como um organizador comunitário, Alinsky acreditava que as pessoas não poderiam ser mobilizadas em torno de modelos, mas sim através da defesa dos seus interesses imediatos.⁴

De certa forma, o principal resultado da organização é então a organização em si, a sua influência, a sua representatividade e a sua democracia interna. Assim que este fortalecimento popular é alcançado, as instituições democráticas começam a poder trabalhar em seu favor e os interesses económicos são mais facilmente controlados.⁵

¹ SANOFF, Henry - *Community Participation Methods in Design and Planning*, John Wiley & Sons, 2000, p.1

² Idem.

³ Ibidem., p.2

⁴ Idem.

⁵ Ibidem., p.2

Na visão de Alinsky, um organizador tem de ser solicitado pela comunidade e tem de abandonar a comunidade assim que a organização é estabelecida e começa a ser dirigida pelos seus líderes eleitos. O organizador deve ser pago pela comunidade através de fundos reunidos pela mesma, e nunca deverá fazer parte da mesma. Alinsky considerava que o organizador é um facilitador e educador naquilo que é essencialmente um esforço de auto-ajuda. Muitas das suas experiências, contudo, eram iniciadas por uma só instituição, como por exemplo as paróquias, que tradicionalmente são uma forma natural de organização popular na história, pois representam a expressão base de organizações de voluntariado. Ao enfatizar a importância da acção civil, particularmente à escala do bairro, estimulou-se então um movimento em direcção à descentralização, ao controlo local e ao poder do consumidor.⁶

De acordo com um inquérito extensivo sobre organizações comunitárias iniciado por Alinsky, Joan Lancourt (1979) conclui que as organizações comunitárias não conseguiram inverter a deterioração em relação aos principais problemas relacionados com habitação, educação, emprego, bem estar social e serviços urbanos. O controlo comunitário não foi obtido em alguns dos casos porque não conseguia ser multi-étnico. Quando o eram, as componentes étnicas lutavam entre si. Muitas vezes as organizações não alcançavam o controlo desejado e eram então absorvidas por programas de gestão que inicialmente pretendiam controlar. No entanto, as organizações foram bem sucedidas na sua formação com base territorial e conseguiram representar uma grande diversidade de interesses comunitários.⁷

As experiências mais bem sucedidas que emergiram da ideologia de Alinsky ocorreram na década de setenta quando a classe média, atingida pela crise económica foi afectada pela rápida decadência da qualidade de vida urbana. As organizações que se desenvolveram eram verdadeiramente multi-étnicas e por vezes abrangiam toda a cidade e, baseando-se numa vasta variedade de problemas de políticas económicas, desde impostos à energia nuclear e desde serviços de saúde à rácios de electricidade. Movimentos cívicos, como aqueles que aconteceram no interior das cidades nos anos sessenta, eram reacções contra as autoridades centralizadas e suas burocracias. Esta forma de democracia popular representa uma importante ligação para uma democracia representativa que se torna então uma verdadeira democracia participativa.⁸

Também neste contexto, Paul Davidoff, um planeador e advogado, decidiu incorporar as ideias de organização comunitária e desafiou os restantes planeadores a promoverem uma democracia participativa e uma mudança social positiva, para que se superasse a pobreza, racismo e para se reduzir as disparidades entre ricos e pobres. Davidoff desafiou-os a tornarem-se defensores daquilo que consideravam apropriado. Vendo essa defesa como uma maneira de permitir a todos os grupos da sociedade, particularmente organizações que representassem famílias de baixo rendimento.⁹

O seu artigo “Advocacy and Pluralism Planning” (1965) foi um novo modelo para o campo do planeamento. Davidoff foi fundamental na alteração do código de ética

do American Institute of Planners de forma a estabelecer que “Um planeador deve procurar expandir a escolha e oportunidade para todas as pessoas, reconhecendo uma responsabilidade social de planear à luz das necessidades das pessoas e grupos desfavorecidos, e devendo urgir a alteração de políticas, instituições e decisões que militam contra tais objectivos”¹⁰ O conceito de Paul Davidoff de advocacia no planeamento foi influente na caracterização da arquitectura e do planeamento urbano como um processo envolvido e participativo por uma mudança social positiva.

3.2. Centros de Projecto Comunitário

Os Community Design Centers (CDC), ou centros de projecto comunitário, emergiram neste contexto americano, entre movimentos como o dos direitos civis. Segundo Jeremy Till et al “o clima político da época fez com que planeadores, arquitectos e designers se vissem a si próprios como advogados daqueles que eram excluídos do processo de projecto, e começaram a ver o planeamento urbano não como um problema técnico e burocrático mas como uma problema politico.”¹¹

No fervor deste período existia um considerável financiamento governamental, mas em meados dos anos setenta, tal começou a verificar-se cada vez menos, consequentemente muitos programas públicos cessaram de existir. Os grupos que inicialmente contavam com este financiamento tornavam-se entretanto organizações sem fins lucrativos ou organizações baseadas em voluntariado.¹²

Actualmente os centros de projecto comunitário cobrem um vasto espectro politico, Till et al observam que alguns ainda mantêm uma visão politica radical enquanto que outros se aproximaram mais de um certo “neo-conservadorismo”, presente em movimentos como o New Urbanism. Apesar de tudo partilham o objectivo comum de envolverem as comunidades locais no processo de projecto e de planeamento, através da mobilização destas e através de medidas impostas por estratégias de planeamento ou de regeneração.¹³

Um dos primeiros centros deste género foi o Architects Renewal Committee of Harlem (ARCH) fundado em 1964, sendo o seu director Max Bond Jr. O grupo foi fundado para lutar contra propostas para uma nova auto-estrada no norte de Manhattan, e mais tarde forneceram uma variedade de serviços desde projecto e suporte técnico até informação e formação. Apesar de alguns dos seus membros serem arquitectos, incluíam-se também um advogado, um editor e vários organizadores comunitários. Estavam associados com o movimento do *Black Power* e muito do seu trabalho debruçava-se sobre a redução da pobreza nos *ghettos*. O ARCH foi então fundado através de doações e estabeleceu contratos com diversas organizações comunitárias.¹⁴

O clima deste período também teve uma enorme influência nas instituições educativas resultando no facto de muitos centros de projecto comunitário estarem afiliados a universidades, como o Yale Building Project na Yale University, o Pratt Center for Community Development no Pratt Institute, o Community Development Group na North Caroline State University, ou o Detroit Collaborative Design Center

⁶ Idem.

⁷ Ibidem., p.3

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.126

¹² Ibidem, p.127

¹³ Idem.

¹⁴ SANOFF, Henry - op.cit., p.4; AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.127

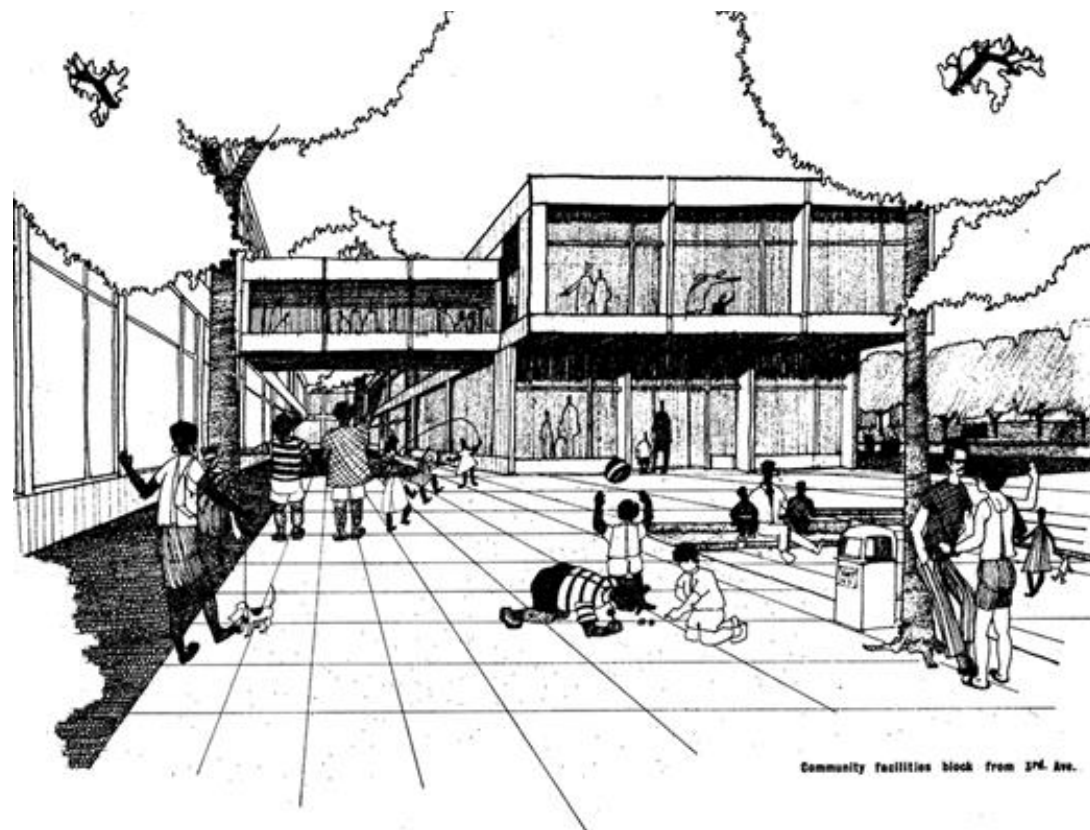


Fig.64 - Representação do centro comunitário e social, para o bairro East Harlem Triangle, apresentado num plano pelo Architects Re-neal Committee em 1968.

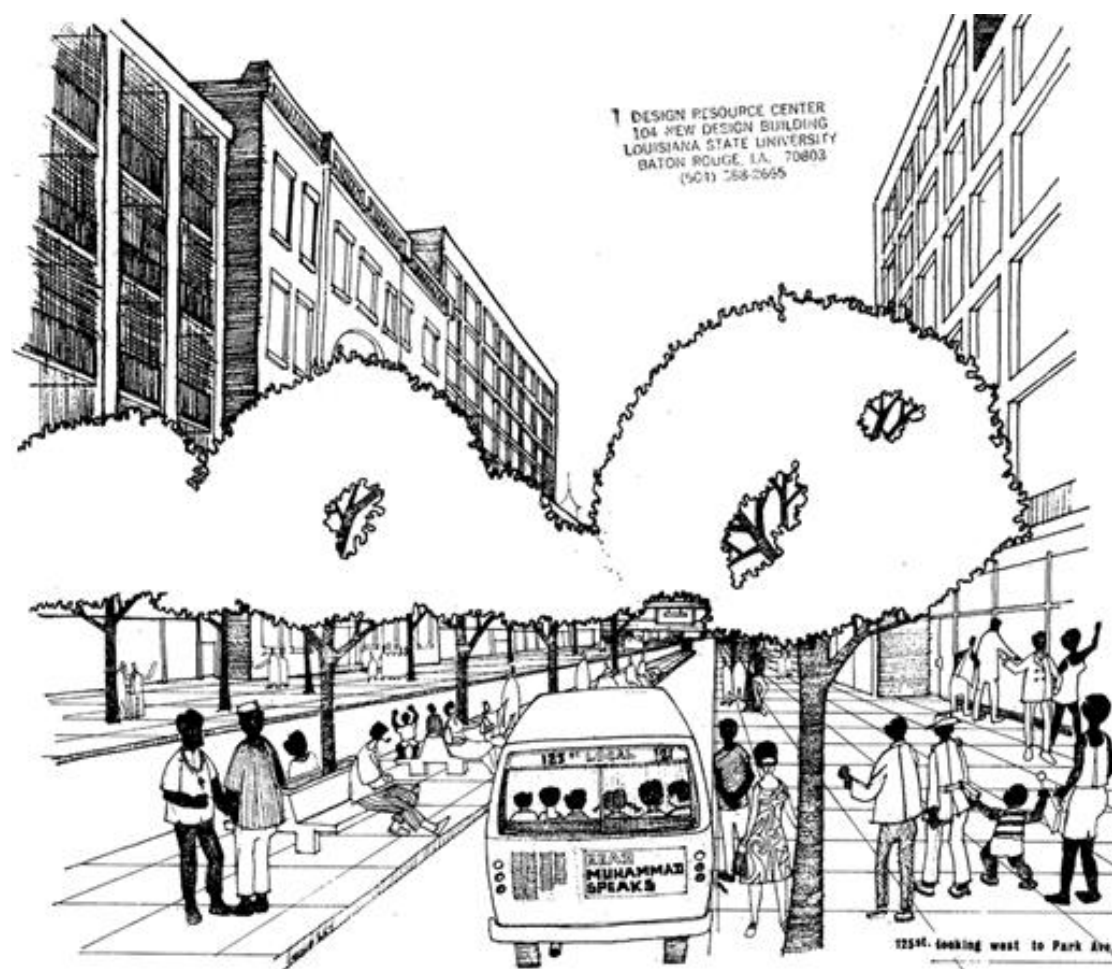


Fig.65 - Representação da 125th Street no plano para o East Harlem Triangle, apresentada pelo ARCH em 1968.

na University of Detroit Mercy, entre muitos outros ao longo dos anos. Estas organizações procuravam combinar o ensino e formação para os estudantes com um serviço aberto à comunidade, e enfatizando o processo de ensino sobre o produto final e aumentando a importância colocada na experiência prática.¹⁵

Quer independentes ou afiliados a uma instituição educativa, os centros de projecto comunitário costumam questionar os tradicionais papéis e relações de poder, tais como aqueles entre arquitecto e utilizador ou estudante e professor. A arquitectura e o projecto são vistos como ferramentas para uma intervenção ética no ambiente construído e o potencial transformativo da prática arquitectónica é sublinhado através de uma abordagem participativa, que trabalha para aqueles que menos possibilidades tem de aceder aos serviços do arquitecto tradicional.¹⁶

Durante os anos setenta, surgiram também no Reino Unido os Community Technical Aid Centres (CTAC), vindos da institucionalização da comunidade da arquitectura radical de praticantes como Ralph Erskine e o Architects Revolutionary Council, que procuravam encontrar alternativas para os programas de demolição de *slums* que se verificavam desde meados dos anos sessenta e que substituíam-nos por empreendimentos de habitação em massa pouco populares. Jeremy Till et al apontam o Neighbourhood Action Project de 1969 como um dos primeiros CTAC, onde o município de Liverpool com a Shelter, uma organização de caridade para os sem-abrigo. Embora tenha sido um projecto de curta duração, segundo Till et al o seu esquema de montagem de um gabinete de aconselhamento local com arquitectos, planeadores e trabalhadores sociais foi altamente influente.¹⁷

Deste modo as comunidades locais que resistiam em relação a reajustamentos recebiam assim assistência de vários grupos voluntários e profissionais, sendo que os arquitectos foram proibidos de fornecer serviços gratuitos pelo código de conduta profissional da RIBA. O Support Community Building Design, uma cooperativa iniciada por Tom Woolley juntamente com alunos da Architectural Association, fornecia um serviço bastante económico e acessível mas apenas podia ajudar os grupos que tivessem já alguns fundos assegurados. Estiveram envolvidos na assistência ao planeamento ao Covent Garden Action Group, entre outros.¹⁸

Outra organização importante foi a Assist que estava relacionada com o departamento de arquitectura da University of Strathclyde. Forneciam um serviço de assistência gratuito para o melhoramento de conjuntos habitacionais. A Assist operava através das chamadas "architecture shops" fornecendo assistência local não só em questões construtivas assim como na obtenção de financiamento, na criação de organizações à escala do bairro e recebiam petições que criticavam ou sugeriam mudanças. Tatjana Schneider et al afirmam que foram iniciativas como estas por todo o Reino Unido que levaram a que em 1983 fosse iniciada a Association of Community Technical Aid Centres (ACTAC), que segundo Sanoff indica, era visto por alguns como uma espécie de alternativa à RIBA.¹⁹

Assim estes centros, os CTAC, operaram como um recurso local onde uma grande variedade de serviços eram oferecidos a indivíduos e grupos comunitários, que quisessem ter alguma influência no seu ambiente construído.

¹⁵ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.127

¹⁶ ibidem., p.127-128

¹⁷ ibidem., p.128

¹⁸ ibidem., p.128-129

¹⁹ ibidem., p.129

Fig.66 - Reunião de Tom Woolley com moradores e representantes da Scottish Housing Association.



Schneider et al afirmam que ao contrário do serviço prestado pelo Community Architecture Group da RIBA, os CTAC reconheceram a diversidade de profissões e especialidades envolvidas no desenvolvimento comunitário e portanto incluíram organizações que aconselhavam o processo de planeamento.²⁰

Um dos principais objectivos dos CTAC era encorajar a participação e os profissionais destes centros agiam como agentes espaciais, permitindo aos cidadãos envolverem-se no seu ambiente através do aconselhamento de um profissional. Tal como aconteceu analogamente nos Estados Unidos, o financiamento do estado e de organizações das quais os CTAC dependiam em larga parte foi decrescendo e de acordo com Schneider et al foi o que levou ao seu declínio em meados dos anos oitenta, apesar de ainda hoje existirem alguns que ainda operam na construção de habitação social.²¹

²⁰ Ibidem., p.129

²¹ Idem.

3.3. Tipos de Participação

Um dos problemas da participação é que esta pode-se processar de imensas maneiras e com vários níveis de abertura. Henry Sanoff escreveu que “a participação da comunidade, pode ter diferentes significados para diferentes pessoas e ainda pode ter diferentes significados para as mesmas pessoas de acordo com diferentes situações. Diferentes utilizadores também preferem participar de diferentes formas de acordo com a situação.”²²

A literatura aponta inúmeras definições de participação, segundo Sanoff tal acontece porque a participação é contextual, portanto varia em tipo, nível de intensidade, extensão e frequência. Contam-se também os casos em que por de trás de uma retórica acerca da participação possam estar escondidas guias que excluem qualquer tipo de participação real.²³ Jeremy Till afirma em *Architecture of the Impure Community*, que a própria palavra “comunidade”, poucas vezes claramente definida, é muitas vezes instrumentalizada de forma negativa.²⁴ Deshler e Sock identificam dois tipos de participação, a pseudo-participação e participação genuína.²⁵

A **pseudo-participação**, por sua vez, envolve duas categorias: a domesticação que envolve informação, terapia e manipulação; e assistencialismo que envolve placação e consultação. Segundo Sanoff, nestes casos é onde a comunidade apenas está presente e é informada do que está a ser projectado para eles, mas o controlo está essencialmente na mãos dos administradores. A **participação genuína** ocorre quando os indivíduos ou comunidade estão capacitados a exercer controlo sobre a acção. Subdivide-se em duas categorias: a cooperação, que envolve parceria e delegação de poder; e o controlo cívico que envolve uma capacitação do utilizador.²⁶

Apesar das imensas variantes o projecto participatório é geralmente tido como um processo inclusivo, colaborativo e não-linear que envolve três fases essenciais, a definição do problema, uma elaboração da solução e uma avaliação do resultado. O projecto participatório requer ao arquitecto representar e implementar os desejos do grupo de interesse e necessita de uma interacção próxima com os indivíduos que partilham objectivos e valores comuns. O projecto comunitário é uma questão de controlo sobre a tomada de decisão e requer a presença dos utilizadores durante o curso do projecto.²⁷

Segundo Ashraf Salama a importância da aplicação de processos de envolvimento comunitário tem sido consistentemente confirmada na prática e na literatura. Salama afirma que os argumentos mais presentes em favor do projecto comunitário ou participatório baseiam-se em a) não existirem soluções ideais para problemas de projecto b) as decisões especializadas não são necessariamente melhores que as decisões dos leigos c) os utilizadores devem ser envolvidos no processo de tomada de decisão e encorajados a declarar as suas opiniões e contribuir com a sua experiência d) uma tarefa de projecto deve ser transparente, as ideias e soluções dos técnicos devem ser introduzidas aos utilizadores para

²² SANOFF, Henry - *Community Participation Methods in Design and Planning*, John Wiley & Sons, 2000, p.8

²³ idem.

²⁴ HILL, Jonathan (ed) - *Occupying Architecture; Between the architect and the user*, Routledge, 1998, p.35

²⁵ SANOFF, Henry - op.cit., p.8

²⁶ idem.

²⁷ SALAMA, Ashraf M. - *Spatial Design Education: New directions for pedagogy in architecture and beyond*, Ashgate, 2015, p.140

Fig.67 - Fachada interior oeste, evidenciando a morfologia plural da residência La Mémé adquirida em consulta com os estudantes originais. O bloco envidraçado contém alojamentos individuais enquanto que o precede acomoda alojamentos colectivos.



Fig.68 - Vista do bloco “administration-school” em La Mémé, onde se observa o sistema de saídas de emergência, que foi colocado após o início da construção de forma a adaptarem-se à legislação que entretanto tinha mudado. Estando no entanto harmonizado com a complexidade da arquitectura do projecto.



consideração e discussão e) o processo do projecto é contínuo e mutável, logo o produto deve ser continuamente reavaliado e adaptado para suportar novas necessidades e desejos.²⁸

Johathan Hill afirma que “envolver os utilizadores no processo de projecto não produz necessariamente melhor arquitectura, nem envolver os utilizadores leva a um enfraquecimento do arquitecto.”²⁹ No entanto Hill salienta outra crítica importante, citando o caso da residência de estudantes La Mémé (1970-72) de Lucien Kroll, para a Universidade Católica de Louvain. Onde após recusarem o projecto proposto pela universidade, os estudantes abordaram Kroll, foram envolvidos no processo e as suas ideias manifestaram-se fisicamente nas formas dos edifícios, num verdadeiro exemplo do que pode ser alcançado quando o utilizador é conhecido. Mas Hill observa que “os estudantes que trabalharam com Lucien Kroll, há muito que deixaram a universidade e que outros, com outras necessidades e desejos, os substituíram.”³⁰

Na perspectiva de Hill a cedência de controlo no processo de projecto pode ser efectiva na altura da construção, mas não aumenta necessariamente a susceptibilidade de um dado edifício ou espaço vir a ser igualmente responsivo para futuros utilizadores. Argumentando que se um espaço é demasiado funcionalmente específico pode até alcançar o oposto do intencionado, a não ser que os utilizadores possam alterar o edifício original.³¹

John Habraken foi um dos primeiros a interpretar a abertura do controlo de uma forma diferente, não como algo relacionado com o projecto mas sim com a própria arquitectura. Segundo ele um projecto poderia ser flexível e participatório se existisse uma clara separação entre “estrutura” e “preenchimento”, desenvolvendo este conceito de forma mais aprofundada no seu livro *Supports: An Alternative to Mass Housing*.³²

“A essência do conceito é a separação do que é individual do que é colectivo, do que muda com mais frequência e aquilo que é mais estável”³³ Carlo Ratti et al afirmam que tal se equaciona com uma distribuição de contrôlo, o contrôlo da unidade perante o controlo do todo público e que a essência da “relação natural” de Habraken prende-se com o balanço entre as variações dos limites desta distribuição. Esta ideia de “relação natural” baseia-se primordialmente no facto de que qualquer construção é acima de tudo um tipo de relação entre ocupante-ambiente e que como qualquer relação implica acções, neste caso como engloba as acções mais quotidianas, estão segundo Habraken ligadas às fundações da nossa própria existência.³⁴

No modelo de Habraken o arquitecto propõe um sistema que é depois apropriado e reconfigurado ao longo do tempo pelos seus habitantes, numa arquitectura interactiva e voltada para o utilizador que opera em diversas escalas temporais.³⁵ Habraken afirma que “os utilizadores não deveriam participar num jogo controlado pelos profissionais, mas deveriam ter um controlo próprio.”³⁶

²⁸ SALAMA, Ashraf - op. cit., p.140

²⁹ HILL, Jonathan - *Actions of Architecture; Architects and criative users*, Routledge, 2003, p.60

³⁰ Ibidem., p.61

³¹ Idem.

³² CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hudson, 2015, p.34

³³ op.cit., p.35

³⁴ HABRAKEN, John - *Supports: An Alternative to Mass Housing*, Architecture Press, 1972, p.18

³⁵ CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - op.cit., p.35

³⁶ Ibidem., p.54

Fig.69 - Fotomontagem do Fun Palace visto de Lea River Site, Cedric Price.



A ideia de participação do utilizador não apenas por envolvimento no processo de decisão e projectação, mas pela sua acção directa e interacção com a arquitectura, foi amplamente explorada e sensacionalizada pelo arquitecto contemporâneo inglês Cedric Price, que entendia os edifícios como contentores para a interacção e elementos sensoriais dinâmicos que possam provocar eventos e redes.³⁷

Hans Ulrich Obrist credita o apelo do trabalho de Price à “flexibilidade, responsividade, transiência, relatividade, prazer”, considerando que é através do domínio destes princípios que acontece uma verdadeira oposição à doutrina enraizada de uma arquitectura estática.³⁸ Price considerava que os edifícios deveriam ser continuamente determinados pelos utilizadores, enquanto que a contribuição do arquitecto é mais antecipatória, criando infraestrutura que dá acesso e reforça o controlo do utilizador sobre o edificado.

Apesar de nunca ter sido construído, um dos projectos mais famosos de Cedric Price é o Fun Palace (1960-61), projectado com a directora de teatro Joan Littlewood. Este edifício pretendia-se uma grande estrutura, esquematicamente codificada para se tornar um imenso aparato responsivo através de circuitos electrónicos, guiados pela actividade humana. “A sua forma e estrutura, parecendo-se com um grande estaleiro naval, no qual estão contidos teatros, cinemas, restaurantes, oficinas, áreas de reunião, podendo ser montadas, movidas, reorganizadas e desmontadas continuamente”.³⁹

A flexibilidade era uma ideia recorrente no discurso moderno já desde o final dos anos cinquenta, Segundo Adrian Forty a flexibilidade era uma “última esperança de libertar o funcionalismo dos excessos determinísticos”, abrindo o lugar para a dimensão temporal e o desconhecido. Apesar de Ellinor DeGory considerar que a flexibilidade era em si apenas uma forma diferente de funcionalismo, escreve que “a flexibilidade dentro ou fora do ambiente construído aumenta o seu valor de troca.”⁴⁰

Adrian Forty identifica três tipos de flexibilidade: por meios técnicos, por redundância espacial e como estratégia política. Jonathan Hill acrescenta outro tipo de flexibilidade possível, através da planta livre (*open plan*).⁴¹

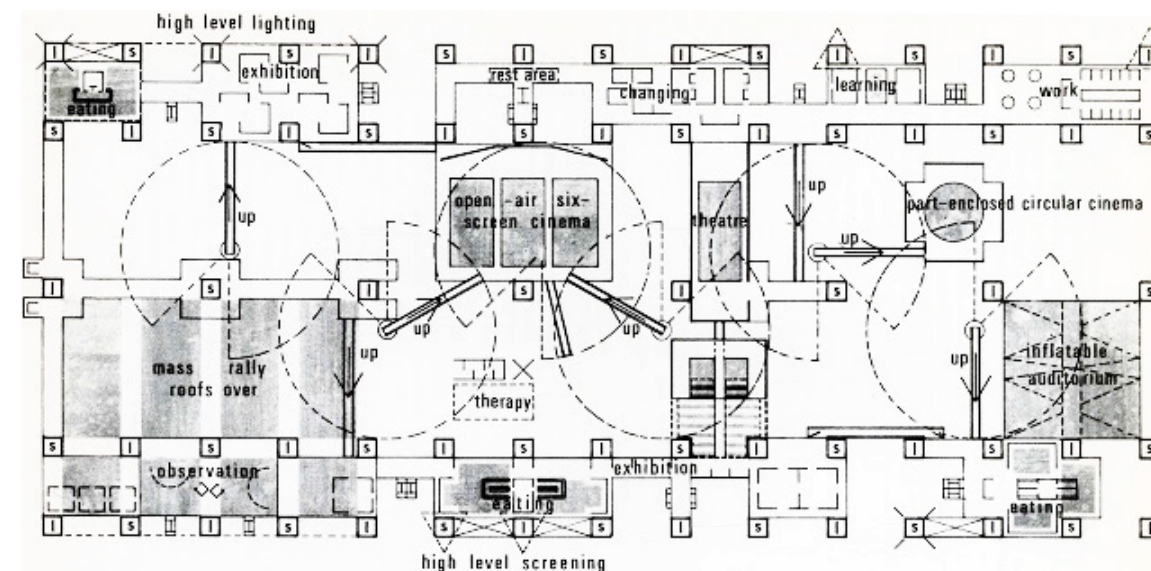


Fig.70 - Planta do Fun Palace mostrando alguns elementos dinâmicos.

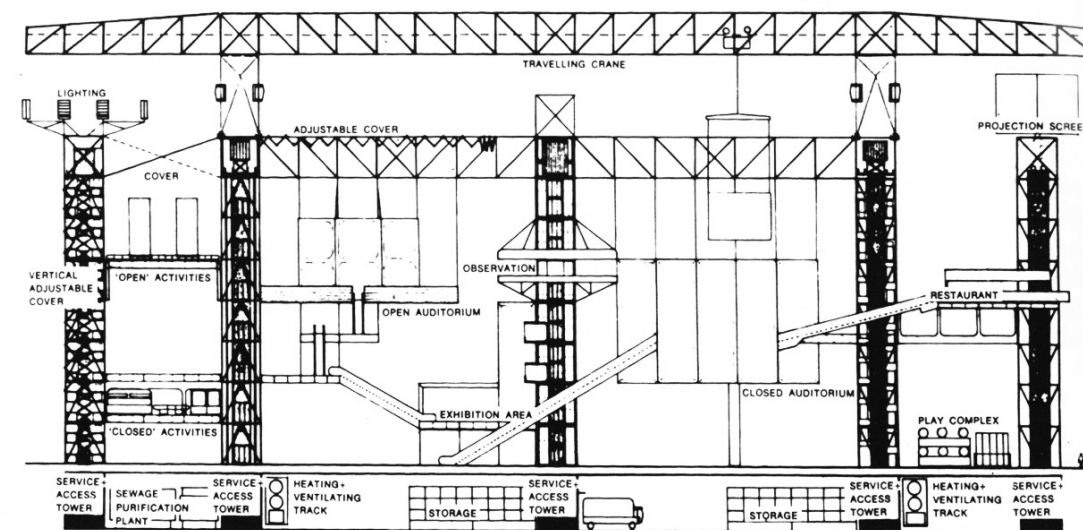


Fig.71 - Secção do Fun Palace.

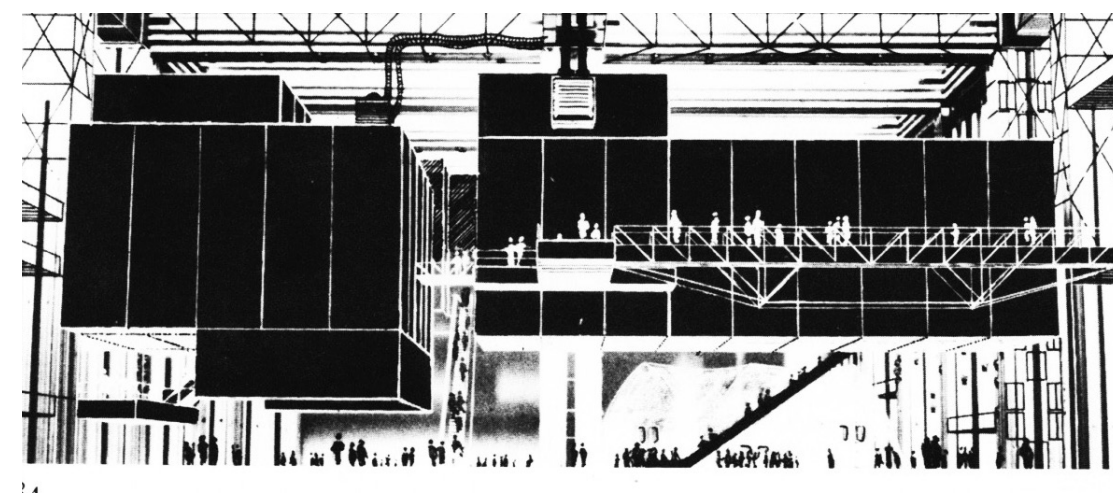


Fig.72 - Secção do Fun Palace.

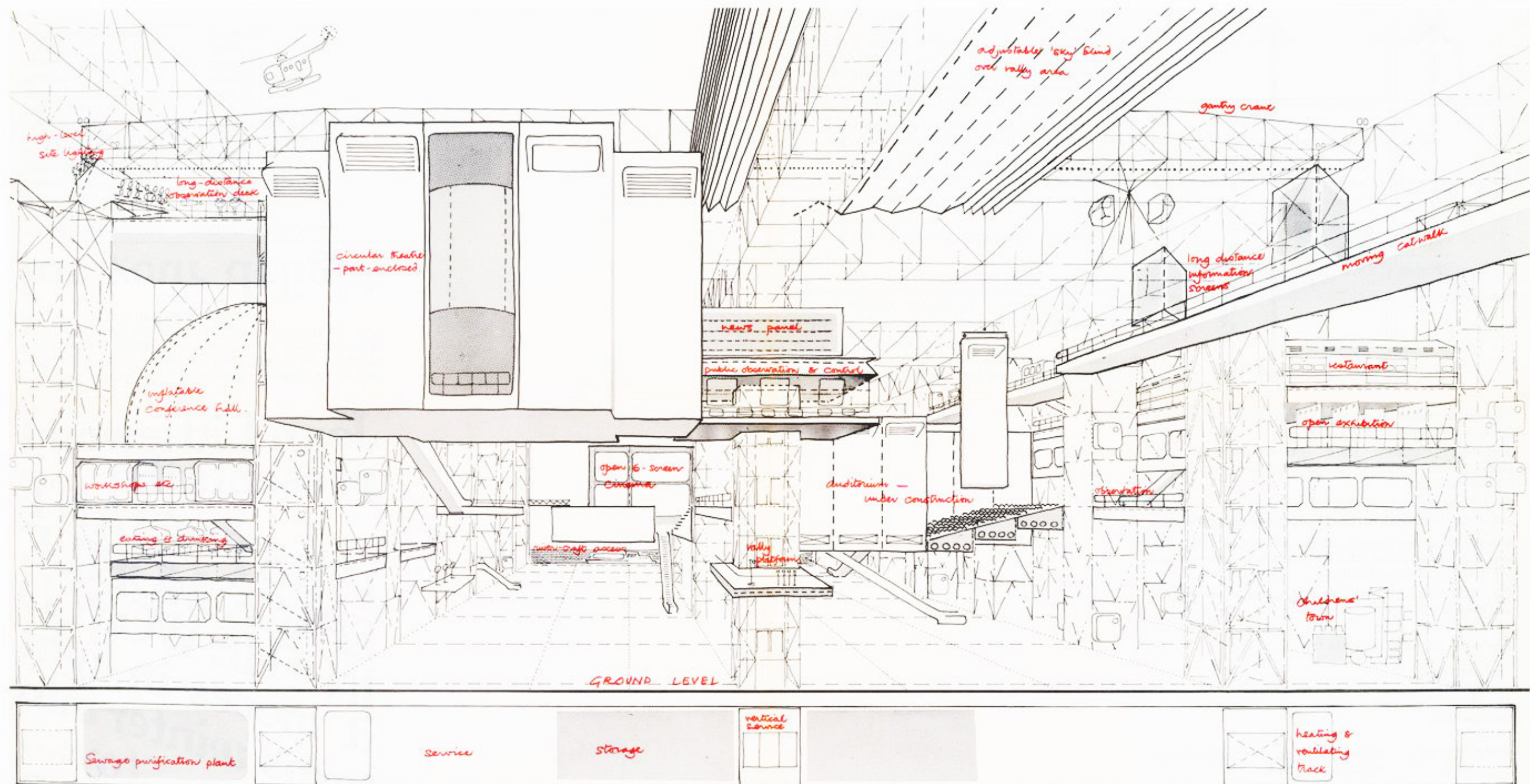
³⁷ ibidem., p.35

³⁸ idem.

³⁹ ibidem., p.54

⁴⁰ HILL, Jonathan - *Actions of Architecture; Architects and creative users*, Routledge, 2003, p.29

⁴¹ ibidem., p.30



ARRIVE AND LEAVE by train, bus, monorail, hovercraft, car, tube or foot at any time YOU want to - or just have a look at it as you pass. The information screens will show you what's happening. No need to look for an entrance - just walk in anywhere. No doors, foyers, queues or commissionaires: it's up to you how you use it. Look around - take a lift, a ramp, an escalator to wherever or whatever looks interesting.

CHOOSE what you want to do - or watch someone else doing it. Learn how to handle tools, paint, babies, machinery, or just listen to your favourite tune. Dance, talk or be lifted up to where you can see how other people make things work. Sit out over space with a drink and tune in to what's happening elsewhere in the city. Try starting a riot or beginning a painting - or just lie back and stare at the sky.

WHAT TIME IS IT? Any time of day or night, winter or summer - it really doesn't matter. If it's too wet that roof will stop the rain but not the light. The artificial cloud will keep you cool or make rainbows for you. Your feet will be warm as you watch the stars - the atmosphere clear as you join in the chorus. Why not have your favourite meal high up where you can watch the thunderstorm?

WHY ALL THIS LOT? "If any nation is to be lost or saved by the character of its great cities, our own is that nation". - Robert Vaughan 1843

We are building a short-term plaything in which all of us can realise the possibilities and delights that a 20th Century city environment owes us. It must last no longer than we need it.

Fig.73 - Brochura de apresentação do projecto Fun Palace, 1964.

Já nos anos sessenta, Aldo van Eyck e Herman Hertzberger começaram a criticar a noção de flexibilidade. Hertzberger escreveu “Apesar de uma configuração flexível se adaptar a cada mudança que se lhe apresente, nunca será a melhor solução e mais adequada para qualquer problema. Poderá ser qualquer solução menos a mais apropriada. Flexibilidade representa portanto a configuração de todas as soluções inadequadas a um problema.” O criticismo de Hertzberger face à noção de flexibilidade é particularmente dirigido aos espaços neutros associados com a flexibilidade por meios técnicos através de desmontabilidade.⁴²

Em vez de flexibilidade, Hertzberger propõe polivalência, que ele define em “uma forma que sem se mudar a si própria, pode ser usada para todos os propósitos e que, com uma mínima flexibilidade, permite uma solução otimizada. Ao negar uma simples e singular, resolução de forma e função, Hertzberger afirma que uma forma com polivalência pode ser usada de diversas maneiras. Ele encontra um precedente para a polivalência em Amsterdão, “O que faz das velhas casas dos canais tão habitáveis é o facto de se poder trabalhar, relaxar ou dormir em todos os compartimentos, que cada compartimento incentiva a imaginação do habitante acerca do modo como ele preferia usa-lo. Assim como as palavras e as frases, as formas dependem da maneira como são “lidas” e que imagens elas podem evocar para o “leitor”. ”⁴³

Hertzberger acredita que uma forma com polivalência é capaz de variados usos porque resistem significados fixos, “se queremos responder à multiplicidade em que a sociedade se manifesta temos que libertar a forma dos grilhões dos significados coagulados. Devemos procurar continuamente formas arquétipo que, por poderem ser associadas com significados múltiplos, podem não só absorver um programa como também gerar um. Forma e programa evocam-se mutuamente.”⁴⁴

Para incitar os utilizadores a apropriarem-se e a transformar um edifício, Hertzberger usa duas estratégias combinadas, a polivalência e o inacabado. Em referência às Diagoon Houses em Delft (1967 -70), Hertzberger escreve “O esqueleto é um meio-produto, que cada um pode completar de acordo com as suas necessidades e desejos.” Superfícies eram deixadas nuas e áreas específicas, tais como as varandas entre as casas, eram deixadas de vago, para serem completas pelos ocupantes do edifício.⁴⁵

Na perspectiva de Jonathan Hill, apesar de Hertzberger criticar o funcionalismo, a sua crença de que uma forma polivalente “pode ser usada para todos os propósitos” e que permite “uma solução otimizada” sugere uma certa simpatia para com a tentativa funcionalista de definir uso. Em vez de cada elemento arquitectónico que ter o seu uso específico, ele propõe um único elemento adequado a muitos usos. Hill considera que o carácter inacabado das Diagoon Dwellings pode ser visto tanto como evidência da modéstia do arquitecto ou como uma tentativa paternalista de confrontar os utilizadores, considerando também que a polivalência é similar à flexibilidade por redundância espacial.⁴⁶

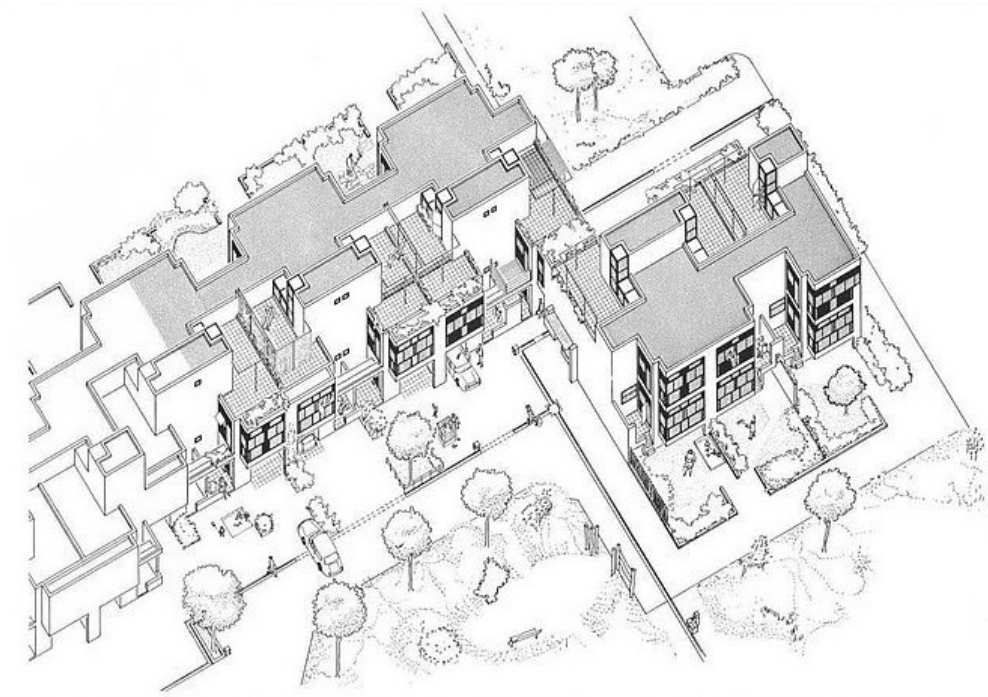


Fig.74 - Axonometria do conjunto habitacional Diagoon Houses.



Fig.75 - Plantas do Rés-do-chão até à cobertura, da esquerda para a direita. Em baixo corte e alçados da frente e traseiras de um fogo do conjunto.

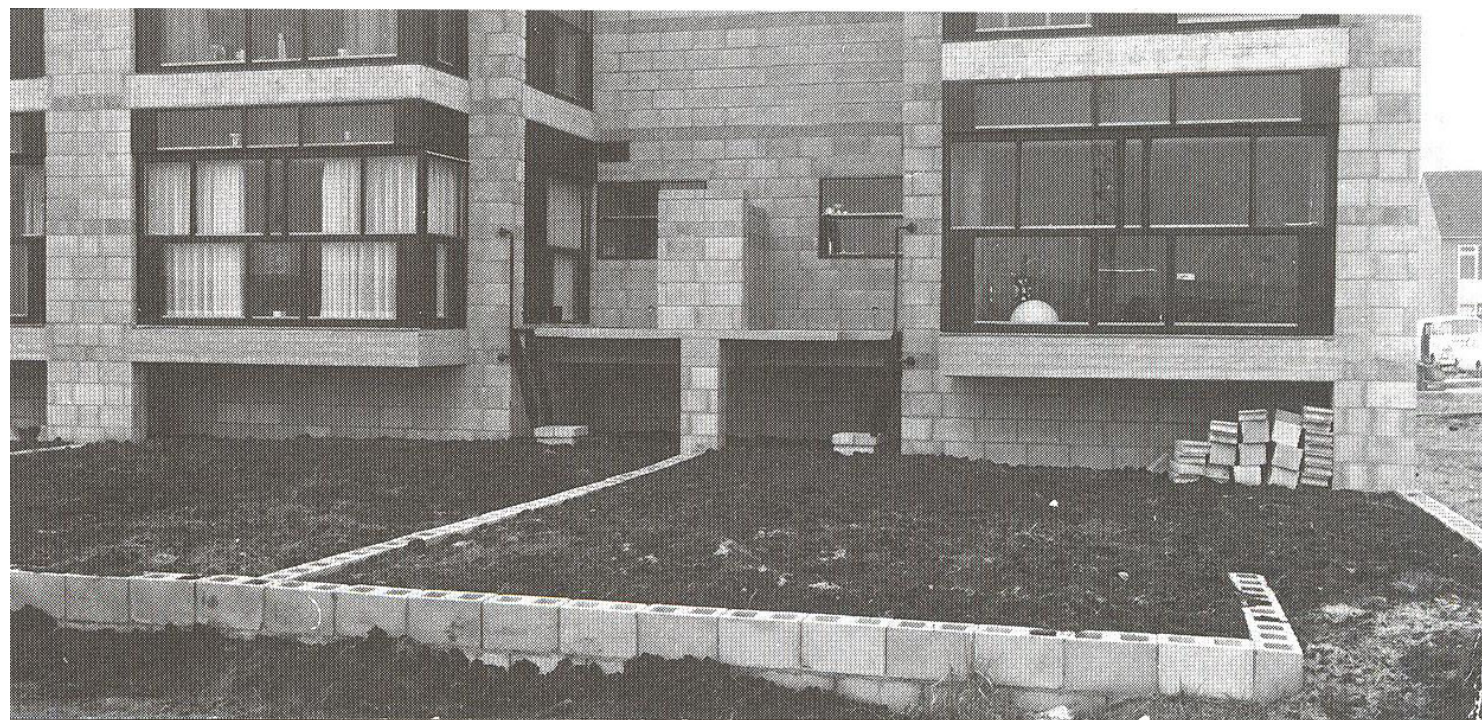


Fig.76 - Dois fogos com elementos inacabados para incitar variações introduzidas pelos ocupantes.

⁴⁷ CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hudson, 2015, p.104

⁴⁸ ibidem., p.36

⁴⁹ NEGROPONTE, Nicholas - *Soft Architecture Machines*, MIT Press, 1976, p.103

A disciplina da cibernética acabou por fornecer a linguagem na qual Price conjuntamente com Gordon Pask, intencionava redefinir o papel do arquitecto como programador. Em *The Architectural Relevance of Cybernetics* (1969), Gordon Pask foi dos primeiros a aplicar ideias relacionadas com a cibernética na arquitectura. “Nós estamos focados em artefactos semelhantes a cérebros.” ⁴⁷

Foi então num projecto mais tardio, que também não foi construído, que surgiu uma expressão mais concreta das ideias cibernéticas de Price. The Generator (1976) foi projectado para a encomenda de um Centro de retiro e actividades para pequenos grupos, o programa ideal para demonstrar as suas ideias de uma ambiente construído interactivo. Foi então concebido um sistema de 150 cubos pré-fabricados de 3,65m por 3,65m (12x12 feet), que os utilizadores poderiam mover e reconfigurar. No entanto a característica mais interessante era a presença de um software primitivo que detectaria inércia, sendo que se os espaços se mantivessem inertes durante tempo prolongado era executado um *boredom program* para reconfigurar a estrutura e incitar os utilizadores. ⁴⁸

Nicholas Negroponte acreditava na evolução do arquitecto para uma posição intermediária, como criador de guias abertas em vez de formas determinísticas. Na sua visão o processo de produção de arquitectura “não seria uma autocracia inconsequente, mas sim um conjunto de restrições pervasivas e evasivas” Na mesma linha de pensamento, Yona Friedman afirma que “o carácter paternalístico do processo de projecto tradicional irá desaparecer. A enorme variedade de soluções emocionais (intuitivas) que podem ser criadas por um grande número de utilizadores, pode proporcionar uma riqueza incrível a este novo processo de projecto redesenhado.” ⁴⁹

3.4. Linguagem Padrão

A metodologia de projecto é o estudo dos princípios práticas e procedimentos envolvidos na actividade de projecto num sentido generalizado. A crescente tentativa de racionalizar a actividade de projecto e de a sistematizar ocorreu a partir dos anos cinquenta na sequência da aplicação de métodos preditivos da Segunda Guerra Mundial como a ergonomia, a investigação operacional e a engenharia de sistemas no projecto do ambiente construído. ⁵⁰

A primeira conferência de métodos de projecto ocorreu em Londres em 1962 e deu origem ao que é vulgarmente conhecido como a primeira fase ou geração da metodologia de projecto, onde as principais figuras se encontravam em Christopher Alexander, Horst Rittel, John Christopher Jones e Bruce Archer, mas muitos outros estiveram envolvidos. ⁵¹

No entanto o cepticismo em relação à tecnocracia e questionamento sobre o positivismo científico, aliado aos movimentos democráticos *grassroots* e dos direitos civis, instigaram uma enorme turbulência no já existente debate da metodologia de projecto dos anos sessenta. ⁵² O simpósio Design Methods in Architecture de 1967, em Portsmouth, foi o primeiro grande evento dentro do campo da metodologia de projecto a sinalizar este cepticismo em relação à orientação científica e fazer uma chamada generalizada para um novo balanço filosófico mais baseado em ideais humanistas. ⁵³ O co-organizador Tony Ward capturou as ideias evidenciadas no simpósio dizendo que “o acto lógico de projectar um ambiente para outro ser humano é qualitativamente diferente do acto lógico de projectar uma parte de uma máquina, porque envolve um elemento de “escolha recíproca” entre o projectista e o Outro.” Apontando para a necessidade de uma “linguagem” para descrever esta relação pouco estudada. ⁵⁴

De acordo com Altman o anterior modelo mecanístico via o ser humano como um organismo funcionalisticamente orientado, entendido e descrito apenas em relação à função em questão. Emoção e intencionalidade eram descartadas a não ser que influenciassem directa mente a função considerada. O humano assumia-se então como um agente passivo, não tendo nenhum tipo de influência na modificação do artefacto ou ambiente projectado. Segundo Altman, nestes casos “o homem é meramente outra componente do sistema com níveis limitados de liberdade de operação.” em oposição o modelo perceptivo-cognitivo-motivacional o humano era visto como um “organismo de processamento interno”. ⁵⁵

A tradição disciplinar da arquitectura e urbanismo valoriza aspectos de significado, lugar e experiência humana que estavam muitas vezes ausentes do vocabulário de pesquisa comportamental. Segundo Vardouli a “aplicação dos domínios do ambiente, comportamento e investigação de projecto, eram por tradição inclinadas para diferentes abordagens perante as relações humano-ambiente e a uma filosofia alternativa ao positivismo: a fenomenologia” ⁵⁶ Uma figura influente na promoção de abordagens fenomenológicas foi o arquitecto australiano Amos Rapoport, que já na altura do Simpósio de Portsmouth argumentava a importância

⁵⁰ VARDOULI, Theodora - *User Design: Constructions of the user in design research*, in *Design+Research+-Society* 2016, p.7

⁵¹ CROSS, Nigel (ed) - *Developments in Design Research*, John Wiley & Sons, 1993, p.vii

⁵² VARDOULI, Theodora - op.cit., p.7

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ ALTMAN, Irwin - *Theory of Man-Environment relations*. in PREISER, W. F. E. (editor) - *Environmental Design Research vol.2*. Dowden, Hutchinson & Ross, Stroudsburg, p.107

⁵⁶ ibidem., p.11

Etologia - estudo do comportamento animal.

⁵⁷ RAPOPORT, Amos - *Facts and Models*. in BROADBENT, Geoffrey; WARD, Anthony - *Design Methods in Architecture*. Portsmouth School of Architecture, Lund Humphries, London, 1969, p.141

⁵⁸ SEAMON, David - *Phenomenology and Environmental Research*. in ZUBE, Ervin; MOORE, Gary - *Advances in Environment, Behaviour and Design*. vol.1, Springer, 1987, p.6-7

⁵⁹ VARDOULI, Theodora - op.cit., p.11

⁶⁰ Ibidem., p.12

⁶¹ Idem.

⁶² SALINGAROS, Nikos - *P2P Urbanism, Draft version 3.0*, Creative Commons - attribution- share alike, 2010, p.7

⁶³ VARDOULI, Theodora - op.cit., p.11

de incorporar “significado” no processo de projecto. Antecipando a fundação da EDRA, Rapoport defendia a abertura disciplinar para a etologia, geografia cultural, estudos interculturais, antropologia, sociologia e psicologia, suplementando os métodos positivistas da “primeira geração” de métodos de projecto.⁵⁷

David Seamon definiu a fenomenologia como o campo que se concentra na exploração e descrição do mundo quotidiano, eventualmente propondo-se a identificar as suas estruturas, redes de relações que fomentem a consciência, experiência e acção humana. Seamon salienta que a grande evolução se tratou do transição da lógica e métodos estatísticos para assegurar claridade, objectividade e verificabilidade, para um desejo de entendimento mais profundo.⁵⁸

Há uma a clara referência que Seamon faz à taxonomia dos métodos fenomenológicos do psicólogo Joseph De Riviera, ilustrando a existência de trabalho concreto na filosofia fenomenológica e enumera cinco métodos: **fenomenologia reflectiva empírica**, que se baseia na entrevista e análise de temas comuns entre pessoas que experienciam dado fenómeno; **fenomenologia naturalística**, que se baseia na sensibilização de outros pela experiência do investigador do fenómeno; **encontro conceptual**, que se baseia na examinação da compatibilidade entre a intelectualização do fenómeno e a experiência de outros; **construção de texto e observação de processos paralelos**, que se baseiam na procura de dinâmicas e diferenças entre operações individuais paralelas.⁵⁹

Um dos exemplos mais proeminentes que representam as ideias contidas nestes métodos foi a Linguagem Padrão desenvolvida pelo austríaco Christopher Alexander e seus colaboradores e apresentado no livro *A Pattern Language* em 1977. Neste trabalho Alexander muda radicalmente a retórica presente em *Atoms of Environmental Structure* (1966), substituindo o conceito objectivo e positivista de “tendências humanas”, uma medida estatística das actividades humanas no ambiente, pela ideia de “padrão”, uma relação essencial estrutural entre contextos humanos e configurações físicas.⁶⁰

Os “padrões” de Alexander formavam as unidades iniciais da linguagem padrão, que consistia num compêndio de 253 receitas para criar relações forma-contexto, em todas as escalas do ambiente construído e interligados numa hierarquia ramificada.⁶¹ Os padrões podem ser úteis de duas formas, como uma ferramenta de diagnóstico para se analisar dado projecto, proposto ou construído, é adaptável ao uso humano por satisfazer ou violar os padrões relevantes, ou para fornecer uma ferramenta essencial que, quando combinada com uma metodologia de projecto adaptativa, ajudará a produzir um resultado igualmente adaptativo.⁶²

Na perspectiva de David Seamon “por uma fenomenologia do ambiente, o mais relevante acerca da Linguagem Padrão é a sua provisão de estruturas racionais descritivas que ajudam a encontrar a ligação entre o “habitar” humano e o ambiente construído”. Theodora Vardouli afirma que ao dar um novo propósito à lógica computacional do seu trabalho anterior, Alexander reconciliou a retórica humanista e holística com um sistema de trabalho construído assente na hierarquia, ordem e lógica.⁶³

Christopher Alexander criou assim um sistema linguístico, de modo a reconciliar a sociabilidade humana com padrões objectivos que constituíssem uma gramática para construção, afirmando que este processo sempre esteve presente na arquitectura, nos esforços colectivos que produziram as vilas e cidades tradicionais, cunhando o processo de “Timeless Way of Building”.

“Há uma maneira de construir intemporal. Tem milhares de anos, e é a mesma hoje que sempre foi. Os grandes edifícios tradicionais do passado, as vilas e as tendas e os templos onde o homem se sente em casa, sempre foram feitos por pessoas que estavam muito próximas do centro deste processo. Não é possível fazer grandes edifícios, ou grandes cidades, lugares belos, lugares onde nos sintamos nós próprios, onde nos sentimos vivos, a não ser seguindo essa maneira.”⁶⁴

O trabalho de Alexander acaba por interligar de certa forma os aspectos positivos da participação comunitária, da relação natural humano-ambiente e da racionalidade, objectividade, verificabilidade e evolutividade de um sistema codificado, a herança positiva do projecto sistemático e do movimento de metodologia de projecto. Neste sentido relaciona-se também com a perspectiva de John Habraken, onde ambiente construído deve ser considerado como uma entidade autónoma, e que um novo processo de projecto só pode ser descoberto a partir de um escrutínio rigoroso das tendências e características do tecido arquitectónico existente. Neste sentido e como Habraken enunciou em *Structure of the Ordinary* (1998), a intervenção arquitectónica deveria basear-se no diagnóstico, através da examinação e análise do ambiente construído e da administração de “tratamento”.⁶⁵ Algo que parece estar de certa forma presente no trabalho desenvolvido em *A Pattern Language* (1977).

Apesar de a analogia da cidade com um organismo ser já bastante antiga, Ratti e Claudel observam que ao longo da história a arquitectura evoluiu organicamente, propagando-se e aperfeiçoando-se, baseada em tipologias, informação partilhada e experimentação subtil. Parvin et al comentam que na perspectiva de Habraken o projecto não é um acto de criação em si ou a partir de si próprio, mas sim uma ligação numa grande cadeia evolucionária.⁶⁶

⁶⁴ CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hudson, 2015, p.40

⁶⁵ Ibidem., p. 105-106

⁶⁶ Ibidem., p.105

4. Arquitectura Open Source

A participação do utilizador no processo de projecto tem sido um desafio de longa-data dentro da comunidade arquitectónica. A democratização dos procesos arquitectónicos tem visto um ressurgimento como resultado da cultura *open source* nascida da disciplina da ciência da computação. Segundo Akshay Goyal muito deste trabalho pode ser considerado uma extensão das investigações sobre a participação do utilizador que ocorreram durante as décadas de sessenta e setenta, por nomes como os Yona Friedman, Nicholas Negroponte, Cedric Price e Gordon Pask.¹

Com o aumento da literacia tecnológica, a popularização da cultura *hacker* e *do-it-yourself* (DIY) e o aumento do número de comunidades criativas *online* tem vindo a desestabilizar as concepções mais tradicionais da actividade de projecto, sobretudo nas últimas duas décadas. Segundo Theodora Vardouli a noção de “acesso” a informação, ferramentas, projectos e a modelos de produção baseados em redes de indivíduos em colaboração têm se tornado eixos centrais no discurso em diversas áreas da actividade humana. Geralmente o debate prima pelo pragmatismo não deixando contudo de se caracterizar por uma certa veia utópica, tentando estabelecer uma ligação entre a retórica por uma democratização e a capacitação do utilizador e visões descentralizadas e de criatividade pessoal.²

4.1. Free-Software Movement e Open Source Initiative

Em 1991, um estudante de 21 anos de ciências computacionais da Universidade de Helsínquia, criou o seu próprio *kernel* de um sistema operativo (sistema de *software* através do qual funciona um computador). Usando um sistema de *software* educativo chamado de Minix, Linus Torvalds, tinha criado algo que viria a tornar-se a plataforma Linux, que veio a mudar completamente o paradigma da produção de software. O que começou por ser uma ferramenta pessoal para facilitar o acesso aos servidores Unix da escola, rapidamente provou ter muito mais potencial. Logo que Torvalds disponibilizou o seu trabalho nos servidores FTP da universidade para facilitar a distribuição e desenvolvimento, o sistema foi rapidamente desenvolvido. Em 1992, o código fonte do sistema operativo foi finalmente publicado através de uma GNU General Public License, livre para ser alterado, aumentado e desenvolvido por qualquer pessoa que tenha acesso a um computador e à Internet.³

Desde então centenas de milhares de sugestões foram enviadas para a equipa de manutenção para serem implementadas no *kernel* principal do Linux, fazendo com que este sistema operativo tenha sido desenvolvido por uma equipa aberta e dispersa de múltiplos contribuintes. Fazendo desta plataforma um projecto desenhado por várias pessoas que usam o sistema que é amplamente testado e actualizado.

Com este enorme contributo feito por um enorme número de programadores pelo mundo inteiro, em tempo real, o sistema operativo Linux desenvolveu-se a uma velocidade e de maneiras que não seriam alcançadas pelo software proprietário.⁴ O facto do sistema operativo do Linux ser desenvolvido colaborativamente com os seus utilizadores faz com que tenha uma performance bastante boa para aplicações comerciais como pessoais. É usado por bastantes bancos por razões de segurança e muitos informáticos preferem-no pela sua flexibilidade.

Linus Torvalds diz que “*open source* é a única maneira correcta de fazer software!”, algo que é amplamente comprovado pela maneira como amadores e profissionais, com os mais variados interesses na plataforma contribuam para o seu desenvolvimento de forma livre.⁵

A definição oficial de *open source* é a definição apresentada pela Open Source Initiative para estabelecer que licenças se qualificam como *open source* ou não. Resumidamente as licenças *open source* devem impedir uma exploração que seja exclusivamente comercial do trabalho licenciado; não devem restringir pessoas ou entidades do acesso ao trabalho licenciado, nem devem ser restritas áreas de empreendimento; devem disponibilizar o seu código fonte e devem permitir a elaboração de trabalhos derivativos do trabalho licenciado. As licenças *open source* poderão opcionalmente limitar o princípio da modificação ao implicarem a protecção da integridade do código fonte original. Obrigando desta forma os desenvolvimentos subsequentes a serem publicados separadamente do código original e os seus respectivos acrescentos/desenvolvimentos (*patch files*), eventualmente sendo necessário usar um nome diferente para os trabalhos derivados. Apesar de tudo, devido à logística implícita na distribuição do código fonte com os *patch files*, este tipo de licenças não são recomendados.⁶

Andrew M. St. Laurent afirma que “enquanto que o *open source* difere do modo de operação do direito de autor tradicional por permitir a livre distribuição e modificação, e é a remoção da segunda condição que é o mais importante”. Uma das maiores vantagens da cultura *open source* é sem dúvida a inovação. Está mais que comprovado que há mais que programadores dispostos a contribuir para projectos de código aberto sem nenhum retorno para além do aperfeiçoamento de um programa. Quantos mais programadores estão disponíveis para desenvolver determinado projecto, maior é o valor que o projecto pode vir proporcionar.⁷

Outra vantagem é a fiabilidade, pois quanto maior for a variedade de programadores e utilizadores com experiências diferentes, mais amplamente testado é o *software*. É mais provável um utilizador de dado *software* fazer pequenos ajustes em coisas específicas que afectem o seu uso, do que os publicadores que provavelmente estão centrados em questões menos específicas ou está fora do seu alcance organizacional ou financeiro. A outra vantagem importante de salientar é a longevidade do software *open source*. Quando o *software* licenciado comercialmente é descontinuado e deixa de ser suportado (tecnicamente) pelos seus publicadores, não há, na maioria dos casos, hipóteses de que o *software* venha a ser actualizado e

¹ GOYAL, Akshay - *Hackitecture: Open Source Ecology in Architecture*, in ACADIA 13: Adaptive Architecture, Cambridge, 2013, p. 184

² BUECHLEY, Leah; VARDOLI, Theodora - *Open Source Architecture: An Exploration of Source Code and Access in Architectural Design*, MIT Open Access Articles, 2014 p. 51

³ CLAUDEL, Matthew; RATI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hudson, 2015, p.104

⁴ ibidem., p.64

⁵ idem.

⁶ LAURENT, Andrew M. St. - *Understanding Open Source and Free Software Licensing*, O’Reilly, 2004, p. 8-11

⁷ ibidem., p.6

⁸ LAURENT, Andrew M. St. - *Understanding Open Source and Free Software Licensing*, O'Reilly, 2004, p. 8-9

⁹ CLAUDEL, Matthew; RAT-TI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hud-son, 2015, p.104

¹⁰ BUECHLEY, Leah; VAR-DOULI, Theodora - *Open Source Architecture: An Exploration of Source Code and Access in Architectural Design*, MIT Open Access Ar-ticles, 2014 p. 51

¹¹ idem.

¹² idem.

desenvolvido para novos usos. Por contraste o *software open source* pode cair em desuso mas está sempre susceptível, devido à sua natureza aberta, a ser readap-tado para novos usos. ⁸

A condição dispersa em rede, que a Internet trouxe para a realidade contem-porânea da sociedade manifesta-se nas mais variadas camadas urbanas. Na óp-tica de Carlo Ratti “o *software open source* atingiu uma sofisticação tecnológica sem precedentes através de um design comunal, que causou um tremor sísmico no estabelecimento sócio-político. Acima de tudo, fê-lo através das engrenagens de uma economia não monetária.” ⁹

Theodora Vardouli o e Leah Buechley escrevem que o Free/Libre, Open Source Software (FLOSS) representa tanto um modelo de produção como uma visão social, trabalhado a partir do potencial emancipatório de uma produção não hierarqui-zada e igualitária, onde indivíduos e colectivos conseguem aceder, modificar e distribuir as tecnologias que utilizam. As ideias e práticas do FLOSS transcendem agora o mundo do software e estão a conquistar terreno no imaginário colectivo, denotando um modelo organizacional pragmático e uma posição ideológica. ¹⁰

A crescente onda de interpretações e transposições das ferramentas, práticas e conceitos do FLOSS em vários domínios ilustra o poder evocativo do termo *open-source* (literalmente - fonte-aberta) e as suas conotações positivas. Na maioria das apropriações, a expressão desvia-se do seu significado original e funciona como uma metáfora que é utilizada tanto como um rótulo para descrever práticas existentes ou para motivar a exploração de novas. De acordo com o cientista social Dale Bradley, o uso interdisciplinar do termo *open-source* opera primariamente no nível simbólico. Bradley argumenta que o termo é frequentemente utilizado como sinónimo de “aberto”, para sugerir uma abordagem ao projecto e produção mais horizontal, inclusiva e participatória. O pioneiro de Free Software Richard Stallman crítica este uso indiferenciado e metaforizado do termo open-source, argumen-tando que a ideologia e metedologia FLOSS são específicos do software. Segundo Stallman o termo “*open-source*” tem sido então alargado devido à sua aplicação noutras actividades, no entanto o que muitas das vezes essas actividades tem em comum com a aplicação original do termo é a de que de alguma forma convidam as pessoas a participar. ¹¹

A crítica de Stallman chama atenção para a comum incompreensão do termo open-source, que obscurece a orientação ideológica e especificidade das práticas. Uma das principais causas para esta confusão é a ofuscação das diferencias filosó-ficas entre “*free*” e “*open-source*”. Apesar de geralmente estas expressões serem consideradas sinónimos, há uma clara diferença entre a orientação socialista do Free Software de Richard Stallman e a abordagem libertária da Open Source Inicia-tive (OSI) de Eric Raymond. Stallman suporta a noção de que a liberdade de acesso, partilha e modificação do código-fonte do software deveriam ser um direito huma-no fundamental. Por outro lado, Raymond e a OSI adoptam uma abordagem mais utilitária, e orientada para o mercado, argumentando que as práticas open-source permitem um desenvolvimento de software melhor e mais rápido. ¹²

Como o discurso pelo *open-source* informa e inspira novas culturas de produ-ção e uso, é importante questionarmo-nos de quando e onde as suas ideias devem ser aplicadas. Richard Stallman lamenta que muitas vezes o termo *open source* seja oportunisticamente utilizado pelas suas conotações culturais positivas, com pouca consideração pelo seu significado real. Por sua vez Stallman salienta princi-palmente os casos em que a ausência de código-fonte, ou uma entidade análoga, leva a apropriações ocas ou até sem sentido. Segundo Theodora Vardouli e Leah Bueschley outro ponto de controvérsia é a vulgar assumpção de que *open source* é sinónimo imediato de capacitação e democratização, sendo que isso na verdade não é muito claro para a arquitectura e mesmo no âmbito do desen-volvimento de *software*. ¹³

¹³ ibidem., p.51-52

4.2. Transposição das ideias open source para a Arquitectura

A crescente aplicação do termo *open source* no discurso arquitectónico sugere a possibilidade de combinação de avanços nas tecnologias de projecto e fabricação com as ideias e práticas *open source* para reestruturar o projecto de arquitectura como um esforço participado e colectivo, no entanto dentro desta apropriação po-dem existir problemas ou más interpretações, ou até incompatibilidades.

Segundo Vardouli e Buechley, “a esfera das práticas de arquitectura que adop-tam ideias open-source não é homogénea, podendo conter discursos que variam desde uma espécie de nova tecnologia vernacular (Architecture for Humanity), ao activismo e cultura *hacker* - *Hacktivism* (Hackitectura), ao revisitamento de anti-gos visionários como Christopher Alexander (Pattern Language), Nikos Salingaros (P2P Urbanism), a discussões sobre eficiência e personalização em massa (Wikihou-se). Enquanto que em alguns casos, como o 1% Program da Public Architecture ou o Open Architecture Network da Architecture for Humanity, o modelo envolve arquitectos em autoria colectiva de projectos de arquitectura, o discurso sobre a arquitectura *open source* também levanta velhas questões relativas ao papel do utilizador no processo do projecto de arquitectura.” ¹⁴

¹⁴ ibidem, p.52

O recurso à computação como um meio de capacitar indivíduos não especiali-zados para projectar o seu próprio ambiente sem a mediação do arquitecto era já uma perspectiva popular nas décadas de sessenta e setenta. Arquitectos e teóricos como o franco-húngaro Yona Friedman, o norte-americano Christopher Alexander, Nicholas Negroponte e o Architecture Machine Group do MIT, o arquitecto holandês John Habraken e muitos outros, apresentaram propostas para sistemas de projec-to participatório que são hoje extremamente relevantes. ¹⁵

¹⁵ idem.

Na perspectiva de Vardouli e Buechley, o rótulo de arquitectura open source tem emergido muitas vezes como uma espécie de bricolage incoerente destas visões in-cumpridas de projecto participatório mediado tecnologicamente e as perspectivas pragmáticas e ideológicas do FLOSS. Carlo Ratti publicou recentemente na revista DOMUS, uma definição ilustrativa do que pode ser entendido como Arquitectura *open source* (OSarc) , descrevendo-a como “um paradigma emergente que descreve

novos procedimentos para projectar, construir e operar sobre o edificado, infraestruturas e espaços. Beneficiando de influências tão diversas como a cultura open source, teoria da arquitectura *avant garde*, ficção científica, teoria da linguagem, entre muitos outros. Descreve uma abordagem inclusiva ao design espacial, um uso colaborativo do software a ele associado e uma operação transparente ao longo do curso do ciclo vital de um edifício ou cidade.”¹⁶

No domínio do *software*, o código-fonte (*source code*) pode ser enunciado como uma descrição perfeitamente exequível de um sistema de software. As definições FLOSS consistem geralmente na ideia de que o código-fonte deve estar aberto ao domínio público de forma a que os utilizadores possam recorrer, copiar, distribuir, estudar, modificar e melhorar o *software*. O princípio de acessibilidade que garante o carácter essencial destas liberdades fundamentais é contingente a requisitos específicos de projecto com os quais um programa deve estar em conformidade de maneira a poder ser caracterizado como “*free*” ou “*open source*”.¹⁷

Se fornecer acesso ao código-fonte sob a forma mais aceitável do trabalho para permitir alterações ao mesmo, é um dos princípios fundamentais das ideias e práticas FLOSS, então é crucial explorar o que poderá significar código-fonte no contexto do projecto de arquitectura e o que é que o acesso ao mesmo implica. Uma aplicação literal das práticas FLOSS no campo arquitectural definiria a arquitectura *open source* como uma partilha dos ficheiros digitais que codificam a informação sobre artefactos construídos. Pode-se argumentar então que o fluxo código-fonte/compilador/produto software encontra a sua analogia arquitectural na sequência desde a informação construtiva (desenhos, modelos) ao mediador (construtor, empreiteiro) até ao resultado final, o edifício.¹⁸

Esta analogia adquire uma força e relevância aceleradas na medida em que a digitalização permite processos construtivos que são cada vez mais especificados pelo software. A modelação de informação construtiva (Building Information Modelling - BIM), que está a ganhar cada vez mais terreno na prática arquitectónica, é desenvolvida para concentrar e gerir toda a informação necessária para construir um edifício através de um modelo digital paramétrico e hierárquico. Segundo Vardouli e Buecheley, neste caso particular a transição dos desenhos arquitectónicos tradicionais para uma representação virtual do edifício remove em larga parte a ambiguidade no processo de transição do código-fonte (representação do edifício) para o produto final. Neste cenário os empreiteiros e construtores assumem-se como meros executantes das instruções codificadas no BIM. A abundância de informação num BIM, desde as instruções de montagem/construção até aos dados sobre a gestão do ciclo vital de dado produto, tornam a visão de uma partilha de informação construtiva e a racionalização entre projecto e construção mais realizável.¹⁹

Numa última instância da aplicação literal do fluxo de trabalho no domínio do *software* para a arquitectura, as máquinas substituem os mediadores, ou seja os construtores e empreiteiros. As tecnologias de fabricação digital em larga escala

(como as impressoras 3D de grande escala) permitem uma tradução clara e precisa da descrição digital de um edifício para o edifício em si.²⁰

No entanto, estas interpretações literais são vulneráveis em diversos pontos, pois na prática todos os passos do processo construtivo estão carregados de ambiguidade e envolve interpretação humana, que é sensível ao contexto físico, capacidades individuais e incontáveis outras variáveis. No seu ensaio *Mapping the Unmappable* (2009), Stan Allen relaciona os construtores com músicos, afirmando que a partitura oferece instruções sobre como tocar uma peça mas não consegue determinar o resultado, que está sempre dependente dos músicos. Enquanto humanos realizarem projectos, pode-se questionar o facto de informação adicional, como a que é fornecida pelos BIM, aumenta a previsão da exequibilidade dos projectos, pois a percepção da complexidade de um projecto advém da tradução de informação de projecto para informação construtiva que por sua vez não depende da quantidade de informação mas sim da sua interpretação.²¹

É por estas razões que o impulso para objectificar e simplificar a arquitectura redefinindo-a como puro processamento de informação é altamente controverso. Apesar de a ambiguidade ser um desafio para a partilha e reorientação de um projecto de arquitectura por diferentes intervenientes, é geralmente aceite como uma valiosa fonte de novidade, intuição e criatividade. Sendo que teorias computacionais de projecto alternativas, como gramáticas morfológicas (*shape grammars*), desafiam a equação de computação com racionalização e clareza,. Afirmando assim que projectar é um processo dinâmico e de improvisação. Segundo Vardouli e Buechley, esta abordagem rejeita a noção de que há um componente objectivo num projecto de arquitectura que possa ser isolado do processo de execução.²²

A interpretação e ambiguidade devem ser então celebrados como elementos que permitem utilizadores diferentes verem coisas diferentes nas mesmas representações de um projecto, levando portanto a uma explosão de reorientação criativa. Esta atitude subverte activamente o principio FLOSS de tradução directa entre código-fonte e produto, e acolhe o potencial criativo da infinidade de traduções, de acordo com as assumpções e percepções dos diferentes utilizadores/designers. A ambiguidade inerente no processamento de informação de projecto desafia a noção de que a partilha dos ficheiros digitais (código-fonte) é suficiente para fornecer acesso à arquitectura (produto) por parte dos seus utilizadores. Em contraste ao desenvolvimento de *software*, onde há uma transposição directa do código para o produto, o processo arquitectónico envolve numerosos níveis de interpretação entre a representação do projecto e a sua realização. Enquanto que a partilha de ficheiros digitais de projectos de arquitectura é possível e pode dar suporte a novos modos de colaboração, é pouco claro que implique uma democratização.²³

É então argumentável que um acesso com maior significado pode ser melhor demonstrado a partir de paradigmas de abertura que tenham maior número de precedentes históricos em arquitectura, nos quais possam ser integrados de forma frutífera interpretações mais literais da cultura *open source*.

¹⁶ CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hudson, 2015, p.122

¹⁷ BUECHLEY, Leah; VARDOLI, Theodora - *Open Source Architecture: An Exploration of Source Code and Access in Architectural Design*, MIT Open Access Articles, 2014, p. 52

¹⁸ *ibidem*, p.53

¹⁹ *idem*.

²⁰ *idem*.

²¹ *idem*.

²² *idem*.

²³ *idem*.

A grande questão que se coloca foca-se então no que o acesso deve constituir num projecto de arquitectura *open source* e como é que este aspecto se relaciona com o nível de especialização dos utilizadores/designers. De acordo com a distinção descrita por Vardouli e Buechley, há uma diferença fulcral entre a noção de capacitação do utilizador envolvida no mundo do *software open source* e no seu congénere arquitectural.

No discurso FLOSS, o utilizador capacitado é na maioria dos casos um programador (especialista), enquanto que nos discursos apologistas da democratização do processo de projecto de arquitectura, o utilizador em questão, na esmagadora maioria dos casos trata-se de um indivíduo não-especializado. É portanto importante encontrar canais, ou maneiras para que se consiga envolver um público muito maior e variado nos processos de projecto de forma democratizar e “abrir” a arquitectura.²⁴

Outra grande distinção enunciada por Vardouli e Buechley, é a de que no do *software* a linguagem que serve de meio ao projecto é a mesma que a do produto final. Pois, muito simplisticamente, os programadores usam software para gerar software. No caso da arquitectura a complexidade aumenta consideravelmente, pois para criar dado edifício, é necessário estar familiarizado com a linguagem do meio no qual os projectos de arquitectura estão codificados (desenhos, modelos, BIMs,etc) e ter a qualificação e recursos necessários para interpretar as informações codificadas. Não esquecendo o facto de que todo este processo deve ser conduzido em conformidade com condicionantes ditadas por legislação e códigos construtivos externos.²⁵

Segundo Akshay Goyal os processos urbanos e arquitectónicos que se tem desenvolvido nas últimas duas décadas, graças aos desenvolvimentos tecnológicos, sobretudo computacionais, podem ser resumidos em três grandes categorias, abordagem *grassroots*, abordagem guiada por informação e a abordagem de agência maquina.²⁶

4.2.1. Abordagem *Grassroots*

A abordagem *grassroots* foca-se no projecto participatório e nos sistemas de planeamento como uma evolução dos processos arquitectónicos “nativos” (locais). Esta abordagem foi popularizada por Christopher Alexander, que via os processos locais existentes como oportunidade para a participação. O foco trata-se então de encontrar a “tecnologia apropriada”, para permitir ao utilizador ou comunidade projectar por si via um processo projecto-construção.²⁷

Este processo categoriza sistematicamente cada passo e faz com que os aparentemente vagos atributos dos métodos locais se tornem claros para os leigos. Aqui a analogia do código-fonte pode ser entendida como os próprios sistemas do habitat local, que existem em todas as comunidades. Estes sistemas podem traduzir-se num conjunto de desenhos explícitos (ou ficheiros) ou guias abertas mais gerais. O arquitecto é assim visto como um facilitador do utilizador na comunidade,

envolvendo-se num mapeamento iterativo dos sistemas relacionados com o habitat em questão. Os 253 Patterns de Christopher Alexander, é um dos primeiros exemplos de um sistema codificado de guias gerais que constitui uma ferramenta para potenciar a participação do utilizador ou de uma dada comunidade na produção do seu próprio ambiente construído. É uma abordagem *grass-roots* no sentido em que se baseia na capacitação do utilizador e num processo gradual e de baixo para cima²⁸

Em 1999 por Cameron Sinclair e Kate Stohr fundaram a Architecture for Humanity, uma organização de caridade baseada nos Estados Unidos que procurou soluções arquitectónicas para crises humanitárias e forneceu serviços profissionais de projecto a comunidades carenciadas. Inicialmente criada como resposta à necessidade imediata para abrigos a longo-prazo para os refugiados do conflito do Kosovo. Após organizar uma série de competições de projecto abertas, a organização começou a incorrer numa série de projectos construídos, em pareceria com comunidades locais e profissionais de projecto para desenvolver alternativas para o desenvolvimento e construção partir de processos *bottom-up*. A Architecture for Humanity adoptou então o modelo *open source* e em 2005 tornaram-se na primeira organização no mundo a utilizar o sistema de licenciamento Creative Commons numa estrutura física.²⁹

Em 2006, Cameron Sinclair propôs a Open Architecture Network, uma plataforma *open source online* através da qual arquitectos pudessem contribuir e implementar mudança, sobretudo no mundo não-afluente. Sinclair descreve a plataforma como um “movimento *grass-roots*”, afirmando que o projecto é guiado por uma comunidade energética de designers responsáveis e que o objectivo da plataforma é mobilizar esse público”.³⁰ “Longe de substituir o arquitecto tradicional, o objectivo da Open Architecture Network é permitir aos designers trabalharem em conjunto de uma nova forma, de uma maneira que permita a 5 biliões de potenciais clientes acederem às suas capacidades e especialização.”³¹

A Architecture for Humanity cessou as suas actividades no início de 2015 e desde então as 59 unidades locais criadas nos Estados Unidos durante a sua actividade , formaram a Open Architecture Collaborative, visto que à data de encerramento da Architecture for Humanity já funcionavam e operavam de maneira praticamente auto-suficiente.³²

Um exemplo mais recente, menos centrado em questões humanitárias e mais no mercado habitacional auto-fornecido, é o caso da Wikihouse, que é uma organização sem fins lucrativos. O projecto foi iniciado em 2011 pela colaboração de arquitectos, designers, engenheiros, e técnicos de outras especialidades, dos quais se destacam Alastair Parvin, Nick Ierodiaconou e James Arthur da Architecture oo, Tav da Espians e Steve Fisher da Momentum Engineering. O projecto foi lançado oficialmente na bienal de design de Gwangju na Coreia do Sul e desde então tem crescido e englobado várias células locais a nível global.³³

²⁸ Idem.

²⁹ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.99

³⁰ CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hudson, 2015, p.91

³¹ Ibidem,, p.92

³² AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *op.cit.*, p.99-100

³³ CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Op.cit.*, p92-93 e portal da wikihouse disponível em: www.wikihouse.cc

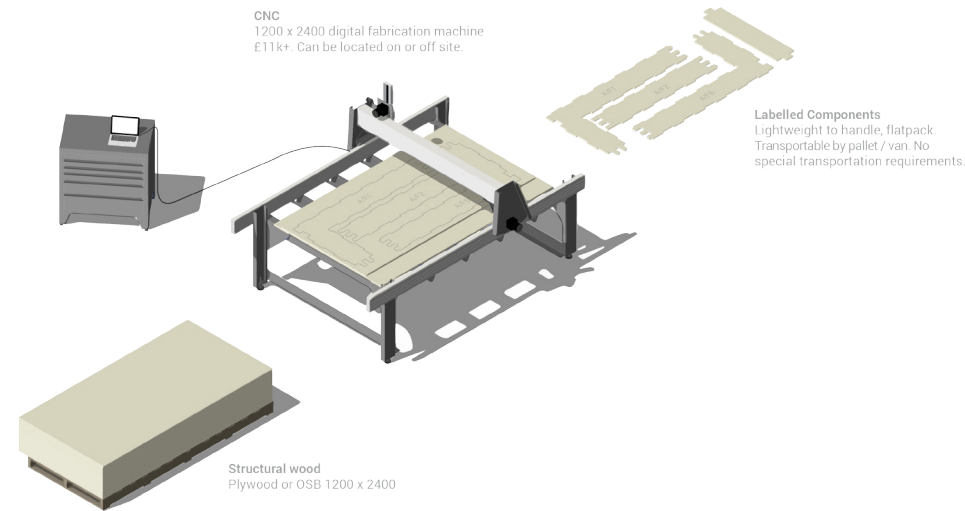
²⁴ ibidem., p.54

²⁵ Idem.

²⁶ GOYAL, Akshay - *Hackitecture: Open Source Ecology in Architecture*, in ACADIA 13: Adaptive Architecture, Cambridge, 2013, p. 185

²⁷ Idem.

Fig.77 - Sistema de impressão 3D através de uma CNC, necessário para imprimir as componentes para construir um projecto da Wikihouse.



O projecto da Wikihouse propõe-se a simplificar o acesso dos utilizadores à habitação através de uma plataforma digital, a qual permite o acesso e partilha de projectos e informações relativas. O utilizador pode então fazer download de projectos de edifícios licenciados através da Creative Commons, personalizá-los usando o SketchUp, e depois partilhá-los e utilizá-los para criar as peças para construção. As peças são cortadas e destacadas através de uma máquina CNC a partir de uma placa de contraplacado ou outro material adquirido localmente. A construção das estruturas da Wikihouse não requer partes especiais uma vez que as peças de madeira cortadas encaixam-se em ligações de cunha e cavilha inspiradas pela arquitectura coreana clássica. A estrutura de uma Wikihouse pode ser montada em menos de um dia por pessoas sem treino de construção formal, a estrutura tem então de ser acabada com sistema de revestimento, de isolamento, eléctrico e de canalização antes de poder ser habitada.³⁴

³⁴ idem.

Tanto no caso da Open Architecture Network como no da Wikihouse, a abordagem *grassroots* está presente na potenciação da partilha de projectos e informações de projecto através de plataformas *online* e comunidades *online*. Beneficiando tanto uma comunidade colectiva de técnicos assim como de indivíduos ou grupos de pessoas que estejam interessadas em desenvolver os seus próprios empreendimentos.



Fig.78 - Primeira remessa de componentes para a construção da Farmhouse (2016), impressas e destacadas de placas de madeira orientada. Projecto da autoria de Architecture oo e Alastair Parvin.



Fig.79 - Arranque da estrutura e colocação dos painéis de parede exterior.

Fig.80 - Estrutura completa e fase terminal da colocação de painéis de paredes e cobertura. Primeiro painel de impermeabilização é colocado na cobertura.z



Fig.81 - A Farmhouse perto da conclusão da construção, fase de acabamentos.



4.2.2. Abordagem guiada por informação

A abordagem guiada por informação constitui-se num modelo de base de dados para arquitectura. Neste caso a analogia do código-fonte é usada para aumentar os aspectos qualitativos e quantitativos da informação fornecida pelo utilizador, que é depois usada para projectar de forma convencional ou generativa. O aspecto participativo acaba por se basear na informação que os utilizadores fornecem ou geram. Esta informação permite um maior suporte para as decisões do utilizador como do arquitecto, como tal a informação costuma prender-se com dados comportamentais, programáticos, ambientais ou económicos.³⁵

As distinções de arquitecto/utilizador não se dissolvem nesta abordagem, já que neste caso o arquitecto age como processador da informação crua, estabelecendo critérios na utilização dessa informação em decisões de projecto.

O MIT SenseAble City Lab é um grupo de investigação urbana coordenado pelo professor Carlo Ratti e pelo director adjunto Assaf Biderman. O objectivo a que este grupo se propõe é desenvolver tecnologias para conectar o espaço urbano físico com fluxos digitais produzidos pelas funções urbanas diárias, assim como analisar as mudanças pelas quais as cidades estão a passar devido a essa ligação com a paisagem virtual.³⁶ Trata-se de um grupo multidisciplinar com mais de 20 investigadores que procuram integrar estudos urbanos, arquitectura, engenharia, design de interacção, ciência de computação e ciências sociais.³⁷ “na cidade futura a tecnologia não é simplesmente usada para substituir a acção humana, mas também para explicitar e revelar os sistemas existentes.”³⁸

No projecto de 2009 chamado Trash/Track, o Senseable City Lab procurou desvendar a verdadeira natureza de toda uma infra-estrutura oculta como a recolha de lixo. O projecto debruçou-se sobre as cidades de Nova Iorque, Seattle, Londres e Boston, retirando inspiração da NYC Green Initiative, que procura aumentar a taxa de lixo reciclável da cidade para próximo de 100% até 2030.³⁹

No caso do projecto Trash/Track foram desenvolvidas etiquetas de identificação e rastreio inteligentes, que puderam assim ser colocadas em objectos de uso diário que vão para o lixo e serem rastreados e localizados em tempo real. Através desta implantação de sistemas em rede de micro-electromecânicos (MEMS), vários tipos de lixo podem agora ser rastreados enquanto percorrem o sistema de gestão de resíduos da cidade, podendo fornecer várias informações úteis.⁴⁰

Este projecto foi uma primeira investigação para entender a cadeia de recolha de lixo em zonas urbanas de uma forma mais profunda, no entanto gerou o interesse de alguns municípios e cidadãos eco-conscientes. Para Carlo Ratti, Assaf Biderman e Christine Otram, a relevância deste projecto reside na mudança que pode representar para a gestão de recursos e a promoção de mudanças comportamentais.⁴¹

Podemos observar nos últimos anos um crescimento de um novo tipo de infraestruturas nas cidades, “as redes digitais que se estendem sobre nós e que estão a fornecer uma nova camada de funcionalidades aos ambientes urbanos.

³⁵ GOYAL, Akshay - *Hackitecture: Open Source Ecology in Architecture*, in ACADIA 13: Adaptive Architecture, Cambridge, 2013, p. 186

³⁶ DOHERTY, Gareth; MOSTAFAVI, Mohsen - *Urbanismo Ecológico*, Gustavo Gilli, 2010, p. 173

³⁷ Idem.

³⁸ Ibidem., 168

³⁹ Ibidem., p. 169

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Ibidem., p. 169-170

Fig.82 - Fotomontagem do Fun Palace visto de Lea River Site, Cedric Price.



Fig.83- Sensor utilizado para rastrear objectos.

⁴² Ibidem., p. 170

⁴³ Ibidem., p. 171



Por exemplo, sensores, câmaras e micro-controladores, são cada vez mais usados nas cidades para melhorar os transportes, monitorizar o meio ambiente e executar sistemas de segurança. Da mesma forma que através de aparelhos portáteis, telefones, computadores e sensores de ambiente instalados nas ruas, os cidadãos podem extrair, inserir ou recombinar informações úteis em tempo real e em qualquer lugar.”⁴²

Através de informações recolhidas através de processos como o do projecto Trash/Track, os cidadãos podem aceder a informação do seu impacto pessoal no ambiente e facilmente comparar e partilhar informação com outros vizinhos. Desta forma é possível tirar conclusões que ajudem a efectivar mudanças de comportamento ou sustentar exigências de mudança no sistema.

O poder da computação distribuída para fomentar mudanças de comportamento pode ser observado noutro projecto do MIT SenseAble City Lab, chamado de Copencycle. Este projecto foi apresentado na conferência de Copenhaga, COP15 da ONU, sobre mudanças climáticas também em 2009.⁴³ Bicicletas foram equipadas



Fig.84 - Bicicleta inteligente utilizada no COpencycle

com aparelhos de mobilidade inteligentes, que monitorizavam o desempenho físico do ciclista, a exposição a poluição e a sua mobilidade na cidade. Para possibilitar esta monitorização é colocado um pequeno dispositivo de localização na roda da bicicleta e sensores ambientais. A energia do aparelho é obtida através de uma tecnologia híbrida que permite capturar energia.⁴⁴

Através de uma aplicação na internet, os ciclistas podem informar-se do seu desempenho e verificar se estão a corresponder às suas metas pessoais de saúde, se tem dificuldades em determinados trechos do percurso, quais caminhos mais poluídos, etc. Estas bicicletas “sensíveis” podem gerar informação que pode ser partilhada entre ciclistas e administração pública, individualmente, colectivamente ou até anonimamente.⁴⁵

Ratti et al salientam que este tipo de informações podem ser úteis para os gestores públicos na tomada de decisões, que assim podem ser mais fundamentadas, tanto em relação à alocação de recursos como manutenção e melhorias da infraestrutura.⁴⁶ Afirmam que um dos resultados deste novo tipo de infraestrutura distribuída é a transformação da nossa experiência com o espaço urbano, que estamos a viver um momento em que podemos “auto-construir as nossas ecologias”, em que o urbanismo pode abrir-se a novas esferas de influência.⁴⁷

⁴⁴ Ibidem., p. 171

⁴⁵ Ibidem., p. 172-173

⁴⁶ Ibidem., p. 173

⁴⁷ Ibidem., p. 170

4.2.3. Abordagem de Agência Maquinal

A abordagem de agência maquinal procura alcançar a participação do utilizador através de um paradigma tecnológico. Baseando-se em sistemas de alta-tecnologia, busca desenvolver guias que são sistémicas por natureza e que são projectadas para interagir e receber *feedback* do utilizador através de um dispositivo arquitectónico virtual ou físico.⁴⁸ As máquinas como intermediários ou como entidades imbuídas são preponderantes para correrem o sistema de *feedback*, assumem-se como um potenciador de projecto, absorvendo as necessidades e sensibilidades do utilizador e projectando colaborativamente, ou então pode se assumir-se como uma ligação física “inteligente” entre a arquitectura e o utilizador final, permitindo que este possa controle ou modifique o espaço ou a sua performance. A analogia do código-fonte em ambos os casos é o processo tecnológico que constitui o sistema de projecto.⁴⁹

Nicholas Negroponte previu a evolução do designer para a de um intermediário, como o criador de guias abertas em vez de formas determinísticas.⁵⁰ Na visão de Negroponte o processo de produção de arquitectura “não seria uma autocracia in consequente, mas sim um conjunto de restrições pervasivas e evasivas.”⁵¹ No seu livro *The Architecture Machine* de 1970, enquadrou esta condição como uma alvorada de um novo humanismo proporcionado pelas máquinas, reconciliando os desejos locais com os constrangimentos globais.

Neste âmbito foram produzidos protótipos de “amplificadores de projecto” pelo MIT Architecture Machine Group, discutidos em maior detalhe no livro *Soft Architecture Machines* (1975). Estes protótipos apresentam afinidades de relevo com as correntes investigações que se desenvolvem actualmente pela Open Source Building Alliance (OSBA) e pelo projecto investigação house_n do MIT, que propõem dispositivos de projecto inteligentes que permitam aos utilizadores produzirem as suas próprias configurações de projecto, dentro de um enquadramento de condicionantes de projecto codificadas nas suas estruturas computacionais.

O conceito de uma plataforma, física ou computacional, que torne possível soluções intuitivas locais no âmbito de um enquadramento de condicionantes mais globais, constitui um paradigma persistente no discurso da capacitação do utilizador mediada computacionalmente. Este tipo de ideias remontam até antes da era computacional, às mega-estruturas de Yona Friedman ou a teoria dos Suportes de John Habraken, ou as estruturas ciberneticamente interactivas de Cedric Price.

A ideia de que uma estrutura mais permanente na qual os utilizadores tem a possibilidade de construir, ligar/desligar as estruturas e suas valências, através da introdução de processos e instalações mais dinâmicas e efémeras, reflecte uma procura por fazer com que a arquitectura seja inteligente e com que a participação pudesse ocorrer ao nível da prática espacial.

A faculdade de manifestar condicionantes em dispositivos interactivos produziu uma série de ideias acerca do processo de projecto que postulavam que não só permitiriam aos utilizadores construir os seus próprios edifícios, como ajudá-los a

⁴⁸ GOYAL, Akshay - *Hackitecture: Open Source Ecology in Architecture*, in ACADIA 13: Adaptive Architecture, Cambridge, 2013, p. 187

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hudson, 2015, p.103

⁵¹ NEGROPONTE, Nicholas - *Soft Architecture Machines*, MIT Press, 1975, p.102

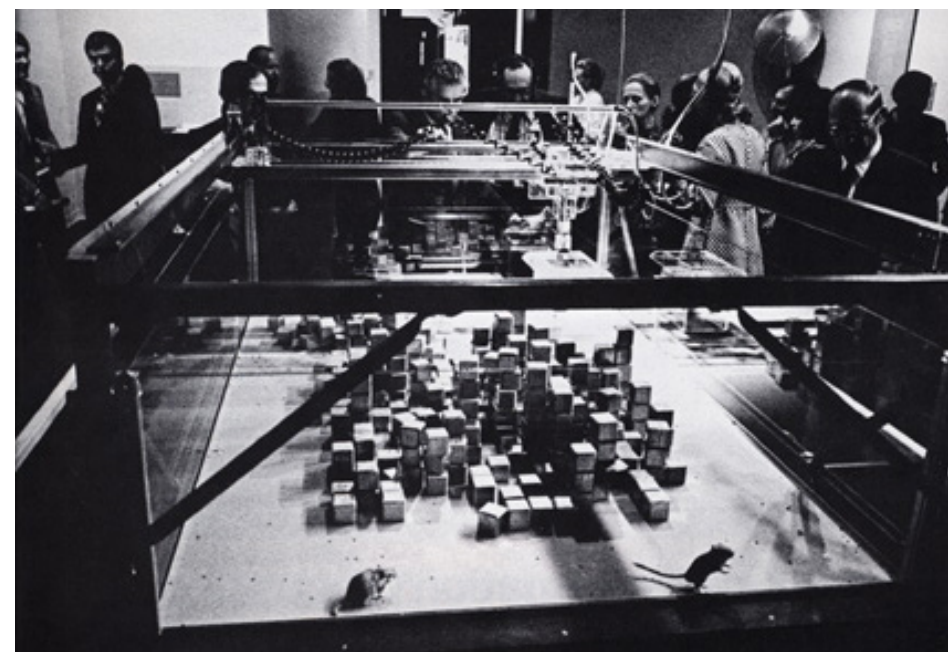


Fig.85 - Projecto Seek (1969-70) do MIT Architecture Machine Group, exibido originalmente na exposição *Software*, curada por Jack Burnham no Jewish Museum em 1970.

A intenção da experiência era mostrar os problemas que um sistema computadorizado poderia enfrentar com seres vivos. Portanto o software Seek foi desenvolvido para reorganizar e antecipar eventos inesperados.

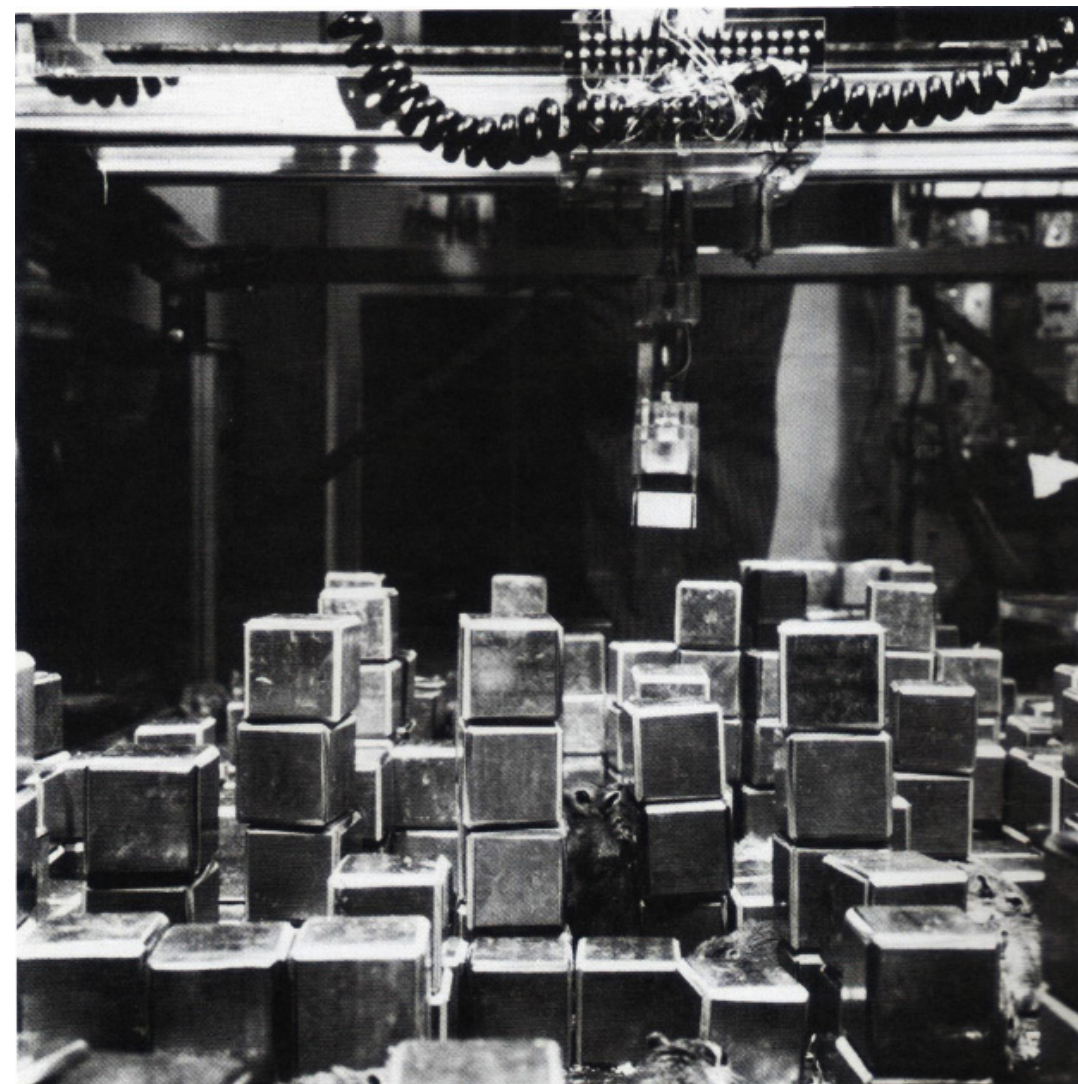


Fig.86 - A peça apresentada consistia num ambiente encerrado, controlado por computador, onde estavam dispostos vários blocos que formavam os espaços onde habitavam pequenos roedores (gerbilos). A configuração destes blocos estava continuamente a ser alterada por um braço mecânico controlado pelo software dos autores da peça. No entanto os autores nem sempre conseguiam antecipar as acções dos gerbilos, o que por vezes causava um dessarranjo incontrolável.



Fig.87 - Laboratório do Architecture Machine Group no MIT.

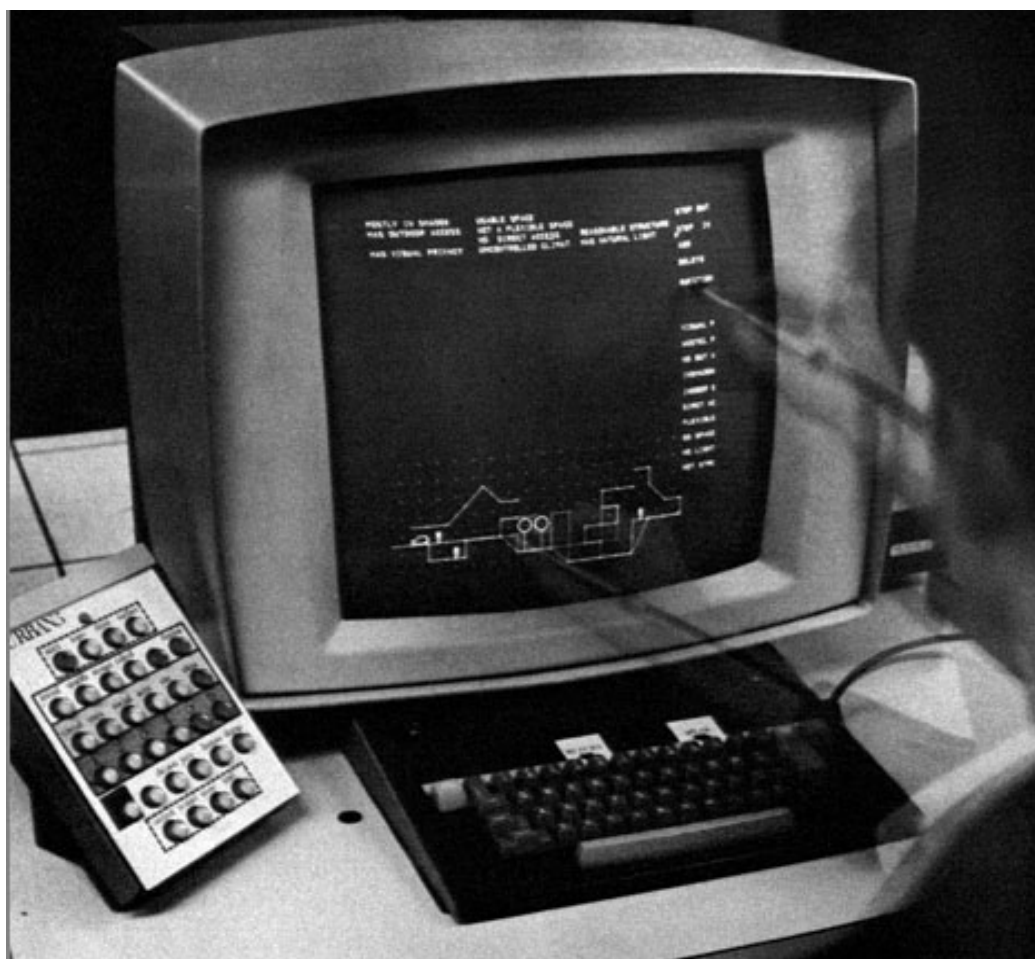


Fig.88 - Utilizador a interagir com o software Urban 5

tornarem-se designers capazes. Nas propostas de Negroponte, Friedman e Price o dispositivo procura fornecer aos utilizadores um ciclo de *feedback* que lhes permita compreender intuitivamente as implicações de diferentes decisões para os próprios e para a sua comunidade. Desta forma todos eles procuraram fazer com que os utilizadores construíssem com uma liberdade enquadrada e através sua própria relação com os edifícios, uma certa literacia de projecto e espacial.⁵²

Por outro lado os projectos auxiliados computacionalmente, por uma plataforma computacional ou *software* também permitem fundamentar as decisões de projecto com base em *input* dos utilizadores, ou facilita o diálogo e partilha no processo. Contudo, em muitas destas implementações e visões, o utilizador adquire acesso ao projecto via *black box*, através de um *software* de projecto que incorpora as assumpções do seu autor, conhecimento e qualificações. Os utilizadores estão na maior parte dos casos fundamentalmente impedidos de aceder ou modificar essa *black box*. Sob este ponto de vista, este tipo de plataformas para projectos participatórios podem argumentar que abrem o projecto aos utilizadores leigos, sendo que na verdade são encerradas e inacessíveis a estes.⁵³

⁵² GOYAL, Akshay - op.cit., p.187

⁵³ ibidem., p.187-188

4.3. Urbanismo *peer-to-peer*

Os recentes desenvolvimentos nas tecnologias de informação e comunicação tem um claro impacto na maneira como percebemos a cidade e o urbanismo. Entretanto com o surgimento de comunidades ligadas através da internet forçam uma reflexão sobre o pensamento fechado e circunscrito. Nos últimos anos estas ideias, aliadas a um revisitamento da ideias da linguagem padrão e de códigos generativos, tem levado uma série de arquitectos e urbanistas a trabalharem para devolver a produção da cidade de volta aos seus habitantes e às suas verdadeiras necessidades.⁵⁴

A abordagem patente no cruzamento deste trabalho teórico combinado com uma cultura *open source* apresenta-se como uma crítica à prática urbanística instituída no sentido em que tenta desmontar os seus processos *black box*, hierarquizados e centralizados. O urbanismo *peer-to-peer* apresenta-se então como uma proposta para aplicar esta abordagem ao urbanismo, implementando-se de forma colaborativa baseada em necessidades biológicas e sociais.

A publicação *P2P Urbanism* (2010) do polímata grego Nikos Salingaros e seus colaboradores (referencia), apresenta-se como uma tentativa de desenvolver essa abordagem. Os proponentes do urbanismo *peer-to-peer* defendem que o urbanismo planeado de uma maneira centralizada não consegue senão uma visão alargada e distante, que muitas vezes falha nos detalhes locais que afectam significativamente a solução. Esta abordagem centralizada opera através da destruição em larga escala de estruturas existentes, quer humanas ou naturais, seguidas da construção de soluções muitas vezes inadequáveis e sem vida.⁵⁵

O Urbanismo Peer-to-Peer ou P2P (de par para par) não é planeado de uma maneira centralizada, é construído através da evidência e de ciência real, e canalizando os poderes financeiros conjuntamente com considerações humanas para que o

⁵⁴ SALINGAROS, Nikos - *P2P Urbanism, Draft version 3.0*, Creative Commons - attribution- share alike, 2010, p.7

⁵⁵ ibidem., p.4

⁵⁶ Ibidem., p.6

⁵⁷ Ibidem., p.13

⁵⁸ Ibidem., p.13-14

⁵⁹ Ibidem., p.116

Web 2.0 - é um termo usado para designar a segunda geração de comunidades e serviços *online*.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Ibidem., p.14

resultado seja muito mais económico a longo prazo.⁵⁶ O termo *peer-to-peer* está fortemente relacionado com as comunidades *online*. Desde os primeiros sistemas de comunicação global e ao longo dos anos, vários grupos e comunidades foram-se gerando. Académicos estudaram o comportamento dessas comunidades e descobriram que todas elas tinham algo em comum. Todas elas partilhavam conhecimento profusamente, tendiam a ser meritocracias em vez de hierarquias rígidas e eram geograficamente muito dispersas.⁵⁷

As comunidades *peer-to-peer* ocorrem quando é permitido às pessoas partilharem informação rápida e facilmente, quando se juntam de acordo com interesses em comum, maioritariamente através da internet. O que por vezes começa como um contacto pessoal via *e-mail* entre desconhecidos, torna-se muitas vezes em grupos que se reconhecem com um propósito em comum. Consequentemente subgrupos de pessoas em proximidade física, podem reunir-se e trabalhar em problemas reais, não apenas em conversação virtual. O organizador primário de uma variedade de conceitos P2P em desenvolvimento é a P2P Foundation, encabeçada por Michel Bauwens.⁵⁸ Segundo Michel Bauwens, “P2P é acima de tudo um *template* para relações humanas, uma dinâmica relacional que está a florescer entre os campos sociais, mais precisamente onde se encontram redes distribuídas. Expressa-se em processos sociais como a *peer production*, *peer governance* e regimes de propriedade comum universal.”⁵⁹

A P2P Foundation chega a distinguir três tipos de modelos económicos e de negócio emergentes que advém da produção *peer*. Em primeiro, a produção orientada por bens comuns, onde comunidades relativamente independentes são criadas e rodeadas por uma ecologia de negócios que eventualmente ajudam a sustentar os bens comuns e as comunidades. Segundo, plataformas orientadas para a partilha de expressões individuais, que são propriedade de corporações (redes sociais, sites de venda, etc), segundo Bauwens é basicamente o modelo Web 2.0. Em terceiro, o modelo *crowd-sourcing* no qual as próprias corporações tentam integrar a participação nas suas próprias cadeias de valor, e sob o seu próprio controlo e agenda.⁶⁰

A combinação das ideias inerentes às comunidades *peer-to-peer* e a sua transposição para o urbanismo, como um movimento organizado, é relativamente recente, tendo se começado na viragem para o século XXI. Aqueles que se identificam e se juntam ao Urbanismo P2P representam um grupo bastante heterogéneo que consiste em indivíduos que praticam projecto colaborativo e a participação do utilizador no planeamento. Como é o caso do movimento norte americano do New Urbanism, os seguidores de Christopher Alexander, activistas urbanos e muitos outros. Salingaros et al acreditam que gradualmente praticantes de outras disciplinas e áreas poderão também ser influenciados e beneficiados pelas ideias do urbanismo *peer-to-peer*, citando a permacultura como um bom candidato, dado o seu entendimento prático profundo da biofilia, mas todo e qualquer um que defenda uma construção vernacular e de baixo consumo, e todas as comunidades independentes ou resilientes que se queiram auto-sustentar de baixo para cima.⁶¹

Em P2P Urbanism (2010), Nikos Salingaros et al propõem cinco princípios básicos pelos quais os praticantes do urbanismo *peer-to-peer* se devem reger, descrevendo tal prática urbanística como uma maneira inovadora de conceber, construir e reparar a cidade.

1. O urbanismo *peer-to-peer* defende o direito humano fundamental de cada indivíduo poder escolher o ambiente construído em que vive. A escolha individual a partir de diversas possibilidades que geram uma cidade compacta e sustentável e que responda o melhor possível às suas necessidades.

2. Todos os cidadãos devem ter acesso à informação que diz respeito ao seu ambiente para que possam envolver-se nos processos de tomada de decisões. O que é possível e activamente suportado pelas tecnologias de informação e comunicação.

3. Os próprios utilizadores devem participar em todos níveis de projecto e em alguns casos de construção da sua cidade. Deveriam ser parte interessada em qualquer mudança que esteja a ser contemplada no seu ambiente por governos ou planeadores.

4. Praticantes do urbanismo *peer-to-peer* devem estar comprometidos em gerar e disseminar conhecimento, teorias, tecnologias e práticas implementadas de forma *open source*, relativos a tecido urbano à escala humana, para que possam ser livres de serem usados e revistos por qualquer um.

5. Utilizadores de dado ambiente construído tem o direito de implementar repositórios evolucionários de conhecimento, técnicas e práticas que lhes dêem ferramentas urbanas cada vez mais sofisticadas e bem adaptadas.

Urbanismo *peer-to-peer* é aplicável em muitos cenários beneficiando de vários níveis e formas de participação da parte dos utilizadores. Sendo que a sua instância mais “formal” atribui a responsabilidade de construir aos profissionais, que aplicam guias *open-source* e trabalham conjuntamente com os utilizadores alvo para desenvolverem dado projecto. O outro oposto do espectro do urbanismo *peer-to-peer* ocorre na construção informal, onde os profissionais agem primordialmente como conselheiros que guiam os cidadãos, sendo estes últimos primariamente responsáveis tanto pelo projecto como pela execução.⁶²

O urbanismo *peer-to-peer* pode ser implementado em assentamentos construídos de raiz como pode ser útil perante assentamentos espontâneos e auto-construídos, são vistos como um ponto de partida para a participação do utilizador que em si contém um ingrediente essencial de urbanismo de escala humana, onde num processo de melhoramento da condição existente. Para muitos, incluindo Salingaros et al, Christopher Alexander antecipou de certa forma o urbanismo *peer-to-peer*, no livro *A Pattern Language* em 1977, apenas fê-lo antes numa época onde não existiam as possibilidades tecnológicas actuais.

⁶² Ibidem., p.6

Nikos Salingaros explica que para identificar qualquer tipo de padrão para construir ou suplementar uma linguagem padrão existente, segue os mesmos critérios na arquitectura que no *hardware* ou *software*.

a) uma solução que se repete em relação a um conjunto semelhante de problemas, descoberta por diferentes investigadores e utilizadores em diferentes alturas;

b) uma solução mais ou menos universal para diferentes aplicações tópicas, em vez de serem fortemente dependentes de condições locais específicas;

c) uma solução simples e geral que lide com um de muitos aspectos de um sistema complexo. Parte da metodologia dos padrões passa por isolar factores de situações complexas para que se possam resolver cada um de uma maneira independente se possível;

d) um padrão pode ser encontrado ao “escavar” práticas bem sucedidas por tentativa e erro e já em uso, mas que não são conscientemente tratadas como um padrão por quem as usa. Um padrão não tem que ser algo utópico ou inédito, mas a sua natureza não pode ser subjectiva.

e) um padrão deve ter um nível de abstracção que o torne útil a um nível mais geral, caso contrário torna-se demasiado específico. Um padrão deve ter sempre algo essencialmente vago que garanta a sua universalidade.

5. Auto-Fornecimento

5.1. Mercado Habitacional

Nas últimas décadas, o distanciamento entre aqueles que produzem habitação e aqueles que a usam tem vindo a aumentar e a produção de habitação tem assistido a uma concentração maciça. Parvin et al referem por outras palavras que “cada vez mais vivemos em casas produzidas por cada vez menos empresas e organizações.”¹ Assim como a comida tem sido distribuída por um grupo cada vez menor de grandes supermercados.

Em *A Right to Build* (2011), Alastair Parvin, Tatjana Schneider, David Saxby e Christina Ceruli dão o exemplo do Reino Unido em que no início dos anos sessenta as 10 maiores empresas de construção contribuíam com cerca de 9% da produção total, enquanto que em 2006 produziam quase metade de todas as habitações recém construídas no país. Afirmam que o debate em relação às políticas habitacionais tem gravitado em torno da sua proveniência, se deve ser proporcionada pelo estado, pelo mercado ou por organizações sem fins lucrativos. No entanto apontam que qualquer uma que tenha predominado a dada altura, manteve-se sempre o princípio básico de que apenas um modelo de grande fornecimento, vertical (*top-down*) e *one size-fits-all* é viável devido à escala da tarefa.²

As pessoas não realizam os seus próprios empreendimentos devido ao grande número de obstáculos que enfrentam, por exemplo a acumulação de capital e os desafios e riscos envolvidos na organização, financiamento e na obtenção de terrenos para o processo de construção. O mais estranho segundo apontam Parvin et al “ao mesmo tempo que se encontram as implicações sociais e económicas envolvidas na grande dependência de um modelo “*big provider*” em relação à habitação, por contraste estamos também a assistir a uma revolução “*prosumer*” (*producer/consumer*) em muitos outros sectores económicos, como na música, cinema, jornalismo e até em certos serviços públicos.”³

Impulsionados em larga medida pela internet, uma grande variedade de amadores *prosumers*, quando equipados com ferramentas e a habilidade de agregar o seu conhecimento e o seu poder de compra colectivo, formam um sector de produtores de grande volume e poder. O Youtbe, a Wordpress, Myspace, AirBnB, Kickstarter ou a Wikipédia são todos exemplos deste tipo de esforço produtivo colectivo.⁴

Segundo Parvin et al a habitação foi absorvida em dois grandes contentores ideológicos polarizadores, entre os oponentes de “grandes governos” que vêem os mercados como mais eficientes e os oponentes dos “grandes mercados” que consideram um oligopólio como perigoso e o estado como mais responsável. O problema de tal debate é a ênfatização que confere às diferenças entre as duas perspectivas e o alheamento que confere às suas semelhanças. A presunção por

detrás de ambos é a de que apenas um modelo profissional e de grande fornecimento e hierarquizado é adequado.⁵

Parvin et al consideram que existem três grandes concepções erróneas responsáveis pela perpetuação desta presunção. A primeira é a de que apenas modelos de grande fornecimento são viáveis para produção industrial de grande escala. Em parte isto baseia-se na ênfatização fordista na eficiência, uma crença de que apenas grandes empresas podem fornecer um maior número de produtos produzidos em massa pelo mínimo dinheiro possível, devido ao seu tamanho, experiência e habilidade de explorar economias de escala. Mesmo que tal seja verdade em parte, novas tecnologias, particularmente as baseadas na internet, tem demonstrado que através da possibilidade de agregar conhecimento, recursos e de atrair a atenção de grandes empresas para o seu suporte, a grande multidão de pequenos produtores pode ser mais eficiente que nunca e forma em si um mercado diverso e poderoso.⁶

A segunda concepção errónea é o de que uma casa é uma casa independentemente de quem a constrói. Uma crença que afirma que inovações complexas no processo pelo qual uma habitação é adquirida não tem efeitos intrínsecos na habitação em si. Segundo consta no Calcutt Review “o governo pode especificar resultados, como boa qualidade e performance ambiental, mas deveria permitir à indústria determinar os melhores meios.” Segundo Parvin et al deveria ser claro que o oposto é que deveria ser o caso, pois mudar a natureza do processo através do qual um produto é concebido, projectado e adquirido tem muito mais impacto nos seus resultados do que regulações aplicadas directamente ao produto final. Segundo os autores o debate nas políticas habitacionais tem-se focado demasiado no produto habitacional e na sua posse, do que no processo de produção em si e nos valores que o guiam.⁷

A terceira concepção errónea é a de que todos os mercados são idênticos, e que como tal são universalmente bons ou maus dependendo da perspectiva política. Na opinião de Parvin et al, “hoje em dia é amplamente reconhecido que os mercados variam na medida em que encorajam ou desencorajam a competição, preferem empresas maiores ou menores, apoiam diferentes tipos de comportamentos e produzem ou exploram diferentes tipos de valor ao longo de diferentes períodos de tempo. Como tal, só porque um determinado tipo de mercado resulta para um determinado problema, não significa que o mesmo modelo de mercado será uma solução efectiva para um problema fundamentalmente diferente.”⁸

Nesta perspectiva é necessário estender a “arquitectura do produto” até à “arquitectura do processo”, para que se consiga não só controlar os resultados habitacionais assim como alcançar um melhor modelo de produção ao redesenhar os sistemas de aquisição e entrega que definem os nossos ambientes construídos. No seu livro de 2008, Nudge, os economistas comportamentais Thaler e Sunstein cunharam a expressão “arquitectura da escolha”. O que estes pretendiam dizer é que em todas as escolhas que fazemos, desde comprar a reciclar, existe uma estrutura subjacente, muitas vezes influenciando ou preterindo uma escolha sobre outras. Por vezes essa estrutura é acidental, noutros casos é cuidadosamente planeada.⁹

¹ CERULI, Christina, PARVIN, Alastair, SAXBY, David, SCHNEIDER; Tatjana - *A Right to Build, the next mass-housing industry*, publicação independente da University of Sheffield School of Architecture, 2011, p.7

² Ibidem., p.8

³ Idem.

⁴ Ibidem., p.9

⁵ Ibidem., p.21

⁶ Idem.

⁷ Ibidem., p.22

⁸ Idem.

⁹ Ibidem., p.22

Na linha de pensamento de Parvin et al, uma abordagem semelhante poderá estabelecer-se relativamente ao valor. Todo o processo pelo qual a habitação pode ser adquirida tem uma “arquitectura do valor” básica, no sentido em que o processo de projecto e de procura tende estruturalmente em direcção à maximização de certos “tipos” de valores consoante os diversos estágios do processo. Neste contexto, a palavra valor expande-se para além do valor financeiro, ou valor de troca, e assume outras formas de valoração, quer sejam a curto prazo, ou a longo prazo, como valor económico, valor de uso, ou então outros mais difíceis de quantificar mas não menos reconhecidos como o estatuto social, sentimento de pertença ou orgulho. É necessário então compreender a arquitectura de valor básica dos processos a partir dos quais a habitação é produzida, o que motiva diferentes indivíduos e como isso afecta a maneira como estes a produzem.¹⁰

No **modelo de construção de habitação especulativo** típico, uma única entidade é responsável pela construção de um dado número de casas. Essa entidade interpreta o papel de promotor, adquirindo os terrenos, assegurando os projectos de arquitectura e licenças, assegurando financiamento, construindo e colocando no mercado as habitações para potenciais compradores. Contudo ao controlar a totalidade do processo, tal entidade assume também um grande risco, o elemento especulativo aqui assenta em assumir o máximo de risco possível para assegurar o máximo possível do retorno financeiro.¹¹

Geralmente as habitações produzidas pelo modelo especulativo como mais-valias financeiras ou bens a ser vendidos ou arrendados. Torna-se lógico para as empresas projectarem estruturas que estão focadas em minimizar o risco durante a construção e o custo total o quanto possível, o que implica uma perda de qualidade no geral. Esse processo sob o ponto de vista do negócio não é visto como um falhanço, ante pelo contrário, pois a responsabilidade real de um construtor é o de maximizar a margem de lucro para os accionistas ou investidores.¹²

Segundo Parvin et al “o modelo especulativo emprega uma arquitectura de valor que é profundamente egoísta e nada generosa, pois as empresas tem fortes motivações para fornecer menos sempre que possível, e inovações técnicas como por exemplo a pré-fabricação são aplicadas não para aumentar a qualidade ou para reduzir o preço de venda (mais por menos), mas para aumentar a margem de lucro na venda (o mesmo por menos).”¹³

Por princípio, no **modelo sem fins-lucrativos**, as organizações que operam em representação do sector público não estão constrangidas pela necessidade de maximizar o lucro para accionistas ou investidores externos, como tal operam de acordo com uma arquitectura de valor diferente. A sua medida de sucesso é a reputação, baseando-se na análise dos resultados, e também se foca em construir habitações como fornecedores de bem-estar social para os que precisam, em vez de mais valias em termos financeiros. Contudo a realidade, em grande parte, não é muito diferente do sector privado. Por um lado, muitas organizações subcontratam a construção das habitações a construtores privados, aplicando de qualquer das formas guias semelhantes.¹⁴

Estruturalmente, o modelo sem-fins-lucrativos na construção habitacional é também baseado numa cadeia de decisão vertical, numa lógica que vê os utilizadores finais como consumidores “médios” universalizados. Como tal está igualmente susceptível a valorizar a economia dos recursos a fornecer em relação ao valor de uso. De acordo com Parvin et al, do ponto de vista de alguém que trabalhe numa organização do sector habitacional sem-fins-lucrativos, estando consciente da crónica lacuna relativa a casas economicamente acessíveis, pode parecer tentador ou até moralmente necessário, construir uma maior quantidade de casas menos generosas em vez de uma menor quantidade de casas mais generosas. “No final de contas parece melhor alojar muitas pessoas adequadamente, do que alojar menos pessoas de forma soberba.”¹⁵

Neste sentido pode-se considerar que organizações sem-fins-lucrativos em vez de criarem mais-valias em termos financeiros, criam antes mais-valias em termos políticos. O sentido de obrigação de maximizar o valor da mais valia política a curto prazo é tão propenso a moldar as decisões de projecto como o desejo do sector privado de maximizar o valor do retorno financeiro. O que propicia arquitecturas de valor menos generosas.¹⁶

O **modelo de auto-fornecimento** descreve qualquer processo onde aqueles que irão viver em dada habitação assumem a responsabilidade na sua aquisição. O que inclui não só os que constroem por si próprios a estrutura física, mas também os que entregam certas tarefas a profissionais, mas detém o papel central de assumir o risco financeiro do projecto e de terem controlo nas decisões de projecto. De maneira muito simples os auto-fornecedores não procuram prioritariamente gerar mais-valias em termos financeiros ou políticos, tendendo antes em valorizar o uso a longo prazo por serem os futuros utilizadores da habitação que produzem.¹⁷

Existem duas razões chave para tal, primeiro porque as decisões de projecto são tomadas em grande parte pelo utilizador, o que se estende à equação do custo ao longo de todo o ciclo de vida do edifício. Segundo Parvin et al “um auto-fornecedor tende a tomar decisões de projecto menos “racionalistas” que favorecem o valor de uso, pois efectuem tais decisões de acordo com o que os economistas comportamentais referem como *norma social* em vez daquilo que poderia ser uma pura *norma de mercado*”. Por outras palavras projectando a habitação imaginando-a como a sua casa, como um local para viver, com especificidades próprias e diferenciadoras em relação ao uso e estilo de vida que podem proporcionar ou facilitar.¹⁸

Em a *Right to Build* é demonstrado através de dados relativos a este sector no Reino Unido, que as casas produzidas neste regime tendem a ser mais generosas, em termos de área, como mais eficientes em termos energéticos e com um impacto ambiental mais reduzido em relação aos modelos de grande fornecimento convencionais do sector público e privado.¹⁹

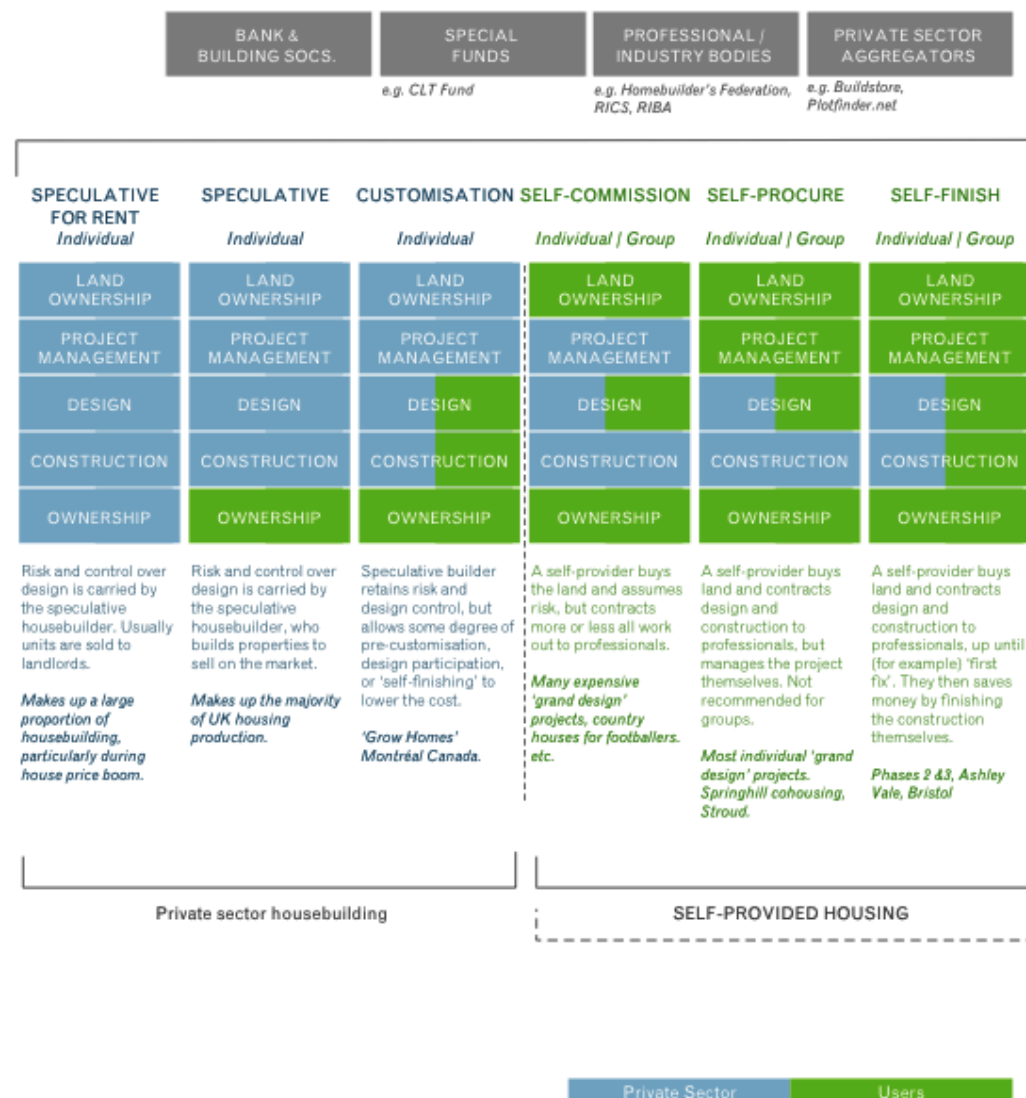
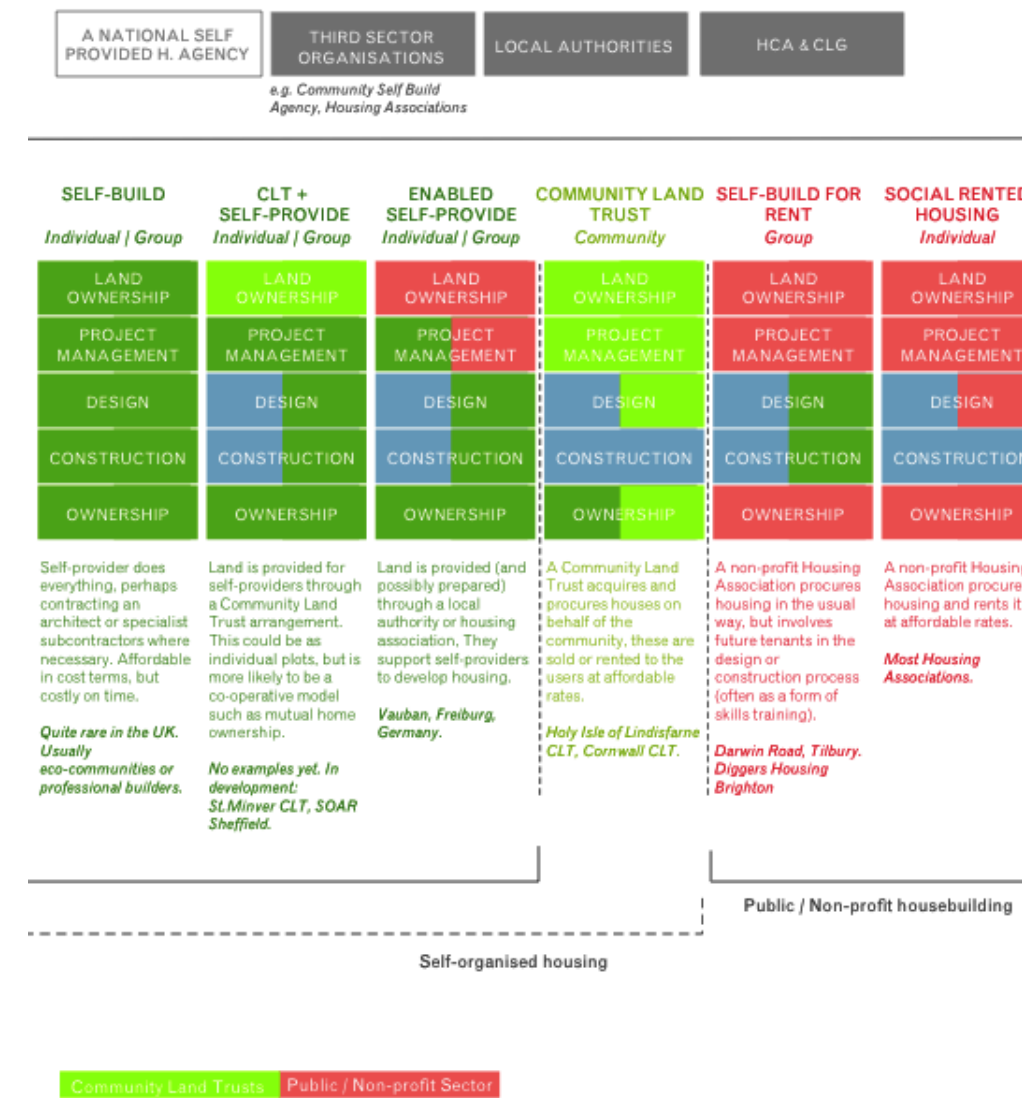


Fig.89 - Espectro dos sectores de produção habitacional do sector privado, ao auto-fornecido, ao público, como apresentado em *A Right to Build*.



5.2. Auto Fornecimento Habtacional

Uma das razões pelas quais o potencial da habitação auto-fornecida não é amplamente compreendido e reconhecido prende-se com o considerável grau de más interpretações em relação ao que realmente se trata, e à confusão entre os diferentes termos que são usados para a descrever. Este processo é muitas vezes referido como auto-organização ou auto-construção. O auto-fornecimento habitacional é um termo geral que é muitas vezes confundido com variantes mais específicas do modelo, como o *cohousing*, a habitação comunitária, a habitação personalizada em massa, a auto-ajuda e a habitação mútua.²⁰

Provavelmente o termo mais comum e amplamente reconhecido é o da “auto-construção” que não é muito apropriado, visto que em muitos casos os auto-fornecedores não constroem fisicamente a estrutura, contratando um construtor. Parvin et al afirmam que “o mais importante a reconhecer é que a habitação auto-fornecida não é um modelo único, mas sim um espectro de modelos, alguns dos quais podem ser incrivelmente diferentes em termos das necessidades e motivações para às quais são feitos para servir.”²¹

Alastair Parvin et al afirmam que existem três tipos básicos de envolvimento que os auto-fornecedores podem ter. A **auto-construção** (*self-build*) genuína é a que o utilizador final não só assegura terreno, financiamento e licenças, mas também constrói fisicamente a totalidade ou parte da estrutura habitacional. O que significa que mantém tanto o ganho do empreendimento, através do valor acrescentado do terreno e propriedade que possuem e podem vender, como poupam o dinheiro que de outra forma seria conduzido para o lucro da produção. Parvin et al afirma que este tipo de auto fornecimento representa um quarto do sector no Reino Unido, e é implementado na grande maioria por indivíduos que estão na indústria e já possuem portanto o conhecimento e meios necessários.²²

No caso da **auto-aquisição** (*self-procure*) o utilizador final assegura o terreno, as licenças e gere o projecto mas envolve um construtor para efectuar o trabalho físico da construção. Mantém assim o retorno do empreendimento, poupando algum dinheiro no custo de produção mas tendo de pagar ainda assim uma quantia substancial a um construtor, arquitecto ou a uma empresa de sistemas de construção pré-fabricados.²³

No extremo do espectro está o caso da **auto-comissão** (*self-comission*), em que os auto-fornecedores tem menos envolvimento na gestão e entrega do projecto, assegurando terreno mesmo que recorram a um agente e paguem a alguém para gerir o projecto. Tende a incluir grupos abastados, e segundo a Buildstore representam cerca de um terço do sector auto-fornecido. No entanto como a tomada de decisão, o risco financeiro e o valor do empreendimento fluem para a mesma entidade, o utilizador, as características fundamentais da habitação auto-fornecida aplicam-se.²⁴

Em termos sócio-económicos, os auto-fornecedores tendem por exemplo a pertencer a grupos etários bastante restritos. Em *Homes to DIY For* (2001) atesta-se que existem dois grupos etários que se destacam, um entre os 35 e 44 anos e outro

entre os 55 e os 59. Na perspectiva de Parvin et al estas características apontam para uma conclusão interessante, a de que a principal barreira para se tornar auto-fornecedor não é o rendimento do agregado por si, mas a posse de capital acumulado.²⁵ Para além da óbvia necessidade de capital financeiro, é importante considerar também outras formas de capital, como o capital social ou individual, que podem consistir nas redes de suporte, conhecimento, aptidões organizacionais, de construção, entusiasmo e tempo que um auto-fornecedor pode transportar para o projecto.²⁶

Para aumentar a escala do sector, uma possível abordagem poderia consistir em remover algumas das barreiras existentes de forma a libertar um pouco o grupo demográfico que consegue e intende auto-fornecer, para que o possa fazer mais facilmente. O que poderia incluir o aumento do número de terrenos disponíveis para modelos de auto-fornecimento, e a criação de apoio e aconselhamento mais compreensivo e claro. Mas o aspecto mais desafiante mas mais importante, não é apenas aumentar a capacidade actual dos auto-fornecedores, mas apresentar modelos que reduzam o limiar económico necessário para a participação.²⁷

Durante o período anterior à crise de 2008, a solução geralmente aceite para o problema de acesso à própria habitação, em caso de baixos rendimentos, andava sempre à volta de medidas relacionadas com empréstimos. Que como se comprovou ser uma medida insustentável. Em vez de aumentar o capital dos agregados familiares até ao limiar através de manobras como empréstimos, Parvin et al propõem que se projecte para que o limiar desça e se coadune com o rendimento de agregados mais modestos.²⁸

Na perspectiva dos autores de *A Right to Build*, existem duas grandes estratégias principais para combater os obstáculos impostos à maioria dos agregados familiares. A **primeira estratégia** seria estabelecer infra-estruturas de suporte genéricas que estivessem acessíveis a toda a sociedade para tornar o processo mais simples. Assim como noutros sectores, muitas destas infra-estruturas de suporte podem ser providenciadas através de interfaces na internet, dando aos auto-fornecedores individualmente a possibilidade de agregar os seus conhecimentos, recursos e formas de pressionar ou adquirir poder.²⁹

A **segunda estratégia** passaria por transformar o sector de auto-fornecimento de um esquema de agregados familiares individualizados em casas individuais e empreendimentos individuais, para um esquema mais colectivo e mais diversificado tanto em escala como densidade. Parvin et al afirmam existirem muitos exemplos de implementações que representem esta estratégia como o por exemplo o movimento de auto-construção comunitário dos anos setenta e oitenta, ou o *cohousing*.³⁰

²⁰ CERULI, Christina, PARVIN, Alastair, SAXBY, David, SCHNEIDER; Tatjana - *A Right to Build, the next mass-housing industry*, publicação independente da University of Sheffield School of Architecture, 2011, p.37

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Ibidem., p.38

²⁵ Ibidem., p.42

²⁶ Ibidem., p.44

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Ibidem., p.45

³⁰ Idem.

5.3. Auto-fornecimento em Grupo, o caso do *Cohousing*

Um exemplo histórico de auto-fornecimento em grupo que foi várias vezes replicado em vários lugares do mundo é o *cohousing*, que é um movimento de desenvolvimento habitacional, que surgiu durante a década de sessenta, em particular na Dinamarca, onde é chamado de *Bofaellesskaber* ou “comunidades vivas”. Malcolm Miles também cita a Dinamarca como origem, mas também refere a Suécia e a Holanda dos anos setenta como local de esforços pioneiros para construir casas mais flexíveis e económicas, vindos da parte de cidadãos da classe média, na Suécia principalmente por grupos de mulheres.³¹

Com um número crescente de mulheres a emanciparem-se e a começarem a trabalhar, aumentou o desejo de reduzir o peso do trabalho doméstico através de serviços comunitários partilhados, em particular os cuidados com as crianças e a preparação de refeições no horário pós laboral. Apesar surgir em paralelo com a critica cultural dos anos sessenta, segundo Till et al o cohousing tem também antecedentes históricos nos movimentos comunitários e feministas do século XIX e XX, no sistema Phalanstère de Charles Fourier, no modelo cooperativo desenvolvido por Melusina Fay Peirce e no movimento das Garden Cities de Ebenezer Howard.³²

O *cohousing* é visto como uma mais-valia para melhorar as relações sociais e para que se desenvolva um senso de comunidade. O que começou como uma solução de habitação da classe média popular entre as famílias mais jovens, tem-se vindo a tornar um modelo habitacional estabelecido para qualquer grupo social e tem-se alastrado para muitos outros países do norte da Europa e também se tornou muito popular nos Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia. Nestes últimos tendo adquirido uma agenda ecológica bem mais explícita e por isso partilhando mais semelhanças com as ecovilas, mas geralmente são menos radicais, de menor escala e costumam estar enquadradas em ambientes mais urbanos.³³

Segundo Jeremy Till et al os bairros de cohousing consistem em casas privadas com instalações partilhadas onde os residentes são proprietários das suas habitações individualmente e são proprietários colectivamente das instalações comunais partilhadas. Estes bairros são auto-geridos através de reuniões regulares, que normalmente operam através de uma forma de tomada de decisão através de consenso. O tamanho de tais conjuntos habitacionais varia em escala de 10 a 40 unidades e a percentagem e distribuição de condições comuns e privadas também difere, mas geralmente tendem a incluir cozinhas privadas mais uma cozinha comunitária. Outras instalações partilhadas podem incluir lavandarias, aquecimento, transporte, espaços abertos ou quartos de hóspedes.³⁴

Malcolm Miles descreve o *cohousing* como o uso partilhado de uma propriedade ou grupo de propriedades, por indivíduos ou grupos familiares, em que instalações de diversas naturezas são utilizadas colectivamente. Miles descreve também a natureza voluntária e a partilha de refeições e como os membros do *cohousing* por vezes recolhem recursos para comprar terrenos vazios nos quais construir, ou propriedades existentes para renovar.³⁵ Miles afirma que estes casos geral-

³¹ MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, 2007, p.210

³² AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.122

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ MILES, Malcolm - op.cit., p.209



Fig.90 - Tinggarden 2

mente envolvem uma visão para o projecto, o envolvimento e conhecimento do colectivo de futuros membros através de reuniões e colaborações nos estágios iniciais do trabalho, que depois contactam um arquitecto e ou implementam o projecto recorrendo a um empreiteiro ou empreendem a construção ou renovação eles próprios.³⁶

Há muitos casos bem sucedidos de *cohousing* no Norte da Europa, Diana Ghirardo cita os exemplos de Tinggarden e Tinggarden 2 construídos em 1979 e 1984 em Helforge, e Savvarket (1984) em Jystrup, todos eles projectados por Tegnestevo Vandkusten e Karesten Vibild. Tinggarden por exemplo foi o resultado de uma competição organizada pelo governo dinamarquês que visava formas alternativas de habitação colectiva.³⁷ Ghirardo dá também o exemplo holandês de Hilversum Meent de 1977, projectado por Leo de Long e Pieter Weeda e o caso sueco de Ivo Waldhor, projectado para um grupo em Malmo entre 1987 a 1991.³⁸

Neste último caso Ghirardo refere que “os inquilinos não tinham experiência prévia com projecto habitacional e que todos tiraram partido do principio de que podiam fazer alterações enquanto a construção não estivesse completa, e que esta flexibilidade levou a atrasos mas fez com que os ocupantes conseguissem a casa que pretendiam.”³⁹ Este caso que parece ter sido problemático para os construtores, no entanto produziu um conjunto habitacional que cumpre com as necessidades individuais e em que o exterior reflecte a diversidade do seu arranjo interior.

³⁶ Ibidem., p.210

³⁷ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.122

³⁸ MILES, Malcolm - op.cit., p.210

³⁹ Ibidem., p.211

Um exemplo mais recente é o localizado em Stroud, Gloucestershire no Reino Unido. Como fruto de uma iniciativa dos residentes, foi então estabelecida uma empresa para desenvolver o terreno e ser proprietária da propriedade. O projecto foi desenvolvido pelo Architype conjuntamente com os futuros residentes. O projecto era composto desde casas com quatro quartos a pequenos estúdios e consiste num conjunto de 32 unidades, no seu centro foi projectada uma casa comum que alberga uma cozinha comunitária, onde os residentes tem por obrigação cozinhar uma vez por mês. As decisões quotidianas são feitas mensalmente através de uma associação de moradores, que inclui grupos que dividem as tarefas da comunidade como a jardinagem, a cozinha, a manutenção, entre outras.⁴⁰

Segundo Jeremy Till e tal é “através de uma mistura cuidadosa de projecto espacial, benefícios comuns e estruturas sociais formais, que o *cohousing* permite encorajar uma interacção social entre residentes e pode ajudar a criar comunidades mais unidas e resilientes.”⁴¹

Malcolm Miles observa que apesar das características comuns, não há um padrão único e que cada grupo desenvolve a sua própria maneira de lidar com os problemas que surgem, mas que apesar disso há redes nacionais de grupos de *cohousing* através das quais é possível pedir aconselhamento e partilhar experiências. Na opinião de Miles uma das vantagens do *cohousing* é o de que devido à existência de espaços comuns, as áreas construídas são menores do que em casas separadas portanto os custos de construção e de consumo de energia são menores. Outra vantagem é a de que os habitantes de projectos de *cohousing* beneficiam de uma proximidade criada com os vizinhos que é uma vantagem distinta do anonimato urbano, sem terem de passar por um processo tão intenso como o de se juntarem a uma comunidade intencional e sem terem necessariamente que seguir os princípios ambientalistas de uma ecovila.⁴²

As pessoas possuem diferentes perspectivas da vida e portanto recorrem ao *cohousing* como forma de partilhar um compromisso em construir um espaço seguro e vivo onde habitar. Uma das vantagens do *cohousing* é de poder adaptar-se tanto a ambientes rurais como urbanos e suburbanos. Neste sentido Graham Meltzer escreve que grande parte do *cohousing* está relacionado com a cultura *mainstream* e que as comunidades acreditam que conseguem manter uma coesão social apesar da potencial tensão entre diferentes comprometimentos de membros na vida comunitária, e a sua associação com o exterior. Matt Holland por sua vez escreve sobre a possibilidade de o *cohousing* oferecer soluções tanto para bairros degradados como para os que estão sob a ameaça de gentrificação. Holland argumenta que a “gentrificação pode parecer melhor do que a *ghettificação*, mas é igualmente disruptiva para as comunidades existentes.”⁴³

5.4. Modelos de desenvolvimento

O auto-fornecimento em grupo apresenta-se como uma importante estratégia para reduzir o limiar sócio-económico necessário para iniciar empreendimentos e deve-se a diversos factores:⁴⁴

1. A partilha dos custos na aquisição de terreno, da construção e dos honorários aos profissionais envolvidos, fazendo com que o processo seja mais barato para cada indivíduo.

2. Permitir uma maior variedade de densidades, o que é importante para terrenos urbanos apesar de os grupos terem de competir nestes casos com construtoras especulativas

3. A agregação do conhecimento e competências dos membros individuais do grupo para benefício colectivo. Ao mesmo tempo que ao tornarem-se um cliente colectivo único poupam tempo e dinheiro nos custos relacionados com a gestão do processo.

4. Se os membros de determinado grupo possuem competências construtivas suficientemente diversificadas, podem utiliza-las para reduzirem os custos de construção significativamente.

5. O risco pode ser agregado entre os membros do grupo e assim torná-lo mais atractivo em caso de empréstimo.

6. A construção em grupo proporciona possibilidades para diferentes modelos de arrendamento e propriedade, como o Community Land Trust e a propriedade habitacional mútua.

7. A rede comunitária que se consegue mais facilmente através do processo de trabalho em grupo. O que nestes casos pode levar a um envolvimento mais comprometido e eficiente na administração colectiva futura do bairro ou conjunto habitacional construído.

Os autores de *A Right to Build* afirmam que existem múltiplas possibilidades e é possível implementar inúmeras combinações, pois não há tipos de desenvolvimento auto-fornecido prescritos. Contudo propõem três modelos que consideram ser três cenários possíveis a curto prazo para a habitação auto-fornecida numa escala maior. Apresentam um modelo de desenvolvimento suburbano baseado no *cohousing*, um modelo de desenvolvimento urbano através de uma Community Land Trust e um modelo de desenvolvimento para áreas mais rurais através de zonas de auto-construção.⁴⁵

⁴⁴ CERULI, Christina, PARVIN, Alastair, SAXBY, David, SCHNEIDER; Tatjana - *A Right to Build, the next mass-housing industry*, publicação independente da University of Sheffield School of Architecture, 2011, p.45-47

Community Land Trust (CLT) - é uma organização local sem fins lucrativos criada com o intuito de agir como proprietária e administradora do terreno e edifícios de dado conjunto habitacional em representação de uma comunidade, para que o conjunto seja permanentemente comum e economicamente acessível. Como modelo originou-se na Índia dos anos 50 como forma de garantir terras de cultivo, mas tem sido recentemente desenvolvido nos Estados Unidos e sobretudo no Reino Unido como estratégia para criar habitação acessível.

Habitação Mútua - o princípio básico da propriedade de habitação mútua baseia-se no simples facto, de os moradores em vez de serem proprietários de cada casa individualmente, um grupo de moradores partilha acções equitativas de uma cooperativa que é a proprietária legal do conjunto

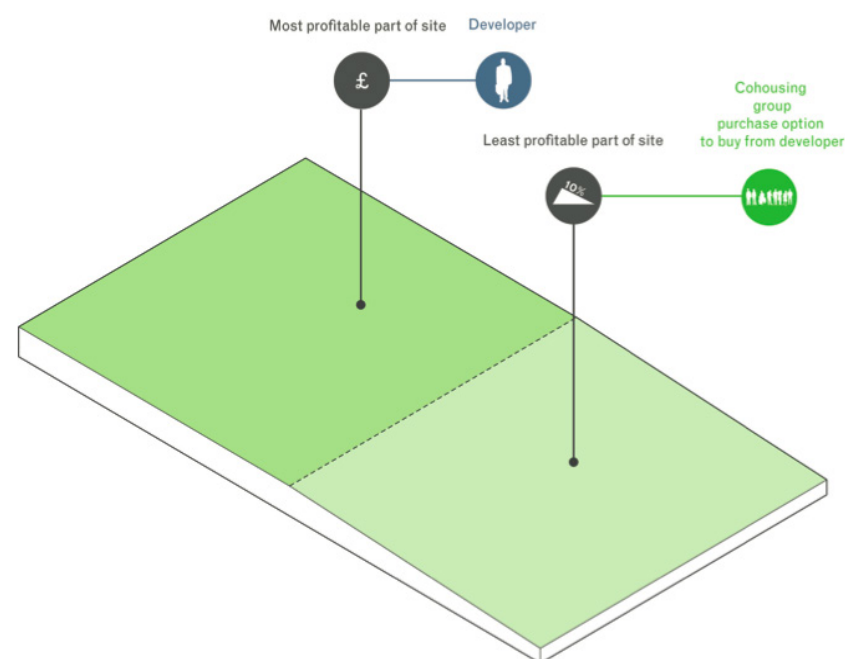
⁴⁵ A explanação dos modelos propostos é retirada de: CERULI, Christina, PARVIN, Alastair, SAXBY, David, SCHNEIDER, Tatjana - op.cit., p.123-142

5.4.1. Cohousing (contexto suburbano)

1. Opção de compra de porções menos rentáveis de terreno

Fig.91 - Empreendedores com grandes terrenos, ao invés de fazerem grandes empreendimentos num mercado incerto, identificam porções dos terrenos que sejam menos adequadas ou menos lucrativas (quer por questões de inclinação, localização ou exposição solar). A opção de compra destas porções menos rentáveis dos terrenos é dada a grupos de cohousing.

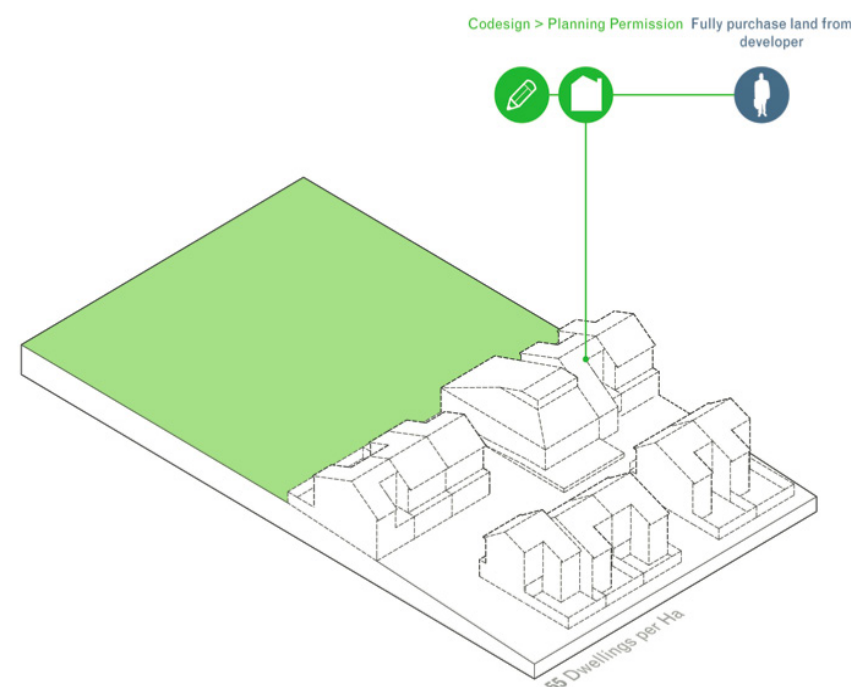
As autoridades locais ao reconhecendo a procura por terrenos de grupos de cohousing locais, fazem com que as porções de terreno em questão usem da condição de planeamento da secção 106 (no caso do Reino Unido)



2. Licenciamento do grupo de cohousing

Fig.92 - Tendo adquirido a opção de compra da porção de terreno, o grupo necessita de entrar na fase de projecto participada, recorrendo geralmente a um gestor de projecto e a um arquitecto para produzirem o esquema que compra com as suas aspirações individuais e colectivas, assim como a sua capacidade financeira perante um empréstimo.

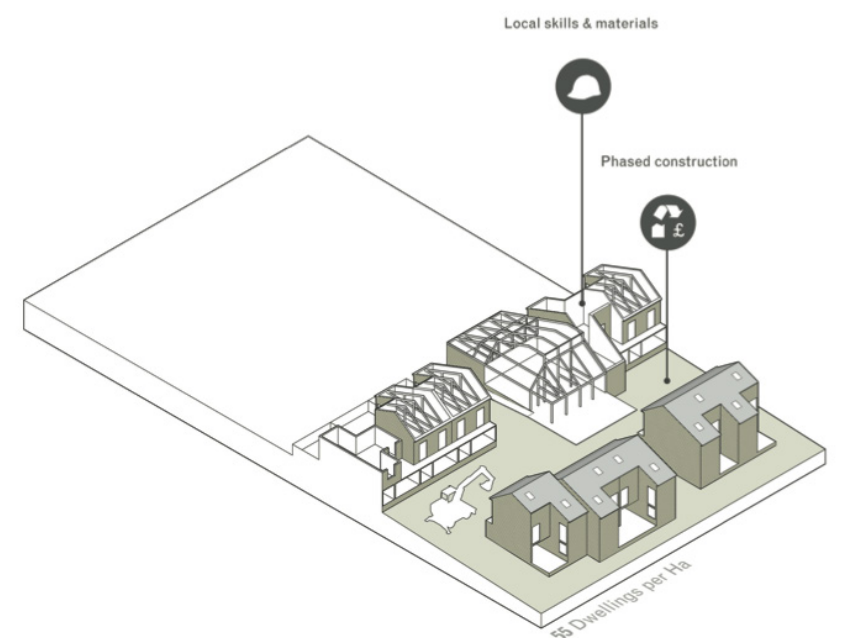
Após licenciamento, o grupo de cohousing, agindo como uma entidade colectiva, uma coopertiva, compra a parcela do terreno ao empreendedor.



3. Construção

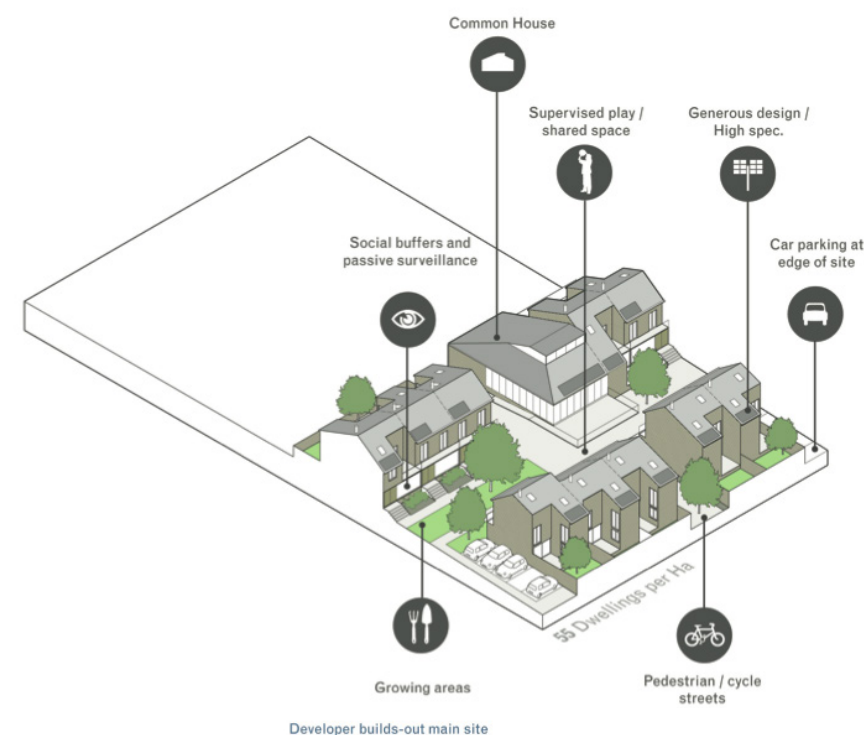
Fig.93 - O grupo então encarrega um empreiteiro local ou da região e é por causa disto que o projecto e as especificações dos edifícios devem ser relativamente conservadores, de maneira a serem de construção compatível com os materiais e técnicas construtivas locais. Devendo incluir materiais de menor impacto ambiental e energético e a integração de componentes reutilizáveis ou reutilizadas se possível.

O financiamento do projecto geralmente exige que este seja construído em fases, gerindo e temperando o financiamento de uma fase completa para a seguinte. Cada membro do grupo de cohousing compra a sua casa individual à cooperativa partir do preço universal €/m², a partir do qual se consiga colectivamente pagar a totalidade do empreendimento, incluindo os espaços partilhados e a casa comum, que se torna no local de reunião da comunidade. Esta casa comum é muitas vezes destinada a refeições colectivas ou a eventos, mas pode também fornecer serviços como lavandaria, espaços de trabalho e oficinas.



4. Valores de cohousing

Fig.94 - Os membros do cohousing são livres de escolher qualquer nível de envolvimento que pretendem ser o adequado para o colectivo e para a manutenção e gestão do conjunto habitacional e suas áreas comuns. A localização do estacionamento em zonas mais periféricas do terreno dando prioridade à circulação pedestre entre as casas.



5. Cohousing como piloto do empreendimento

Fig.95 - A presença do cohousing explicitará alguns benefícios chave para possíveis empreendimentos no terreno de onde inicialmente se destacou a parcela para o cohousing. Assim a construtora pode então proceder para o seu próprio desenvolvimento partindo daquilo que entretanto foi desenvolvido pelo grupo de cohousing. Desta forma a anterior venda da parcela não só significa um impulso financeiro inicial, como assim que o cohousing esteja completo, aumenta a atractividade da zona e a comunidade que contém será um atractivo para possíveis compradores.



5.4.2. Community Land Trust (contexto urbano)

1. Bem público

Fig.96 - Os cortes que se seguiram à crise levaram a que muitas autoridades locais revissem os seus bens públicos, procurando ou vendê-los, ou rentabilizá-los ou utilizá-los como propulsor para novos modelos. A crescente procura por casas mais acessíveis nas cidades levou à formação de Community Land Trusts (CLT) em contextos locais urbanos. Nestes casos as autoridades locais vendem ou concessionam um terreno do sector público a uma recém-formada CLT, muitas vezes a preços de mercado ou ligeiramente mais baixos e exigindo certas condições à produção de habitação no local. Algumas CLT escolhem desenvolver o conjunto habitacional por si só para venda ou arrendamento, mas nestes casos um grupo de interessados é encontrado e organizado, acordando arrendar e desenvolver o terreno apoiados pela Community Land Trust ou outras organizações sem-fins-lucrativos.

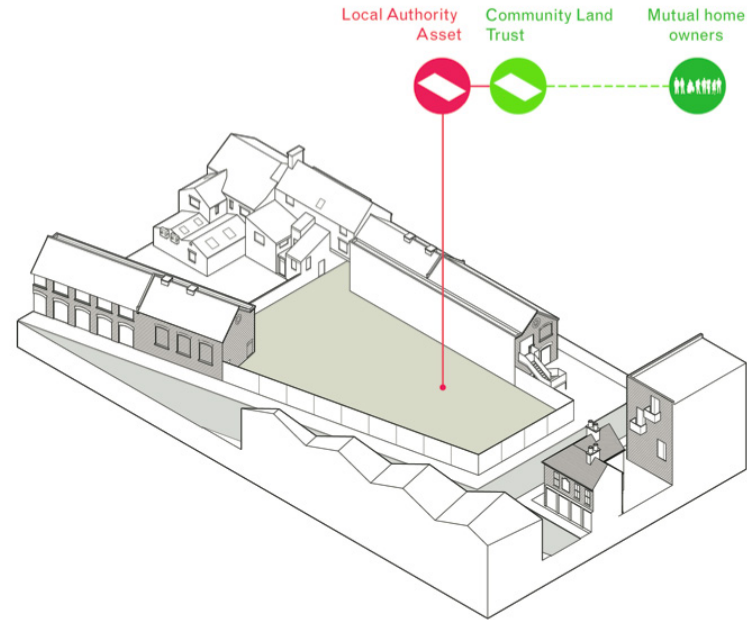
2. Licenciamento da habitação mútua

Fig.97 - Através do trabalho com um arquitecto, a cooperativa (CLT) proprietária da habitação mútua desenvolve um projecto para o terreno adquirido, maximizando conforme possível, mas sem comprometer a qualidade de vida e sem exagerar o custo de construção. A densidade é importante apenas no sentido de distribuir o custo de projecto o mais possível.

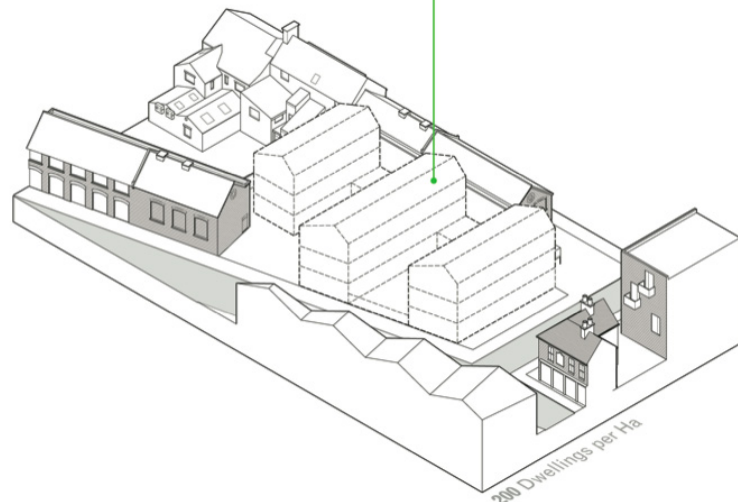
Neste caso mesmo que haja um grau de personalização interna, os apartamentos devem ser desenhados da forma mais igualitária possível, para que mesmo acomodando famílias com tamanhos diferentes, não sejam significativamente diferentes em termos de proporção e aspecto.

3. Construção

Fig.98 - O processo de construção é projectado para aumentar as oportunidades para reduzir o custo geral do projecto na medida do possível. Um manual de componentes padronizados é usado para aumentar o poder de compra da cooperativa e acima de tudo, a construção é pensada para permitir aos membros da cooperativa terem a oportunidade de investirem o seu próprio trabalho na construção da habitação. O que pode ser conseguido através: da designação de um gestor da construção que avalie as capacidades, designa as tarefas e fornece a formação básica quando possível; a estrutura é pensada para reduzir a farsa técnica para os construtores. Nestes casos o edifício é inicialmente montado como uma estrutura metálica com caixa de escadas e guardas, que serve de andaime para o resto da construção; muitas vezes a equipa permanente de construção inclui desempregados locais que procurem formação ou qualificação na área da construção.

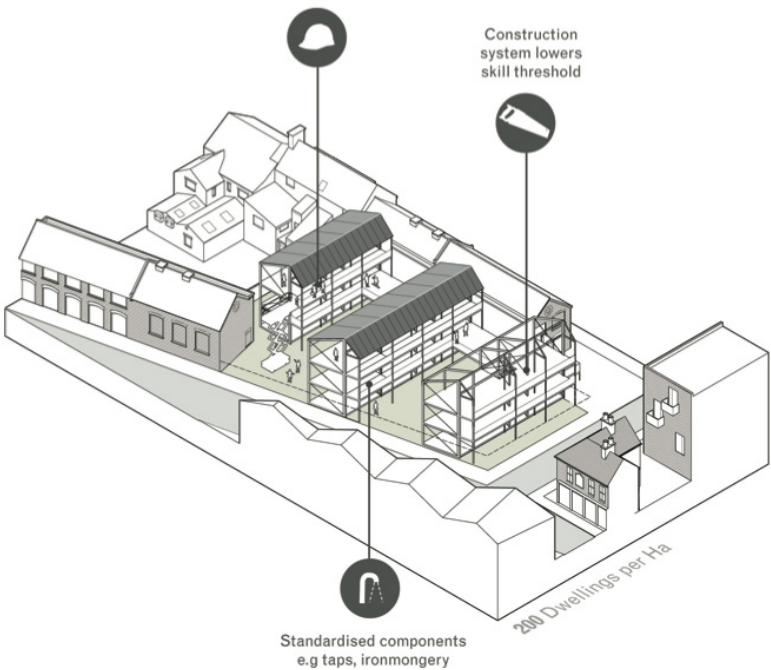


Codesign > Planning Permission

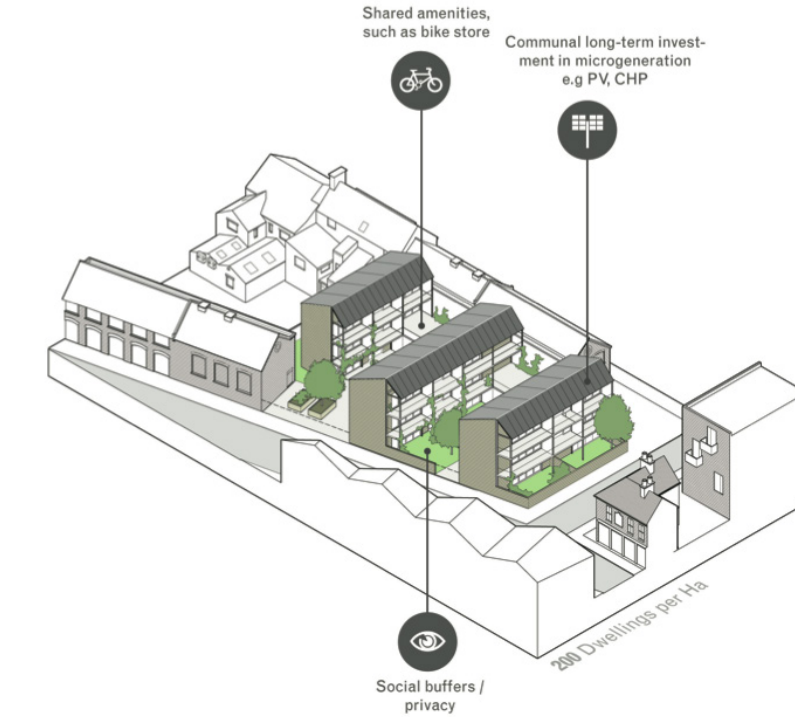


Construction manager organises sweat equity / training

Construction system lowers skill threshold



Standardised components e.g taps, ironmongery



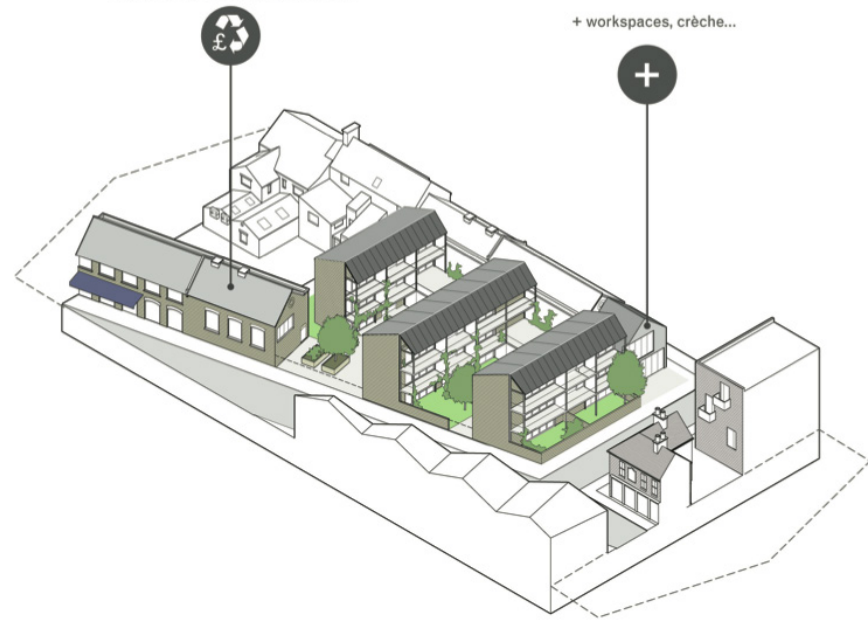
Shared amenities, such as bike store

Communal long-term investment in microgeneration e.g PV, CHP

Social buffers / privacy

Community Land Trust grows and reinvests surplus in more local regeneration

+ workspaces, crèche...



4. Compra de acções pelos co-proprietários

Fig.99 - O empréstimo contraído pela cooperativa para construir o projecto constitui o valor a ser pago ao longo de um certo número de anos acordado. O valor é dividido em acções. Após uma compra pré-eliminar, os membros da cooperativa compram acções a uma taxa que não está vinculada aos preços ou às taxas de juros flutuantes, mas com uma percentagem do rendimento familiar (tipicamente 35-40%) garantindo que é permanentemente acessível a todos. Aqueles que tem a possibilidade, podem comprar uma maior percentagem das acções na cooperativa, que mais tarde podem escolher vender caso se mudem.

Investimentos a longo prazo em performance energética e micro-geração valem a pena, mesmo quando alguns dos indivíduos apenas planeiem viver no local por poucos anos, porque é a cooperativa colectivamente que calcula estes investimentos em termos de poupança a longo prazo.

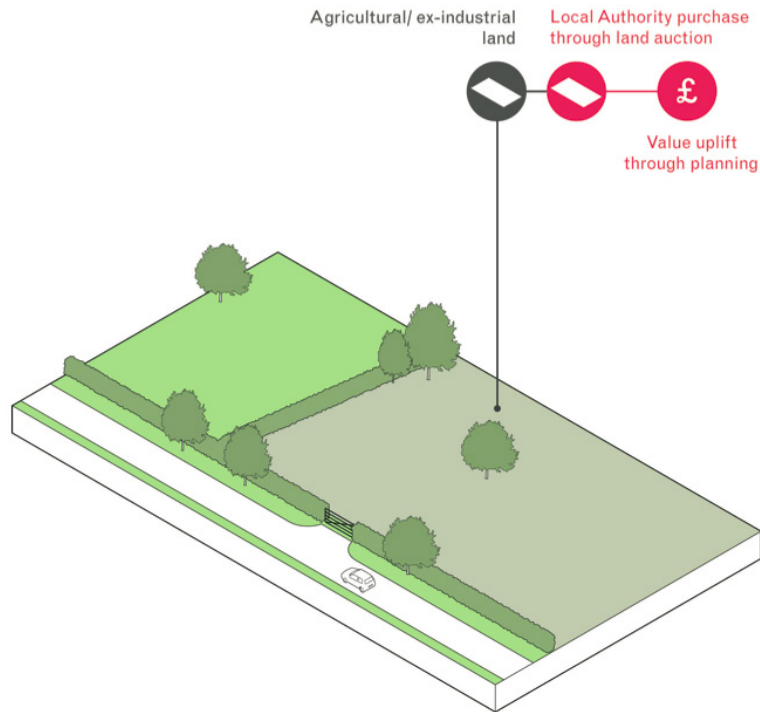
5. Investimentos subsequentes

Fig.100 - Ao fim de algum tempo, assim que a Community Land Trust começa a gerar excedente a partir da renda base, podem reinvestir em regeneração local, aumentar o conjunto, ou investir em infra-estruturas comunitárias e novos programas como espaços de trabalhos, empreendimentos locais ou serviços de proximidade.

5.4.3. Zonas de Auto-Construção (contexto rural)

1. Leilão de terreno

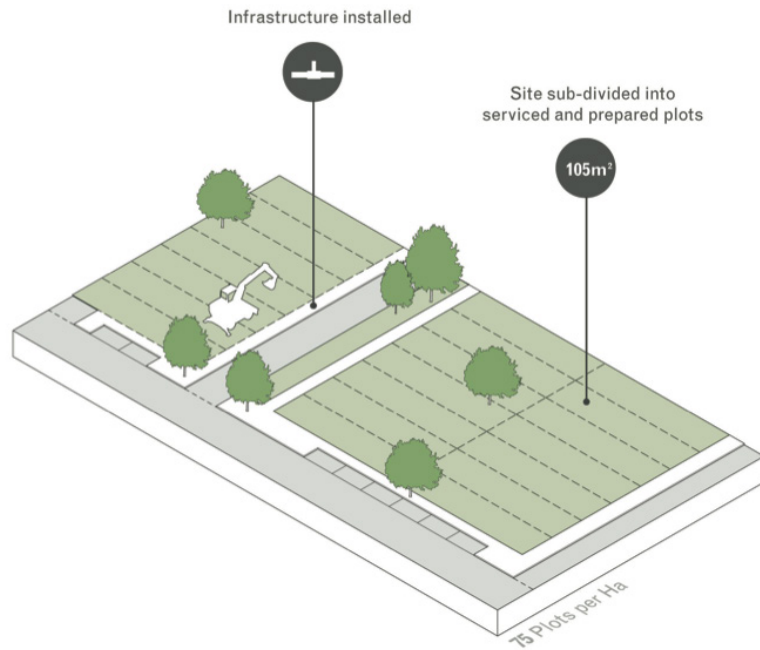
Fig.101 - Através de um sistema de leilão de terrenos, as autoridades locais compram um grande porção de terreno agrícola ou ex-industrial à volta do preço de mercado base, antes de converter em terreno para habitação no plano director local. Ao fazê-lo, retém o valor acrescentado que criaram a designar a área para construção habitacional.



2. Loteamento

Fig.102 - O terreno é então planeado e subdividido em parcelas, seguindo uma tipologia com terraço. Os lotes são suficientemente pequenos para que haja uma densidade de aproximadamente 75 fogos por hectare, pois ao fazer com que cada lote seja o mais pequeno possível, faz com que o custo de cada um reduza, a infraestrutura comum é mais eficiente. Uma das principais razões é a obtenção de uma densidade social e económica suficiente para justificar e atrair comércio, estabelecimentos de ensino e rotas de transportes públicos.

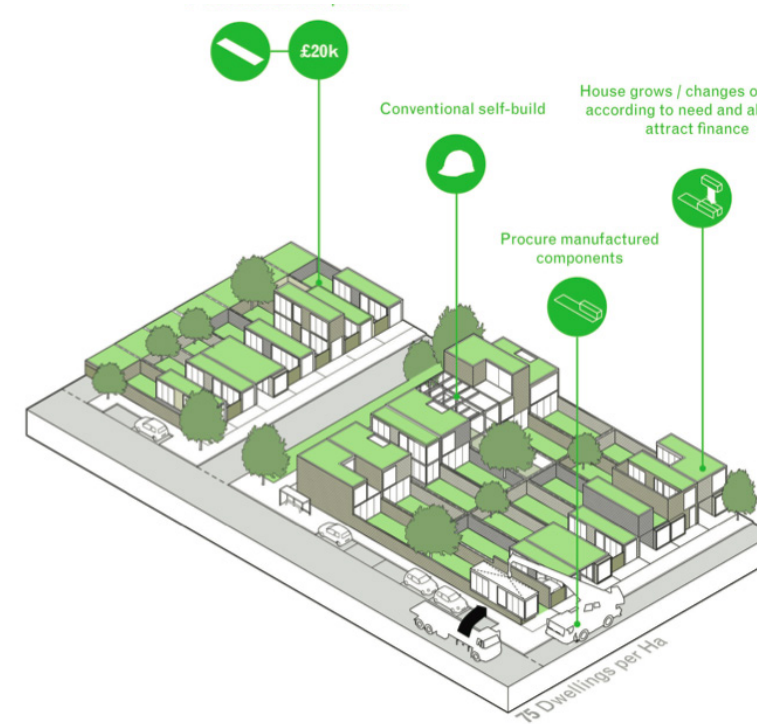
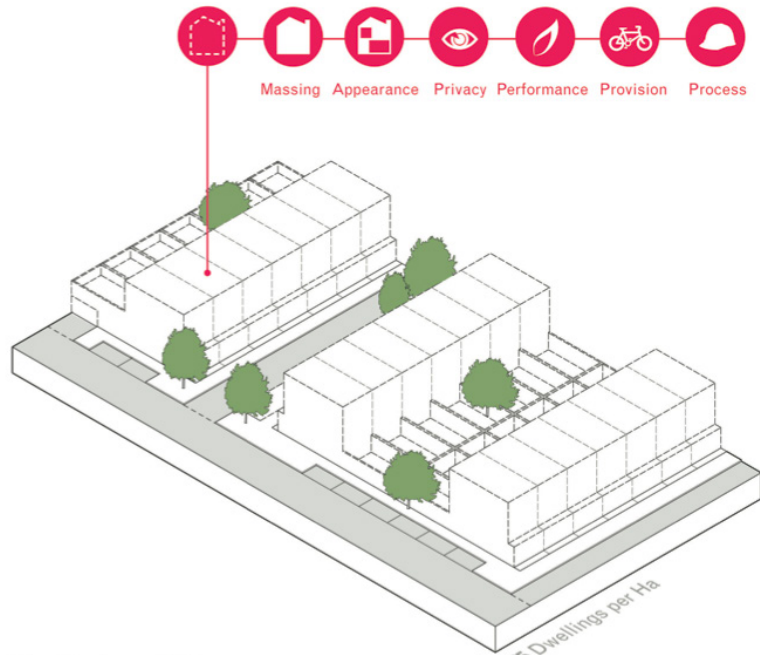
A infraestrutura é instalada e os lotes preparados por um custo de cerca de 15.000 libras por lote.



3. Ordem de Desenvolvimento Local

Fig.103 - Uma Ordem de Desenvolvimento Local (Local Development Order, caso do Reino Unido) é preparada pelos planeadores, assumindo a forma de um conjunto de códigos de projecto rigorosos, especificando volumes, aspecto geral dos edifícios (acima de tudo materiais), mas também outros factores como performance energética mínima e regras gerais de enquadramento do processo de construção colectivo.

As regras estabelecidas são universais a todos os vizinhos e desde que as cumpram, não necessitam de licenciamento adicional para construir, estender ou modificar as suas casas.



4. Lotes Economicamente Acessíveis

Fig.104 - Os lotes são então alugados ou vendidos a auto-fornecedores, por um preço de 20.000 libras. Alguns agregados familiares eventualmente procedem com um projecto auto-fornecido convencional, contratando um arquitecto ou construtor. Outros podem adquirir uma casa pré-fabricada ou um projecto de componentes personalizáveis. Podendo ser fabricados fora do local, de forma rápida e sem grandes riscos associados, criando um pequeno mercado onde as verdadeiras vantagens da pré-fabricação podem ser aplicadas de forma a aumentar a qualidade, generosidade e performance energética.

Uma habitação “inicial” básica pode ser comprada por 20.000 libras, fazendo com compradores que o são pela primeira vez possam ir avanti com um empreendimento, com uma hipoteca reduzida de cerca de 40.000 libras.

5. Cultivando a Própria Casa

Fig.105 - Ao longo do tempo, empresas de construção podem emergir e se desenvolver neste tipo de iniciativas, actualmente algumas das já existentes começam a mudar de uma mentalidade de “venda de produtos” para um modelo de fornecimento de serviços, de manutenção de componentes durante o ciclo de uso e a sua reposição e reciclagem no fim dos ciclos vitais. Outras fazem o oposto e fornecem componentes low-tech mantidas pelos próprios utilizadores.

Ao mesmo tempo que plataformas online emergem, possibilitando monitorizar as habitações, plataformas de projecto centrado no utilizador, serviços de arquitectos e recomendações para futuras configurações. Ao mesmo tempo que novos mercados para componentes em segunda mão e comunidades de utilizadores se envolvem compras colectivas ou resolução de problemas através de guias open-source.

6. Atelier d’Architecture Autogérée

Paris, França
2001 - em actividade

O Atelier d’Architecture Autogérée, AAA (estúdio de arquitectura auto-gerida) é um grupo baseado em Paris co-fundado pelos arquitectos Constantin Petcou e Doina Petrescu em 2001. O AAA age como uma plataforma para investigação e acção colaborativa sobre a cidade e muito do seu trabalho é levado a cabo com outros especialistas, artistas, investigadores e parceiros institucionais como universidades, organizações artísticas e organizações não governamentais, assim como residentes ou os eventuais utilizadores dos seus espaços. Enquanto que os membros fundadores da AAA mantêm-se, a sua actividade opera como uma rede de colaboradores que se forma especificamente à volta de cada projecto.¹ Muita da sua prática e de seus projecto são experiências na reutilização temporária de espaços urbanos devolutos ou baldios, através da constituição de uma infra-estrutura física e organizacional que é lentamente entregue aos residentes locais e transformada em espaço auto-gerido.

Num artigo publicado na Domus em 2007, Ruth Morrow considera que “a principal crítica feita pelo grupo à prática de arquitectura mais convencional direcciona-se à sua abordagem “*hit and run*” que apenas aborda superficialmente, se é que aborda de todo, problemas sociais e questões de sustentabilidade.”² Na sua opinião a actividade do grupo também se caracteriza por ser igualmente crítica de abordagens participatórias que se tornam “formulaicas ou institucionalizadas” e que assim, disfarçam decisões pré-determinadas de estruturas de poder externas.

Segundo Morrow, o AAA assume responsabilidade directa e as suas motivações e políticas reflectem de certa forma o activismo dos anos oitenta. No entanto quando atentamente observada, a sua actividade e aquilo que tenta alcançar é arquitectura no seu nível mais significativo.³

6.1. ECObox (Paris, 2001-2006)

A ECObox foi um dos primeiros projectos levados a cabo pela AAA e foi desenvolvido em La Chapelle, em Paris. O projecto tinha como principal intuito criar espaços de proximidade e envolver de forma crítica os residentes na utilização temporária de espaços devolutos, preservando e incentivando a “biodiversidade urbana”. O projecto consistiu numa série de jardins feitos de materiais reciclados, para os quais se produziram vários elementos de mobiliário móveis, como cozinha, elementos de recreio, oficinas de media entre outros mais directamente relacionados com as actividades de agricultura e jardinagem.⁴

Os vários jardins que fizeram parte do projecto ECObox foram em grande parte construídos com o apoio da comunidade local, um grupo culturalmente diverso, de baixo rendimento e muito pouco representado politicamente. Os jardins foram

¹ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.105

² MORROW, Ruth - ECObox. Mobile devices and urban tactics, in *Domus* [online], 2007, disponível em: www.domusweb.it/en/architecture/2007/11/14/eco-box-mobile-devices-and-urban-tactics.html

³ Idem.

⁴ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.105



Em cima (fig.106) e à direita (fig.107), Colagem panorâmica e vista do recinto ocupado pelo projecto ECObox, a relação entre mobiliário portátil e a plataforma de paletes com as parcelas ajardinadas



construídos recorrendo à disposição de paletes recicladas, o módulo base do projecto, e deste modo criou-se uma trama que definiu os espaços de circulação comunal e os espaços que serviriam de unidades de cultivo. Manifestando assim o carácter do funcionamento democrático do projecto, mas também consistindo numa resposta de projecto sensível ao facto de que o ganho pessoal muitas vezes é o único factor que pode incentivar o envolvimento colectivo.⁵

Ao longo dos cinco anos em que a AAA esteve activamente envolvida no seu quotidiano, a Ecobox tornou-se local para actividade culturais, sociais e actividades económicas, iniciadas pelo grupo e pelos locais. É ao nível desta activação de interesse social e acção que a prática da AAA é mais bem sucedida, agindo como curadores e facilitadores enquanto que ao mesmo tempo deixam espaço suficiente para que os outros também assumam responsabilidade, ao ponto de os residentes terem protestado e feito campanha por novo local após o jardim ter sido despejado do seu local original.⁶

6.2. Passage 56 (Paris, 2006 - em progresso)

A parcela 56 da Rua St.Blaise trata-se de uma antiga passagem que foi encerrada após a construção de um novo edifício adjacente, sendo considerada inconstruível devido ao facto de ser muito estreita e para ela estarem voltadas diversas janelas, estando portanto deixada ao abandono desde então. Em 2005 a DPVI (Délégation à la Politique de la Ville) propôs ao AAA a exploração da potencial utilização deste espaço, que apesar da sua condição está situado numa zona com alta visibilidade, no coração do distrito de St.Blaise.^{7 8}

Após alguns meses de estudo e de numerosos contactos com diversos agentes locais, o AAA propôs um projecto baseado nas sugestões e desejos reunidos a partir dos residentes e associações locais, sendo que o projecto propunha-se à partida ser desenvolvido em conjunto com os futuros utilizadores do espaço. Nesse momento uma rede de parceiros começou a ser desenvolvida e estabelecida, entre os quais se salienta a APIJ-bat, uma associação especializada em eco-construção, a quem foi pedido que levasse a cabo a construção, que contou com 12 formandos dos quais alguns faziam inclusive parte da vizinhança e contaram com um orçamento de 90.000eur.⁹ Jeremy Till et al referem que este projecto acabou por ser encomendado em parte pelas autoridades locais, correspondendo assim a um dos principais objectivos do AAA, influenciar a política local em relação ao uso e desenvolvimento dos espaços residuais da cidade.¹⁰

O uso do terreno não foi interrompido durante os trabalhos, inicialmente limpo e livre, depois equipado com módulos móveis. Durante a progressão inicial do projecto, reuniões no local foram utilizadas como ferramenta de projecto para discutir problemáticas ecológicas e sociais afectas aos residentes. As intervenções pontuais vão dando ânimo para projectos paralelos e entretanto vão sendo construídas as primeiras estruturas do projecto, como divisórias para diferentes cultivos, uma estufa móvel e o acesso ao terreno é definido.¹¹

⁵ AAA - Ecobox project, Urban Tactics [online] disponível em: www.urbantactics.org/projets/ecobox

⁶ Idem.

⁷ AAA - Passage 56 project, Urban Tactics [online] disponível em: www.urbantactics.org/projets/passage56

⁸ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.106

⁹ AAA - Passage 56 project, op.cit.

¹⁰ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.106

¹¹ AAA - Passage 56 project, op.cit.

Fig.108 - vista do interior da parcela ocupada pelo projecto Passage 56



Em 2008, são 40 as pessoas que tem acesso directo ao espaço e que o usam periodicamente para cultivo e jardinagem, para distribuição de vegetais orgânicos para mercados locais, workshops relacionados entre outras actividades. Em 2009 iniciou-se um período transitivo em que o AAA entregou gradualmente a gestão do espaço aos seus utilizadores e associações locais.¹²

Na perspectiva de Jeremy et al “este projecto reforça a ideia de que o espaço público não necessita de culminar na ideia da construção física de um objecto projectado, mas é continuamente desenvolvido como uma produção social, cultural e política. Neste caso o cliente não antecede a intervenção, mas emerge gradualmente no grupo de pessoas que a gerem, oferecendo prova de que a prática ecológica quotidiana pode transformar as relações espaciais e sociais numa metrópole (Paris) densa e culturalmente diversa.”¹³

¹² AAA - Passage 56 project, Urban Tactics [online] disponível em: www.urbantactics.org/projets/passage56

¹³ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - op.cit., p.106



Em cima à esquerda (fig.109), comunicação do projecto Passage 56 com a Rua St.Blaise. Em cima à direita (fig.110) vista do interior da parcela antes de ser ocupada pelo projecto Passage 56.

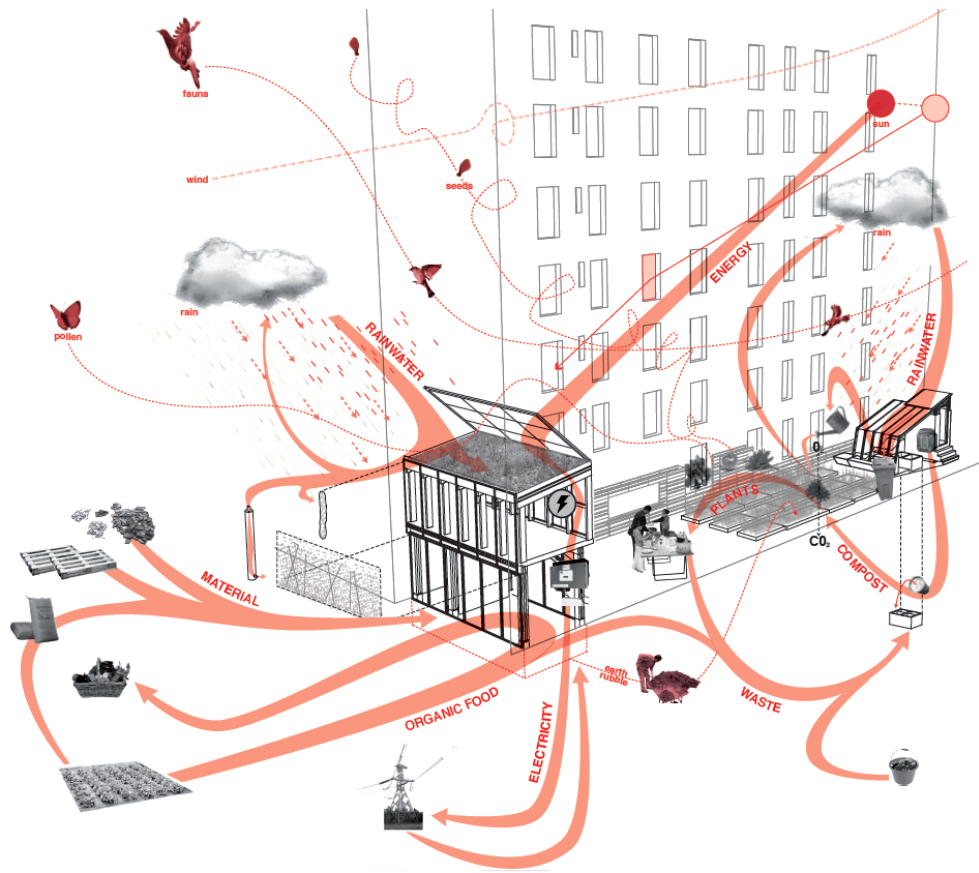


Fig.111 - Representação esquemática dos ciclos dos recursos orgânicos e de materiais, assim como dos sistemas energéticos e de resíduos.

6.3. R-Urban (Colombes, 2011 - em progresso)

R-Urban é uma iniciativa que emergiu em resposta à lentidão dos procedimentos governamentais e à falta de consenso na tentativa de abordar os principais desafios da crise global e as suas consequências na vida das pessoas. A estratégia desenvolvida e levada a cabo pelo AAA pretendeu criar ruma rede projectos de cidadãos e organizações à volta de uma série de estruturas colectivas auto-geridas em rede, agindo através de circuitos localmente fechados, começando ao nível do bairro e escalonando-se progressivamente até ao nível da cidade e da região.

A estratégia pretendida para a rede R-Urban leva em consideração aspectos sociais, ecológicos, e económicos como igualmente essenciais para processos de resiliência. A R-Urban aborda comunidades de contextos urbanos e suburbanos envolvendo uma série de agentes como residentes, autoridades locais, organizações públicas e profissionais, que assumem diversas responsabilidades na gestão dos projectos. Por contraste a outros projectos de regeneração urbana concebidos por equipas especializadas e e financiadas po estruturas administrativas, neste tipo de iniciativa os arquitectos assumem um papel activo como iniciadores, mediadores e consultores em várias parcerias cívicas reunidas por dado projecto. A grande vantagem deste tipo de estratégia é levar a uma implementação mais rápida, eficaz e sustentável, permitindo uma maior e melhor participação de não-especialistas na produção urbana.¹⁴

O R-Urban procura então relacionar o urbano com o rural através de novos tipos de relações, que sejam mais complementares e menos hierárquicas. Procura estabelecer um novo pensamento da cidade assente não só na resiliência ecológica (Reciclagem, Reutilização, Reparação e Reflexão) mas também na resiliência social e cultural, justificando que uma cidade pode apenas tornar-se resiliente na medida em que os cidadãos se envolvam de forma activa. Para estimular este envolvimento e comprometimento são necessárias novas ferramentas, conhecimentos e lugares para testar novas práticas e iniciativas dos cidadãos, para assim também poderem ser demonstrados os resultados e benefícios de uma transformação urbana resiliente.¹⁵

Constantin Petcou e Doina Petrescu afirmam que a R-Urban pretende-se “ancorada na vida quotidiana” mas no entanto comprometida com uma mudança radical, enquadrando-se com as ideias presentes nas *Garden Cities* de Howard (1889), a *Regional City* de Patrick Geddes (1915) e a *Transition Town* de Rob Hopkins (2008), mas que ao contrário destes modelos, a R-Urban não é uma aplicação directa de dada teoria, mas antes uma prática exploratória e de análise teórica, onde ambas se desenvolvem e informam constante e mutuamente.¹⁶

A R-Urban não propõe um modelo idealizado ou cristalizado de transformação como nas ideias anteriormente mencionadas, mas uma forma de lidar com o colapso dos ideais urbanos modernos, baseando-se em iniciativas de baixo para cima (*bottom-up*) originadas pelos residentes locais. Considerando tanto processos de larga escala como fenómenos de pequena escala, confrontam-se problemáticas globais atacando-as localmente, de acordo com o mote “*think globally, act locally*”, mas sempre a partir das condições existentes.¹⁷

A transformação pretendida é realizada em estágios sucessivos ao investir em espaços temporariamente disponíveis e ao criar usos a curto prazo que permitam prefigurar futuros desenvolvimentos urbanos. Comparativamente com os princípios da *Transition Town*, não opera necessariamente à escala da vila/cidade, podendo actuar sobre escalas menores como o quarteirão, o bairro ou até tecidos urbanos extensos, dependendo sempre da participação cívica e necessidades em questão.¹⁸

No entanto, na estratégia levada a cabo pela R-Urban não são abordadas comunidades pré-existentes, mas são antes formadas novas comunidades através do projecto e tem que acordar as suas próprias regras e princípios a ser seguidos na gestão do processo. Com as suas incubadoras cívicas (*civic hubs*) e estruturas colectivas a R-Urban tenta atribuir visibilidade às redes de solidariedade e ciclos ecológicos que cria. Constantin Petcou e Doina Petrescu acreditam que é neste processo de acolher e atribuir visibilidade aos processos e práticas iniciadas, que a arquitectura desempenha um papel fundamental, tornando tangível e concreto o que de outra forma seria apenas discurso.¹⁹

Antes de desenvolver o projecto R-Urban, foram testadas várias ideias relativas sobretudo à agricultura urbana e à participação das populações, através de protótipos em escalas mais próximas da vida quotidiana. Esses protótipos incluem coberturas verdes, construídas através da reciclagem de materiais e com vista ao cultivo como no caso do ECOroof, jardins verticais em paredes como no seu próprio estúdio e instalações sanitárias de compostagem assim como a recolha de desperdícios urbanos e a sua integração nos solos para cultivo no caso do projecto Passage 56. Estes protótipos permitiram experimentar com métodos de implementação simples e averiguar as técnicas locais, marginalizadas ou ignoradas, que pudessem ser úteis no processo, tendo convidado especialistas para organizarem-se workshops com os residentes, de forma a repensar tais técnicas e conjuntamente aplicá-las da melhor forma, como foi demonstrado no caso do projecto Passage 56.²⁰

Após três anos de investigação, o Atelier d’Architecture Autgérée propôs este projecto a várias autoridades e organizações locais em cidades e vilas em França. Uma das características mais interessantes neste processo é mais uma vez, a subversão da típica relação perante a encomenda, sendo que aqui o arquitecto é que procura criar a encomenda nas suas propostas. Para isso o AAA concebeu o projecto como sendo uma estratégia participativa para circuitos locais que consiste na **activação** de correntes **materiais**, como água, energia, lixo e alimentos e **imateriais**, como saberes locais socioeconómicos, culturais e construtivos, em **campos de actividade** chave como a economia, a construção e a agricultura urbana.²¹

Em *Trans-Local Act*, a estratégia do R-Urban é enunciada de forma resumida como sendo a construção sobre acções coordenadas em diferentes escalas locais e complementaridades entre cinco campos de actividade. O **campo residencial** através de habitação cooperativa ecológica, o **campo económico** através de economias sociais locais, o **campo da agricultura** através da agricultura urbana orgânica, o **campo cultural** através da produção cultural local e disseminação regional

¹⁴ PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina - R-URBAN or how to co-produce a resilient city, in *Ephemera Journal*, vol.15, nº 1, 2015, p.250

¹⁵ AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - *Translocal Act*, AAA/PEPRAV, 2010, p.140

¹⁶ PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina - op.cit., p.251

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem., p.251-252

²⁰ AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - op.cit., p.148

²¹ PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina - op.cit., p.252

Fig.112 - Vista aérea da Agro-cité do projecto R-Urban em Colombes.



Fig.113 - Perspectiva desde as hortas da Agro-cité.



e o **campo da mobilidade** através de transportes independentes de combustíveis fósseis. Estes aspectos, segundo o que o AAA defende, definem a condição urbana actual e para superar a actual crise devemos “consumir o que produzimos e produzir o que se consome”, numa referência ao filósofo francês André Gorz.²²

O projecto R-Urban foi então iniciado em 2011 em Colombes, uma vila suburbana com cerca de 84000 habitantes, situada perto de Paris, numa parceria com as autoridades locais, um grupo de organizações e vários residentes das mais variadas proveniências sociais. Num período inicial de quatro anos, o projecto propunha-se a criar gradualmente uma rede a volta de um número a determinar de “*collective hubs*”, cada um deles destinado a servir funções urbanas complementares, como habitação, agricultura, reciclagem, eco-construção e cultura local. Esses *collective hubs* tem como objectivo reunir e aproximar projectos vindos da sociedade civil, criando um contexto de bem-estar social vindo de serviços auto-fornecidos e unidades de produção auto-geridas pelos cidadãos. Esta dinâmica irá simultaneamente desempenhar um papel importante no desenvolvimento de ciclos económicos e ecológicos locais.²³

O contexto suburbano é um território chave para a iniciativa do projecto R-Urban e Petcou e Petrescu consideram que é um território crucial a ser repensado, regenerado e desenvolvido. Colombes e a sua mistura de urbanizações de iniciativa tanto pública como privada, confronta-se com todo tipo de problemas característicos de uma condição suburbana, como privações sociais e económicas, típica sectorização e natureza dormitório urbano, o estilo de vida consumista e com elevada dependência do carro e uma população maioritariamente de classe média. Apesar de uma elevada taxa de desemprego (acima da média francesa) beneficia de uma activa vida cívica, existindo aproximadamente 450 organizações locais.²⁴

Construindo a partir da vida cívica activa e da diversidade cultural e social de Colombes, o AAA começou por iniciar várias instalações colectivas que incluíam projectos de reciclagem e eco-construção, habitação cooperativa e unidades de agricultura urbana, que assim começaram a cooperar para constituir as primeiras agências espaciais e ecológicas na zona. A arquitectura destas instalações colectivas demonstra as várias questões que procuram abordar, reciclando materiais locais, recorrendo a técnicas locais, produção de energia e cultivo, através de componentes e dispositivos construtivos específicos.²⁵

As primeiras três instalações que serviram de piloto para o projecto em colombes foram a Agro-cité, Recyclab e Ecohab, que colectivamente catalisam as actividades existentes com o objectivo de introduzir e disseminar rotinas e estilos de vidas resilientes que os residentes possam adoptar e praticar a nível individual e doméstico. A Agro-cité é uma unidade agrícola que inclui uma micro-quinta experimental, jardins comunitários, espaços culturais e educativos, os quais beneficiam de um série de dispositivos experimentais tais como aquecimento gerado por compostagem, recolha de águas pluviais, geração de energia solar, jardinagem aquapónica e fitorremediação. Agro-cité é portanto uma estrutura híbrida sendo que algumas das

²² AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - op.cit., p.142

²³ PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina - op.cit., p.252

²⁴ Ibidem., p.253

²⁵ Idem.

Fig.114 - Perspectiva desde as hortas da Agrocité.



²⁴ Ibidem., p.253

Fab-lab - contracção da expressão *fabrication laboratory*, ou laboratório de fabricação.

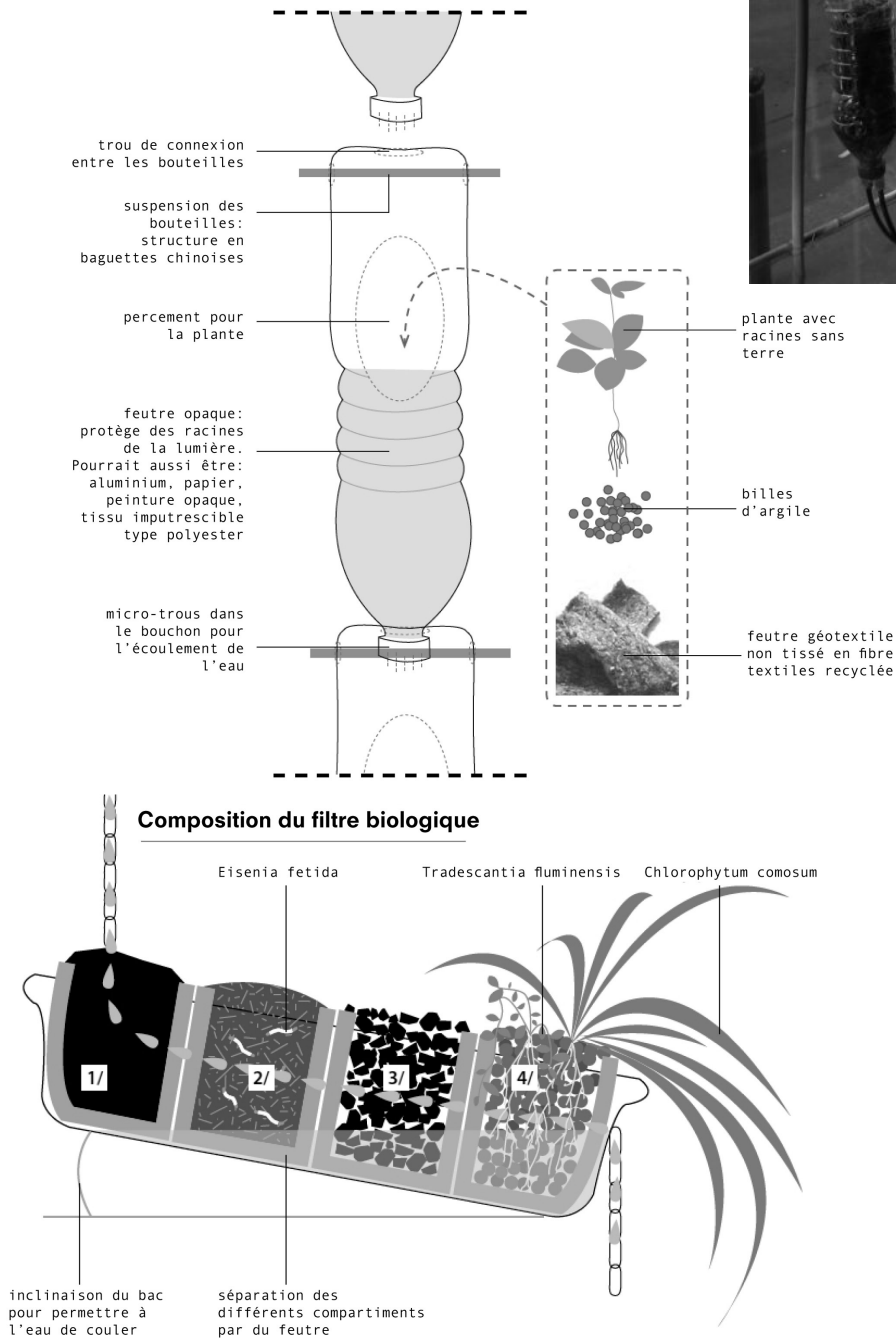
²⁵ Ibidem., p.254

²⁶ Idem.

suas componentes são geridas por organizações/empresas sociais, como a micro-quinta, o mercado e o café, ou geridas por organizações dos seus utilizadores ou associações locais, como o caso dos jardins comunitários e os espaços culturais e educativos.²⁴

A Recyclab é uma unidade de reciclagem e eco-construção que possui várias instalações próprias para armazenar e reutilizar os materiais recolhidos na localidade, para assim poder reciclar e transformá-los em elementos construtivos para auto-construção e adaptação. Um “*fab-lab*” concomitante foi constituído para o uso dos residentes, fazendo com que o Recyclab possa funcionar como uma empresa social. A Ecohab é um projecto de habitação ecológica cooperativa que se constitui de uma série de sete propriedades e parcialmente auto-construídas e colectivamente geridas. As propriedades constituem-se de dois apartamentos subsidiados e uma unidade residencial temporária para estudantes ou investigadores. Para além dos elementos individuais a Ecohab possui instalações e esquemas partilhados como o cultivo de alimentos, espaços produtivos, gestão e recolha de energia e água e até a partilha de veículos. A Ecohab está em desenvolvimento com vista a tornar-se uma cooperativa.²⁵

O número de instalações colectivas da R- Urban pretende-se que cresça em número e que seja gerido por uma cooperativa “Land Trust” que será responsável pela aquisição de espaços, facilitar o desenvolvimento e garantir uma administração democrática. Em paralelo também se pretende que a estratégia se propague numa escala mais alargada, quer regionalmente, que nacional ou internacionalmente. Por exemplo o grupo de artes e arquitectura Public Works, baseado em Londres, afiliou-se com o projecto R-Urban e iniciou um projecto conectado em Hackney Wick, chamado de R-Urban Wick.²⁶



Representação esquemática (fig.115) e fotografia (fig.116) de um sistema hidropónico para janelas montado na Agrocité, inventado por Britta Riley, Um dos muitos dispositivos ecológicos desenvolvidos ou pelo menos testados para a Agrocité e Recyclab.

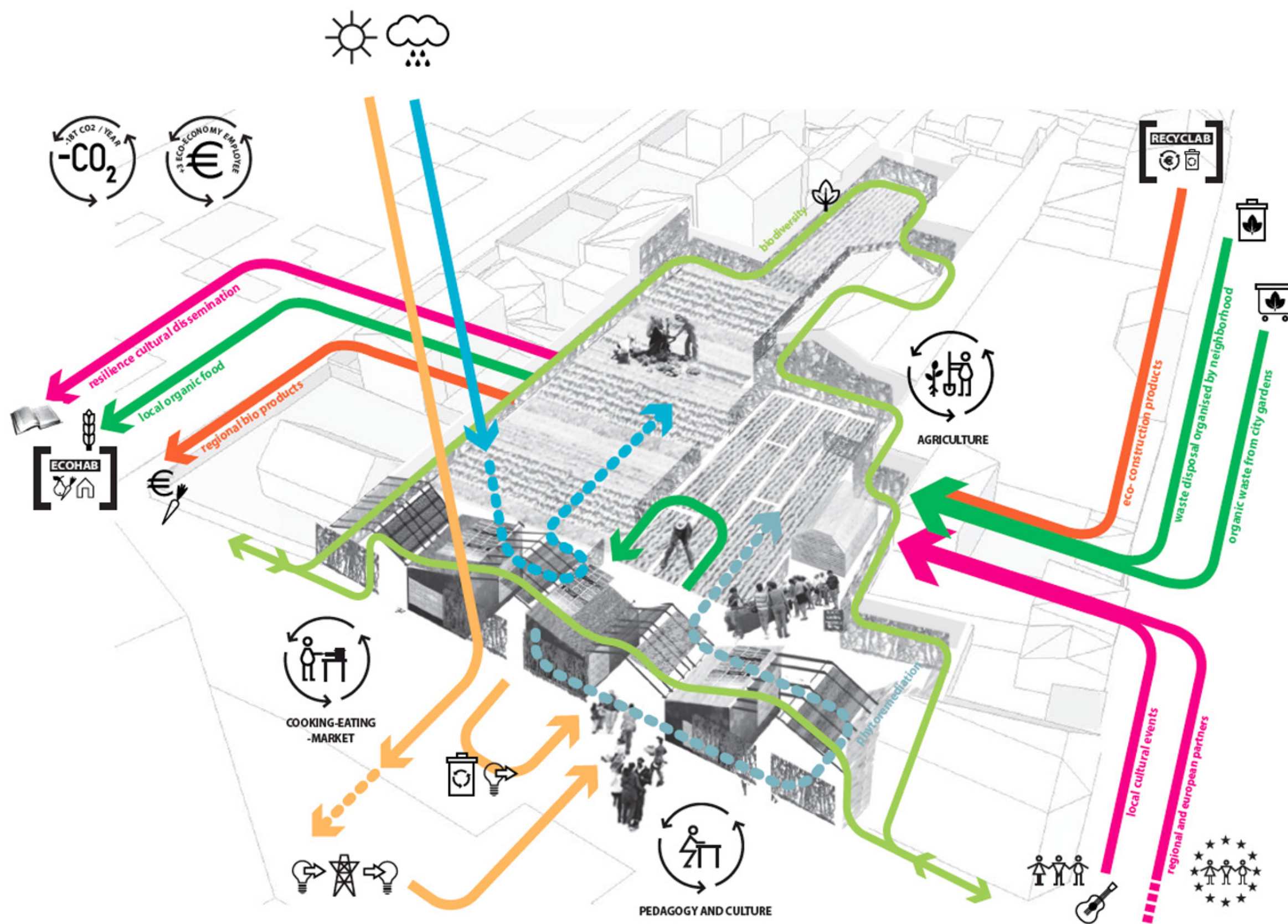


Fig.117 - Representação esquemática dos fluxos energéticos para o interior e exterior da Agrocité, explicitando o sistema de relações com outras instalações do projecto R-Urban, assim como sistema económico e social.

7. Recetas Urbanas

Sevilha, Espanha
2003 - em actividade

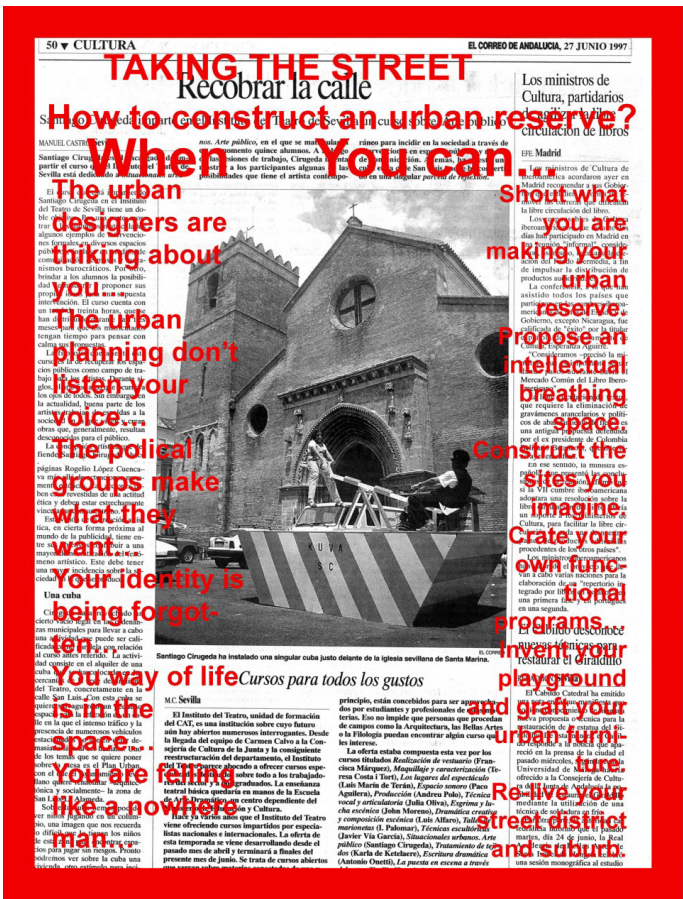
O grupo Recetas Urbanas surgiu em 2003 após uma prática crítica do arquitecto espanhol Santiago Cirugeda que remontava a 1996. Nasceu da frustração que como artista ou arquitecto é relativamente fácil transformar o espaço da cidade através da obtenção de licenças para instalações e intervenções temporárias ao passo que, como cidadãos é quase impossível tomar acções e medidas para melhorar o ambiente construído. Portanto o seu trabalho questiona o que é ser um arquitecto neste contexto e tenta habilitar os cidadãos a agir na sua própria localidade ao mostrar como é possível subverter leis, regulamentos e convenções.¹

O sua actividade foca-se na acção, apropriação, ocupação e uso, onde o cidadão pode agir como iniciador, usando guias e instruções para construir ou reclamar o uso temporário ou indefinido de espaços subaproveitados, as chamadas receitas urbanas. Simultaneamente, o grupo questiona a noção do arquitecto como o único autor de projecto, recorrendo a uma arquitectura aberta concebida como um *kit* de ferramentas ou manual de instruções para o utilizador, distribuída de forma livre através do seu *website* Recetas Urbanas, onde os seus antídotos para o espaço capitalista e comodificado são disponibilizados e livres para serem replicados.²

Santiago Cirugeda descreve a sua prática como uma “renovação urbana e social”, fazendo arquitectura económica e acessível a todos, de modo a combater a mercantilização do espaço. Uma parte substancial do seu trabalho tem sido abordar os espaços abandonados das cidades devido a demolições e que se encontram emparedados e inutilizáveis por razões de negligência activa. Uma das acções sugeridas fornece aconselhamento específico relativo à forma como apelar às autoridades locais por uma licença para instalar algo temporário.³

Para Agustín Pérez Torres,” muitos dos arquitectos contemporâneos necessitam de situar o seu trabalho numa base teórica que os distinga no actual mundo da arquitectura e o caso de Santiago Cirugeda não é excepção.”⁴ Segundo Torres apesar de até certo ponto o trabalho de Cirugeda possuir certas características que o tornam distinto, depressa se descobre que os contornos do seu trabalho desafiam classificações. Primeiro, porque por mais que se analise o seu trabalho e projectos não se encontram pistas que apontem para uma abordagem substancialmente diferente da arquitectura em si, em segundo lugar porque a sua atitude franca e pro-activa pretende responder a situações quotidianas o que não se traduz de forma visível nos aspectos formais dos seus projectos.

Agústín Pérez Torres afirma que Cirugeda implementa o que se pode chamar de “arquitectura da acção”, respondendo acima de tudo a problemas sociais e não apenas a questões espaciais de arquitectura. Torres afirma que o aspecto mais assinalável na arquitectura singular de Cirugeda é “o domínio da atitude sobre a aparência”.⁵ Segundo Torres olhando para a arquitectura de Cirugeda “seria um erro



entender a sua produção apenas como uma sucessão de projectos encadeados por uma intenção renovadora e inconformista, pois é também um protesto contra a arquitectura rotineira, aquela que parece ter-se tornado imutável, que é porque sim.”⁶

Josep Maria Montaner destaca o exemplo activista do arquitecto sevilhano e do seu grupo Recetas Urbanas, afirmando que “Cirugeda tem inventado sistemas alternativos, tirando partido da subutilização dos espaços e aproveitando as brechas da legislação urbana”.⁷ As tácticas do grupo são bastante diversificadas, variando entre a criação de células habitáveis facilmente montáveis e desmontáveis, a próteses em edifícios existentes, ocupações de todo tipo em coberturas ou em mansões abandonadas, convertendo espaços inesperados em contentores de colectividade e pro-actividade.

Montaner refere ainda a importância das acções do grupo nos últimos anos, que intensificaram o número de obras sociais e auto-construídas em escolas e bairros, assim como recorrem sistematicamente a elementos reciclados para construir todo tipo de estruturas, salientando o caso do colégio Baldomer Solà em Badalona (2014-2015) em que diversos elementos provenientes de uma série de exposições foram reutilizados para criar hortas, pórticos e anexos no colégio.⁸

Fig.118 - Estratégias de ocupação urbana subversiva de Santiago Cirugeda, retiradas da publicação *Beyond Discourse: notes on spatial agency*.

⁶ Ibidem., p.87

⁷ MONTANER, Josep Maria - *Condición Contemporánea de la Arquitectura*, Gustavo Gilli, 2015, p.106

⁸ Idem.

¹ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.120

² Idem.

³ Idem.

⁴ ANDES, Ana Mendez (editor) - *Urbanaccion 07/09*, La Casa Encenida, 2010, p.85

⁵ Idem.

Fig.119 - Processo de montagem da unidade habitável para o festival de arte experimental MAD'03.



7.1. MAD'03 (Madrid, Lavapiés, 2003)

Em 2003 Santiago Cirugeda foi convidado a participar no festival de arte experimental MAD'03. Tendo em conta que na altura este já estava interessado em testar o aproveitamento temporário de terrenos em desuso, viu esta oportunidade como uma montra para incentivar a introdução a possíveis regulamentações que se focassem possíveis usos.

A sua proposta para o festival consistiu então na construção de uma unidade habitável temporária num terreno abandonado, que seria gerida por uma associação de moradores durante 4 meses. Para que o projecto resultasse era necessário o envolvimento local, o qual Cirugeda alcançou através de indivíduos com a mesma mentalidade, provenientes da Red de Kolektivos Lavapiés, que fez com que se iniciasse também o contacto com o Laboratorio de Ideas.⁹

O Laboratorio de Ideas é um colectivo que já lutava e denunciava a forte especulação imobiliária na zona do bairro Lavapiés desde 1988, através de conferências e actos informativos sobre a legislação urbana, assim como acção directa através de manifestações, almoços populares ou através da ocupação de edifícios abandonados. Em 2003, o colectivo encontrava-se desalojado e nos seis anos anteriores tinha já sido desalojado por 4 vezes de diferentes edifícios, o que levou à sua condição nómada no interior do bairro. Apesar da relutância inicial do Laboratorio de Ideas em colaborar com um “artista” e com uma instituição cultural, uma relação de trabalho foi estabelecida graças à mediação do arquitecto Pablo Saiz, com vista a testar uma possível solução para a condição do colectivo no bairro.^{10 11}

O projecto consistiu então na construção de um módulo habitável num terreno vazio que acabou por se localizar na Calle Olivar em dois lotes adjacentes (48 e 50). O aspecto mais importante a defender era o de fazer com que o espaço fosse gerido pelo colectivo e não por uma instituição ou pelo MAD'03, para assim demonstrar verdadeiramente aos moradores as possibilidades existentes no uso temporário de terrenos vagos sem intermediários.¹²

A estrutura do módulo seria armada com vigas ligeiras para que pudessem ser manejadas confortavelmente por duas pessoas, sem que estas necessitassem de conhecimento ou formação especializada para realizar a tarefa. Ao organizar a montagem, o grupo apercebeu-se de que a única empresa que dispunha de vigas com as características necessárias e disponíveis para os prazos estipulados, era a mais cara existente em Madrid. Como o orçamento inicial não permitia alugar as vigas por mais do que um mês, Cirugeda e o colectivo preferiram adiar a montagem 3 semanas e alugar a uma outra empresa com preços mais baratos¹³

Após a resposta inicial negativa da organização do MAD'03, o grupo decidiu defender o seu papel na decisão e gestão, mesmo que isso significasse o atraso da montagem, que de acordo com a mudança de planos não estaria concluída a tempo da inauguração do festival, mas por outro lado iria permitir a utilização do módulo por um período mais alargado.¹⁴

⁹ ANDES, Ana Mendez (editor) - op.cit., p.97

¹⁰ Idem.

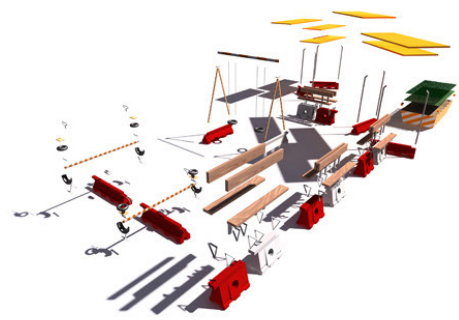
¹¹ Recetas Urbanas - REF.A - 006 Mado3, in *Recetas Urbanas* [online] disponível em: www.recetasurbanas.net/index1.php?id idioma=ESP&REF=1&ID=0007

¹² ANDES, Ana Mendez (editor) - op.cit., p.97

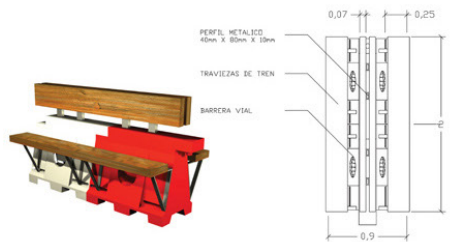
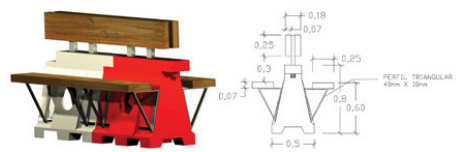
¹³ Ibidem., p.99

¹⁴ Idem.

Na coluna à esquerda (fig.120), lote 8o antes e depois de ser ocupado. À direita fig.121) desenhos e renders do mobiliário sugerido e passível de ser utilizado noutras situações.

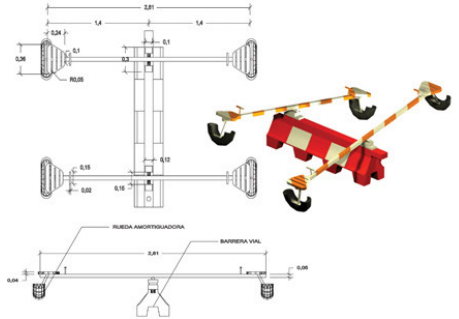


MOBILIARIO
ARCHITECTURAL GAMES S.C.



ARCHITECTURAL GAMES S.C./ARQUITECTO SANTI CIRUGEDA/RECETASURBANAS.NET

MOBILIARIO
ARCHITECTURAL GAMES S.C.



ARCHITECTURAL GAMES S.C./ARQUITECTO SANTI CIRUGEDA/RECETASURBANAS.NET

Assim que a estrutura metálica foi montada restava decidir com que materiais se iria revesti-la de maneira a que pudesse ser utilizada durante o inverno. Como o orçamento inicial de 2000€ cedido pela organização do festival cobria apenas o aluguer da estrutura, era necessário encontrar materiais que fossem gratuitos ou bastante económicos. A existência de numerosos revestimentos para cofragem de lajes sanitárias no próprio terreno, serviu de inspiração para a solução, que montados de modo a formar as paredes criaram uma superfície estanque. Quando contactada a empresa que depositara os moldes no terreno, esta cedeu do seu inventário todos os que fossem necessários para a construção por uma módica quantia. A cobertura consistiu numa lona de plástico impermeável e o pavimento de paletes de madeira.¹⁵

Na perspectiva de Cirugeda o módulo demonstrou a viabilidade da estratégia de ocupação temporária de terrenos em Madrid, sendo que a rapidez e facilidade na montagem deste tipo de construções juntamente com o vazio legal que existia em relação ao uso de terrenos nestas condições levam a imaginar a possibilidade de uma população urbana nómada. Uma solução transitória da parte de uma população que não aspira à propriedade do solo.¹⁶

Apesar de no caso do Laboratório 05 (como ficou alcunhado o espaço, por ser a sua quinta sede) ter havido um acordo verbal para uso indefinido entre o colectivo Laboratorio de Ideas e os proprietários dos lotes, considerou-se preferível que houvesse um acordo por escrito para evitar mal-entendidos. O exemplo do Laboratorio 05 foi importante na medida em que inspirou diferentes associações e colectivos a desenvolver estratégias semelhantes na cidade de Madrid, como é o caso da cooperativa Cobijo de Madrid.¹⁷

7.2. Ocupação temporária de terrenos vazios (Sevilha, 2004)

Em 2004 Santiago Cirugeda propôs à administração do Urbanismo em Sevilha um plano de operação sobre os terrenos vazios no centro da cidade. O objectivo principal desse plano consistia na redução de espaços vazios assim como a incorporação nos registos oficiais de todos os edifícios que não cumprissem as guias de conservação ou que se encontrassem em estado ruinoso, cujos proprietários não respeitassem os prazos existentes para a execução de obras ou remodelações pertinentes. A proposta passava então em grande parte pela criação de um registo e um plano/sugestão para o uso temporário dos terrenos e edifícios que se encontrassem nas condições mencionadas, de maneira a valorizar e revitalizar a cidade consolidada.¹⁸

De acordo com com a regulamentação urbana da cidade de Sevilha os terrenos vazios devem ser selados para protecção própria por um muro de 2,40m de altura. Cirugeda argumentou que tal facto não impede a acumulação de escombros, detritos e o aparecimento de vegetação selvagem que tornam tais locais insalubres. Em virtude da mesma regulamentação, o município sevilhano tem também o direito de expropriar dado terreno caso o seu proprietário não proponha um projecto

¹⁵ Recetas Urbanas - RE-F.A - 006 Mado3, in *Recetas Urbanas* [online] disponível em: www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ES-P&REF=1&ID=0007

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Recetas Urbanas - REF.A - 007 Ordenación y Ocupación Temporal de Solares, in *Recetas Urbanas* [online] disponível em: www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0008

de construção num prazo de dois anos, sob o argumento de que um espaço nessas condições pode ser prejudicial à cidadania. Mesmo assim Cirugeda afirma que existem terrenos em Sevilha que permanecem desocupados e encerrados por mais de 20 anos.¹⁹

Como tal elaborou uma lista de 10 terrenos, entre 100 localizados, dos quais se propunha a abertura ao público de pelo menos 5 deles. Foram então contactados os proprietários e foi organizada uma reunião para que se planeasse uma eventual cedência, por um tempo mínimo de 6 meses. Assim que se encontrassem locais para possíveis intervenções, eram propostas as seguintes acções: demolição parcial ou total do muro de encerramento; limpeza do terreno; preenchimento total ou parcial com pavimento de saibro compactado; colocação de mobiliário urbano diverso. Segundo a proposta todas as acções deviam ser assumidas pelo pessoal da administração pública assim como transporte dos materiais necessários para a operação. No caso do mobiliário, requisitavam-se materiais para os mesmos, apesar de o desenho definitivo e a supervisão da construção ficar a cargo do próprio Cirugeda.²⁰

Santiago Cirugeda aponta como precedente histórico para este tipo de procedimento o caso do arquitecto holandês Aldo van Eyck, que após a Segunda Guerra Mundial trabalhava na área do desenvolvimento urbano de Amsterdão e aproveitou a existência de muitas praças subaproveitadas ou terrenos abandonados para neles construir parques infantis. Neste caso o arquitecto sevilhano não reclamou nem a autoria nem a originalidade da ideia, mas sim a aplicação da mesma num modelo que fosse útil ao caso de Sevilha.²¹

Como unidade de execução Cirugeda propunha então que dado cidadão poderia propor um novo arranjo urbanístico na reutilização de terrenos com equipamentos públicos temporários, desde que não esteja prevista nenhuma construção para o local e que se cumpram os prazos e usos estipulados para o mesmo na sua proposta. Para desenvolver e aprovar as eventuais propostas convocam-se várias reuniões com técnicos e representantes políticos da Gerencia de Urbanismo de Sevilha, contando com o apoio de agentes culturais que redigem e apresentam cartas, solicitações e documentos descritivos que justifiquem a viabilidade das propostas, e elaborem uma estratégia de persuasão e desenvolvimento juntamente com os cidadãos interessados.²²

Santiago Cirugeda afirma que através desta modificação os proprietários que cedessem os terrenos para usufruto público garantiam os seus direitos sobre os terrenos, dando claros benefícios ao público e aumentando o controlo sobre os terrenos desocupados e os problemas daí derivados. Perante esta possibilidade a Gerencia de Urbanismo de Sevilha comprometeu-se a realizar uma operação piloto e assim abrir terrenos de propriedade pública antes de se efectivar uma mudança na legislação.²³

Ao estudar a lista de terrenos proposta por Cirugeda, os técnicos da Gerencia de Urbanismo conseguiram definir a propriedade de 6 deles e elegeram para a operação piloto dois terrenos situados na Calle Sol, nos números 80 e 114. O terreno do lote 114 era especialmente interessante no sentido em que o seu limite traseiro

coincidia com uma torre da antiga muralha da cidade, que até então se encontrava pouco visível. O terreno do lote 80, que era de maiores dimensões, encontrava-se rodeado por um terreno maior ainda que se destinava à construção de uma escola.²⁴

Assim que os trabalhos de limpeza dos terrenos começaram logo atraíram a atenção dos meios de comunicação e após apenas um dia, dois advogados apresentaram-se para reivindicar a propriedade do terreno do lote 114 em representação do seu proprietário com a documentação que o comprovava. Como tal seguiu-se uma paralisação dos trabalhos e o proprietário reafirmou a posse do terreno, causando um certo incómodo e evidenciando um erro da parte da Gerencia de Urbanismo que confirmou a descoordenação dos arquivos.²⁵

Apesar do desentendimento e do incómodo causado ao proprietário e ao arquitecto que executava a abertura do terreno, o erro demonstrou que era necessária uma revisão e um ordenamento constante e sistemático dos registos de propriedade. No entanto a operação no lote 80 da Calle Sol foi levada a cabo, tendo sido equipado com mobiliário feito a partir da reciclagem de materiais existentes nos depósitos municipais, preenchendo-se balizas de trânsito com betão para que se fixassem estruturas auxiliares, como bancos e baloiços, também foram aproveitadas as estruturas de antigas paragens de autocarros para criar estruturas de assombreamento.²⁶

A abertura de terrenos não só permitiu a existência de praças públicas como também a instalação de equipamentos efémeros, criando lugares de reunião para as associações ou simplesmente para a vizinhança. Graças a esta experiência o novo plano de ordenamento urbano de Sevilha, aprovado em 2006, prevê o uso temporário de terrenos, correspondendo à secção “destino provisional de los solares” que corresponde ao artigo 3.3.13 e seguintes. Portanto os moradores e associações que pretendam fazer uso desta possibilidade podem subscrever a assembleias com a administração para propor e discutir novos usos para este tipo de situações urbanas. A nova lei contempla também a necessidade de reorganizar os registos urbanísticos de propriedade de maneira a evitar erros como o ocorrido no lote 114.²⁷

7.3. La Escuela Crece (Madrid, 2013 -2015)

No ano lectivo de 2013-2014, a Escuela Superior de Diseño de Madrid tinha como intenção primordial colmatar a falta de espaço enfrentava. Albergando quatro modalidades de design, Design Gráfico, de Moda, de Produto e de Interiores, estavam matriculados nesta escola mais de 700 alunos e desde a sua abertura em 1965 que não foi executado qualquer plano de ampliação, tendo sido construída na época para apenas 172 alunos.²⁸

A primeira abordagem ao problema por parte das autoridades educativas levou a que se ponderasse uma relocação da escola para outro edifício, a construção de um novo pavilhão ou a ampliação do edifício existente, contudo a falta de fundos afigurou-se como um obstáculo aparentemente intransponível. Neste sentido a direcção

¹⁹ ANDES, Ana Mendez (editor) - op.cit., p.93

²⁰ Idem.

²¹ Recetas Urbanas - REF.A - 007 Ordenación y Ocupación Temporal de Solares, in *Recetas Urbanas* [online] disponível em: www.recetasurbanas.net/index.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0008

²² Idem.

²³ ANDES, Ana Mendez (editor) - op.cit., p.93

²⁴ Recetas Urbanas - op.cit., loc.sit.

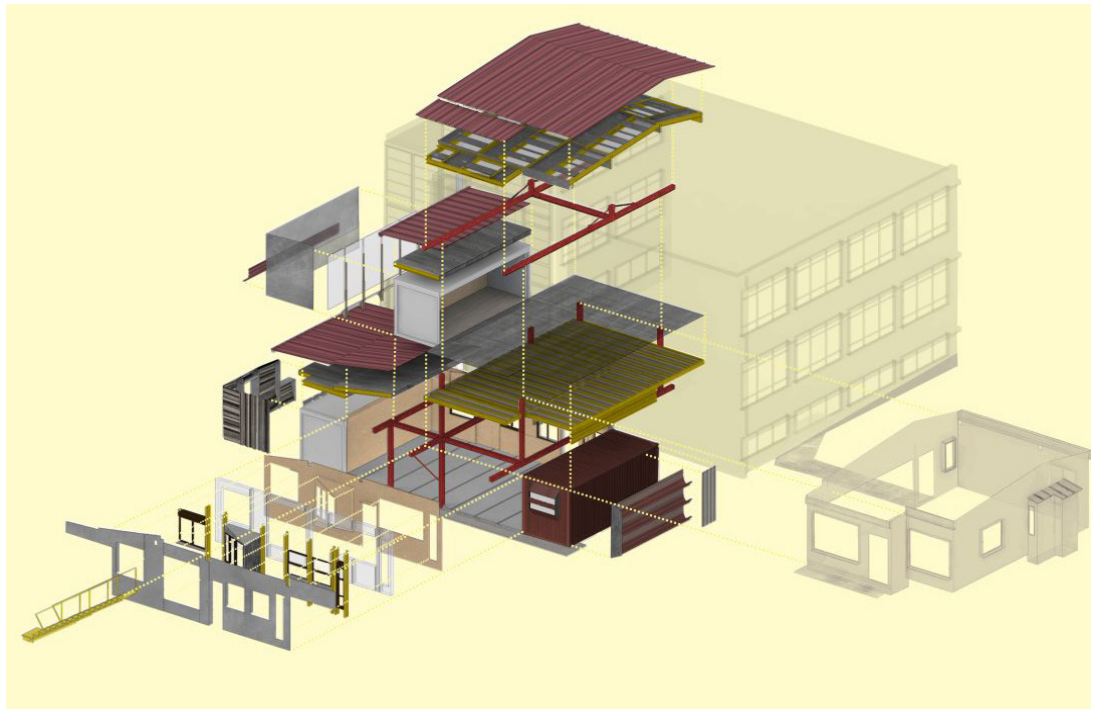
²⁵ ANDES, Ana Mendez (editor) - op.cit., p.95

²⁶ Recetas Urbanas - op.cit., loc.sit.

²⁷ Idem.

²⁸ RecetasUrbanas-REF.G-La Escuela Crece, in *Recetas Urbanas* [online] disponível em: www.recetasurbanas.net/v3/index.php/es/component/joomd/proyectos/items/view/la-escuela-crece

Fig.122 - Componentes da ampliação ao edifício original.



da escola optou por enfrentar o problema recorrendo aos seus próprios recursos, tanto materiais como humanos e decidiu optar pela auto-construção, de forma a poupar nos custos do empreendimento e de maneira a tornar o processo um evento educativo. Após uma avaliação pré-eliminar da possibilidade de auto-construção, a direcção decidiu consultar o grupo Recetas Urbanas antes de tomar uma decisão definitiva em relação ao empreendimento e assim acabou por contratá-lo para a direcção do projecto.²⁹

A ampliação proposta compreendia então a construção de 170m² distribuídos em dois pisos, que se apoiam no edifício existente para diminuir os gastos na estrutura. O sistema construtivo escolhido parte da aplicação de elementos que o próprio grupo Recetas Urbanas pré-fabrica e recorreu-se a técnicas de montagem “secas” para evitar o uso de argamassas ou a necessidade de subcontratar especialistas. Tanto o sistema estrutural como a maior parte dos materiais empregues são reutilizados. O grupo salienta o facto de que o projecto não se apresenta aos participantes como algo fechado, mas sim como material de trabalho que vai emergindo à medida que se vai efectuando. Afirmam que nesse sentido os participantes não são mera mão-de-obra, mas partilham tanto as decisões como a responsabilidade sobre aquilo que é construído.³⁰

A auto-construção do novo edifício foi levada a cabo através de 15 oficinas quinzenais com a duração média de 3 dias e em diferentes turnos na parte da manhã e da tarde para que não interferisse com as demais actividades académicas. A construção da ampliação como actividade foi integrada no plano de estudos e permitiu assim que os participantes adquirissem créditos consoante a sua participação.

No sentido desta integração, foram criadas guias de docência para as diferentes áreas disciplinares da escola de maneira a criar um cenário de colaboração, com diferentes níveis de participação, indo desde a execução de tarefas construtivas específicas e pontuais a tarefas mais amplas como o desenho interior dos espaços

²⁹ Recetas Urbanas - RE-F.G - La Escuela Crece, in *Recetas Urbanas* [online] disponível em: www.recetasurbanas.net/v3/index.php/es/component/joomla/proyectos/items/view/la-escuela-crece

³⁰ Idem.



Fig.123 - Alunos a betonar uma das fundações da ampliação.



Fig.124 - Montagem da estrutura metálica.

da edificação. Neste processo estiveram envolvidas mais de 150 pessoas e para além dos estudantes da escola participaram também estudantes e professores de várias proveniências do globo de forma a fomentar uma partilha de conhecimentos e práticas de ensino.³¹

Durante mais de um ano e meio de processo foi então construído o novo espaço da escola e foram organizadas equipas para difundir a experiência. Entretanto foi criada uma oficina de paisagismo para desenvolver os espaços que rodeiam esta edificação, assim como para desenhar e produzir o mobiliário que irá dotar esses mesmos espaços. Além do mais a concretização deste novo espaço físico fez com que a direcção da escola ponderasse a criação de um outro espaço, mas sem término definido, com o intuito de continuar a gerar novas oportunidades de aprendizagem para o futuro, sendo que o edifício ainda hoje está em constante construção, através de pequenos reparos ou acrescentos.³²

³¹ Idem.

³² Idem.

8. BRAAK!

Breda, Holanda
2010 - em actividade

Este capítulo basei-se primordialmente na minha experiência na cidade de Breda e no contacto com, ainda que relativamente fugaz com a comunidade do Stek. O texto foi elaborado tendo como base conversas informais, uma pequena entrevista inicial via e-mail (nos anexos) com Tim van der Burg e nas informações disponibilizadas no portal online da fundação BRAAK!.

A Braak! é uma organização sediada na cidade holandesa de Breda, que foi fundada por um grupo de pessoas que tinham como objectivo qualificar os vários terrenos vazios nas imediações do centro da cidade. O arquitecto Tim van der Burg afirma que tudo começou no final de 2010, quando um grupo inicial se reuniu para pensar nas possibilidades inerentes aos cerca de 160 hectares de terrenos ou espaços abandonados, chegando à conclusão de que grande parte destes terrenos permanecerão muito provavelmente inalterados nos próximos 10 ou 20 anos. A Braak! propõe-se então a registar e documentar todos os terrenos legíveis para a sua actividade dentro da cidade de Breda, que é onde pretende exercer a sua actividade e a actualizar o seu arquivo activamente e a disponibilizá-lo *online*. A fundação procura essencialmente abordar cada situação de forma flexível e promover projectos sociais e culturais, dependendo obviamente do local e seu contexto, do objectivo e da escala temporal. A fundação pretende facilitar e intervir sempre que possível e necessário, recorrendo à sua rede de contactos com organizações dentro e fora da cidade, assim como pretende cooperar com os proprietários. Tim van der Burg afirma que não acredita apenas na participação civil, que é necessária uma cooperação das autoridades.

A actividade do grupo começou então no ano de 2011, com um projecto chamado ETNA que se propunha a gerir e potenciar diversas actividades temporárias num enorme terreno em desuso, das quais se destacou a construção de um ringue de patinagem que lá esteve durante todo um inverno. No entanto planos para construção no local levaram ao seu encerramento em 2012. Nesse ano a fundação começa a procurar localização e a planear a construção de uma praia para a cidade num dos seus canais, uma ideia que encontrava entusiasmo numa cidade do interior.¹

Entretanto, já em 2012, a Braak! desenvolveu um projecto no bairro social de Dr. Struicken District, atraído pelo facto de alguns dos edifícios estarem prestes a serem demolidos para a construção de um supermercado e de duas grandes torres de apartamentos. Para assinalar a dramática mudança no bairro, o projecto iniciou-se com a pintura de um mural numa empena de um dos edifícios com demolição em vista. Este mural era em si um código QR gigante que quando reconhecido por *smartphones* direccionava para um site sobre o projecto que se estava a iniciar no bairro e sobre a fundação Braak!.²

Outras empenas foram entretanto pintadas ou esculpidas e o espaço público animado, recorrendo a concursos e outras actividades de expressão artística mediadas pela fundação. Os residentes foram incentivados a participar e a ocupar o espaço público e os edifícios em vias de demolição. Ao mesmo tempo que pequenas intervenções no espaço público eram levadas a cabo juntamente com a comunidade, quer com estudantes em estágios académicos ou através de voluntários da própria fundação.



Fig.126 - Cartaz de apêlo a voluntários para a construção do projecto em Struyckwijk.

8.1. Struyck Hergebruik!

Struyck Hergebruik!, que significa “Reutilizar Struyck”, é um projecto enquadrado nas acções no bairro Dr. Struycken, desenvolvido por Wieke Alberts, um estudante do quarto ano da Eindhoven Design Academy que fez um estágio de 15 semanas na Braak!. Este projecto foi desenvolvido tendo como base, um pouco à imagem da própria missão da fundação Braak!, a ideia de reutilizar desperdícios industriais com vista a criar um pequeno ponto de encontro na rua Struyckwijk no Struycken District em Breda. A partir desta ideia e sendo a cidade de Breda uma cidade desconhecida para o aluno, este iniciou contacto com uma série de empresas para descobrir o tipo de lixo produziam e se aí se podiam encontrar materiais relevantes para o desenvolvimento do projecto. Mapeando as proveniências e rede de contactos das empresas que forneceram material reutilizável.³

A experiência do aluno conta-nos que houve uma boa recepção da maior parte das empresas que contactou e que isso permitiu construir uma boa base de dados quer a nível de contactos quer de materiais para o projecto. A pesquisa que o aluno acerca da área a intervir, que é um bairro social, levou-o a constatar que a habitação é social até um certo ponto, que apesar das ruas serem largas e haver muitas zonas verdes e zonas pavimentadas, não há um sítio onde as pessoas realmente possam estar e se reunir nos espaços públicos do bairro. Como tal Wieke Alberts procurou desenvolver um pequeno projecto de mobiliário urbano que pudesse incentivar as pessoas a reunirem-se e utilizarem o espaço público.⁴

³ ALBERTS, Wieke - Struyck Hergebruik in de Struyckenwijk, in *Struyck Hergebruik* [online], 03 Abr. 2012, disponível em: struyckhergebruik.blogspot.com/

⁴ Idem.

¹ BRAAK! - ETNA, in *BRAAK!* [online] disponível em: www.braak.nu/gerealiseerd/etna



Fig.125 - Empena com código QR, Dr. Struycken District.

² MOUTHAN, Serge - Mega QR-code prijkt op gevel flat Heuvel, in *Breda vandaag* [online], 13 Jan. 2012, disponível em: www.bredavandaag.nl/nieuws/cultuur/2012-01-13/mega-qr-code-prijkt-op-gevel-flat-heuvel

Fig.127 - Sector noroeste da cidade de Breda representando os materiais e a localização das empresas origem.

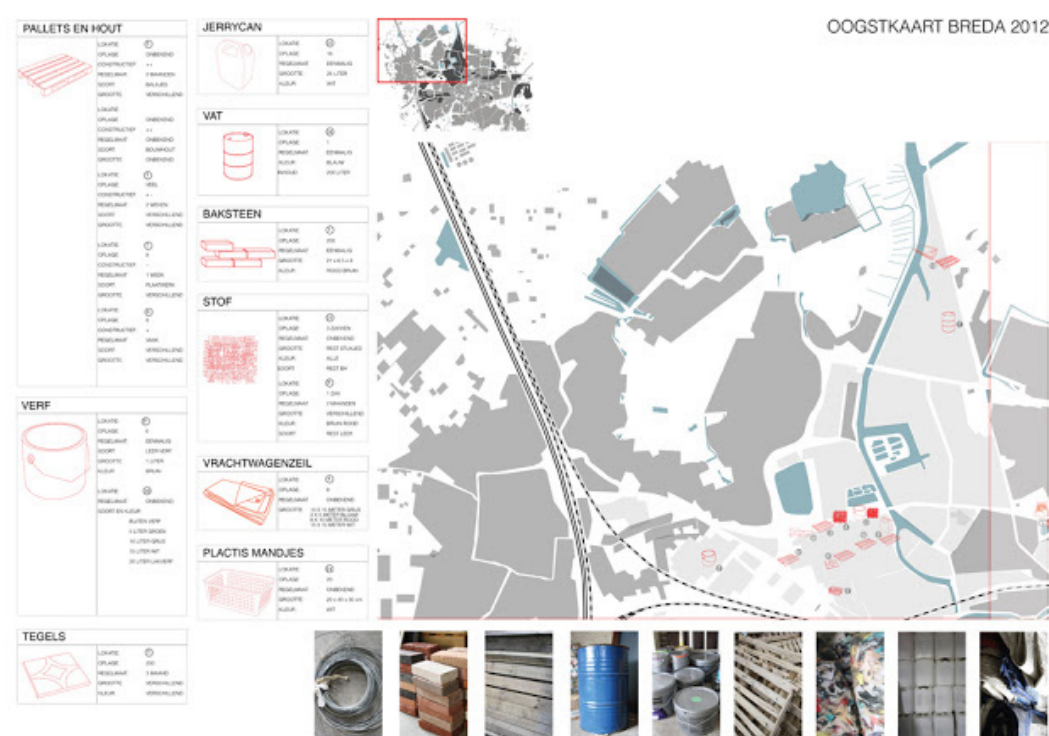


Fig.128 - Sector sudoeste da cidade de Breda representando os materiais e a localização das empresas origem.



Fig.129 - Sector nordeste da cidade de Breda representando os materiais e a localização das empresas origem.



Fig.130 - Sector sudoeste da cidade de Breda representando os materiais e a localização das empresas origem.



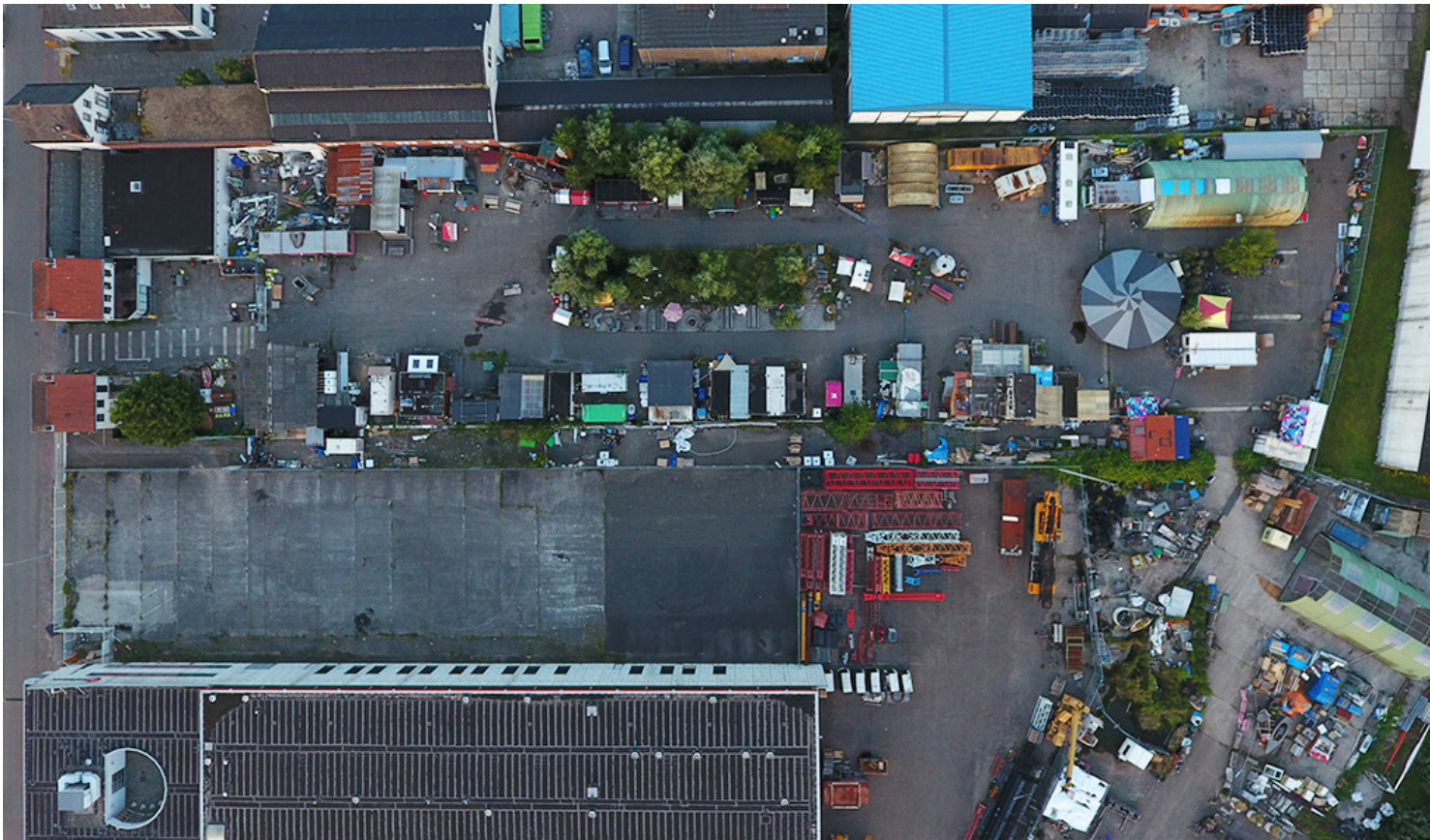
Fig.131 - Intervenção concluída.



Fig.132 - estacionamento de bicicletas.



Fig.133 - Processo de corte e montagem das componentes no local onde futuramente viria a ser o Stek.



8.2. STEK

Fig.134 - vista aérea do Stek.

O STEK é uma comunidade criativa de negócios e actividades sociais, que ocupa um lote em Haveneiland, uma zona industrial da cidade de Breda. O projecto STEK é uma iniciativa que juntamente com a Belcrum Beach, o Skate Hall Pier 15 entre outros, criam ao longo do rio Mark um complexo criativo alargado que pretende reactivar esta zona da cidade. O STEK em particular ocupa uma área pavimentada onde antes havia um grande depósito de madeiras. A área que engloba estas infra-estruturas, a Haveneiland, literalmente Ilha Fabril, é mais uma espécie de península do que propriamente uma ilha, como os habitantes de Breda lhe chamam e conjuga-se com uma doca e estaleiro na margem oposta.

É um projecto que está em progressivo desenvolvimento e neste momento inclui uma série de infra-estruturas, construídas e financiadas pela própria comunidade que participa do projecto STEK. As infra-estruturas vão desde um pequeno bar, uma pastelaria, uma produtora de cerveja, uma pequena biblioteca, uma oficina de bicicletas, uma oficina de mobiliário que tira proveito de desperdícios de madeira, um pequeno café-concerto, entre outras. Esta comunidade adquiriu também através dos seus próprios meios os seus próprios meios de transporte com vista a dar apoio às suas actividades. Destacam-se o autocarro, que também foi utilizado inicialmente como sala de reuniões, e um barco - que é um meio de transporte muito importante para cultura holandesa devido ao sistema de canais que se estende por todo o país.

Fig.135 - vista do interior do Stek.



Fig.136 - Salão de conferências em fase de acabamentos.



Fig.137 - Oficina comunitária do STEK.



Fig.138 - Ala com série de caravanas e pré-fabrica-



Fig.139 - Depósito de paletes para reutilizar em segundo plano, portas e janelas para construção e depósito de lenha em primeiro plano. As estrutura metálica que alberga a lenha, é uma estrutura recorrente entre os membros da comunidade do Stek, que nelas tanto guardam madeira para fogueiras como para reutilizar.



Fig.140 - Ala com módulos auto-construídos.

CLIB - Fundação de bens culturais de Breda. Um dos elementos mais característicos da sua actividade é o trabalho que efectua para alugar espaços para artistas e empresários culturais para desenvolverem o seu próprio trabalho.

As expectativas mínimas para cada inquilino da parte da comunidade passam por algumas horas de trabalho no STEK, quer seja na construção, limpeza, jardinagem, comunicação, design, entre outros. Cada inquilino deve participar ou organizar pelo menos uma vez por ano numa demonstração do seu projecto, numa manifestação cultural, ou noutro tipo de actividade aberta à comunidade e à cidade.

Os projectos de construção estão sempre a surgir e todos os que fazem parte do STEK devem activamente participar das decisões e planeamento. Durante a minha visita, estava em fase de acabamentos a construção do salão/auditório da comunidade e estavam em vista projectos de construção de um dossel, uma estufa, uma varanda e uma cobertura praticável/terraço. Há uma vez de dois em dois meses um evento onde se debatem novas iniciativas e novos projectos e desenvolvimentos actuais de construção para a comunidade que são avaliados por um júri. Recentemente, por exemplo, tem feito parte do júri Bertwin van Rooyen (Município de Breda), Tim van den Burg (Fundação Braak!) e Lot van de Putte (CLIB).

Os valores fundamentais defendidos e incentivados por esta comunidade são a criatividade, a reutilização inovadora e a cooperação. A comunidade organiza-se numa distribuição através do emparcelamento do território e funciona num sistema de arrendamento de lotes. O tamanho do lote varia de acordo com os serviços que se prestam à comunidade e o valor que a actividade a desenvolver representará para o STEK.

Os critérios de selecção para as candidaturas de quem queira participar da comunidade ou para novas iniciativas, prendem-se com os seguintes factores:

- as novas iniciativas poderão ser acções únicas ou complementares a outras existentes na cidade, com a possibilidade de serem uma acção experimental ou um campo de testes para inovações ou para pesquisa de nichos de mercado;
- devem ter um bom nível de conectividade, vontade de partilhar, colaborar e contribuir ou para a comunidade ou para o campo de actividade em que se inserem; devem ser dinâmicas e devem dar primazia à flexibilidade, adaptabilidade, expansibilidade e devem esforçar-se para atrair pessoas para esta zona da cidade;
- devem fomentar a criação de interfaces e novas utilizações dos recursos desta zona da cidade, como a Doca, a água e a indústria, assim como interfaces com indústrias criativas.
- deverão ser livres e independentes, isto é, um originador (como são denominados os criadores de projectos e iniciativas) deverá assumir responsabilidades, ser transparente, auto-suficiente e deverá ter uma mente aberta.
- cada inquilino (projecto/iniciativa/grupo e não pessoas individuais) deverá pagar uma renda (variável) que tem como objectivo ajudar a pagar a energia, água, instalações sanitárias, serviços de internet, entre outros.
- cada inquilino vai pondo parte do seu tempo ao STEK obrigatoriamente. Há regulamentos que estipulam o tempo mínimo que cada inquilino deverá investir na comunidade, sendo que quem investir o mínimo paga a renda inteira e quem inves-



Fig.141 - Mobiliário construído com madeira reaproveitada. No STEK procura-se activamente incentivar os cidadãos a produzirem a sua própria mobília com recurso a material recolhido colectiva ou individualmente por estes.



Fig.142 - Fab-Lab e loja de vinis em segunda mão.



Fig.143 - ATL para ocupação de tempos livres dos mais pequenos.

Fig.144 - Estacionamento de bicicletas mesmo à entrada da Belcrum Beach.



tir mais do seu tempo pode descontar proporcionalmente na mesma.

8.3. Belcrum Beach

A Belcrum Beach é um projecto iniciado pela Braak! que consiste numa praia artificial que alberga uma associação de voluntários que se ocupa da gestão e manutenção do próprio espaço da praia assim como de um espaço de quinta homónimo, o Belcrum Farm, que se destina à agricultura urbana. A associação desenvolve também uma plataforma de interacção com as outras indústrias criativas também situadas no complexo da Haveneiland, assim como outros sectores da sociedade, com vista a criar actividades e workshops abertos a todos os cidadãos principalmente na época balnear. Paralelamente e no âmbito do Belcrum Farm plantam-se vegetais e plantas para consumo da cozinha do pavilhão que lhe é anexo e para venda ao exterior, assim como também alberga um festival de colheita anualmente.

As infra-estruturas Belcrum e as actividades que se desenvolvem nelas baseiam-se menos na iniciativa de particulares em comunidade mas mais sob a forma da associação que as representa, embora partilhem e beneficiem da proximidade e de diversas relações. Mais uma vez, todos os edifícios que fazem parte da praia e da quinta foram construídos com recurso a materiais reciclados e componentes reaproveitadas, como por exemplo todos caixilhos e todas as portas do pavilhão da praia e da estufa foram retirados das demolições da Rijkstraat. Há também todo um programa e publicidade formados à volta da recolha de materiais e do incentivo aos cidadãos para se lembrarem da Belcrum Beach quando tem algo que possa ser aproveitado, até porque muitos dos workshops que acontecem no recinto fazem uso desses materiais residuais.



Fig.145 - Instalações sanitárias auto-construídas pela comunidade do STEK.



Fig.146 - Mobiliário de esplanada, também ele construído no STEK.



Fig.147 - Bar da Belcrum Beach, também este construído por voluntários da comunidade do STEK. Salienta-se o facto de tanto as portas como os caixilhos das janelas terem sido reaproveitados das demolições no Dr. Struycken District.

Fig.148 - Plataforma de mergulho ou de embarque para o canal do rio Mark.



Fig.149 - vedação limítrofe da praia.



Fig.150 - Mobiliário balnear, mais uma vez produzido e mantido pela oficina do STEK.



Fig.151 - Transição entre a Belcrum Beach e o Belcrum Farm.



Fig.152 - Estrutura agrícola construída com recurso às janelas recolhidas das demolições em Dr. Struycken District.



Fig.153 - Arrumos para o material agrícola construído mais uma vez com o recurso a caixilhos e portas das demolições em Dr. Struycken District. Ao fundo um pequeno parque de caravanas.

Experiências

Educativas

9. Estúdios de ensino de intercâmbio

¹ SALAMA, Ashraf - *Spatial Design Education, new directions for pedagogy in architecture and beyond*, Ashgate, 2015, p.247

² DE CARLO, Giancarlo - *How/Why to Build School Buildings, selections on the architecture of education*. in SchoolHouse, Delft Technische Hogeschool, 1970, p.3

³ “Todas as profissões evoluem com a evolução do conhecimento dos problemas a que se destinam. Veja-se a medicina que é, talvez, a actividade com problemas de formação mais parecidos com os da arquitectura: necessidade de grande generalidade de conhecimentos mas também de aprendizagem pela própria prática (clínica nos médicos, projecto nos arquitectos); necessidade de enfrentar o desafio das especializações, abrindo para novos perfis tão diferentes como os da psiquiatria, da higiene ou da investigação científica.” in PORTAS, Nuno - *Arquitectura(s), História e Crítica, Profissão e Ensino*. Faup Publicações, Porto, 2005, p.428

⁴ E CARLO, Giancarlo - op. cit., p.7-8

⁵ Ibidem., p.16

Apesar das muitas crises que o mundo testemunhou e continua a testemunhar, segundo Ashraf Salama, “há duas situações predominantes que precisam de constante revisão e ajuste: são o caso das crises ambientais e as crises educacionais. Incorporar e encontrar desafios que visam de forma apropriada as questões ambientais e iniciar reformas educativas, pode levar a um objectivo partilhado de aumentar a qualidade de vida.” Esforços neste sentido requerem um compromisso firme perante uma aprendizagem interactiva humano-ambiente e para com o sistema educativo.¹

A educação é fruto da experiência que nos é proporcionada. Quanto mais ampla e mais complexa for a experiência, mais profunda e mais intensa é a educação. O campo da experiência alarga-se em relação directa com a frequência de contactos e a sua complexidade aumenta quanto maior a diversidade de contactos. Idealmente, para assegurar uma educação profunda e intensa, jamais algum tipo de experiência seria negado – antes pelo contrário, todos os contactos possíveis deveriam ser permitidos e encorajados.^{2 3}

Assim que se começou a organizar como actividade, a educação sempre foi concebida como uma actividade segregada. Logo que a educação se institucionalizou logo se construíram edifícios para contê-la, para isolá-la de outras actividades. A escola tem sido uma estrutura física projectada exclusivamente para a educação, para estudantes e professores da mesma maneira que uma prisão é projectada para os seguranças e prisioneiros. Um contentor de uma actividade que geralmente está desenhado para isolar essa actividade de outras actividades. A razão para esta função é a preservação da instituição e a integridade da actividade educativa.⁴

O isolamento opera como um filtro para actividades exteriores à instituição. As experiências que não se coadunam com a escola institucionalizada só podem ser encontradas na cidade e no território. A cidade e o território, até que a sociedade mude, são a imensa escola que temos à nossa disposição. Numa publicação organizada pela escola de arquitectura de Delft em 1970, Giancarlo de Carlo sugeria uma escola que devia ser dispersa e desintegrada, como um padrão omnipresente, capaz de se infiltrar em todo lado e de absorver e processar o máximo de acontecimentos da sociedade. A ideia que propõe baseia-se em desintegrar a escola como um lugar específico destinado exclusivamente a uma função específica. Trata-se de uma questão de identificar o seu “núcleo” essencial que deve ser mantido e preservado e multiplicado numa não tão essencial “órbita”.⁵

A actividade educacional consiste na investigação, potencialmente idêntica de professores para estudantes. O núcleo poderia constituir o elemento mais especializado do conjunto, onde se concentra o conhecimento e uma exploração e confrontação contínua nos elementos dispersos em órbita. Esses elementos deveriam

ser dispersos pela cidade e pelo território, misturados, sobrepostos e integrados com outras estruturas e outras actividades. Nesta perspectiva podemos imaginar uma escola como uma rede dupla, de lugares onde múltiplas actividades decorrem, incluindo educação e lugares onde instrumentos ou componentes mais específicos da actividade educativa estão concentrados.⁶

A intersecção das duas redes deve ser o mais distinta e móvel possível, para que se possa colocar sempre nas melhores condições – primeiro onde as experiências sociais são mais intensas e segundo onde serviços culturais especializados são necessários. Não é impensável considerar que a estrutura escolar poderia consistir em cápsulas que pudessem constituir bibliotecas, laboratórios, salas de estudo, etc, que se pudessem deslocar na malha urbana usando estruturas que permitissem também outras actividades. A *non-place school*, como De Carlo lhe chama, desagregada e dispersa, parece ser uma oportunidade mais viável para a renovação, quanto muito pelo menos porque propõe uma distracção dos seus preconceitos organizativos com a agitação mais generalizada que envolve o território urbano bem como a sociedade.⁷

A ideia de um sistema de educação omnipresente na vida quotidiana parece muito longínquo, mas representa uma ideia a ter em conta quando pensamos a maneira como o ensino se pode desdobrar proporcionando uma melhor experiência educativa. O número crescente de programas de projecto que escolheram abraçar modelos de ensino menos convencionais, exclusivamente devotos ao uso de experiências mais informais, fora das salas de aula e do estúdio, isto é, aprendizagem sem fronteiras, como cerne do seu processo de aprendizagem, sugere que muitos educadores reconhecem o potencial inexplorado ou ignorado destas fontes de conhecimento/aprendizagem. Este capítulo descreve três variantes de modelos de estúdio de projecto que são geralmente referenciados como forma de ensino de projecto de intercâmbio: *community design*, *design-build* e *live project*.

Estes modelos de estúdio de projecto representam uma multitude de terminologias e de experiências muito variadas que epitomizam aspectos funcionais particulares associados a abordagens ao ensino baseadas na experiência e no serviço civicamente comprometido. Adicionalmente, promovem o uso de capacidades colaborativas assim como ensinam os estudantes a importância de reconhecer e considerar valores sociais contemporâneos e possíveis atitudes profissionais. Apresentadas como experiências de ensino alternativas, os casos apresentados neste capítulo representam três variantes mencionadas, ao articular os seus méritos e potenciais benefícios para os estudantes, educadores, a universidade e a profissão.⁸

⁶ Ibidem., p.16-17

⁷ Idem.

⁸ SALAMA, Ashraf - op.cit., loc.sit.

9.1. Estúdios de Serviço comunitário

O declínio das comunidades locais e até da educação local começou no final do século XIX e continuou até ao presente. Questões que se focam na deterioração das comunidades locais e na educação são centrais na filosofia de muitos pedagogos e reformadores sociais. Como a visão de John Dewey por reformas sociais inclusivas, reformas educativas e a mudança democrática catalizada pela evolução do movimento de ensino de serviço (*service learning movement*). Este movimento baseia-se na crença de que a educação deve-se centrar na resolução dos problemas mais clamorosos da sociedade enquanto que ao mesmo tempo encoraja o envolvimento dos futuros profissionais, preparando-os para um comprometimento com a participação cívica.⁹

Ao longo da história humana, como há foi referido anteriormente, as pessoas tem vindo a projectar, planear e tem feito os seus próprios lugares de acordo com os seus conhecimentos, recursos e necessidades específicas. Segundo Salama “o interesse e envolvimento no espaço pessoal é uma das mais antigas, e talvez a mais esquecida, das considerações nas profissões de projecto”.¹⁰ No entanto, o trabalho que se desenvolve actualmente sugere muitas vezes que a inspiração provém de lugares projectados e construídos por pessoas vulgares e por leigos. Apesar do projecto com a comunidade não representar a principal corrente na prática das profissões de projecto, simboliza uma prática alternativa que incorpora aspectos que a distinguem do projecto convencional.

Ashraf Salama observa que o termo “*community design*” é vulgarmente utilizado para reflectir aspectos típicos da arquitectura social contemporânea, do desenvolvimento comunitário, o projecto social e arquitectura para as populações desfavorecidas ou sem representação. Nota também que em termos globais o movimento tem vindo a crescer, apesar de o movimento ter começado na era da luta pelos direitos civis Americana, foi sendo gradualmente adoptada por arquitectos e urbanistas, como um mecanismo de fortalecimento comunitário. Adicionalmente, começou também a influenciar os projectos de habitação em cidades de países em desenvolvimento que sofriam de graves problemas decorrentes da expansão de assentamentos informais e *slums*.¹¹

Projecto baseado na comunidade é pautado pela crença de que a experiência de projecto necessita de ser inclusiva e acessível a todos, uma experiência educativa discursiva que procura o envolvimento directo com os clientes ou utilizadores, no processo de projecto e no processo de tomada de decisões. Esta abordagem inclusiva pode ser utilizada com eficácia como um mecanismo operativo de ensino e aprendizagem na pedagogia de projecto. Enquanto que recentes estudos enfatizam a importância de envolver as pessoas no processo de decisão, as verdadeiras abordagens e métodos necessários para contemplar tais noções parecem ser bastante limitadas e pouco implementadas no ensino. Os termos “*community design clinic*”, “*centre*” ou “*learning lab*” são frequentemente utilizados para denotar uma

certa pareceria entre estabelecimentos de ensino e as comunidades locais. Pedagogicamente, a prática de projecto comunitário permite aos estudantes aplicar aprendizado absorvido a partir de problemas e necessidades reais.¹²

Em suma, é uma ferramenta de ensino que proporciona aos estudantes uma consciencialização equilibrada dos constrangimentos e complexidades da actividade de projecto, principalmente em situações precárias. Simultaneamente, beneficia as comunidades locais que não tem acesso a serviços de projecto.

Uma das primeiras iniciativas educativas de projecto a fazer uso do conceito de serviço cívico, foi o Neighbourhood Renewal Corp (1959-1961) do arquitecto paisagista Karl Linn da Pennsylvania University. Com o apoio de jovens arquitectos do gabinete de Louis Kahn e do futuro governador Milton Shapp. O programa emergiu como resposta a uma condição urbana marcada pelo desemprego, infra-estruturas e habitações degradadas, tensões raciais e o êxodo para os subúrbios por parte dos cidadãos brancos (*white-flight*). Estas condições forçaram o concelho da cidade de Philadelphia a iniciar planos para a regeneração urbana, no entanto disputas partidárias e má gestão dos fundos limitados levaram ao insucesso do esforço. No despertar deste desapontamento a renovação urbana *top-down* parecia impossível principalmente nos bairros mais problemáticos.¹³

Até este ponto a Universidade estava afastada dos problemas da cidade. Assim como na maior parte dos Estados Unidos, durante os anos cinquenta e sessenta assistiram a uma crescente consciencialização entre os estudantes e cidadãos em geral de que as desigualdades sociais e tensões raciais deviam ser atacadas. Uma área chamada de West Poplar experimentou estes problemas de uma forma aguda, e como em muitas outras zonas do norte da Filadélfia, tinha uma população que na sua grande maioria consistia de famílias Afro-Americanas de baixo rendimento. Ao mesmo tempo que continha um dos níveis mais elevados de edifícios degradados e propriedades abandonadas da cidade. Assim que as tensões entre jovens afro-americanos e a polícia se tornaram mais frequentes, o Department of Licenses and Inspections escolheu o bairro de West Poplar como local de teste para o seu novo programa de aquisição de terrenos.¹⁴

O projecto piloto foi The Melon Neighbourhood Commons, combinando conformidade de código, treino vocacional e recriação. Como tal parecia ser o primeiro passo ideal para abordar os problemas mais prementes do bairro. Durante anos os trabalhadores sociais da Friends Neighbourhood Guild, uma organização de caridade Quaker, observavam um terreno ao pé de uma escola básica e a sul de um grande projecto de habitação e almejavam utilizá-lo para um parque recreativo comunitário. Assim a Guild juntou forças com a West Poplar Civic League, que por sua vez era uma recém formada organização comunitária dedicada a melhorar as condições do bairro através de esforços de auto-ajuda. Este contexto foi o que levou a que mais tarde aceitassem a ajuda de Linn e dos seus estudantes para desenhar os recintos dos parques a projectar e para desenhar o equipamento de recreio.¹⁵

Linn e os seus estudantes projectaram um parque que incluía topografia rolante, um anfiteatro, caixas de areia e estruturas de recreio projectadas de forma inventiva.

¹² Ibidem., p.249-250

¹³ GOODMAN, Anna - History of Community/design Build in the United States in Four Moments, in 102nd ACSA Annual Meeting Proceedings, Globalizing Architecture/ Flows and Disruptions, 2014, p. 506

¹⁴ Ibidem., p.507

¹⁵ Idem.

⁹ SALAMA, Ashraf - op.cit., loc.sit.

¹⁰ Ibidem., p.248

¹¹ Idem.

Todos os materiais para o projecto foram resgatados de casas abandonadas na envolvente. O trabalho pesado, de limpeza e nivelamento do terreno e a construção inicial foram levados a cabo durante um período de 10 semanas no verão de 1961 e foi realizado por jovens de idades compreendidas no ensino secundário e universitário do Friends Work Camp e mais tarde terminado por estudantes de Penn.¹⁶

Jovens e outros residentes mais velhos do bairro ajudaram, trabalhando juntamente com trabalhadores contratados experientes de modo a completar as tarefas mais complicadas. Linn entendeu o trabalho como de criação de lugar num bairro onde o lugar e a comunidade estão sistematicamente a ser destruídos. Nesse sentido escreveu “O nosso objectivo é criar um parque que tenha um sentido de lugar no qual as pessoas gostem de se reunir, num magnetismo inerente. Os nossos esforços foram direccionados para o estabelecimento de ritmos espaciais e não de equipamento de recreio.”¹⁷

Karl Linn via a recuperação de materiais como uma forma de um bairro se envolver no seu passado e que o projecto poderia assim curar psicologicamente os residentes ao conferir-lhes a possibilidade de imaginar a sua envolvente de maneiras diferentes e mais positivas. Por estas razões os trabalhadores sociais do bairro tinham a esperança de que o parque iria fornecer uma plataforma para o desenvolvimento de uma liderança local, procedimentos institucionais e relações positivas com as autoridades municipais. Karl Linn chamou-lhe “aquele algo concreto e tangível” que poderia substituir o desespero dos residentes em comprometimento colectivo para com a melhoria do bairro.¹⁸

Linn levou estas ideias de que a construção material levaria a esforços de auto-ajuda para Washington DC, para participar no President’s Committee on Juvenile Delinquency, tornando-se mais tarde conselheiro do programa Model Cities. Segundo Anna Goodman em *History of Community Design/Build* (2014), foi através de figuras como Karl Linn que a auto-ajuda à escala do bairro e o uso do termo “comunidade” para descrever o grupo de pessoas afectas, neste caso pobres e desfavorecidas, se tornassem ideias aceites e replicadas mais tarde em programas federais antipobreza.¹⁹

Mais tarde e também no contexto do movimento dos direitos civis e do livre discurso dos anos 60, o meio académico de Berkley encontrou uma forte adesão por parte dos estudantes. Em 1965, para corresponder aos interesses sociais dos estudantes, Claude Stoller que na altura era o regente do departamento de arquitectura, relembando a sua formação no Black Mountain College, sugeriu que a escola constituísse um estúdio fora do campus para dar assistência às minorias e aos residentes mais pobres, nas suas lutas perante os processos de planeamento urbano *top-down*. Enquanto que os administradores do departamento recusaram o apoio ao projecto, a University Extension garantiu a Stoller financiamento para desenvolver um estúdio num edifício vazio no bairro de Haight-Ashbury em São Francisco, O Wurster West Workshop (mais tarde sede Wurster Hall). Estudantes, guiados por Stoller e outros arquitectos começaram a oferecer serviços de projecto



Fig.154 - Estudantes do departamento de arquitectura paisagista da Universidade da Pensilvânia e erigirem a estrutura para um pequeno carrossel, em 1961.

a comunidades carenciadas, o que iniciou o envolvimento directo dos estudantes com as demandas pessoais e políticas das comunidades locais.²⁰

Em seis anos a escola tinha já Centros de Projecto Comunitário (CDC - Community Design Centers) em vários bairros de São Francisco e na East Bay e é nesse momento que um grupo de estudantes Americanos Asiáticos apelaram pela criação de um centro específico para Chinatown e a comunidade asiática. Para além de proporem planos de desenvolvimento urbano alternativos, os estudantes concentraram-se nos acima de tudo em melhorar as condições interiores dos apartamentos mínimos que os habitantes em Chinatown.²¹

Com o esmorecimento do financiamento governamental, iniciou-se um declínio análogo a outros centros e foi nesse momento que o CDC em Chinatown se separou da universidade e estabeleceu-se como uma instituição sem fins lucrativos, sob o nome de Asian Neighbourhood Design (AND). Hoje em dia o AND ainda opera, fornecendo serviços arquitectónicos especializados que visam ajudar clientes necessitados e proporcionar treino vocacional para jovens problemáticos.²²

A noção de clínica de projecto foi inicialmente concebida como parte de uma pareceria entre comunidade e universidade. Baseada nesta noção, e desenvolvido como parte do movimento pela advocacia do planeamento dos anos sessenta, os “community service learning studios” tem vindo a oferecer constantemente a oportunidades tanto para estudantes e docentes de trabalhar com comunidades primariamente de baixo rendimento. Proporcionando-lhes assistência e incluindo as comunidades locais na experiência de projecto, abrindo assim múltiplas perspectivas de aprendizagem para os estudantes e até para os educadores.²³

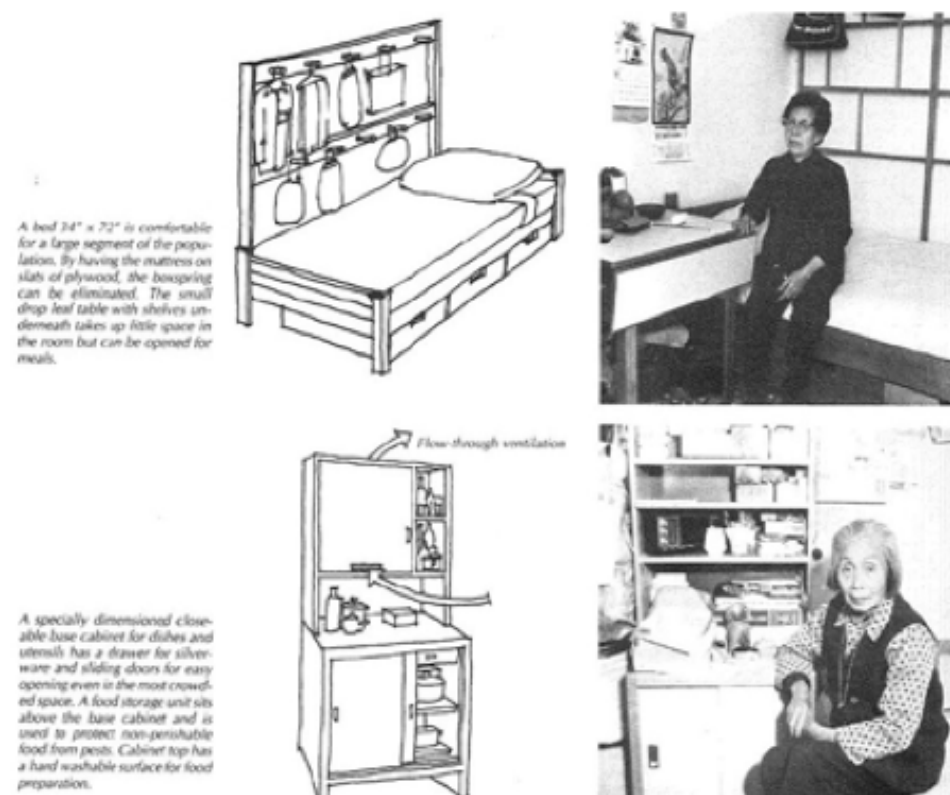
²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ SALAMA, Ashraf - *Spatial Design Education, new directions for pedagogy in architecture and beyond*, Ashgate, 2015, p.250

Fig.155 - Representação esquemática e fotografias de mobiliário de arrumação projectado pelo Asian Neighbourhood Design para o interior de apartamentos em Chinatown.



Em contraste para com o modelo tradicional de mestre-aprendiz, a aprendizagem baseada num serviço comunitário apresenta campos desafiantes que incentivam os estudantes não só a aprenderem a partir de várias e diversas fontes mas também a ouvir vozes concorrentes e diversificadas, assim como utilizar abordagens e métodos para implementar as suas ideias de projecto diferentes das que recorreriam no ambiente de estúdio. Através do envolvimento académico em assuntos reais e prementes, o estúdio de serviço comunitário pode ser visto como um veículo educativo alternativo de relevância para desenvolver e implementar soluções para problemas reais e construir uma teoria de educação de projecto mais crítica e interventiva.

Apesar dos benefícios previamente referidos deste tipo de estúdios educativos, há também alguns desafios e desvantagens. Por exemplo, podem existir conflitos entre os constrangimentos de calendário académico perante um comprometimento com a comunidade a longo prazo. Podem também haver potenciais choques culturais e sociais entre a universidade em si e os grupos comunitários ou organizações que assistem.

Também se pode argumentar que o “service-learning” pode promover falsas esperanças e resultar em desânimo no caso dos planos e propostas de projecto geradas pelos estudantes não serem utilizadas. Tal cenário pode ser visto como contraproducente na medida em que pode levar a um desperdício de tempo ou à

polarização de qualquer dos membros da comunidade envolvidos na proposta de projecto. Numa tentativa de fornecer diferentes abordagens perante a complexidade dos problemas ou sensibilidade dos grupos comunitários, tanto Dewar and Isaac em *Learning from Difference* (1998) e J. Hou em *Community Processes* (2007) identificam dois modelos de serviço de projecto comunitário que podem permitir diferentes abordagens consoante objectivos e contextos, o **modelo baseado em consultoria** e o **modelo baseado na comunidade**.²⁴

Em relação ao primeiro, os estúdios concedem o seu conhecimento e capacidades a líderes comunitários que os abordem, ajudando a comunidade a avaliar e desenvolver as suas estratégias e projectos; no segundo modelo, contudo, uma organização é baseada especificamente numa comunidade e requisita que o estúdio forneça serviços mais específicos para a situação. É mais comum que estúdios de serviço comunitário utilizem o modelo baseado na consultoria, o que envolve um dialogo mais desconectado com os grupos comunitários. Mesmo assim, há estúdios que se envolvem directamente nos processos políticos e institucionais para introduzir e efectivar a mudança.²⁵

Ashraf Salama aponta para a variedade de perspectivas e modelos de projecto comunitário e estúdios de serviço comunitário tem sido discutidos na literatura, afirmando que alguns estudos fazem claras distinções entre duas abordagens: por exemplo, “problem-based learning” que é visto como uma tentativa de definir as questões fundamentais enquanto que o “service-based learning” é banalmente classificado como um esquema de “pegar ou largar”, estas duas abordagens parecem enquadrar-se com as duas vertentes enunciadas por Isaac e Dewar.

Numa aproximação mais prática, pragmática e funcional, Salama propõe um modelo que consiga combinar ou alternar entre abordagens, onde os estudantes trabalham conjuntamente com membros das comunidades para encontrar e perceber de forma mais completa necessidades ou problemáticas específicas. Tal modelo pressupõe que os estudantes terão já alguns conhecimentos básicos adquiridos como garante de que vão desenvolver propostas de projecto feitas à medida e recomendações pertinentes para a comunidade; na sua essência iriam trabalhar conjuntamente para desenvolver uma solução a partir da qual se possa trabalhar um problema comunitário. Deste ponto de vista, o modelo adopta a premissa de que os estudantes deveriam ser capazes de navegar facilmente através dos processos sociais e políticos da comunidade cliente: isto é considerado um aspecto importante para contextualizar uma solução de projecto em resposta a um problema de projecto específico num contexto em particular.²⁶

²⁴ SALAMA, Ashraf - *Spatial Design Education, new directions for pedagogy in architecture and beyond*, Ashgate, 2015, p.250

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem., p.252

9.2. Estúdios *Design-Build*

Os estúdios *Design-Build* representam a transformação do projecto através de um pensamento provocativo, desafiante e introspectivo acerca de como a arquitectura pode ser experienciada tanto na educação como na prática. Enquanto que as experiências e projectos *design-build* começaram como casos isolados de estúdios de projecto como parte do movimento do projecto comunitário dos anos 60, ao longo da década passada esta alternativa educativa, que incorpora aprendizagem vocacional construtiva e serviço comunitário no currículo, está não só a florescer como também está a desenvolver-se para um movimento contemporâneo vibrante e entusiasmante, sobretudo nos Estados Unidos.

O recém descoberto impulso deve-se ao interesse na aplicação da pedagogia *design-build* e a sua prática prometer alterar fundamentalmente as relações entre os edificios e aqueles que os projectam e constroem e aqueles que os habitam e tomam decisões em relação a eles. De acordo com David Hinson “O aumento, talvez mais correctamente, o ressurgimento, do estúdio design-build como uma metodologia de ensino oferece aos educadores um vasto leque de ferramentas para enriquecer a experiência de aprendizagem dos estudantes a moldar os seus valores acerca do projecto e de projectar”.²⁷

Em 2012 a Association of Collegiate Schools of Architecture (ACSA) baseada nos Estados Unidos, começou a organizar um prémio anual que reconhece projectos comunitários pertinentes, confirmando o quão mais frequente têm vindo a ser as colaborações entre estudantes, docentes e escolas com comunidades para realizar projectos *design-build*. Projectos do género representam agora uma grande variedade de empreendimentos arquitectónicos, variando em escala, abrangência e contexto. Os projectos destes estúdios não tem necessariamente que ser edificios, mas produtos, porções de espaço interior ou instalações. O foco dos estúdios *design-build* é geralmente em torno do processo de projecto-construção em si em vez dos processos políticos e de decisão que são mais característicos dos estúdios de aprendizagem de projecto baseados na comunidade, mas em certos casos podem existir outras componentes que complementam o modelo *design-build*.²⁸

Ashraf Salama cita Charles Moore, um dos mais famosos e eminentes arquitectos e académicos, como tendo iniciado um dos primeiros estúdios *design-build* na Universidade de Oregon em 1922.²⁹ Mais tarde, Moore foi também responsável pela criação do Yale First Year Project em 1967 na Yale University, sendo na época o único do género e considerado pioneiro em estabelecer um modelo *design-build* muitas vezes replicado hoje em dia nos Estados Unidos. Charles Moore conferiu às actividades do programa uma dimensão ética muito forte, expondo estudantes geralmente de classe-média a uma pobreza extrema com que nunca tinham contactado. Actuando em New Haven, numa das áreas mais pobres dos Estados Unidos, Moore acreditava que os estudantes deveriam adquirir muito mais do que a habilidade de desenhar.³⁰

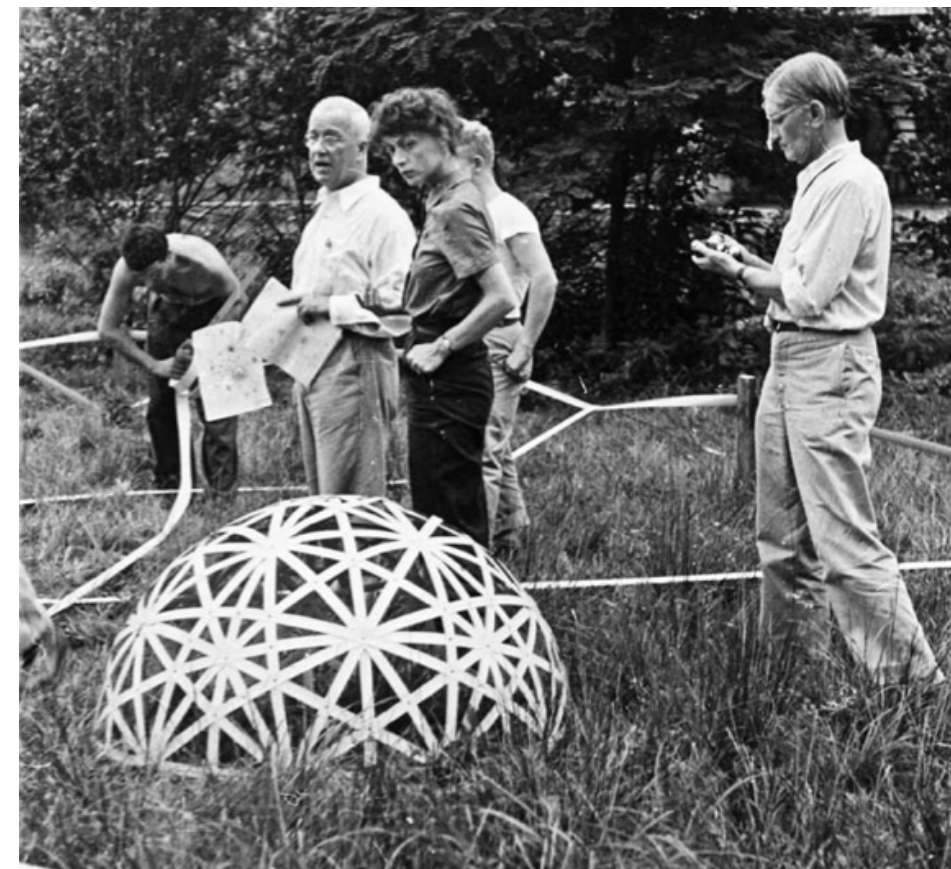


Fig.156- Buckminster Fuller, Elaine de Kooning, Josef Albers durante a construção de um dome da Venetian Blinds em Black Mountain College, 1948.

Anna Goodman refere ainda a ideologia por detrás do projecto educativo do Black Mountain College e o projecto de construção do edifício da própria escola (1939-1941), como um momento seminal e bastante significativo na história do ensino design-build. O Black Mountain College foi fundado por ex-docentes do Rollins College indignados com as típicas estruturas elitistas e hierárquicas do ensino superior. John Andrew Rice e Theodore Dreier entre outros docentes começaram a actividade do Black Mountain College nas instalações YMCA Blue Ridge Campus, nos arredores de Asheville, na Carolina do Norte. Os fundadores imbuíram a actividade da escola com uma ética de vida comunitária, onde estudantes e docentes trabalhavam conjuntamente para a manutenção quotidiana do estabelecimento e na direcção da educação.³¹

Inspirados por John Dewey a escola apoiava-se numa filosofia *learning-by-doing*, o que lhe agraciou a reputação de *avant garde* e de experimental. Quando em 1939 os donos do campus original desalojaram a escola, esta viu-se então forçada a adquirir uma propriedade própria do outro lado do vale. Apesar de a escola ter inicialmente contratado o gabinete de Walter Gropius e Marcel Breuer para o projecto, acabou por reconsiderar outras opções visto a escola depender quase inteiramente de donativos. Recorreram então a Lawrence Kocher, um recente membro do corpo docente, para elaborar os planos e levar a cabo projecto do edifício, fazendo desse processo um momento positivo na educação dos alunos envolvendo-os na sua própria construção.³²

³¹ GOODMAN, Anna - History of Community/design Build in the United States in Four Moments, in 102nd ACSA Annual Meeting Proceedings, Globalizing Architecture/ Flows and Disruptions, 2014, p. 505

³² Idem.

²⁷ SALAMA, Ashraf - *Spatial Design Education, new directions for pedagogy in architecture and beyond*, Ashgate, 2015, p.262

²⁸ Ibidem., p.264

²⁹ Ibidem., p.265

³⁰ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.213-214

Fig.157 - Black Mountain College



Fig.158 - Dome de 31 colares circulares formando a estrutura tubular de cabos internos contínuos, onde posteriormente foi testada um revestimento pneumático e transparente. Projectado e construído no Institute of Design, Chicago, em 1948-49. Sendo que o revestimento foi testado no Black Mountain College, no verão de 1949.



Em 1981, a falta de acomodação para estudantes em Estugarda fez com que os alunos da Universidade Técnica de Estugarda propusessem construir os seus próprios projectos, num momento bastante ilustrativo do ensino *design-Build*. O projecto, chamado de Bauhäusle, é um conjunto habitacional para estudantes auto-construído. Foi projectado e construído entre 1981 e 1983, sob a supervisão de Peter Sulzer e Peter Hübner. Um conjunto de factores permitiram que o projecto ocorresse, como o forte apoio da Universidade e o existente e já longo projecto de primeiro ano onde os estudantes projectavam os seus próprios quartos. O projecto que fez assim parte do currículo académico, consistiu num edifício comunal que fornece os serviços comuns e tem, à sua volta uma série de edifícios mais pequenos à sua volta, contendo três a quatro quartos cada.³³

A Bauhäusle tem capacidade de acolher 30 estudantes em quartos de 15 a 28 m². Os edifícios foram construídos usando o método de auto-construção de Walter Segal e este, foi convidado a ensinar e ajudar a adaptar o seu sistema às especificações dos recursos e materiais disponíveis na Alemanha, que na maior parte foram doados pela indústria da construção civil. A separação do projecto numa série de blocos mais pequenos significou uma divisão na responsabilidade, com diferentes membros do corpo docente a supervisionar cada parte, o que deu um carácter diferente a cada um desses blocos. No entanto, a divisão em partes do conjunto significou que os estudantes tiveram que negociar e estabelecer compromissos na interface onde os edifícios se interligavam. A participação dos estudantes no projecto dos seus próprios edifícios fez com que experimentassem a inclusão dos utilizadores no projecto, assim como tiveram contacto directo com os aspectos técnicos e construtivos envolvidos.³⁴

Apesar de tipicamente haver poucos alunos de arquitectura a morar no conjunto, a sua manutenção é levada a cabo pelos estudantes, residentes ou não. Quando a licença original de quinze anos expirou, os estudantes elaboraram uma petição para estendê-la com a ajuda de um dos estudantes originais. Este projecto revelou como métodos de auto-construção e participação dão aos utilizadores um sentido de propriedade e pertença o que fez com que o Bauhausle criasse uma atmosfera comunitária que persistiu até muito depois da partida dos alunos originais, tornando-se assim um precedente para muitos projectos semelhantes na Alemanha, como a ESA em Kaiserslautern ou a Baufroesche em Kassel.³⁵

Hoje em dia o Rural Studio, fundado na Universidade de Auburn no Alabama em 1993, é internacionalmente reconhecido pelos seus projectos *design-build* em diversas revistas de design e arquitectura mundialmente reconhecidas e é reconhecido como impulsionador do recente ressurgimento deste tipo de experiências por todos os Estados Unidos. De acordo com Tatjana Schneider et al o Rural Studio “é um dos mais celebrados e bem sucedidos estúdios *design-build*, inspirando outras universidades a iniciar programas semelhantes, como a BaSic Initiative, URBANbuild e Design Workshop.”³⁶ Outros exemplos semelhantes sendo o caso do design/buildLab do Virginia Tech, o DesignBuildBLUFF da Universidade do Utah ou oStudio804 da Universidade do Kansas.

³³ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.107-108

³⁴ Ibidem., p.108

³⁵ Idem.

³⁶ Ibidem., p.193

Fig.159 - vista aérea do conjunto residencial Bauhausle



Fig.160 - Bauhausle na época da sua construção.



Experiências *design-build* tem sido então largamente desenvolvidas nos Estados Unidos tanto como um meio interactivo e pro-activo para construir, como para estender e valorizar as capacidades de projecto dos estudantes. De acordo com o fundador do Rural Studio, Samuel Mockbee “O que é importante é que o estudante compreenda o processo...para retirar os jovens arquitectos do teórico e torná-lo real...os estudantes aprendem que desenhar no papel e construir maquetas não é arquitectura”.³⁷

Segundo Ashraf Salama as práticas *learning by making* presentes em estúdios *design-build* e as actividades envolvidas variam significativamente em termos de processo, calendarização e resultados de caso para caso. Vincent Canizaro conduziu uma pesquisa abrangente de programas *design-build* nos Estados Unidos durante o ano académico de 2011-2012. Nesse estudo, Canizaro enuncia o que chama de “intencionalidades instrutivas”, que na verdade representam um número identificável de componentes comuns, que incluem oferecer ao estudante uma experiência construtiva, uma forma de serviço comunitário que estimule uma visão maior e mais holística.³⁸

Apesar do seu sucesso, o modelo de estúdio *design-build* tem sido desafiado e também criticado por alguns educadores que na maioria dos casos alegam que os estudantes não tem a experiência nem o contexto necessário para tomar grandes decisões de projecto. Bob Fowles escreve que “Estes programas ao recorrerem a construtores inexperientes, acabam por se limitar às técnicas e métodos familiares ou padrão”.³⁹ De maneira semelhante, Erdman e Weddle argumentam que “é extremamente difícil discutir estes projectos, porque as evidências de sucesso são frequentemente anedóticas, e estão limitados em termos de fortalecimento do estudante, construção de capacidades e agendas sociais e comunitárias.”⁴⁰ Já Timothy Gray escreve que “A maior parte dos docentes que se envolvem neste tipo de projectos ao fim de um período de tempo enfrentam o seu término, se a instituição não está estruturada para facilitar e encorajar este tipo de experiências. O facto mantém-se... apoio administrativo e institucional para este tipo de empreendimentos permanecem a excepção em vez da norma”.⁴¹

As diferentes visões acerca dos estúdios *design-build* e o seu alegado valor questionável, exigem uma reflexão e avaliação mais profunda dos ganhos e custos de tais programas em relação às várias partes envolvidas, incluindo os docentes, alunos e administradores tanto quanto clientes e potenciais utilizadores.

³⁷ SALAMA, Ashraf - *Spatial Design Education, new directions for pedagogy in architecture and beyond*, Ashgate, 2015, p.265

³⁸ Idem.

³⁹ Ibidem., p.266

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

9.3. Estúdios *Live Project*

Os estúdios *Live Project* procuram envolver os educadores e estudantes a interagir e dialogar com comunidades reais em tempo real. Recentemente tem vindo a ganhar um momento significativo como prática educativa dentro do ensino de projecto, principalmente no Reino Unido. Tal ensino incorpora um aumento da consciência social e comprometimento ético e procura expandir o papel do ensino de projecto para lá dos limites da universidade. Com muitas semelhanças com experiências de projecto comunitário e *design-build*, a pedagogia envolvida no *live project* é um termo-conceito abrangente que incorpora as várias abordagens, ferramentas, técnicas e métodos adoptados pelos defensores do ensino do *community design* e do *design-build*.

O termo “*live project*” foi cunhado para representar um modelo de ensino de projecto que envolve um projecto situado numa comunidade, que responde a problemas em tempo-real, oferecendo portanto aos estudantes oportunidades valiosas para experienciarem características chave da prática da arquitectura, e assim ganharem capacidades mais vocacionadas para a sua própria prática futura.⁴²

Harriet Harriss observa “...aos cenários fictícios testados na escola de arquitectura em projecto falta-lhes o mundanismo real e não equipam os estudantes a situar o seu pensamento criativo num contexto mais praticável e executável. A abordagem dos *live projects* no ensino de arquitectura... (...) encorajam os estudantes a serem criativos e a encontrarem soluções elegantes para problemas de projecto mas também diminui o intervalo entre indústria e academia ao misturar a busca por conhecimento com a busca de aplicação no mundo real”⁴³

Harriss destaca claramente os benefícios do *live project* como uma forma de educativa, que holisticamente liga a teoria com um contexto particular e com uma situação de projecto particular e refere-se à criatividade como um diálogo entre materiais e dada condição. Até à data o ensino através de *live project* nunca fez parte do ensino convencional de arquitectura no entanto, em certos contextos académicos é uma componente integral do currículo arquitectónico, e tem sido apresentado como uma abordagem pedagógica alternativa. Esta tipo de ensino oferece aos estudantes, utilizadores e educadores múltiplos benefícios a vários níveis: consciência dos problemas da comunidade, desenvolvimento de capacidades práticas de construção, um entendimento valorizado do comportamento humano no ambiente e a introdução de aprendizagem dialógica ao passo que se incentivam as aptidões de negociação e de trabalho colaborativo.⁴⁴

Os *live projects* como forma de ensino começaram no Reino Unido na Birmingham School of Architecture em 1951, desenvolveu-se por uma década mas acabou por ser descontinuada. Vinte e cinco anos mais tarde, práticas *live project* semelhantes mas mais fundamentadas foram oferecidas na Welsh School of Architecture entre 1986 e 2002. Nos últimos anos, a prática tem vindo a reunir interesse sobretudo no Reino Unido, onde se originou, em particular nas universidades de Sheffield, London Metropolitan e Portsmouth. Ashraf Salama salienta que o género



Fig.161 - Ping Pong Pavillion, um *live project* realizado para os jogos olímpicos de Londres em 2012, que envolveu a colaboração da Oxford Brookes University de Inglaterra e a Montana State University dos EUA.

do *live project* apenas se observa de uma forma explícita e claramente definida no contexto da academia de arquitectura no Reino Unido.⁴⁵

Desde a viragem para o século XXI um número assinalável de experiências enquadradas neste tipo de ensino tem sido implementado, dos quais se destacam a AGENCY da Sheffield University School of Architecture, onde os estudantes se tornam agentes que se lançam para fora da sala de aula, aventurando-se na vida cívica e na exploração e investigação sobre o território. Estando limitados por um intervalo de seis semanas para cada projecto, os alunos e docentes incorrem numa experiência intensa de envolvimento com situações reais e as suas complexidades. Um dos contributos mais importantes da Agency constituiu-se numa série de projectos em Belfast, Paris e Istambul, enquadrados pela rede colaborativa Rhyzom da qual a Universidade de Sheffield faz parte. Nesse contexto procuraram construir formas de incitar a produção cultural local e trans-local, através de práticas educativas arquitectónicas.⁴⁶

As principais vantagens inerentes neste tipo de ensino de projecto assentam nas mesmas características positivas que se observam tanto no *community design* como nos programas *design-build*, como uma aproximação à real experiência da prática profissional, a relação com os seus constrangimentos e desafios, trabalhando sob constrangimentos como prazos apertados e orçamentos reduzidos ou estar envolvido numa aprendizagem colaborativa com entidades externas.

Harriet Harriss enfatiza a natureza única do ensino *live project*, os seus potenciais e as oportunidades que pode oferecer. Nota que os *live projects* “...são realmente significativos num momento em que a estatura profissional dos arquitectos é tão diversificada, e o comprometimento da profissão para um bem maior tão difuso. Os *live projects* oferecem a cada futuro arquitecto uma oportunidade de experienciar o

⁴² SALAMA, Ashraf - *Spatial Design Education, new directions for pedagogy in architecture and beyond*, Ashgate, 2015, p.279

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Ibidem., p.279-280

⁴⁶ Ibidem., p.286

⁴⁷ Ibidem., p.280

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Ibidem., p.281

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

significado que o trabalho de um individuo pode ter. Asseguram um lado prático à educação de arquitectura (...) é um exemplo positivo de um cruzamento entre prática e educação numa disciplina que luta para encontrar esses pontos em comum.” ⁴⁷

Apesar deste forte apoio também tem havido um aceso debate e criticismo, e também a promulgação de uma série de equívocos. Há também alguma confusão devido à terminologia utilizada e acerca do que o *live project* realmente significa ou denota, devido à sua grande variabilidade. Porque apesar de esta forma de ensino mantém-se focada no objecto construído incluindo novos edifícios, extensões de edifícios, projectos de interior, instalações, estruturas de pequena escala, temporárias ou no mínimo uma proposta de projecto para um objecto construído. Há também os casos em que os *live projects* baseiam-se em incursões no terreno e mapeamento do território, ou no desenvolvimento de eventos comunitários. Além disso, alguns críticos questionam se tal forma de ensino pode ou não constituir, em certos casos, uma certa competição com a prática profissional. ⁴⁸

Salama salienta também a dificuldade que pode existir na compatibilização dos exercícios com implementações no contexto actual, afirmando que “os sistemas mais flexíveis como nos Estados Unidos e na Austrália podem proporcionar variadas oportunidades para a introdução e implementação de *live projects*. Contudo no Reino Unido a situação é bastante diferente, uma vez que a actual estrutura modular do curso universitário, somado com as exigências e requisitos da validação do curso profissional em arquitectura, limitam seriamente a implementação de *live projects*.” ⁴⁹ Há também uma série de desafios, preocupações e áreas problemáticas que necessitariam de ser abordadas, uma das principais dificuldades é a avaliação. A avaliação de tão complexos e holísticos projectos como os da pedagogia *live project* apresentam desafios metodológicos.

De acordo com Morrow “os *live projects* envolvem trabalho de equipa, e apesar de muitos argumentarem para incorporá-los na academia, muitas universidades iriam achar a avaliação difícil na gestão de avaliações acumulativas de trabalho de grupo.” ⁵⁰ Como tal claras linhas de avaliação talhadas para abordar a performance do estudante à medida que o processo de projecto progride iriam ajudar a superar tal limitação de percepção. Dois tipos de preocupações podem ser então observados, um relativo à comunidade e outro relativo à actividade profissional. De forma semelhante às preocupações que os programas de aprendizagem baseados na comunidade podem enfrentar, o *live project* pode também encontrar preocupações éticas devido à própria interacção e colaboração entre clientes, utilizadores e seus representantes. ⁵¹

Negligenciar ou marginalizar as responsabilidades envolvidas pode acabar por comprometer os objectivos educativos do projecto ou até ter um impacto negativo na contextos escolhidos para os exercícios. Clientes ou grupos de utilizadores necessitam de ser informados do risco, é necessário informar sobre o cariz educativo dos projectos. Tal como nos estúdios *design-build*, o ensino através dos *live project* também tem de lidar com questões importantes relativamente à saúde e segurança, seguros e obrigações dos estudantes.

10. Community Development Group

Raileigh, North Carolina, USA
1968 - 2003

O Community Development Group (CDG) foi uma componente de graduação da escola de Arquitectura da Carolina do Norte baseada no modelo de ensino de projecto baseado na comunidade desenvolvido por Henry Sanoff desde 1968 até 2003. Consiste numa abordagem experiencial ao projecto orientada para a investigação e resolução de problemas comunitários. A aprendizagem dos estudantes foca-se no desenvolvimento da percepção sensorial, na identificação de problemas, em atitudes, sentimentos e compromissos, com a auto-consciencialização e crescimento em direcção auto-potenciação.

No contexto do CDG o papel do professor é o de facilitar a aprendizagem e o principal objectivo é desenvolver individuos com auto-confiança para identificar e resolver problemas por si próprios, através de uma orientação aberta e multidisciplinar. Os resultados consistem em conhecimento generalizado acompanhado pelas capacidades que permitem ao estudante ser produtivo, alguém que possa processar informação e usá-la para melhorar a qualidade de vida nos ambientes em que intervém. O CDG é então orientado para o serviço comunitário, com opção de experiência *in loco* de acordo com a área do projecto comunitário escolhido pelo aluno. É um programa baseado num estúdio de projecto que responde a pedidos iniciados por grupos comunitários na Carolina do Norte. ¹

Ao longo de mais de três décadas, o Community Development Group contribuiu na implementação de um novo paradigma na prática de ensino de projecto e também para a prática profissional. Um modelo de assistência de projecto foi desenvolvido de forma a satisfazer não só as necessidades da comunidade, como permite aos estudantes de arquitectura e arquitectura paisagística confrontarem directamente os problemas da comunidade, como habitação e instalações comunitárias para os mais pobres, idosos e pais solteiros, instalações infantis e educativas, uso adaptativo de edifícios vazios e revitalização de pequenas cidades. Os clientes são por isso grupos comunitários sem fins lucrativos, departamentos de planeamento e outras agências locais ou estatais. São seleccionados com base na sua vontade de abrir o processo de projecto a todos os cidadãos e grupos de utilizadores interessados. No CDG o trabalho com os estudantes enfatiza tanto as capacidades de projecto como as necessárias para assegurar a participação da comunidade no processo. ²

Esta abordagem no ensino de projecto afigura-se como uma reprodução, ou antes uma transposição da abordagem *grassroots* do projecto que emergia na altura em que o CDG foi implementado, nos anos sessenta. Sugerindo por isso uma mudança no paradigma do papel tradicional do arquitecto para um mais envolvido. O que de forma alguma invalida as responsabilidades tradicionais, em vez disso requer uma atitude mais colaborativa ao processo de tomada de decisões de projecto e requiere conhecimento numa variedade de estratégias participativas. ³

¹ SANOFF, Henry - *Community Design Learning: democracy and collective decision making*, in SALAMA, Ashraf; WILKINSON, Nicholas (editores) - *Design Studio Pedagogy, horizons for the future*, The Urban International Press, 2007, p.26

² Ibidem., p.26 - 27

³ Ibidem., p.28

Fig.162 - Alunos de arquitetura e arquitetura paisagística a trabalhar com comunidades.



Os estudantes geralmente trabalhavam em equipas com dois ou três membros, em projectos variáveis e recebiam apoio financeiro da parte da escola para os seus esforços. A maior parte dos projectos ofereciam aos estudantes as despesas básicas e nalguns casos, em projectos com mais fundos poderiam beneficiar de bolsas. O tempo de trabalho no estúdio CDG podia variar entre pelo menos um semestre, mas podia prolongar-se em mais semestres. Em todos os projectos era necessário que os estudantes documentassem cada caso num documento, que era mais tarde usado pelo grupo cliente como forma de angariação de fundos para a implementação do projecto. Esta documentação era também preponderante no sentido em que proporciona um registo sistemático do conhecimento adquirido através das experiências do estúdio e servia como um recurso valioso para projectos futuros.⁴

⁴ Ibidem., p.28

10.1. Old Main (Robeson County, 1976 - 1982)

Robeson County é habitado por mais de 30.000 Nativo-Americanos cuja ascendência inclui tribos de leste proeminentes e provavelmente, descendentes da Colónia Perdida de Ranaoke. Apelidadas de povo Lumbee devido ao rio Lumber, esta população conseguiu permanecer um grupo unido apesar da longa história de adversidades e de cidadania de segunda categoria numa sociedade racista. Pembroke, o centro cívico do povo Lumbee, é o maior entre a população Nativo-Americana no estado da Carolina do Norte. A Pembroke State University foi também o local da primeira faculdade Nativo-Amercana nos Estados Unidos, estabelecida em 1887.⁵

⁵ Ibidem., p.30

Em 1972 foram anunciados planos para demolir Old Main para abrir terreno para um auditório financiado federalmente para o campus da Pembroke State University. Enquanto que o futuro de Old Main estava a ser revisto por oficiais do campus e do estado, o edifício foi devastado por fogos que deixaram apenas as paredes exteriores em pé. Num esforço para salvar Old Main, uma organização comunitária nativo-americana foi formada para lutar pela preservação de um edifício que consideravam como um símbolo cultural. Num processo para restaurar o imóvel, uma comissão foi formada e uma pareceria foi estabelecida entre cidadãos de Pembroke, representantes da Universidade e uma equipa de projecto do CDG, que por sua vez incluía quatro estudantes: Ken Lambla, Greg Centeno, Carter Reese e John Meachem. O objectivo prioritário da comissão do Old Main era conduzir um estudo de viabilidade para a renovação do edifício que se encontrava parcialmente demolido e que estava situado junto da primeira escola índia do país. A assistência da equipa de projecto foi requisitada pelo gabinete do presidente da UNC em conjunto com o gabinete do Governador, recorrendo a fundos fornecidos pela Coastal Plains Regional Commission, uma organização multi-estatal.⁶

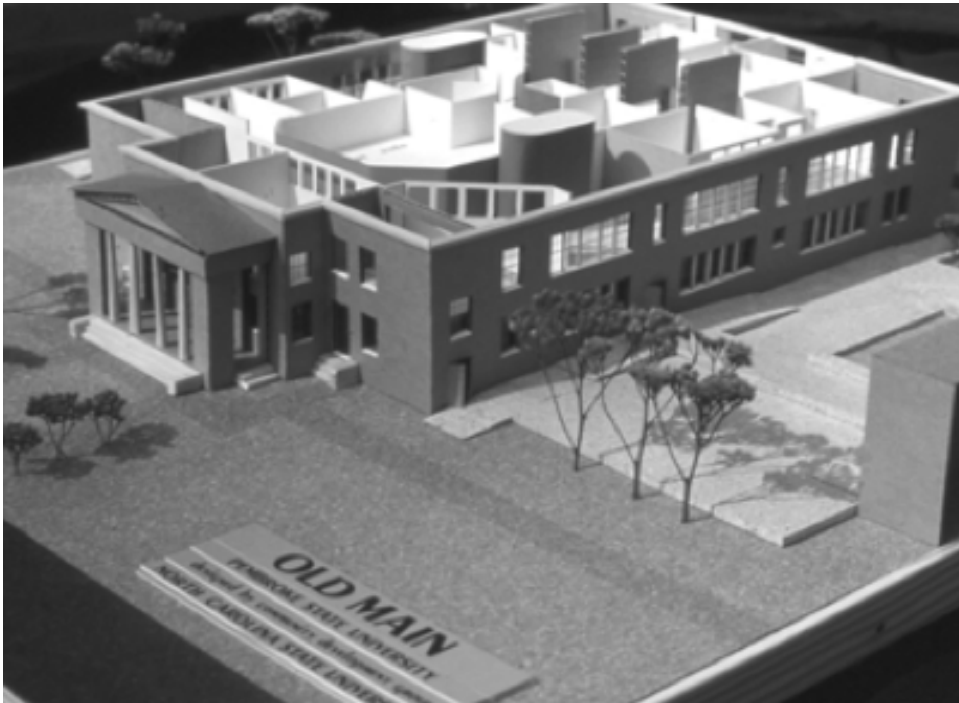
⁶ Ibidem., p.30-31

A participação do público no desenvolvimento do programa de construção foi uma estratégia efectiva, pois tornou o processo altamente visível tanto na comunidade como em relação às autoridades estatais. A proposta de projecto desenvolvida pelo CDG tornou-se então alvo de acção legislativa, que produziu um milhão e meio de dólares para a futura renovação. Como resultado, um programa de construção foi desenvolvido para reflectir as necessidades da comunidade nativo-americana e da universidade local.

A proposta do projecto era a de explorar usos alternativos para um edifício universitário que iria servir os interesses educacionais da comunidade. Ao trabalhar com os cidadãos de Pembroke, as agências públicas locais, os representantes da universidade e a equipa de projecto conduziram uma série de workshops abertos, que se objectivavam a explorar as opções para um centro cultural educativo que representasse a cultura nativo-americana como um recurso regional. A Comissão do Old Main considerou estudos nativo-americanos e a apresentação de artefactos culturais de acordo com quatro áreas de impacto social.⁷

⁷ Ibidem., p.32

Fig.163 - Maquete da proposta realizada pelos alunos para a Pembroke State University.



Primeiro, a renovação do Old Main podia ser percebida como uma influência reforçada para as relações entre comunidade e universidade na cidade de Pembroke. Em Segundo, o processo de renovação poderia restaurar a credibilidade do governo entre a comunidade Lumbee, uma credibilidade frequentemente afectada no passado como resultado de anteriores acções governamentais menos positivas. Em terceiro, a renovação do Old Main poderia representar para o povo Lumbee a restauração do seu único símbolo construído. Por fim, um Old Main revitalizado assumiria um novo papel como local de encontro e de informação para os cidadãos nativo-americanos de Robeson County com importância regional significativa.⁸

A legislatura do estado da Carolina do Norte garantiu um milhão e meio para a renovação do Old Main e a firma de arquitectura de Jordan, Snowdon e McVicker foi seleccionada para implementar o programa de construção. Os arquitectos afirmaram que o envolvimento da universidade e comunidade no processo de programação e de projecto pré-eliminar permitiu-lhes chegar ao projecto final de forma mais eficiente, pois os grupos de trabalho já tinham desenvolvido canais de comunicação importantes nesse sentido. O Native American Resource Center, como foi chamado, tem operado na Pembroke State University desde 1982. O centro inclui uma variedade de artefactos culturais autênticos, desde artesanato, arte, livros e outros media como filmes e cassetes sobre a cultura nativa, com especial ênfase nos índios de Lumbee do Robeson County. A exposição permanente inclui ainda armas e ferramentas pré-históricas equipamentos domésticos e de agricultura do povo Lumbee no século XIX, assim como arte Lumbee contemporânea.⁹

⁸ Ibidem., p.32

⁹ Ibidem., p.33



Fig.164 - Edifício da Pembroke State University antes da intervenção.



Fig.165 - Edifício da Pembroke State University após renovação.

Fig.166 - Rua em preparações para a relocação de edifícios, Old Main.



Fig.167 - Habitações relocadas e renovadas.



Fig.168 - Em primeiro plano casas relocadas e renovadas, ao fundo o edifício do Edgemont Mill renovado.



10.2. Comunidade de Edgemont (Durham, 1985?)

Edgemont é uma antiga comunidade Afro-Americana localizada em Durham, que se originou como uma comunidade para trabalhadores da Durham Hoslery Corporation. O Moinho original da Durham Hoslery foi completo em 1902, consistia de um edifício de quarto andares com uma torre de seis. O edifício Edgemont Mill fechou durante a grande depressão e permaneceu vazio até depois da Segunda Guerra Mundial, quando a estrutura foi utilizada para armazenamento e secagem de tabaco até 1960. No geral, a área padecia de problemas de negligência, degradação fruto da sua idade e de vandalismo. Edgemont por sua vez apresentava condições habitacionais precárias, ruas não pavimentadas, instalações recreativas inadequadas e vários terrenos vazios. Apesar desta condições físicas e sociais deterioradas, existiam vários aspectos positivos como a proximidade da baixa e transportes públicos, que faziam de Edgemont uma área residencial conveniente para os mais idosos e pobres. O recurso mais importante em Edgemont é o comprometimento dos seus residentes em revitalizar a área num bairro agradável.¹⁰

¹⁰ Ibidem., p.28-29

Membros do Centro Comunitário de Edgemont contactaram o CDG para facilitar a participação dos residentes num processo de desenvolvimento de um plano para a zona como parte integral do Programa Durham Community Development Block Grant. Os resultados de uma série de *workshops* com a comunidade liderados por Graham Adams revelaram a necessidade para novas habitações que reflectissem o carácter do bairro e de uma renovação do Edgemont Mill como casa para os mais idosos. Para além do desenvolvimento dos planos de conversão do edifício, foi proposto identificar e renovar casas abandonadas para criar uma área residencial de acordo com o ambiente existente. A passagem de um vínculo forneceu fundos para a renovação do Edgemont Mill e das habitações relocadas para propriedades disponíveis em Edgemont.¹¹

¹¹ Ibidem., p.29

10.3. Revitalização da Baixa de Selma (Selma, 1982)

Grande parte dos edifícios em Selma foram construídos na viragem para o século XX e durante a Primeira Grande Guerra. Este foi um período de crescimento e prosperidades para Selma, sendo que na época existia uma paragem importante para os comboios Amtrak e a cidade sustentava dois hotéis e uma Ópera. A grande mudança que se seguiu veio durante as décadas de sessenta e setenta, quando a área da baixa da cidade se tornou inadequada para as grandes mudanças no comércio de retalho. Centros comerciais emergiram e muitos edifícios da baixa foram esvaziados, deixando uma imagem de deterioração e decadência. Os lojistas que permaneceram procuravam atrair o negócio da maneira mais barata, ao pintar ou cobrindo as fachadas em tijolo com alumínio, construindo dosséis. Contudo nenhum tipo de cosmética poderia restaurar a vitalidade comercial de Selma.¹²

¹² Ibidem., p.34

Em 1982, as autoridades da cidade requisitaram ao CDG o desenvolvimento de um processo que envolvesse os cidadãos na discussão do futuro da cidade.

Fig.169 - Referência num dos meios de comunicação local ao esforços do CDG na baixa de Selma.



Um esforço que durou quatro meses reflectiu a cooperação dos cidadãos de Selma e a equipa de projecto constituída por três estudantes: Maria DoVal, Neil Goldberg e Dianne Pacella, num suplemento do jornal Johnstonian Sun que documentava o processo participatório e sugestões de projecto.¹³

Os dias da Railroad Fair marcaram a primeira oportunidade de reunião com a população de Selma para discussões informais sobre as necessidades e recursos da cidade. Seguiu-se um workshop aberto para identificar os problemas mais urgentes, que eram as fachadas e dosséis de alumínio, os edifícios vazios, e uma falta de espírito comunitário generalizada. Um Segundo workshop focou-se em ideias e estratégias de projecto para alcançar e renovar o espírito comunitário e identificar intervenientes como autoridades municipais, comerciantes e assim os cidadãos foram apercebendo-se de que era necessário uma visão do que a cidade se podia tornar e o comprometimento necessário para reconstruir gradualmente a baixa. Tornou-se então evidente que nenhum comerciante prosperaria se tal não acontecesse com todos os outros. No geral foi acordado a aparência da zona estava desgastada e que o ideal era que a baixa deveria ser restaurada recuperando o seu carácter original.¹⁴

¹³ Ibidem., p.36

¹⁴ Idem.



Fig.170 - Proposta dos estudantes para melhoramentos das fachadas e canópias, discutida numa assembleia aberta com os comerciantes da cidade.



Fig.171 - Fotografia do aspecto da zona a intervir anos antes da intervenção.

Da esquerda (fig.172) para a direita (fig.173), o antes e o depois das intervenções do CDG.



Fig.174 - Restauro do carácter original dos edifícios da baixa de Selma.



11. Rural Studio

Auburn University School of Architecture
1993 - em actividade

O Rural Studio é um estúdio de arquitectura que faz parte da Universidade de Auburn e leva a cabo projectos educativos e sociais até à fase de construção. Tem como principal objectivo ensinar os estudantes de arquitectura as responsabilidades sociais da actividade profissional ao mesmo tempo que providencia habitação e outras infra-estruturas seguras, com qualidade construtiva e inspiradoras para comunidades carenciadas nas zonas rurais do estado do Alabama.

O estúdio foi fundado em 1993 pelos arquitectos Samuel Mockbee e D. K. Ruth e actualmente é dirigido pelo arquitecto britânico Andrew Freear. Mockbee criou o estúdio após 14 anos de prática privada no Mockbee/Coker architects, onde desenvolveu o seu estilo particular de arquitectura vernacular combinada com técnicas modernas. Apesar de um dos seus primeiros projectos ter sido um projecto de caridade de três casas económicas para três famílias de baixo rendimento, após alguns prémios as encomendas começaram a surgir de clientes cada vez mais afluentes. Como nunca foi encontrado financiamento para as três casas referidas, Mockbee sentiu-se extremamente impotente com a impossibilidade de criar arquitectura para aqueles que mais precisavam. Consequentemente Mockbee decidiu propor um estúdio *design-build* na universidade onde tinha estudado. Assim o ensino e o programa deram-lhe a oportunidade de combinar uma abordagem de projecto particular com uma agenda pedagógica que ainda está no cerne do trabalho do Rural Studio.¹

Segundo Jeremy Till et al durante a primeira fase da sua existência o Rural Studio construiu várias casas consultando os seus futuros utilizadores, usando materiais doados ou recuperados, numa perspectiva sustentável e específica a cada novo contexto assim como também como resposta a orçamentos bastante reduzidos. Nessa fase o apoio da universidade ao estúdio era errático e os estudantes eram obrigados a encontrar materiais e doações para os seus projectos. Geralmente os projectos habitacionais neste período eram projectados por um grupo de estudantes no primeiro semestre e completos por outro grupo de estudantes no final do ano. Os alunos do quinto ano construíam estruturas maiores e mais complexas, passando todo o ano lectivo no local do projecto.²

Desde a morte de Samuel Mockbee em 2001, que o programa foi mudando ligeiramente sob a direcção de Andrew Freear, com os projectos a tornarem-se maiores e mais complexos. O estúdio começou a entrar numa esfera mais pública e desenvolve também uma linha de casas económicas prototipo, as 20k houses, na esperança de que com este projecto se possa contribuir para a revitalização da economia, proporcionando casas acessíveis e eventualmente a criação de emprego. O sucesso do Rural Studio significou um financiamento mais regular da universidade, assim como um avultar das doações da parte de fundações de caridade.

¹ AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*, Routledge, 2011, p.193

² Idem.

Fig.175 - Na porta, Samuel Mockbee em Newbern, ao fundo a sede do Rural Studio o Red Barn.



³ Ibidem., p.193

O impacto do Rural Studio tem sido profundo na opinião de Till, afectando muito mais do que apenas as experiência académica dos estudantes.³

Samuel Mockbee estava convicto de que os arquitectos deveriam ser líderes em criar uma mudança social e ambiental, reivindicando que deveriam dar muito menos ênfase em fortalecer os grandes e centralizados poderes políticos e económicos e focar-se em criar maneiras de ajudar e envolver aqueles que não tem acesso à arquitectura de qualidade mas que precisam dela. Mockbee lutou activamente para desenvolver meios para suplantam o ensino predominantemente teórico e que não sai do papel que geralmente domina nos estabelecimentos de ensino. O Rural Studio, apesar das suas limitações, é uma abordagem em contínuo desenvolvimento e apesar dos poucos fundos de financiamento, consegue ser uma experiência relevante nessa implementação de experiências educativas que levam os alunos a levarem à prática projectos e com isso prestar um serviço social significativo.

A sede do Rural Studio não se encontra no *campus* da universidade mas sim em Newbern, que é uma pequena cidade no Condado de Hale. Esse deslocamento deve-se a uma tentativa de proximidade com a comunidade alvo e para facilitar a comunicação, desenvolvimento e construção dos projectos. Desde o ano lectivo de 2009 que os alunos que eram admitidos para o primeiro projecto do programa,

que previamente fazia parte do segundo ano do curso, passaram a fazê-lo apenas no terceiro ano devido a reestruturações no plano de estudos da Universidade de Auburn. Desde então que os alunos deste ano tem desenvolvido um projecto com várias fases previstas, chamado de Rural Studio Farm, que se pretende focar na reformulação do *campus* do Rural Studio em Newbern.⁴

Actualmente o programa do Rural Studio constrói anualmente cerca de cinco projectos, geralmente um projecto habitacional produzido pelos alunos do segundo ano, três projectos de tese elaborados por três a cinco alunos do quinto ano e um ou mais projectos do estúdio onde se envolvem colaborações de pós-graduados ou alunos externos. O programa do Rural Studio actualmente contempla três estágios: os alunos que frequentam o **terceiro ano** lectivo são admitidos no programa passam um semestre no Condado de Hale, e ficam alojados em Newbern na Morrisette House que foi construída pelo próprio programa. Juntamente com a prática de atelier, os alunos frequentam seminários de História, Teoria e Desenho (é dada uma estranha primazia à aguarela neste processo) que de certa forma os reporta para a história e problemas das comunidades em que se vão inserir. Os alunos frequentam também aulas de desenho electivo na Oficina de Madeiras, onde aprendem técnicas e capacidades básicas de carpintaria ao fazerem réplicas de cadeiras icónicas.⁵

Cerca de 12 alunos do **quinto ano** de arquitectura em Auburn são admitidos por ano para trabalhar no Rural Studio para desenvolver projectos comunitários. Estes projectos focam-se principalmente em desenvolver parcerias com as municipalidades e administrações locais e são normalmente terminados num período entre 18 a 24 meses, a sua construção é levada a cabo por grupos de três a cinco alunos. Isto significa que os estudantes investem todo o seu quinto ano lectivo no Condado de Hale e depois, geralmente, passam lá um ano extra que dedicam à construção do projecto. Tal como os alunos do terceiro ano, frequentam aulas teóricas e desenvolvem uma tese (dissertação) de investigação em que tem a liberdade de se focarem ou em aspectos técnicos do projecto, ou em aspectos sociológicos direccionados ao caso do projecto, ou então mais livremente e referentes a um outro assunto mais indirectamente relacionado.⁶

O **programa de pós-graduação** (Outreach Program) foi formulado como uma forma de atrair e envolver estudantes e colaboradores de fora da Universidade de Auburn nos projectos do Rural Studio. Este programa estabeleceu-se em 1999 e tem evoluído de projectos individualizados e direccionados para a comunidade para um projecto de equipa singular: o 20K House. Apesar de o Programa de Extensão estar encerrado durante o ano lectivo de 2016 - 2017 devido a reformulações que estão a decorrer para o seu melhoramento, geralmente são abertas aproximadamente quatro vagas e os alunos deste programa são incorporados no estúdio dos alunos do quinto ano onde à parte do diferentes projectos, participam na tese de investigação e frequentam seminários em comum.⁷

⁴ MONTANER, Josep Maria - *Condición Contemporánea de la Arquitectura*, Gustavo Gilli, 2015, p.99

⁵ Rural Studio - Programs, in *Rural Studio* [online] disponível em: <http://www.ruralstudio.org/programs.html>

⁶ Idem.

⁷ Idem.

Fig.176 - Vista da fachada frontal da Bryant House, com o seu alpendre.



11.1. Bryant “Hay Bale” House (Masons Bend, 1994)

A Bryant House, foi construída com o objectivo de alojar o já idoso pastor Bryant, que juntamente com a sua mulher Alberta e os seu netos, viviam da pesca, caça e do cultivo numa pequena barraca que não dispunha nem de aquecimento nem canalização. O próprio admitiu que quando chovia tinham que mover o mobiliário para os cantos. Portanto quando a barraca se encontrava quase à beira do colapso e o pastor preparava-se para construir uma nova casa, o Departamento de Serviços Humanos de Hale County contactou Samuel Mockbee que se aprontou a ajudar o pastor Bryant.⁸

A casa Bryant foi terminada em 1994, sendo por isso o primeiro edifício construído pelo Rural Studio. Esta obra estabeleceu várias características que iriam definir largamente o programa habitacional do estúdio nos anos subsequentes. Para Samuel Mockbee o mais importante era construir não só uma casa calorosa e seca, mas construir tal casa com um espírito próprio. Esta atitude somada à insistência em projectar cada casa à medida das necessidades específicas de cada família, recorrendo a métodos e materiais inventivos, fez com que a abordagem do Rural Studio se distinguisse de outros programas de habitações de baixo custo. No entanto a ênfase na individualidade e na estética também limitou o número de habitações que o estúdio consegue produzir a cada ano lectivo.⁹

A construção engenhosa que foi utilizada nesta casa, fez com que fosse apelidada de “Hay Bale House” (casa fardo de feno). Ao explorar e rejeitar outras metodologias para criar habitações baratas, os estudantes seleccionaram fardos de feno (*eighty-pound hay bales*) para a subestrutura das paredes, com o objectivo de

economizar e alcançar um bom isolamento. Embrulharam os fardos em poliuretano, empilharam-nos como tijolos, prenderam as pilhas com cabos e terminaram o processo revestindo com várias camadas de estuque.¹⁰

Durante o projecto e construção, os Bryants estavam cépticos e nervosos em relação ao uso dos fardos de palha para a sua casa, contudo depois da construção afirmaram que Mockbee e o Rural Studio foram uma dádiva divina, enquanto que para muitos estudantes trabalhar neste projecto fez com que servissem e inclusive se tornassem amigos de pessoas cujas necessidades lhes eram alheias anteriormente. Mockbee acreditava que ao serem expostos à pobreza algo se interioriza nos estudantes, sem ser necessário recorrer a questões políticas.¹¹

Os principais pedidos que a família Bryant fez a Mockbee e os seus estudantes consistiam em garantir a cada um dos seus três netos, um quarto em que coubessem pelo menos uma cama e secretária, também pediram um alpendre na frente da casa que lhes permitisse socializar com família e vizinhos. Recusaram um esquema de dois andares e a implantação original antes de se decidirem por um piso térreo de 260m². Três pequenos nichos cilíndricos estendem-se desde a parte traseira do espaço interior principal, que está organizado à volta de um fogão tradicional e que tem uma janela em clerestório. O quarto do casal Bryant foi colocado por questões de privacidade no lado oposto aos quartos de seus netos e beneficia de luz lateral em vitral. Tendo em conta o quotidiano da família, o alpendre afigurou-se como um espaço preponderante. A sua cobertura é constituída por um acrílico translúcido ondulado que é suportado por vigas expostas em uma linha de colunas de madeira amarela apoiadas em blocos de betão.¹²

O custo total da casa foi 15000\$ dólares (13.461 eur), quantia que foi utilizada quase na sua totalidade para os materiais de construção. Esteticamente a Bryant House é uma composição hábil entre materiais ásperos e frágeis, e entre opacos e translúcidos. Inspirando-se nos simples abrigos e demais edifícios ordinários da região. No entanto o seu alpendre relembra as mansões pré Guerra Civil Americana. David Bruege escreveu que o pensamento e processo do trabalho de Samuel Mockbee é uma celebração do espaço comum, mesmo que exemplifique as mais altas aspirações da artísticas e culturais, de uma forma gentil e quase mística. Pouco depois de a casa ter sido completa, um aluno do quinto ano, Scott Stafford, projectou e construiu um defumadouro para o pastor Bryant perto da sua casa. Este projecto constituía o projecto de tese de Stafford, o qual Mockbee apelidou de Ronchamp do Alabama, foi construído com 140 dólares recorrendo a destroços de betão, a maior parte do qual retirado de um Silo demolido nas redondezas e a cobertura é feita de guias metálicas e sinalização de estrada requisitadas ao Departamento de Transportes do Estado. Também foram incorporadas garrafas de vidro nas paredes para que alguma luz pudesse penetrar o defumadouro.¹³

⁸ DEAN, Andrea O. - *Rural Studio*, Princeton Architectural Press, 2002, p.17

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem., p.18

¹³ Idem.

Fig.177 - A família dos Bryant a conviver no alpendre, ao fundo a “Ronchamp do Alabama”



Fig.178 - Vista da fachada traseira da Bryant House.



Fig.179 - Sala de Estar no interior da Bryant House.



Fig.180 - Interior do fumeiro ou “Ronchamp do Alabama”.

Fig.181 - Vista da estrutura do Supershed e dos Pods subjacentes.



11.2. Supershed and Pods (Newbern, 1997 - 2001)

O Supershed (superabrigo) é uma estrutura de 4,8m de altura que se estende ao longo de 44m e contém pequenas células de habitação, os chamados *Pods*, construído pelos próprios alunos e onde estes vivem, exceptuando os alunos do sexo feminino que ficam alojados na Morrisette House, em Newbern. As pequenas habitações foram construídas gradualmente, começando com 5 unidades iniciais até atingir as 9, alojando 18 estudantes. Distribuem-se ao longo dos nove espaços de 5m entre os pilares da cobertura do abrigo que os une. Os Pods em si são uma mistura de materiais que se vai diferenciando de unidade para unidade, cores e texturas e formas peculiares, fazendo da sua derradeira forma o conjunto que constitui ecleticamente.¹⁴

A sua forma construída expressam a descrição que o próprio Mockbee fez em relação ao seu próprio trabalho, caracterizando-o como uma “colagem contínua de ideias e experiências”. Na perspectiva de Dean, tal como o trabalho de Mockbee no seu todo, o Supershed e os *Pods* e a suas diversas componentes formam um todo coerente apesar da sua diversidade, pois o tamanho uniforme dos Pods e da sua distribuição em duas fileiras paralelas, virados para um passeio público, confere-lhe a atmosfera de uma rua com fachadas individualizadas. É fácil também estabelecer uma espécie de paralelismo entre a relação do Supershed e os Pods e a que Mockbee mantinha com os seus estudantes, onde a autoridade, ainda que “re-

¹⁴ DEAN, Andrea O. - *Rural Studio*, Princeton Architectural Press, 2002, p.71



Fig.182 - vista frontal de dois Pods.

laxada”, do professor proporciona um propósito comum para os estudantes, assim como Supershed unifica os vários Pods.¹⁵

Mockbee começou o projecto em 1997 ao colocar quatro alunos de dissertação - Chris Robinson, Barnum Tiller, Thomas Palmer e Jarrod Hart, a construir uma estrutura de cobertura metálica, suportada por barrotes robustos de madeira recuperados da armação de um trilho de caminho de ferro. O Supershed intencionava proteger da chuva o espaço comum e albergar algo que se pretendia “valioso”, Mockbee afirmou que esta estrutura “permitiu-nos liberdade para ser escultóricos na arquitectura por debaixo dele.” As pequenas habitações que se construíram por baixo do abrigo do Supershed vestem uma diversidade de materiais reutilizados. O resultado é uma estética vernácula peculiar.¹⁶

Assim que o primeiro *Pod* foi projectado voltado para o espaço central, uma vila académica estabeleceu-se, o seu arranjo habitacional promove a proximidade entre estudantes e professores. Os primeiros Podes foram construídos num período inicial, começando por um grupo de quatro estudantes que projectou e construiu o primeiro *Pod* para uso do próprio Samuel Mockbee. Mais três *Pods* seguiram-se, cada um projectado por um aluno diferente. Em 2001 outros três alunos completaram o afamado *Pod* de cartão, que personifica o uso inventivo de outro material descartável, pacotes de cartão canelado desperdiçado. Três anos antes, quando se estava a projectar uma casa para Evelyn Lewis, Mockbee considerou o uso de cartão ondulado empacotado para a construção de paredes e rejeitou a ideia, alegando a sua impraticabilidade. o que intrigou um grupo de alunos do segundo ano com quem trabalhava nesse projecto. Mais tarde os mesmos alunos regressaram ao Rural Studio como alunos de dissertação do quinto ano para estudar o uso de cartão como material construtivo.¹⁷

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ibidem., p.72

Fig.183 - Vista exterior do Pod de cartão.



Estes pacotes de cartão resultam de um processo de manufatura que cria placas de cartão ondulado enceradas que depois são entaladas e empacotadas, depois são esraçalhadas em tiras e depois enfardadas para serem comprimidas em camadas. Devido ao cartão estar encerado de forma a torná-lo resistente à água, este torna-se quase impossível de reciclar, no entanto como material de construção, a sua densidade assegura elevados níveis de isolamento e os fardos de cartão devido às suas dimensões podem ser empilhados da mesma forma que grandes tijolos. E foi assim que a equipa de estudantes responsável pelo projecto do Pod de cartão, em parte como um dos estudantes afirmou “para ver quanto tempo se aguenta em pé”. Caso o *Pod* prove ser durável, assim como Mockbee e os seus estudantes acreditam que venha a ser, o estúdio planeia vir a projectar e construir uma sala com este sistema ao fundo do passeio central do Supershed.¹⁸

O Supershed inclina-se para outras três pequenas construções idiossincráticas que compõe as instalações sanitárias, como uma privada com sistema de compostagem e dois chuveiros, um fechado e outro aberto na cobertura. Assim como o complexo maior ao qual pertencem, as instalações sanitárias que em si são projecto de outro grupo de três alunos, são um conjunto de formas e materiais. Por exemplo a privada assenta num bloco de betão que contém o sistema de compostagem e está coberto de chapas metálicas reutilizadas e matrículas colocadas como telhas, enquanto que o chuveiro coberto é uma estrutura metálica em forma de “T” que assenta numa base redonda de tijolo, o chuveiro aberto afigura-se como um cilindro de tijolo e vidro.¹⁹

11.3. Goat House (Sawyerville, 1998)

A Goat House, localizada perto de Yancey Chapel na Quinta dos Morrison, foi assim apelidada (casa das cabras) devido aos seus anteriores ocupantes, os animais que ali viviam quando se tratava de um abrigo de blocos de betão. Os Morrison tinham planeado transformar a sua quinta numa colónia de artistas e por isso queriam transforma a casa das cabras num centro de compostagem, residência e espaço de trabalho para residências ocasionais para dois artistas ou para o Rural Studio. A colónia de artistas acabou por não se materializar, mas os estudantes Jeff Cooper e Ian Stuart remodelaram a estrutura singela e transformaram-na num casa cativante que os Morrisons agora usam como sua residência. Cooper explica que a meta da sua tese e do seu colega era “mudarem-se para a casa e desenvolver uma habitação e espaço de trabalho através da sua própria experiência ao habitar o local.” Assim poderiam aprender em primeira mão o que Mockbee queria dizer quando afirmou que “como arte social, a arquitectura deve ser feita onde se situa e ao mesmo tempo fora do que lá existe.”²⁰

Cooper e Stuart mudaram-se para a quinta e então tornaram-se íntimos dela, da vizinhança e estabeleceram relações com a zona e com o gabinete do condado de Greensboro. Encontraram uma variedade de materiais construtivos armazenados no celeiro dos Morrisons e portanto começaram os primeiros planos através da recolha das madeiras e outros materiais e ao estudar as possibilidades e as primeiras ideias para a casa. A evolução da Goat House ilustra bem a metodologia *design-build* típica do estúdio. Após uma fase pré-eliminar de desenhos esquemáticos e do projecto das fundações, tudo o resto passa-se *in loco*. Segundo Mockbee afirma que era assim que os arquitectos sempre trabalharam até há 100 anos atrás.²¹

Os estudantes começaram por abrir o telhado com o propósito de criar um espaço de pé direito duplo, o seu objectivo era criar um loft até que se aperceberam que seria supérfluo. Cooper afirmou que “algures entre deitar abaixo as paredes e retirar o telhado, apercebemo-nos que seria louco colocar outro tipo de telhado. Tornou-se neste grande espaço que se abre para a paisagem e que era muito mais eficaz do que teria sido um *loft*.” Mockbee preveu este percurso desde o início, mas preferiu que fossem os próprios alunos a chegar a essa conclusão por eles mesmo. Assim os dois estudantes instalaram um conjunto de portas de madeira que quando abertas transformam o espaço central num pavilhão ventilado utilizando uma estrutura *dogtrot*, enquadrando e direccionando as vistas para um antigo celeiro e para um carvalho centenário. Flanqueando o espaço central, que se destinaria a espaço de trabalho, estão as áreas privadas viradas para as traseiras e a cozinha e zonas conjuntas voltadas para a frente. Cooper mostrou-se talentos e focado nos detalhes, como resultado decidiu revestir as paredes com uma madeira de pinho específica cujas peças foram ministradas e encaixadas à mão, fixando todo trabalho de carpintaria de maneira a substituir as janelas originais de alumínio com caixilhos que fixou com cavilhas e cola.²²

²⁰ Ibidem., 107

²¹ Idem.

Dogtrot - estrutura típica das *dogtrot houses*, uma tipologia vernacular muito comum no sudeste Norte Americano.

²² Ibidem., 108

¹⁸ Ibidem., p.72

¹⁹ Idem.

Fig.184- Vista exterior do da Goat House.



Fig.185 - Vista do interior da Goat House, por baixo da nave central ventilada.



Vista do exterior, as águas do telhado com saliências para as janelas, voltam-se para a frente da casa onde grandes vigas formam uma pontuação expressiva. Cooper afirma que “a cobertura presta uma homenagem à capela”. A inclinação da cobertura também se estende uma linha formada por uma sequência de abrigos para gado que como Cooper diz “são como a espinha dorsal de um animal que se dirige até à porta das traseiras.” Os pilares que suportam a estrutura eram colunas de canto de uma casa pré guerra-civil abandonada. Eles moldaram então as vigas com forma de casco nos quais os pilares estão embutidos. Cooper acrescenta que cada peça começou a ditar a maneira como deveriam ser usadas e encaixadas, na sua opinião os aspectos mais valoráveis do trabalho na Goat House foram propiciados pela maneira como Mockbee os fazia sentirem-se livres de fazer o que queriam mas ao mesmo tempo guiando-os para as escolhas certas.²³

²³ Ibidem., 108

11.4. Hero Children’s Center (Greensboro, 1999)

Antes da finalização do Hero Children’s Center em 1999, as autoridades locais e os profissionais de saúde tinham que consultar as crianças suspeitas de serem vítimas de abusos nos escritórios do departamento de recursos humanos de Hale County. Segundo a directora do departamento da altura, Teresa Constanzo a situação era claramente inconveniente e desconfortável para ambas as partes e precisava d ser resolvida, sendo que as actuais instalações do actual centro são na sua opinião bastante mais acolhedoras e amigáveis. O novo centro foi projectado por quatro estudantes como projecto de dissertação e é agora local onde os vários departamentos de recursos da cidade examinam e apoiam as crianças. É também utilizado como um centro de formação.²⁴

²⁴ Ibidem., p.125

As quatro estudantes começaram o seu trabalho com uma entrevista a Teresa Constanzo e visitas aos centros de cuidados diários das redondezas. A sua pesquisa confirmou que deviam dar especial atenção ao conforto e ambiente do centro, convencendo-as também a separar uma zona de consulta da zona de formação em dois volumes distintos. Ginger Jesser, uma das estudantes referiu que as salas de aula deveriam ter um carácter mais público, mas os espaços para entrevista tinham de ser mais calmos, íntimos e sem distrações”. As estudantes queriam também queriam estabelecer uma relação visual e de proximidade com o Hero Playground, também realizado pelo Rural Studio, anexando-o ao centro. O centro foi projectado de maneira a que de diversas formas os trabalhadores sociais tivessem um certo contacto visual com o recreio para observarem as interacções entre pais e filhos no recreio.²⁵

²⁵ Idem.

Um dogtrot aberto (estrutura vernácula de nave central ventilada) de pé direito duplo , coberto de metal ondulado, que se apoia em antigos postes eléctricos de madeira, separa duas modestas estruturas térreas e estabelece a passagem até ao recreio. O *dogtrot* acaba por ter inspiração directa na Goat House, onde segundo Dean e Hursley o *dogtrot* transforma uma estrutura comum numa excepcional. Segundo Jesser foi um lance de sorte, pois segundo ela estava previsto inicialmente fechar o espaço contido no dogtrot e ventilá-lo artificialmente, no entanto não havia

Fig.186 - Vista exterior do Hero's Children Center na sua relação com a rua.



Fig.187 - Vista do Recreio associado com o Hero's Children Center.



Fig.188 - Vista do pátio interior do Hero's Children Center a partir da cafeteria.

tempo nem dinheiro. Assim, quando decidiram deixá-lo aberto e torná-lo apenas um passeio exterior coberto, "essa decisão em si fez o projecto", fazendo um edifício de contrastes, entre os espaço íntimo e sossegado da sala de entrevistas e a sala mais pública da formação. entre o carácter denso e marcante destes espaços interiores e a leveza e abertura dos espaços exteriores. Animando o centro encontram-se alguns improvisos, incluindo janelas inseridas com uma certa inclinação e materiais construtivos "colados" como, madeira pintada de vermelho, madeira natural, betão armado e revestimento e cobertura de metal.²⁶

²⁶ Ibidem., p.125

Ginger Jesser afirma que a comunidade acabou por se envolver intensamente neste projecto. Afirmando que pessoas de várias proveniências ajudaram voluntariamente, a Pella Corporation doou as janelas, uma empresa de Tuscaloosa ofereceu aos estudantes um desconto em produtos utilizados para aplicar no polimento de alguns pavimentos em betão, a Alabama Power Company também contribuiu com os postes eléctricos das linhas telefónicas e comerciantes locais doaram tinta e carpetes.²⁷

²⁷ Ibidem., p.126

O presidente do Hero's Center, o juiz distrital William Ryan, afirma que os estudantes pouparam à sua organização grandes quantidades de dinheiro que agora podem ser utilizadas na prestação de serviços. O edifício na sua opinião é muito mais criativo do que o provavelmente obteria através do mercado comercial, acrescentando que uma das coisas mais importante acerca dos estudantes do Rural Studio é que se entusiasmam com a vida, mas refere também a dureza de algumas realidades existentes em Hale County, "vêem como as pessoas vivem nesta parte esquecida do mundo."²⁸

²⁸ Idem.

Fig.189 - Vista da fachada frontal do Akron Boys and Girls Club.



Fig.190 - Vista do espaço interior do Akron Boys and Girls Club.



11.5. Akron Boys and Girls Club (Akron, 2001)

A razão que levou a que o Rural Studio criasse um clube para jovens em Akron, deveu-se ao facto de um grande número de adultos nesta pequena localidade trabalharem em Tuscaloosa, a alguns quilómetros a norte, ou em Greensboro, a vinte minutos de carro para sudeste. Como Akron não tem mercado, essas pessoas vêm-se muitas vezes forçadas a fazerem as compras pelo caminho, o que faz com que regressem a casa do trabalho relativamente tarde. Muitas crianças e jovens ficam por isso sem ocupação ou supervisão durante um período considerável entre o final das aulas e a hora de chegada dos pais. Existindo esta necessidade relativamente generalizada, os estudantes viram uma oportunidade em reutilizar a estrutura de uma antiga mercearia, que ocupa um terreno triangular na intersecção mais afluyente da pequena vila e assim propiciar uma revitalização que afectasse Akron. Hoje o clube ali construído é um dos pontos mais distintivos e proeminentes.²⁹

²⁹ Ibidem., p.145

Na mesma altura em que o Rural Studio chegou à cena, tudo o que restava da antiga mercearia eram as suas paredes exteriores em tijolo vermelho. Os estudantes decidiram preservar as paredes sobreviventes e mantê-las intactas, à excepção da sua limpeza. Para assim cobrir a estrutura existente com uma cobertura inclinada, construir paredes interiores e criar um acrescento que acolhe os serviços, este destacando-se da estrutura original em tijolo, por estar revestido com chapas metálicas contendo uma pequena sala de aulas, uma sala de informática, as instalações sanitárias e arrumos. Andrew Freear considera que a noção que aqui fica bem patenteada “é do novo a emergir do antigo”. Esteticamente o estúdio elogia o efeito gerado pelo plano ondulado da cobertura leve em contraste com as pesadas treliças metálicas azuis. A estrutura metálica utilizada na cobertura foi doada por James Turnipseed, um antigo aluno de Auburn. Após os estudantes terem seleccionado o metal na sua fábrica em Birmingham, a empresa de Turnipseed personalizou-as para o projecto. Depois persuadiram o Shelton State Community & Vocational College a soldar novamente as extremidades e depois o seu serviço de transporte levou o material para o local para que os estudantes procedessem à montagem das diferentes peças como num *kit*.³⁰

³⁰ Idem.

À noite, devido à luz eléctrica, o clube parece uma espécie de lanterna, com uma grande *bay-window* volta-se para a Main Street e chama a atenção para a presença do clube no centro da localidade, transforma o interior num palco e atrai as pessoas para o seu interior. Para acrescentar urbanidade, os estudantes do quinto ano responsáveis pelo projecto, previram um pala, um balanço num dos topos do edifício e mobiliário urbano. O clube estende a fachada frontal ao longo da rua, ajudando a defini-la e a reforçar a espacialidade, correlacionando-se com a bomba de gasolina e o edifício da Launderette (lavandaria).³¹

³¹ Ibidem., p.146

Na opinião de Andrea Dean e Timothy Hursley, o Akron Boys and Girls Club e o outro projecto situado na localidade, o Akron Pavilion, tem pelo menos duas coisas em comum, ambos devem muito às contribuições generosas de Bob Wilson, tanto da propriedade da antiga mercearia como a sua labuta, e ambos possuem duas

Fig.191 - Vista do espaço interior do Akron Boys and Girls Club a partir do mezzanine, denotando a relação da nova intervenção com a estrutura em tijolo pré-existente.



coberturas distintivas semelhantes. Contudo salientam as diferenças de ambos, que dizem muito sobre a direcção da evolução do Rural Studio. A mais óbvia é a de que o Akron Pavilion, escondido na floresta junto ao rio Black Warrior, é extremamente rural enquanto que o clube apesar de tudo é um projecto mais ambicioso e tem um carácter um pouco mais urbano. Mockbee salienta a extrema simplicidade e idiossincrasia da estrutura do pavilhão diferenciando-o da natureza bem mais complexa envolvida no clube.³²

O aspecto mais difícil do projecto segundo Freear, foi encaixar um novo edifício na estrutura triangular das paredes antigas. Pequenas situações imprevistas, como lhes chama, como o nivelamento da superfície de cima das paredes e a conexão do novo clerestório com estas, testaram a ingenuidade e margem temporal dos estudantes. O clube é também o primeiro espaço realizado pelo estúdio completamente selado e de ar-condicionado. Há casos como o do Hero Children's Center, onde existem duas pequenas salas com aquecimento central, mas duas pequenas "caixas". O clube por contraste é um volume de cerca de 450m² e o seu sistema de ar-condicionado não foi instalado pelo empreiteiro como no centro, mas pelo pai de um dos alunos que obteve licença para o fim. Segundo Freear para além de terem que lidar com as problemas complexos de projecto, também tiveram de enfrentar a complicada tarefa de garantir um futuro para o edifício. Tendo por isso que contactar a sua instituição de suporte, o Tuscaloosa Boys and Girls Club, criando uma comissão de direcção e encontrar alguém que gerisse o clube.³³

Sobre este aspecto Andrew Freear aponta para o contraste entre o envolvimento de várias pessoas da comunidade com a construção do clube e a suposta arquitectura social que é puramente conduzida por interesses dos investidores e arquitectos.³⁴ Mockbee à data da finalização da obra diz "No final de contas, o Rural Studio tem tudo a ver com as pessoas. Trata-se de ser decente e de tentar proporcionar um bom sentido comunidade a todos os cidadão. É ser democrático."³⁵

³² Ibidem., p.146

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Ibidem., p.145



Fig.192 - Conjunto de habitações do programa 20k House, todas construídas em 2008, sendo que a que se encontra em primeiro plano é a de menores dimensões jamais construídas pelo programa.

11.6. 20k House Initiative (2005 - em progresso)

O 20K House é um dos projectos mais arrojados do Rural Studio e procura fornecer habitações de qualidade e económicas que representam uma alternativa viável às casas móveis ubíquas. As casas são construídas pelo valor de 20.000 dólares, onde 12.000 são dedicados para a compra de materiais e os restantes 8.000 são destinados a cobrir os custos de mão-de-obra e do empreiteiro. Ao contrário de outros projectos, o objectivo orçamental de 20.000 dólares serve para criar uma linha de casas que seja viável e possa ser construído em larga escala por empreiteiros fora do âmbito da Universidade e ter um maior impacto na economia local.³⁶

Este projecto em concreto começou em 2005 e recebeu o seu nome devido à hipoteca realista mais alta que uma pessoa que recebe apoio social mediano consegue manter. Até 2015 o Rural Studio desenvolveu dezassete versões da 20K Home mas ainda nenhuma foi implementada no mercado. A gestora de produto Natalie Butts-Ball, uma antiga aluna do Rural Studio, está neste momento a trabalhar para desenvolver os projectos 20K como produtos, não descurando na pesquisa do público alvo e como levar o produto do projecto até eles tirando-os da área de investigação a que ainda estão restritos. O que tem incluído *reviews* na imprensa, revisão legal e concordância com a FHA, discutir os requisitos para a implantação e métodos logísticos de construção das casas modelo e definir um plano de marketing e branding.³⁷

³⁶ Rural Studio - Programs, in *Rural Studio* [online] disponível em: www.ruralstudio.org/programs.html

³⁷ Idem.

Fig.193 - Primeira 20k House, construída em 2005, em Newbern.



Fig.194 - Segunda 20k House, construída em 2006 em Greensboro.



Fig.195 - 20k House construída em 2009 em Newbern.



Fig.196 - 20k House construída em 2012 em Faundsdales.

12. AGENCY

Universidade de Sheffield, Reino Unido
2007 - em actividade

Fundada em 2007 sob a alçada da Sheffield School of Architecture, a AGENCY tem como principal objectivo a investigação transformadora da prática e educação arquitectural, tomando uma perspectiva crítica dos valores normativos e dos procedimentos padrão da área, de maneira a propor alternativas. É um grupo estruturado não-hierarquicamente que preza por uma natureza dinâmica das suas colaborações, questionando de forma subversiva a “agência” em arquitectura. Os seus projectos procuram expandir e encontrar campos de cruzamento, novos tipos de colaborações e redefinir os seus parâmetros e condições.¹ São membros da AGENCY, Cristina Cerulli, Florian Kossak, Doina Petrescu, Tatjana Schneider, Renata Tyszczuk, Stephen Walker, Peter Blundell Jones, Prue Chiles, Rosie Parnell e Sarah Wigglesworth.²

A AGENCY é responsável pela publicação individual e colectiva de diversas publicações e pela organização de diversos eventos académicos como por exemplo o Theory Forum, que em anos recentes tem incentivado o envolvimento directo dos estudantes do módulo de teoria e investigação no processo de projectar, planear e organizar o evento em si. Incluindo submissões revistas colectivamente (*peer-reviewing*), tanto quanto as próprias avaliações do módulo e sendo co-autores de um artigo para um jornal académico. A nona edição do Theory Forum (com o tema Ecologia) foi capaz de integrar a aprendizagem baseada no inquérito através de um enquadramento teórico da pedagogia crítica.³

Este grupo académico iniciou uma série de *live projects* que se situam na intersecção entre a investigação, educação, prática e acção cívica. Durante seis semanas os estudantes envolvem-se com as complexidades de uma situação real e com um cliente real, estando expostas às condições sociais, políticas, económicas e ecológicas do exterior. Na maior parte dos casos promovendo métodos de investigação participativa, instigando colaborações que extravasam a instituição académica até à prática profissional e a sociedade civil.⁴

12.1. Rhyzome (2009 -2011) e Eco Nomadic School (2011 -)

Em 2006-2007 foi conduzido um projecto financiado pela União Europeia chamado European Platform for Alternative Research and Action on the City (PEPRAV). Neste projecto a Universidade de Sheffield experimentou com profundidade o formato *live project* e fez pareceria com o Atelier d’Architecture Autogérée (Paris), Recyclart (Bruxelas) e Metrozones (Berlim).⁵

No âmbito do PEPRAV procurou-se sobretudo a criação e suporte de uma plataforma alternativa para a arquitectura, a Rhyzom, focando-se na maneira como o ensino pode assumir a forma de uma prática cultural local e como a educação pode veicular ou incentivar produção e troca trans-local.⁶

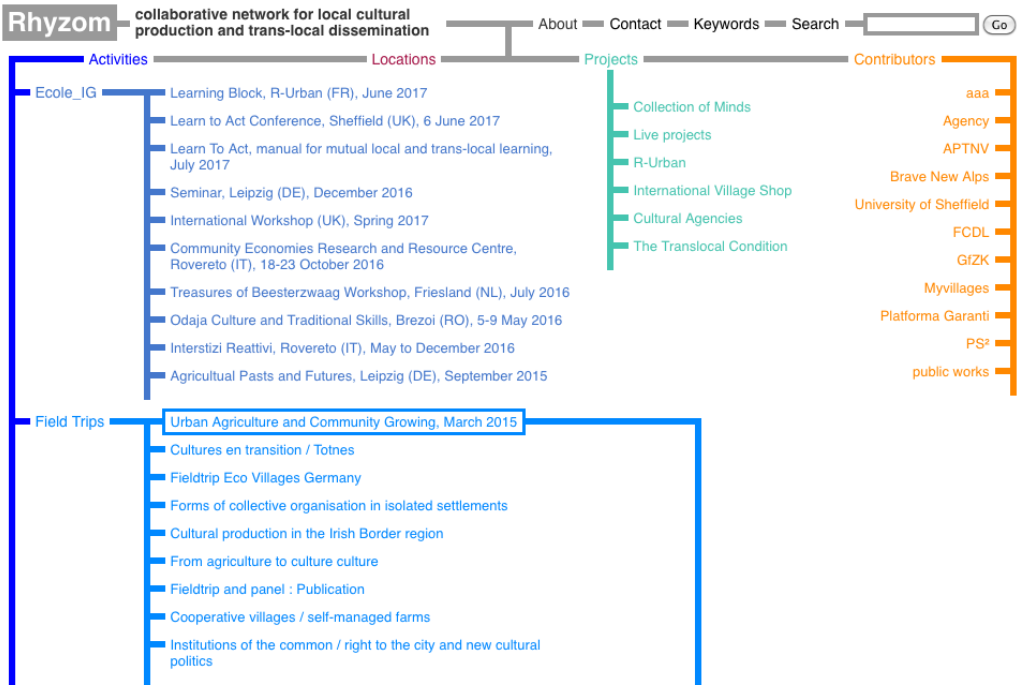


Fig.197 - *Printscreen* do *display* do *website* da Rhyzom, denotando a sua natureza rizomática e delação em rede entre os vários conteúdos.

A Rhyzome foi então iniciada em 2009 por cinco parceiros que se reuniram como consequência do projecto PEPRAV, o Atelier d’Architecture Autogérée de Paris (coordenador), Platforma Garanti de Istanbul, AGENCY da Universidade de Sheffield, Paragon Studios de Belfast e Public Works de Londres. Os parceiros locais incluíam ISPARA (Instituto for Strategies of Participative Architecture and Spatial Appropriation) na Alemanha, a FCDL (Foundation for Local Community Development) na Roménia, myvillages.org da Alemanha, Reino Unido e Holanda, Oda Projesi da Turquia e o PEPRAV (Platform Euroéenne de Practices et Recherches Alternatives de la Ville).⁷

A actividade da Ryzhom prolongou-se durante dois anos e incluiu trabalhos de campo temáticos, que permitiram a recolha de informação local para criar uma grande base de dados colectiva, ainda activa, em que o *webdesign* do seu site reflecte uma organização rizomática da informação, das entidades e localidades digna de referência. *Workshops* imersivos foram organizados, constituindo um enquadramento para as iniciativas locais existentes e iniciou uma troca que envolveu participantes de outras disciplinas e contextos.

Alguns destes *workshops* foram acompanhados por experiências educativas com estudantes de várias universidades (como a de Sheffield, Instambul, Belfast e Bucareste) envolvidos na definição de problemas e protocolos contextualizantes para trabalho colaborativo e disseminação, incluindo o actual *website*, exposições nómadas, publicações risomáticas e a publicação do livro *Trans-local Act* (2010).⁸

Desde 2011 que a Rhyzom desdobrou-se na Eco Nomadic School que por sua vez envolve muitos dos parceiros iniciais da Rhyzom, conjuntamente com novas adições como o projecto R-Urban do AAA, a International Village Shop, o projecto New Village Goods do myvillages e o Peasant Museum Frensof na Alemanha.⁹

⁷ Rhyzom - Agency, in *Rhizom* [online] disponível em: rhizom.net/contributors/agency/

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹ AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - *Translocal Act*, AAA/PEPRAV, 2010, p.174

² Rhyzom - Agency, in *Rhizom* [online] disponível em: rhizom.net/contributors/agency/

³ Idem.

⁴ AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - op.cit., p.175

⁵ Rhyzom - Agency, in *Rhizom* [online] disponível em: rhizom.net/contributors/agency/

⁶ AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - op.cit., p.174

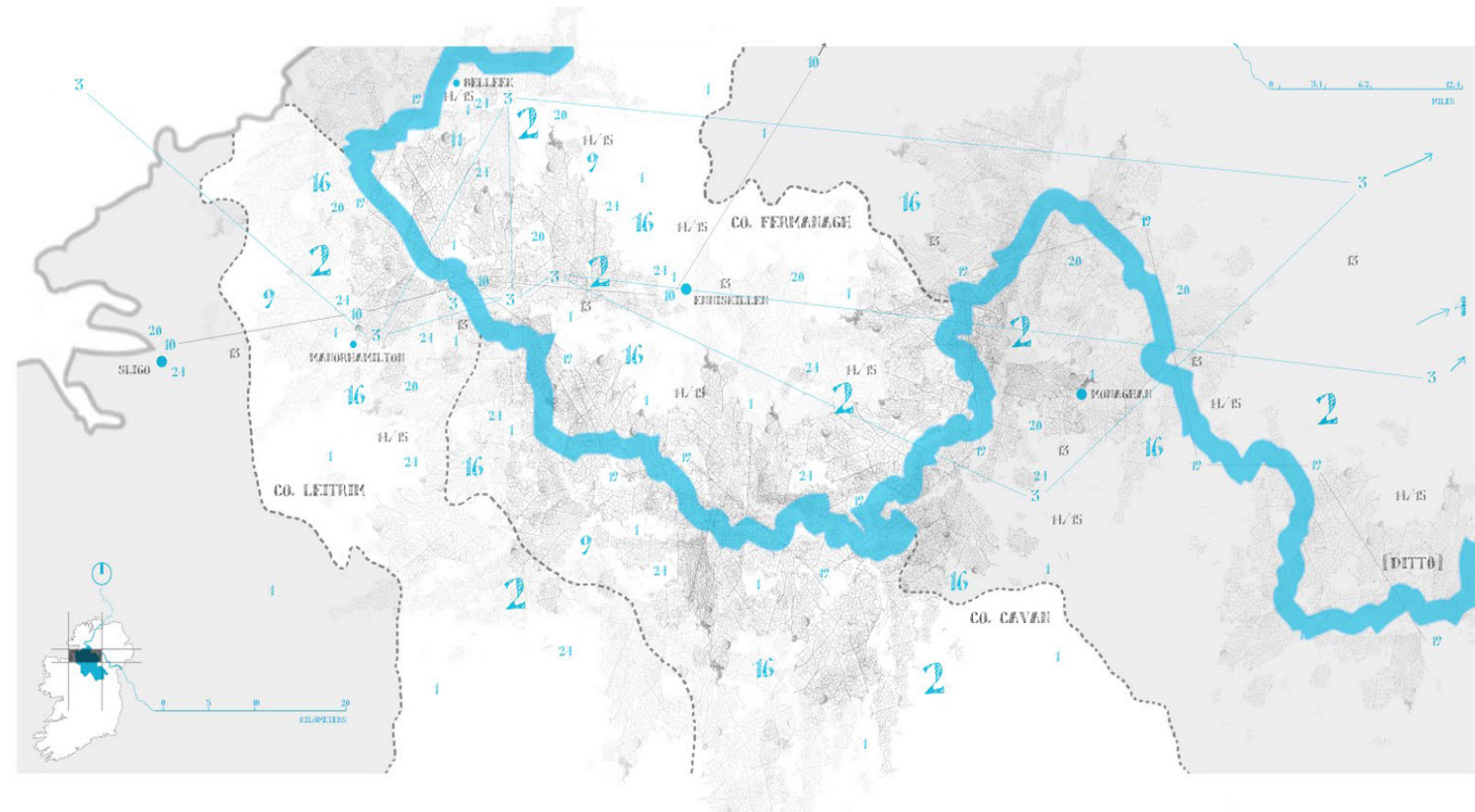
10 Rhizom - Agency, in *Rhizom* [online] disponível em: rhizom.net/contributors/agency/

¹¹ Idem.

¹² Idem.

13 AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - *Translocal Act*, AAA/PEPRAV, 2010, p.176

232



¹⁷ Ibidem., p.180

Fig.199 - Mapa de planeamento representativo dos percursos e despesas a realizar no âmbito do *live project* Remote Control.



Fig.200 - Mapa do calendário agrícola da região.

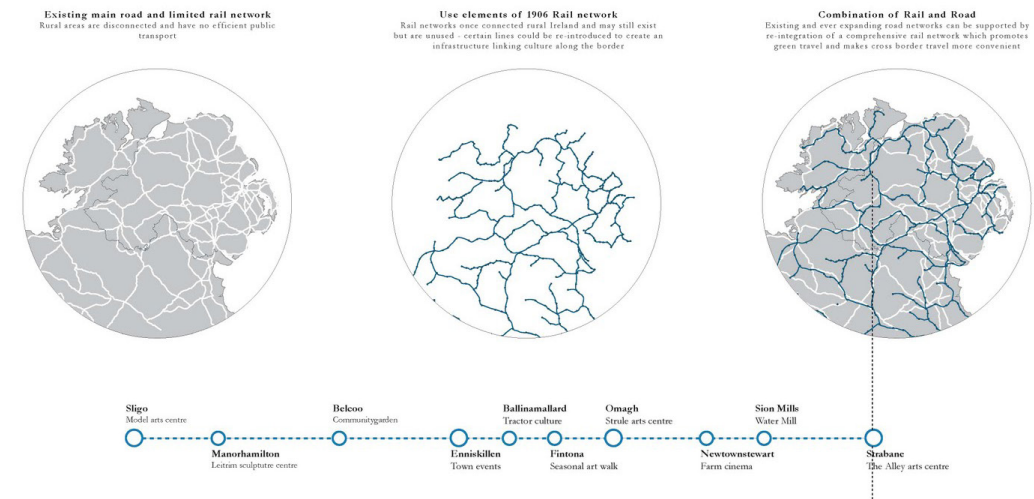
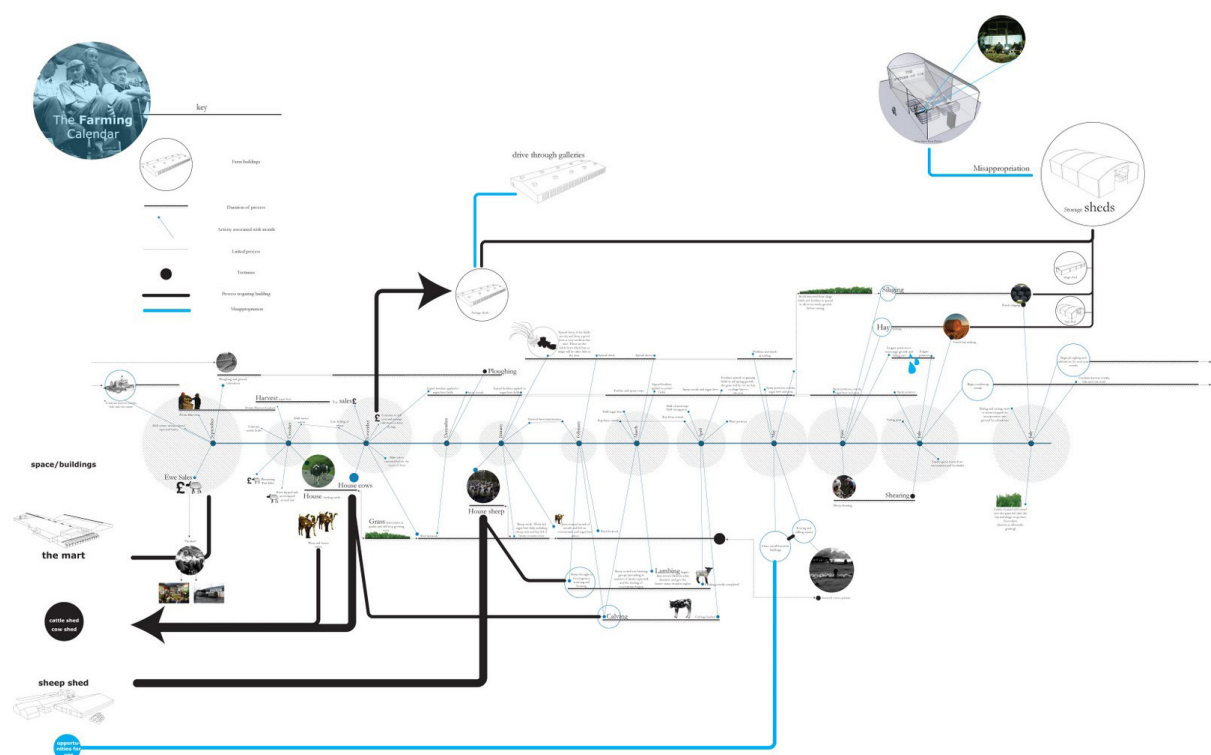


Fig.201 - Mapa das redes viárias e ferroviárias da região estudada.

foi deixado em aberto propositadamente. Problemáticas dos mapeamentos focavam-se em composições de audiências, fontes de financiamento, ciclos de acesso, trocas internacionais. Através destes mapas da fronteira, o grupo de estudantes do *live project* conseguiram visualizar tanto as diferenças óbvias como aquelas menos aparentes e numa segunda fase os estudantes desenvolveram propostas-postal, baseando-se em ideias simples que se objectivavam a gerar um discurso sobre as possibilidades de produção cultural na região fronteiriça que pudessem levar a propostas estratégicas possíveis. Estas estratégias eram geradas a partir de uma matriz na qual as propostas-postal podiam ser combinadas interdependentemente seguindo um conjunto de categorias como acomodação, infra-estrutura, evento e financiamento.¹⁸

¹⁸ Ibidem., p.180

Posteriormente dois estudantes do grupo deste *live project* foram numa viagem reunir-se com uma assembleia irlandesa organizada pelo PS2 em Belfast. Durante essa viagem os estudantes tiveram a possibilidade de apresentar o seu trabalho, mapas e propostas, no Millennium Court Arts Centre perante um grupo alargado proveniente da Rhyzom assim como alguns dos produtores culturais que encontraram durante a viagem inicial. Consequentemente o trabalho do grupo de estudantes foi devolvido ao contexto local e cultural que tinha sido o próprio objecto das suas observações e reflexões.¹⁹

¹⁹ Ibidem., p.181

Para os envolvidos, devido à escala da região e à natureza temporária típica do envolvimento do grupo neste formato, é difícil quantificar qualitativamente o envolvimento e sucesso e a sua distribuição e efeito só se poderá observar com tempo. Ainda assim consideram que o mapeamento e a análise dos estudantes neste projecto resultaram num momento pequeno mas produtivo que contribui para uma discussão mais alargada sobre a produção cultural na região fronteiriça irlandesa.²⁰

²⁰ Idem.

12.3. Cultural Agencies (Istambul, 2009 - 2010)

O cliente deste *live project* foi o parceiro da Rhyzom baseado em Instambul, a Cultural Agencies, que é um projecto colaborativo e grupo que procura “desenvolver modelos de colaboração cultural e práticas institucionais.” As actividades do projecto são curadas por Nikolaus Hirsch, Philipp Misselwitz e a colaborativa artística Oda Projesi. Este projecto que durou dois anos (2009-2011) tinha como principal aspiração, desafiar a produção cultural tradicional de Istambul e reagir à bolha cultural no centro cosmopolita de Istambul, criada na sequência da bienal de arte de 2009 e ao prémio de capital europeia da cultura de 2010. Como tal decidiram trabalhar antes num contexto periférico da cidade e focarem-se num contexto desfavorecido politicamente, mais especificamente nos bairros de Gülsü e Gülsüyu.²¹

No âmbito da parceria propiciada pela Rhyzom, requisitou-se um *live project* à Universidade de Sheffield. Os estudantes foram incumbidos pela Cultural Agencies de desenvolver um conceito arquitectónico para a transformação da Dükânî, uma antiga loja transformada na base de operações do projecto da Cultural Agencies na área visada. A transformação pretendia-se que criasse um protótipo para uma nova instituição de bairro. A pesquisa sumária e programa de trabalho inicial dado aos estudantes pelo cliente, estava estruturada à volta de “programas institucionais genéricos”, como apontam no relatório deste *live project*, tais como um gabinete, um arquivo, comunicação, eventos, colecção e biblioteca. A partir desta estrutura os alunos desenvolveram novos possíveis usos, desenvolvimentos futuros e estratégias.²²

Os bairros que constituíam então o campo de actividade para o *live project*, eram os bairros adjacentes de Gülsü e Gülsüyu no distrito este de Istambul de Maltepe. Estes bairros de génese informal surgiram na sequência das migrações Anatoliana que chegaram à cidade durante os anos sessenta. Os bairros cresceram e tornaram-se em assentamentos informais *geçekondu* intrincados, que foram construídos da noite para o dia.²³ Formando uma forte identidade local à medida que se estabeleciam, ao longo dos anos setenta e daí em diante, fortes redes de solidariedade e activismo local tornaram-se características próprias destes dois bairros. Actualmente estas zonas urbanas estão ameaçadas pelo “Urban Transformation Projects”, através do qual o município está a procurar explorar o valor dos terrenos desta área e construir habitação de luxo, devido à sua localização privilegiada, situando-se numa zona segura em caso de terramoto e beneficiando de vistas panorâmicas para o mar Marmara e as Ilhas da Princesa.²⁴

Apesar da natureza fragmentada das redes existentes nos bairros, quando ameaçadas de relocação em 2004, os residentes uniram-se e resistiram com sucesso, abrindo 32 casos em tribunal perante a decisão de planeamento e entregando 12000 petições ao município durante o processo.²⁵



Fig.203 - Cartaz anunciativo de uma exposição ambulante nos bairros de Gülsü e Gülsüyu.

Fig.202 - Edifício da Dukkani antes da intervenção de renovação.

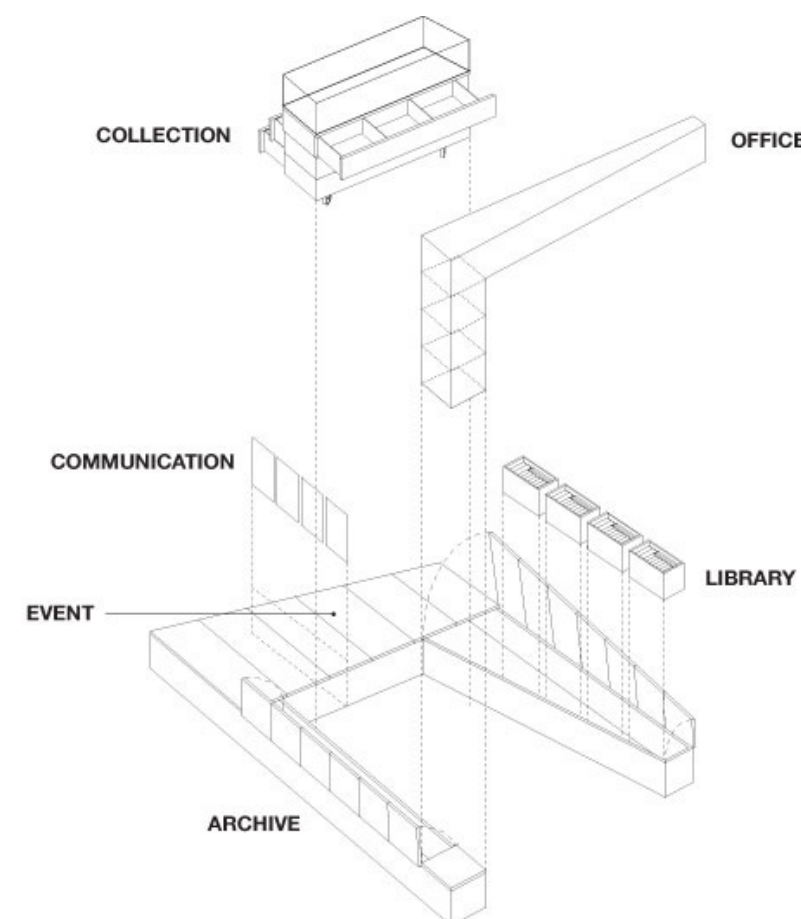


Fig.204 - Representação do projecto para o preenchimento e mobiliário da Dukkani realizado pelos estudantes em conjunto com a Cultural Agencies.

²¹ AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - *Translocal Act*, AAA/PEPRAV, 2010, p.184

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Ibidem., 186

²⁵ Idem.

Os estudantes de Sheffield passaram uma semana numa experiência intensa dentro da rede de ligações sociais e políticas dos bairros de Gülsü e Gülsüyu, embora obviamente incompleta. Os estudantes observaram que “a estrutura de poder multifacetada” cria tanto laços fortes como divisões violentas e que existem facções políticas que governam este “microcosmos” monitorizando os moradores, criando sistemas de valor alternativos. Nesta experiência de campo os estudantes também puderam observar manifestações espaciais enraizadas em normas culturais, como por exemplo formas de apropriar o espaço e locais de socialização típicos de cada género. “os lugares partilhados ao nível da rua formam espaços de reunião informais, onde os homens que bebem chá, enquanto que os espaços intermédios entre as portas fornecem um refúgio diurno para as esposas, mães e seus filhos.” Nesse sentido os estudantes tiveram a oportunidade de explorar relações e atitudes para com pessoas exteriores a eles próprios, incluindo entre os próprios estudantes e o cliente, a Cultural Agencies.²⁶

O principal objectivo da Cultural Agencies enquanto grupo é desenvolver modelos contemporâneos de colaboração cultural e de prática institucional, mas no âmbito deste projecto em particular pretendia “instigar novas formas de cooperação entre artistas, arquitectos e comunidades na periferia vasta e em rápida mudança de Instambul.” Onde segundo afirmam, reina um ambiente urbano ilegalmente desenvolvido e largamente ignorado, onde as instituições culturais tradicionais estão ausentes.²⁷ Na base deste projecto estava a hipótese de que este aparente vazio de infraestrutura cultural formal tinha já sido ocupado por uma multitude de agências culturais de origem informal, familiar, de cariz religioso ou político e de que os seus modos de operação se baseiam em guias livres, de auto-ajuda e improvisação em geral. No entanto os estudantes salientaram que apesar da crítica em relação à produção cultural convencional e os modos observados que estavam na base do projecto da Cultural Agencies, existia o risco de esta poder estar a reencenar e re-propor valores culturais e modos de produção já estabelecidos, de as guias de trabalho baseadas em programas institucionais genéricos poderia dar a aparência da institucionalidade criticada.²⁸

Este entendimento crítico da parte dos estudantes tem de ser considerado no contexto mais alargado do Live Project, onde por razões de tempo e de exposição cultural limitada. Sendo que o contexto de operação dos estudantes é inerentemente limitado e incompleto na percepção da complexidade das políticas locais e das intricacias de uma prática participatória.

O Live Project para a Cultural Agencies era à partida o resultado de uma intersecção e interacção mútua entre várias redes, que incluem operadores culturais profissionais internacionais, intelectuais, activistas locais, residentes e estudantes de universidades como Stadelschule da Alemanha, a de Sheffield do Reino Unido e da Mimar Sinan da Turquia. Como tal foi central neste Live Project estabelecer canais à volta da estrutura da Cultural Agencies, como a parceria de dois curadores e académicos europeus, um temporariamente estabelecido em Istambul, em colaboração com a já mencionada cooperativa artística Oda Projesi. Este canal

inicial estendeu-se à Universidades europeias e operadores culturais e foi a premissa para o input da Cultural Agencies em diversos estágios. Parte do financiamento do projecto em geral e do *Live Project* veio da sua integração do projecto Rhyzom. A Platform Garanti, descrita como “um catalisador dinâmico para a disseminação, investigação e prática de arte contemporânea nas cidades” e financiada por um dos maiores bancos turcos, foi também foi um importante apoiante do projecto.²⁹

No início do projecto existiu uma tensão produtiva entre as instâncias metodológicas dos estudantes, enraizadas na cultura estabelecida pelos *Live Projects* da School of Architecture em Sheffield e projecto do grupo Cultural Agencies, com as suas práticas artísticas e curatoriais estabelecidas. Devido à visão parcial inerente à natureza da experiência dos estudantes, estes questionarem principalmente a metodologia da Cultural Agencies que segundo eles se “baseava na criação de mini-conflitos e discurso através da inserção de “objectos alienígenas” dentro de um contexto existente enquanto que registam a resposta da comunidade”. Os estudantes descreveram esta metodologia utilizando a metáfora do esconderijo de pássaro (*bird hide*), dizendo que a *praxis* do Dükkâni é onde os residentes locais “estão habituados a explorar práticas culturais e de investigação alternativas, apesar de este modelo reduzir o impacto nas vidas dos residentes, a presença física do “*bird hide* causa ansiedade”. Neste sentido viam-se a si próprios como os “objectos alienígenas”, como estudantes estrangeiros, e tinham que superar ansiedades para encorajar a colaboração.³⁰

Enquanto que estiveram em Gülsü e Gülsüyu os estudantes exploraram os bairros os temas genéricos do “gabinete”, “arquivo”, “comunicação”, “eventos”, “coleção” e “biblioteca”, através de uma variedade de actividades, em eventos lúdicos como jogos de futebol entre os estudantes e locais, entrevistas íntimas e reportagens fotográficas, ou um modelo participatório ao nível do bairro e um mapeamento colaborativo. Quando regressaram a Sheffield trabalharam no desenvolvimento das propostas de projecto para o Dukkani e produziram um relatório sobre todo o processo deste *Live Project*, produzindo também uma instalação crítica baseada na metáfora do “bird hide” para uma exposição pública de *Live Projects* no Sheffield City Centre em Novembro de 2009. Algumas semanas após o término do *Live Project*, os estudantes foram também convidados pela Rhyzom a apresentarem o projecto num evento/workshop em Instambul.³¹

²⁹ Ibidem., p.188

³⁰ Ibidem., p.190

³¹ Ibidem., p.192

Posicionamento

Crítico

Posicionamento Crítico

Arquitectura e Sociedade, Percepção e Idealização

Ao tentar conceber aquilo que realmente é a arquitectura, sempre me perguntei também quando é que o ser humano se tornou um ser arquitectónico. Considero que um dos primeiros textos que li sobre arquitectura, um texto de Alberto Campo Baeza presente em *A Ideia Construída* (2004) ¹, consegue ser de uma forma muito simples uma espécie de fábula sobre esse nascimento do homem como ser arquitectónico. O que mais me inspirou nesse texto de Baeza foi o facto de ele começar a narrativa pela caverna. O Homem primitivo e nómada, a certa altura, por se ter tornado um ser racional e criativo, deixou as marcas da sua imaginação e da sua memória nas paredes das cavernas que ocupava.

Penso que a caverna, num sentido simbólico, representa a condição natural existente, e foi enunciada como a escolha racional do espaço fisicamente mais favorável à sobrevivência. Mas o facto de o ser humano ter sentido a necessidade de se reproduzir nas paredes da caverna, de plantar signos da sua existência no espaço, leva-nos a crer que deixou de ser algo tão instintivo e primário. Passou a tratar-se da projecção da sua consciência do espaço no próprio espaço, o que até sugere que como arte primitiva ou não, que se pudesse tratar de uma forma de comunicação, uma primeira tentativa de superar a sua condição espaço-temporal. O texto refere depois a cabana como sucessor da caverna onde o homem deixou de se limitar à condição espacial natural existente e tentou reproduzir o espaço da caverna, desenvolvendo assim a cabana. Enquanto observava e imitava as geometrias e formas da natureza, uma espécie de tentativa de repetir formas e estruturas da natureza em localizações e contextos que lhe fossem mais convenientes ou até de as tornar transportáveis. No final surge, resultado de um lento processo, a casa e o *habitar* como reflexo da mútua transformação contínua dos modos de vida e das estruturas que os suportam.

O que mais me inspirou foi a maneira como o texto de Baeza constrói a ideia de que o ser humano observando e organizando o seu próprio comportamento, deixou de apenas reproduzir a caverna na cabana e começa a reproduzir a “sua vida”, os “seus hábitos”, os padrões da sua forma de habitar na cabana, dando a entender que esse nascimento, mais que um ponto de partida específico na cronologia da história humana, se trata na realidade de um processo de influência recíproca que se iniciou antes da própria arquitectura.

Tendo em conta o processo anacrónico que é a arquitectura e que este processo remonta às mais primitivas manifestações culturais humanas, há uma longa e enorme história da arquitectura construída, que permanecerá para sempre no anonimato. Um longo e contínuo processo de realização humana, que foi evoluindo

e desenvolvendo-se em diferentes culturas e tradições, uma enorme odisseia onde se expressou não só na necessidade de abrigo, como também a luta por riqueza e a procura pelo poder. A maneira intemporal de construir, presente numa aparente relação natural, biológica entre humano e a sua apropriação do espaço.

Pensar que o comportamento humano produz tanta influência nas formas construídas assim como estas produzem no nosso comportamento só nos explicita a natureza da relação sujeito-objecto descrita por Alex Haw, como parte do carácter profundamente social intrínseco na arquitectura. Segundo Alex Haw, “quando os seres humanos pré-históricos viviam vidas recolectoras e nómadas, era importante que cada um se mantivesse a uma certa distância, mas logo que começaram a descobrir que se alguém tem uma noz pela qual se está disposto a trocar por bagas, as coisas começaram a mudar.” ²

Já Bernard Rudofsky, autor de *Architecture Without Architects* (1964), considera que foi devido ao surgimento da agricultura e das primeiras formas de economia que as cidades começaram a formar-se, pois a acumulação de bens e trocas terão levado à necessidade de aproximação e confluência. ³ Carlo Ratti por sua vez afirma que esta reciprocidade existente entre o ambiente construído e a cultura está bem descrita nas palavras latinas *civitas* e *urbs*, que representam uma distinção que se fazia na Antiguidade entre os aspectos religiosos, políticos e sociais da cidade, *civitas*, e os seus aspectos de carácter físico, *urbs*. ⁴

Penso que os arquitectos nunca consideraram a construção de edifícios em si o único objectivo da sua actividade, penso que desde cedo que as pessoas que se dedicam à arquitectura, procuraram sempre de certa forma utilizar o que está ao alcance desta, para incrementar premissas ideológicas ou filosóficas na sociedade. E à medida que o pensamento sobre a sociedade e o espaço construído se foi desenvolvendo, cedo começaram a surgir visões idealizadas da sociedade e do espaço em que habitamos num estado aperfeiçoado, as utopias.

Desde os primeiros exemplos literários, como é o caso de *Utopia* (1516-17) de Thomas More, *La città del Sole* (1623) de Tommaso Campanuella ou a *New Atlantis* (1629) de Francis Bacon, que essa forma idealizada da sociedade é sempre colocada num local geográfico longínquo, imaginário e inacessível ou demasiado distante no tempo, ⁵ facto que está intimamente relacionado com a ideia generalizada de que as utopias não representam propriamente maneiras de pensar uma reorganização da sociedade efectiva.

No século XIX, no contexto pós-revolução francesa, Charles Fourier desenvolveu uma teoria em que o pensamento utópico reaparecia, não como uma ideia cristalina e inatingível, mas como uma directriz aplicável à sociedade (à época já transformada drasticamente), através do seu modelo de *phalanstère* e de libidinização do trabalho. ⁶ O seu modelo de falanstério (1822) propunha uma tipologia arquitectónica reproduzível que gerava uma micro-ordem social a partir da sua estrutura física. O que seria uma comunidade de aproximadamente 500 pessoas, que trabalhariam em conjunto para o bem comum. Este projecto tratou-se tanto de teoria social como de arquitectura e variações dele foram publicadas no seu jornal Le Phalanstère. ⁷

² CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Open Source Architecture*, Thames & Hudson, 2015, p.104

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, 2007, p.7

⁶ Ibidem., p.37

⁷ CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - op.cit., p.15

⁸ MILES, Malcolm - op.cit., p.59, 63

⁹ CLAUDEL, Matthew; RAT-TI, Carlo - op.cit., p.11-13

¹⁰ Ibidem., p.12

¹¹ MILES, Malcolm - op.cit., p.59, 67, 71

¹² Ibidem., p.70

A primeira vez em que a arquitectura, mais propriamente das cidades, surge como uma ferramenta de implementar processos para chegar a uma versão idealizada da sociedade, surge na segunda metade do século XIX, quando os efeitos negativos da industrialização e do êxodo rural para os grandes centros urbanos começaram a sentir-se. Tal facto levou a que o pensamento sobre o planeamento urbano e das cidades como objecto de projecto comesse a dar os seus primeiros passos sistematizados na implementação de ideologias sociais. Como foi o caso do plano de Paris do Barão Haussmann, ou a extensão a norte da cidade de Barcelona (1859) de Ildefons Cerdà, ou a Garden City (1898-1902) proposta por Ebenexer Howard.⁸ O século XIX ficou marcado pela acentuação da crença de que a arquitectura poderia ser utilizada para influenciar a vida do ser humano desde as funções do quotidiano aos mecanismos da sociedade.

No entanto é já no século XX, através do ensaio de *Architecture ou Révolution!* (incluído em 1923 em *Vers une Architecture*), que Le Corbusier iniciou aquilo que veio ser a luta e o sonho de alargar a arquitectura à extensão da vida humana. As consequências da industrialização e da produção em massa na vida quotidiana e uma reformulação disciplinar, que do ponto de vista de Corbusier, implicava uma arquitectura que abarcasse todas as dimensões de uma vida idealizada para a modernidade.⁹

Em 1922 propôs em Paris a Ville Contemporaine, onde apresentava um modelo para a cidade do futuro, uma cidade que na proposta não tinha lugar específico. Como uma unidade urbana de três milhões de habitantes, que consistia em grandes volumes verticais que assentavam na paisagem verdejante, onde se concentravam as várias actividades do quotidiano, do trabalho à habitação, a Ville Contemporaine representava uma estrutura urbana em que cada elemento se encaixava perfeitamente formando um todo coerente e eficiente. Carlo Ratti afirma que “o brilhantismo da proposta consistia no facto de esta proporcionar um todo que podia ser expandido e replicado *ad infinitum*.”¹⁰

Apesar do arrojo do plano, este não teve o impacto desejado e Le Corbusier experimentou uma abordagem mais provocativa e propôs o plano Voisin (1925), em que propunha destruir grande parte do centro de Paris para implantar um conjunto de torres cruciformes de 60 andares e um complexo sistema de vias de circulação diferenciadas para pedestres, veículos motorizados e até um aeroporto. O seu trabalho dos anos 20 em relação à cidade do futuro culminaria com os planos do Rio de Janeiro (1929) e da cidade argelina de Algiers (1930-33), optando por uma posição um pouco mais conservadora do que o plano Voisin.¹¹

Segundo Malcolm Miles, as principais falhas na visão de Le Corbusier e do CIAM e aspiração utópica do movimento moderno de construir novas cidades de raiz, estão na relação de poder vertical entre uma elite profissional em relação a uma população desfavorecida e no funcionalismo de estética mecanizada traduzido na estrutura ética.¹²

Apesar de nenhum dos planos ter sido implementado, as suas ideias reverberaram por todos os espectros de produção da arquitectura, da teoria à prática. A escrita de Le Corbusier foi tão prolífica que o seu discurso lançou os alicerces para

o que viria a marcar a prática modernista - uma crença no progresso e no racionalismo que acabou por marcar a produção de toda a primeira metade do século XX até aos anos 60, altura em que começou a ser fortemente questionada.

O pintor Fernand Legér, amigo de Le Corbusier, celebrou diversas vezes nas suas pinturas a imagem da sociedade na era das máquinas como patética, representando numa série de grandes quadros, os operários e a dignidade do trabalho. Nos seus escritos, Legér descreve os salões de dança das classes operárias como “evidências de um mundo completo e perfeito”, que uma suposta “doentia literatura” nos impede de o ver como tal. Legér denuncia a distância existente entre o progresso e a sublimação da máquina e a realidade, evidenciando o facto de tais concepções serem idealizações e generalizações, sem a complexidade do quotidiano. Por contraste, as especificidades que se encontram na vida quotidiana estão abertas a momentos poéticos de introspecção, encontrando um certo eco em Lefebvre e na ideia de Walter Benjamin “das evidências de uma consciência utópica latente provocadas no observador ao vislumbrar a *phantasmagoria* por de trás das arcadas.”¹³

Na década de 60, em reacção à visão racional e funcionalista da cidade que o movimento moderno tentara implementar, houve um desenvolvimento acentuado do pensamento urbano a partir da crítica ao modernismo e do estudo das cidades existentes, com as suas especificidades, estratos históricos, estratos sociais e fenomenologias próprias. Durante este período, Henri Lefebvre escreveu muito sobre o espaço e sobre a cidade. Henri Lefebvre defendia que as cidades sempre mantiveram relações com a sociedade no seu conjunto, tanto na sua composição, como no funcionamento e história, mas que no entanto, as transformações da cidade se devem também às “relações de imediatez”, as relações directas entre os indivíduos ou grupos que compõe a sociedade.¹⁴ Contudo sob o ponto de vista de Lefebvre, a evolução das cidades tão-pouco constitui um resultado passivo da globalidade social, como não se reduz à organização das relações imediatas e directas, nem as suas metamorfoses se reduzem a esse processo.¹⁵

Se há produção da cidade e das relações sociais na cidade, tal facto representa uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objectos. Segundo as ideias de Lefebvre, a cidade é uma obra mais próxima da obra de arte do que do que um simples material. Apesar da dimensão social da cidade, a cidade foi e permanece objecto, no entanto Lefebvre considera que a sua objectalidade é mais aproximável à de uma linguagem, ou língua.¹⁶

Lewis Mumford por sua vez afirma em *The City in History* (1961) que “a função primária das cidades é dar forma ao poder, converter energia em cultura, matéria morta em símbolos vivos da arte e reprodução biológica em criatividade social.”¹⁷ Mumford considerava mais a arquitectura pelo seu valor social do que apenas como forma criativa ou novidade tecnológica, segundo ele as cidades são a grande invenção da sociedade. E que nesse sentido, o espaço urbano dada a sua natureza acumulativa, pode ser considerado o vestígio mais concreto e material da história da humanidade e de como o edificado responde a ela. Assim se tivermos em conta que a linguagem e a comunicação são um dos elementos básicos da civilização e sendo as cidades

¹³ Ibidem., p.70

¹⁴ LEFEBVRE, Henri - Direito à cidade, Letra Livre, (data) p.55

¹⁵ Ibidem., p.56

¹⁶ Ibidem., p.57

¹⁷ CLAUDEL, Matthew; RAT-TI, Carlo - op.cit., p.28

como Mumford afirma, onde todo o tipo de relações humanas podem acontecer, as cidades no seu todo, são o maior tipo de interface arquitectural de relações jamais feito pelo homem.

Para Henri Lefebvre a cidade é uma mediação entre mediações, de modo que são pontos em que dada a sua dimensão e concentração, acumulam uma maior diversidade e quantidade de relações humanas. A cidade como mediação encontra-se num meio-caminho, entre o que chama de mediações de “ordem próxima” e “ordem longínqua”. Sendo que a ordem próxima representa as relações entre indivíduos ou grupos de indivíduos, mais ou menos organizados; e a ordem longínqua representa as relações da sociedade levadas a cabo pelas grandes instituições, por um código jurídico formalizado ou não e pela cultura e conjuntos significantes. Instituí-se a um nível superior pois é detentora do poder. A ordem longínqua na perspectiva de Lefebvre é abstracta, formal e supra-sensível, não é concebível fora das ideologias, no entanto projecta-se na realidade práctico-sensível através da imediatez da vida quotidiana que constrange e da cidade (objecto) que a sustenta.¹⁶

Penso que o ponto mais importante nesta perspectiva da cidade de Henri Lefebvre é o facto de considerar a cidade tal como ela é, com a sua complexidade, as suas especificidades e pluralidades, obra de determinados agentes históricos e sociais. Que consideradando e estudando estes factores, alcançar-se-á uma maior clareza entre acção e resultado, entre o grupo ou grupos e o seu “produto”. Como qualquer obra, a cidade, não o é sem uma sequência regulada de acções, decisões e condutas, sem mensagens nem códigos. No entanto também não o é sem uma matéria a moldar, sem um campo na realidade física.¹⁷

Se nos abstrairmos então da forma materializada da arquitectura enquanto interface espacial, o edificado e a construção em geral, encontramos-nos perante uma série de aspectos inerentes à arquitectura enquanto entendimento humano que não estão propriamente contidos na materialidade das formas mas em ideias, fluxos de actividade e relações que elas informam ou que nós lhes atribuímos. O que nos revela arquitectura não só como interface físico de relações humanas mas como uma espécie de codificação e projecção do nosso comportamento no espaço para um campo abstracto. Como se a arquitectura que produzimos se tratasse não só de um processo técnico de criação de interfaces físicos que permitem (ou até impedem) estabelecer relações e executar acções no próprio espaço, como simultaneamente há também uma espécie de código espacial (biológico e cultural) no comportamento humano, que se reflecte e influi no espaço físico.

Se considerarmos este aspecto simbiótico da arquitectura que “constrói” a sociedade e é simultaneamente produto dela, podemos considerar que a arquitectura pode ser equiparada a uma espécie de linguagem ou código, que media outros códigos que lhe são externos. Como uma linguagem que utilizada permite tirar o melhor proveito do espaço físico, o que é uma ideia bastante coerente tendo em conta a natureza mediadora e super estrutural da arquitectura.

Ao longo da história surgiram das mais variadas teorias, cujo espectro vai desde a concepção da arquitectura como algo extremamente abrangente como “tudo é arquitectura!”, até à teoria minimal de Hegel, do “suplemento artístico”.¹⁸ Na teoria estética hegeliana são distinguidas cinco artes e a arquitectura é considerada a primeira numa ordem de interioridade, seguida pela escultura, pintura, música e poesia. Do ponto de vista de Hegel a arquitectura era tudo aquilo que num edifício não apontasse para a utilidade, como uma espécie de “suplemento artístico”.

No entanto no que toca ao discurso arquitectónico, o espaço em si raramente foi discutido até ao século XX, quando em 1915, a ideia de *Raumenpfindung* (literalmente - volume sentido) se desenvolvia na Alemanha, que por volta de 1923 se fundia com ideias de composição, levando a uma percepção do espaço como um *continuum* tridimensional capaz de ser subdividido metricamente e relacionar-se com normas academizáveis. No entanto foi no âmbito da arquitectura radical que se desenvolveram as primeiras formas de pensamento crítico sobre a relação da arquitectura e cidade, na passagem do moderno para o pós-moderno. Foi neste contexto que arquitectos começaram a concentrar-se na ideia de que o espaço em que se vive e se age é a verdadeira descrição física do poder.¹⁹

Um dos arquitectos surgidos no contexto da arquitectura radical foi Ugo La Pietra, que reconheceu no ambiente urbano um objecto de investigação não redutível apenas à projectação e já em 1967 falava de “um sistema desequilibrador” com o objectivo de reconhecer os “graus de liberdade” que são praticáveis no interior das estruturas organizadas da cidade.²⁰

Bernard Tschumi afirma que foi “nos anos 60, livres das determinações tecnológicas do pós-guerra e cientes de estudos linguísticos que se desenvolviam, que os arquitectos rapidamente se debateram se o quadrado, a rua, a arcada, não constituiriam um código pouco conhecido do espaço com a sua própria sintaxe e semântica”²¹ Segundo Tschumi, foi ao focar-se em si própria que a arquitectura encontrou um inevitável paradoxo que está mais presente no espaço do que em qualquer outro lugar.

Esta oposição entre a arquitectura como forma pura ao espaço como produto social ou a ambivalência do espaço como intermediário e como meio de reprodução dos meios de produção, foi amplamente investigada em França e Itália.²² Segundo a corrente iniciada com Louis Althusser, enquanto que podemos conceptualizar o mundo e a sua totalidade de uma forma abstracta, há um abismo entre esse conhecimento e a percepção e práticas imediatas do quotidiano. Esta distinção está bem presente na maneira como experienciamos o espaço - aquilo que idealizamos como arquitectura e a experiência da prática social é posta à prova. Bernard Tschumi desenvolve esta distinção em *The Architectural Paradox* (1975), associando-a com a economia da pirâmide e do labirinto de Georges Bataille em *La Part Maudite* (1949).²³

Com o intuito de regressar ao elemento mais primordial da arquitectura, o espaço, e explorar a sua ambivalência, Tschumi recorreu às metáforas da pirâmide e do labirinto para descrever a distinção entre o espaço e o conceito de espaço, afirmando que “o conceito de espaço não é um espaço” no entanto a arquitectura

¹⁶ LEFEBVRE, Henri - op. cit., p.56

¹⁷ Ibidem., p.58

¹⁸ TCHUMI, Bernard - Architectural Paradox, in HAYS, K. Michael - *Architectural Theorie since 1968*, MIT Press, 1998, p.220

¹⁹ LIPPOLIS, Leonardo - *Viagem aos Confins da Cidade*, Antígona, 2011 p.98

²⁰ Idem.

²¹ TCHUMI, Bernard - Architectural Paradox, in HAYS, K. Michael - op.cit., 220

²² Ibidem., p.215

²³ Ibidem., p.215

é feita e condicionada tanto pelas ideias sobre o espaço como pelo espaço em si. Fazendo referência com esta afirmação à desmaterialização da arquitectura no mundo dos conceitos.

Tschumi utiliza então a metáfora da pirâmide para representar a experiencição desmaterializada da arquitectura, racional, abstracta, onde há um sentido de totalidade. A pirâmide é descrita como substantiva, permanente, acumulativa, como prova tanto do poder como das limitações da arquitectura. A pirâmide representa toda a tradição e história da arquitectura, todas as entidades e categorias reconhecíveis e os seus conceitos e normas. Mas segundo Tschumi a pirâmide encontra-se numa espécie de vácuo pois o conhecimento conceptual a ela associado não pode ser actualizado ou posicionado de nenhuma maneira concreta.

Por outro lado o labirinto é a metáfora a que Tschumi recorre para representar a experiencição da arquitectura e do espaço de uma forma mais imediata, sensorial, emocional e fragmentada. Não tem nenhum significado substancial para além da sua função primária de circulação de signos, num eroticismo de interacção, onde a “copulação” serve para minar ou subverter as entidades conceptuais instituídas, de forma a romper com o estabelecido e alcançar o que este exclui. No entanto a pirâmide existe no labirinto, pois este entretém sonhos como os da pirâmide, e a arquitectura sendo tanto conceptual como perceptiva engloba os dois e, segundo Tschumi, é aí que reside o paradoxo da arquitectura.²⁴

As ideias desenvolvidas por Bernard Tschumi em torno do paradoxo do espaço e subsequentemente da arquitectura, são muito interessantes por evidenciarem esta contradição aparente entre: a natureza determinadora da arquitectura, fortemente traçada pela regulamentação, projecto, pelo conhecimento formalizado e abstracto universalizado; e a natureza da acção e da experiência do imediato fortemente marcado pela subjectividade, espontaneidade e até pela transgressão.²⁵

A Situationiste Internacional (IS), fundada em 1957 e dissolvida em 1972, foi uma organização internacional composta tanto por artistas como por intelectuais e teóricos políticos. De cariz anti-institucional e fortemente inspirado pelas vanguardas do início do século XX como o Dadaísmo e o Surrealismo. No que toca à arquitectura, a actividade os situacionistas ficou marcada pela oposição ao funcionalismo e à própria profissão do arquitecto. Simon Sadler escreve em *The Situationist City* que na opinião dos situacionistas o benigno profissionalismo da arquitectura e do design levou a uma higienização do mundo que erradicou qualquer tipo de espontaneidade e criatividade.²⁶

Ao observar o enorme poder que o funcionalismo arquitectónico e urbanístico tinham na organização da vida das populações de acordo com as necessidades do ciclo produção-consumo e que a única forma de inverter o processo histórico em curso passava por reimaginar um novo estilo de vida. Este processo de alienação está descrito no livro *La Société du Spectacle* (1968) de Guy Debord, onde se expunha a colonização e submissão de todas as vertentes da vida individual e social à mobilização do capital e das suas falsas necessidades. Leonardo Lippolis comenta que os situacionistas foram os primeiros a perceber em tempo real que a “profunda

reestruturação da vida quotidiana das populações ocidentais coincidia com uma proletarianização de toda a sociedade em nome da alienação.”²⁷

Numa crítica da vida quotidiana e inspirados em princípios anti-utilitário, a proposta situacionista idealizava uma sociedade onde as pessoas são artistas, construtores da sua própria realidade, para isso propunham estratégias como: a *dérive*, a deriva urbana; *détournement*, a diversão através da desapropriação do espaço; a psicogeografia, o estudo dos efeitos do ambiente urbano no comportamento; e urbanismo unitário, uma concepção de cidade que se baseia na construção de situações participativas. Ao opor-se à profissão do arquitecto, os situacionistas concentraram-se principalmente numa entidade mais unificante, o utilizador ou produtor-utilizador.²⁸

Guy Debord em *Théorie de la dérive*, afirma que a principal ideia dos situacionistas é a construção de situações, argumentando que a arquitectura deveria ocupar-se de situações emocionalmente marcantes em vez de formas emocionalmente marcantes como material de trabalho. Estas situações evocam os momentos de introspecção e clareza das situações do quotidiano, os “momentos de presença” como descritos por Henri Lefebvre ou a “consciência utópica” latente no observador descrita por Walter Benjamin.²⁹

Em 1958 Constant Nieuwenhuijs apresentou aquele que é um dos mais amplamente conhecidos exemplos de urbanismo situacionista, a New Babylon, inicialmente apresentada como Dériveville, que consistia numa mega-estrutura independente suspensa acima das cidades existentes. Constituída por elementos que se moveriam e mudariam de disposição em reacção ao *flâneur* e consoante a ocorrência de diferentes eventos. A New Babylon propõe a construção de diferentes situações, diferentes formas e focar-se em como cada uma afecta a outra.³⁰

Muitas vanguardas propuseram alternativas que se afiguravam como oposições antagónicas ou inversões tais como ordem/caos, ornamento/pureza, permanência/mudança, razão/intuição. E o que tem sido consecutivamente demonstrado é que na verdade estas oposições são de facto complementariedades e, segundo Tschumi, tanto a distinção entre materialidade e a imaterialidade da arquitectura, quer a desmaterialização da arquitectura na sua forma ontológica (pirâmide) e a experiência sensorial (labirinto) não são excepção.³¹

Na perspectiva de Tschumi a arquitectura sempre se tratou tanto da acção que ocorre no espaço como do espaço em si. E que se a arquitectura é tanto abstracta (pirâmide) como sensorial (labirinto), espaço e acção, estrutura e imagem superficial, sem qualquer tipo de hierarquia ou precedência entre eles, então a arquitectura deveria parar de separar estas ideias e convertê-las em combinações sem precedente de espaços e programas.³²

A introdução do termo evento e movimento no discurso de Tschumi foi claramente influenciada pelo Situationismo e pelas ideias de 68, e os eventos ou “événements” como eram chamados. Mais uma vez evocando ideias de Lefebvre e W. Benjamin. Mas Bernard Tschumi entende que foi sobretudo devido a Michel Foucault que o termo evento se expandiu para além da ideia de acção ou actividade, avançando para a

²⁷ LIPPOLIS, Leonardo - op. cit., p.14

²⁸ HILL, Jonathan - op.cit., loc.sit.

²⁹ MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, 2007, p.70

³⁰ HILL, Jonathan - op.cit., p.67

³¹ TCHUMI, Bernard - *Architectural Paradox*, in HAYS, K. Michael - op.cit., 224

³² TCHUMI, Bernard - *Architecture and Disjunction*, MIT Press, 1994, p. 461 (90)

²⁴ Ibidem., p.227

²⁵ Ibidem., p.224

²⁶ HILL, Jonathan - *Actions of Architecture; Architects and creative users*, Routledge, 2003, p.65

ideia bastante mais fecunda de “eventos de pensamento”. Segundo Foucault esses eventos não eram apenas sequências lógicas de palavras ou acções, mas antes “o momento de erosão, colapso, questionamento ou problematização das assumpções que estão instituídas em determinado cenário, proporcionando a possibilidade de mudança para um novo.” ³³

O mais relevante segundo o ponto de vista de Tschumi neste contexto, é a forma como estes eventos são vistos como pontos de viragem e não como origem ou fim. Mais uma vez aludindo para a rejeição de distinções como oposições e apresentando-as mais como ideias complementares e convergentes. Recusando a separação de concepção e percepção, contentor e acção, Tschumi pretende instalar processos do “evento-espço”. Tschumi aponta que Jacques Derrida elaborou esta ideia chegando a propor a possibilidade de uma “arquitectura do evento” que libertando a arquitectura daquilo que na história e tradição é normalmente entendido como fixo e monumental. Derrida chega inclusive a sugerir que a palavra “evento” partilha origens com a palavra “invento”, adicionando todo um outro sentido à ideia de evento como um ponto de viragem. A arquitectura na perspectiva de Tschumi não se deveria ocupar tanto das condições de projecto mas antes do projecto das condições que irão destacar os aspectos mais regressivos da nossa sociedade, reorganizando esses elementos da maneira mais libertadora possível. ³⁴

Partilhando certos princípios com a ideia da arquitectura desmaterializada de Bernard Tschumi, Jonathan Hill avança que a arquitectura é uma relação entre sujeito e objecto, em que o primeiro ocupa o segundo e em que o objecto pode assumir a forma de um edifício, espaço, texto, obra de arte ou qualquer outro fenómeno que evidencie relações sujeito-objecto particulares à arquitectura. ³⁵

Hill sustenta em *Actions In Architecture* (2003) que o objecto destas relações não tem de ser necessariamente um espaço ou edifício, como também o sujeito não tem de ser entendido de uma forma universal e pode ser um sujeito individual ou colectivo, como pode de ser um arquitecto ou um utilizador. Tal como Tschumi, Hill considera tanto a arquitectura sob a forma material como na sua forma desmaterializada, e ambos propõem uma solução que não antagonize ambas as polaridades. No entanto a perspectiva de Hill, dá especial atenção ao sujeito desta equação. Propondo uma alternativa que não se baseie numa contradição ou oposição, entre arquitecto e utilizador, mas antes numa convergência e um novo tipo de arquitecto perante esse cenário.

Como o desenvolvimento da sociedade e dos meios urbanos estão dependentes das acções de todos os que os ocupam ou que deles se ocupam, é importante pensar e desenvolver métodos e acima de tudo estratégias, para envolver todos de uma forma justa. Um dos temas recorrentes no discurso teórico de Giancarlo de Carlo é responsabilização e legitimação da arquitectura, e segundo ele “um edifício não é um edifício. Um edifício no sentido construtivo é apenas um esboço, o contorno de um potencial. Apenas se torna relevante através das pessoas que o ocupam”. De Carlo defende uma renovação do diálogo com o utilizador em locais concretos e situações específicas. Para De Carlo o projecto de arquitectura e o de sociedade estavam intimamente interligados. ³⁶

Na mais comum das concepções o arquitecto é socialmente creditado e dotado de um maior conhecimento e estudo da arquitectura enquanto conhecimento organizado, do espaço construído, dos seus valores, propósitos e história e portanto um indivíduo mais alerta e consciente da problemática da arquitectura num sentido mais abrangente, na sua totalidade (pirâmide). Sendo responsável, pelo menos enquanto profissional especializado na matéria (dentro das limitações legais), nas acções que toma. Penso que é natural então que um grupo de pessoas que deve obrigatoriamente procurar reflectir e investigar activamente sobre estes assuntos são naturalmente os arquitectos. Tanto individualmente como colectivamente, quer através do exercício da sua prática profissional quer na formação e prática do ensino.

Do ponto de vista de De Carlo por exemplo, qualquer discurso acerca do propósito da arquitectura ou da sua legitimidade histórica perante a sociedade teria que começar pelo reconhecimento da sua presente futilidade. Apesar de todas as demonstrações do seu poder, a revolução que a arquitectura prometia no tempo dos mestres do modernismo há muito que ficou por concretizar. A ideia de que a arquitectura pode mudar a sociedade está obsoleta, mas na sua opinião a arquitectura pode criar *material stimuli* concreto para criar uma mudança de tal natureza. ³⁷

“Desde o final da década de 60 que a arquitectura vive uma dupla crise que permanece, uma crise disciplinar que entrou em ciclos viciosos de fundamentalismos disciplinares, e a crise geral que ocorreu com a entrada da arquitectura na sociedade de consumo.” Segundo Josep Montaner o papel tradicional do arquitecto não encontrou ainda um novo lugar dentro deste contexto. ³⁸

Ao passo que a entidade do arquitecto como agente no processo de produção de arquitectura é actualmente aparentemente fácil de delimitar e definir nos termos da lei, aquilo que é ou não arquitectura, boa ou má, parece muito difícil de regulamentar. De acordo com Hill, é devido a esta contrariedade que os arquitectos resistem a dois tipos de intrusões, uma é sobre o corpo da sua própria profissão e a outra é no corpo da “sua” própria arquitectura. A primeira ocorrendo quando o trabalho de um arquitecto “ilegal” é reconhecido como arquitectura, a segunda quando o utilizador efectivamente ocupa a arquitectura. Segundo Jonathan Hill, “existem dois tipos de ocupações de arquitectura, as actividades do arquitecto e as acções do utilizador. O arquitecto e o utilizador produzem ambos arquitectura, o primeiro através do projecto, o segundo através do uso. Mas os termos “arquitecto” e “utilizador” não são mutuamente exclusivos, eles existem um no outro. Assim como o arquitecto é um utilizador e um transformador, o utilizador pode ser um arquitecto, ainda que clandestinamente, ocupando e fazendo arquitectura tanto por uso como até por projecto.” ³⁹

Esta noção claramente causa algum desconforto, pois parece retirar não só a autoridade como a relevância à profissão do arquitecto a à sua posição no processo de produção do espaço e da arquitectura. No entanto Hill não pretende opor as duas entidades que produzem arquitectura, acredita apenas que concepções de arquitectura em que haja alguma espécie de hierarquia entre o arquitecto e o utilizador ou são ingénuas ou estão comprometidas. ⁴⁰

³³ Ibidem., p.463 (92)

³⁴ Ibidem., p.464 (93)

³⁵ HILL, Jonathan (ed) - *Occupying Architecture; Between the architect and the user*, Routledge, 1998, p.4

³⁶ DE CARLO, Giancarlo. “Architecture is too important to leave to Architects” VAN TOORN, Roemer; BOUMAN, Ole. 1. Fev. 2005.

³⁷ Idem.

³⁸ MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - *Arquitectura y Política: Ensaio para mundos alternativos*, Gustavo Gili, 2011, p.40

³⁹ HILL, Jonathan (ed) - op. cit., p.2

⁴⁰ Idem.

Os utilizadores do espaço raramente são clientes sendo portanto pouco provável que influenciem o processo de projecto. Mesmo que um utilizador eventualmente seja proprietário de um espaço, pouco provável será que o tenha encomendado ou interferido na sua concepção. Um utilizador-proprietário no entanto tem a possibilidade de transformar o espaço, mas são os utilizadores que estão desligados da encomenda, propriedade, projecto ou administração do espaço, que terão mais propensão a iniciar usos imprevistos, invadir o próprio com o impróprio, por terem menos sentido de responsabilidade pelo espaço que usam.⁴¹ Jonathan Hill afirma que geralmente o utilizador é visto por parte dos arquitectos como algo invasor e negativo para a “sua” arquitectura, chegando até a sugerir que a própria palavra “utilizador” tem óbvias conotações negativas ou fortemente enraizadas no pensamento funcionalista.⁴² Nesta perspectiva Lefebvre descreve o utilizador de duas maneiras, como uma abstracção negativa e como um apropriador que ataca a dominação funcionalista na fragmentação da prática espacial.⁴³

Apesar dos esforços do arquitecto em definir ou controlar o uso, facto incontornável é que nenhum espaço está imune à possibilidade de ser modificado ou apropriado para um uso diferente do esperado. Mesmo uma tipologia rígida e constrangida em termos de uso como uma prisão, pode ser usada para outro propósito, mesmo que os vestígios de anteriores usos, quer em memória ou na sua própria forma, possam influenciar ou representar constrangimento a ocupações posteriores. Segundo Tschumi o mundo de hoje em dia, em que estações de caminhos-de-ferro se tornam museus e igrejas tornam-se discotecas, está a comprovar que a forma canónica causa-efeito santificada pelo modernismo - “forma segue a função” (ou vice versa) - é uma ficção. O que este intercâmbio entre funções e formas apenas nos sugere é que forma e função garantidamente interagem.⁴⁴

A teoria desenvolvida por Jonathan Hill descreve que ao ocupar a arquitectura, a acção do utilizador pode ser passiva, reactiva ou criativa. Um utilizador passivo não transforma o uso, nem o espaço, nem o seu significado, quer esteja a seguir funções previstas e ordenadas pelo arquitecto ou contemplando a arquitectura enquanto trabalho artístico. O utilizador reactivo por sua vez modifica as características físicas do espaço à medida que as necessidades mudam, mas pode apenas pode fazê-lo dentro de um manancial de opções largamente definidas pelo arquitecto. Os utilizadores passivos e reactivos são por estas razões dependentes das condições existentes, que eles estão fundamentalmente impedidos de transformar. No entanto, com um papel tão importante na formulação da arquitectura como o do arquitecto, o utilizador criativo ora cria um novo espaço ou dá a um existente significados e usos contrários ao comportamento estabelecido. O uso criativo pode se basear no hábito como pode ocorrer como uma reacção ao hábito, de modo que é um consciente e evolutivo desvio do comportamento familiar.⁴⁵

Jonathan Hill distinguiu ainda cinco tipos de criatividade no utilizador, que podem ser acidentais ou intencionais e podem ocorrer singularmente ou em combinação. Mental, uma mudança no entendimento (ex: mudar o nome ou associá-lo com uma memória em particular); corpórea, um movimento ou série de movimen-

tos independentes ou em justaposição com o espaço (ex: um *picnic* numa casa-de-banho); física, a reorganização do espaço ou dos objectos nele contidos (ex: como fechar uma porta); construtiva, a criação de um novo espaço ou uma modificação física de um espaço ou forma existente, ou objecto (ex: remoção de uma fechadura de uma porta); conceptual, um uso, forma, espaço ou objecto pretendido construir-se como uma porta.⁴⁶

Os textos que mais mudaram a minha perspectiva em relação ao utilizadore foram o ensaio *La Mort de L’Auteur* (1967) de Roland Barthes e as associações com a arquitectura que Jonathan Hill estabeleceu em *Actions in Architecture* (2003). Apesar do título do texto, Hill afirma que Barthes não propõe a morte da escrita mas a morte do autor, entidade que pressupõe a crença de que uma imagem, palavra ou objecto é transportador de uma mensagem determinada por si. Barthes afirma que o texto muitas vezes contradiz as intenções do autor e que a importância deste é sobrevalorizada, porque a viagem desde o autor para o texto até ao leitor nunca é infalível, directa ou de sentido único. Um leitor pode ler um texto e dependendo do seu contexto pode tirar interpretações fundamentalmente diferentes das intenções do autor. Roland Barthes afirma que o leitor à medida que lê produz novo texto e chega também a afirmar, na sua rejeição da autoria, que todo o texto é em si um tecido de citações. Diminuindo desta forma a relevância do autor na literatura. Na perspectiva de Barthes o leitor pode ser passivo e respeitador do texto ou reactivo, permitindo que preocupações pessoais afectem até certo ponto o que é lido, mas Barthes foca-se principalmente no leitor criativo que cria novo texto durante o acto da leitura.⁴⁷

Em contraste com a proposta situacionista, que se focava numa convergência na entidade produtor-utilizador, a ideia de Barthes é muito mais apelativa e fecunda para os arquitectos, pois reconhece ainda assim duas figuras distintas mas importantes no processo de criação de texto, o escritor e o leitor. Assim analogamente, o arquitecto e o utilizador são duas entidades separadas, que se complementam, desenvolvendo e produzindo arquitectura em planos e modos distintos mas inseparavelmente interligados. A própria escrita de Barthes sugere um escritor que embora reconhecendo a profusão de ambiguidades e interpretações que preenchem o espaço entre a escrita e a leitura, não o é sem paixões e ideias. O que sugere um arquitecto que não só reconhece a influência do uso e do utilizador, como também se dedica a colaborar e usar as suas capacidades para contribuir, da forma que conseguir, para construir aquilo que acredita ser uma sociedade melhor.⁴⁸

Em *Viaggio al termine della città* (2009), Leonardo Lippolis descreve o período de formação da actual conjuntura e de uma certa percepção distópica do futuro das cidades, compreendido entre dois momentos históricos marcados por duas derrocadas - a demolição a pedido dos habitantes do conjunto habitacional modernista de Pruitt-Igoe em 1972 e a queda das Twin Towers em 2001, coincidentemente ambos projectos do arquitecto Yamasaki.⁴⁹ Lippolis enquadra a crítica à arquitectura modernista que já vinha do início dos anos 60 que culminou com o estalar da crise em 1973, o ponto sem retorno. Afirmando que a dissolução da

⁴¹ HILL, Jonathan - *Actions of Architecture; Architects and criative users*, Routledge, 2003, p.86

⁴² HILL, Jonathan (ed) - *Occupying Architecture; Between the architect and the user*, Routledge, 1998, p.2

⁴³ HILL, Jonathan - *Actions of Architecture; Architects and criative users*, Routledge, 2003, p.63

⁴⁴ TSCHUMI, Bernard - *Architecture and Disjunction*. MIT Press, Cambridge, Massachussets, 1996, p.244 -245

⁴⁵ HILL, Jonathan - *Actions of Architecture; Architects and criative users*, Routledge, 2003, p.62-64

⁴⁶ Ibidem., p.86

⁴⁷ Ibidem., p.68-71

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ LIPPOLIS, Leonardo - op. cit., p.11-12

Situationiste International (IS) em 1972, como o fim da última tentativa moderna de transformar os lugares de maneira a revolucionar toda a vida social através do seu “urbanismo unitário”, conjuntamente com o lançamento do livro seminal *Learning From Las Vegas* de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour, lançado no mesmo ano, ambos contribuindo para o simbolismo inerente na derrocada de Pruitt-Igoe como morte do moderno.⁵⁰

⁵⁰ Ibidem., p.13

Já em relação ao período que se seguiu à primeira derrocada - a pós-modernidade, que marcou profundamente a condição contemporânea, Zigmunt Bauman explicitou as suas contrariedades, apontando para os aspectos mais negativos da vida criada pelo capital global. Bauman enuncia uma condição de incerteza, medo, mal-estar, precariedade, divertimento forçado e insatisfação permanente como os traços mais vinculados a um nível existencial colectivo, de um sistema já condenado pelas perspectivas apocalíticas em termos ambientais.⁵¹

⁵¹ Ibidem., p.16-17

Também nesta linha de pensamento, Odo Marquard definiu a situação contemporânea como “época da estranheza ao mundo”, Leonardo Lippolis afirma que o que mais caracteriza o presente é “a relação fugaz do sujeito com o seu mundo e a angústia em relação ao que o livra da angústia”.⁵² Lippolis escreve “O triste destino do mundo contemporâneo parece estar fatalmente contido na dialéctica entre a descrição de uma distopia catastrófica já em curso”⁵³

⁵² Ibidem., p.5

⁵³ Ibidem., p.8

Josep Maria Montaner afirma que a condição contemporânea da arquitectura está fortemente marcada pelas tendências que se verificaram na viragem de século como “a globalização neoliberal, as sociedades pós-coloniais, os fortes movimentos migratórios, as mudanças substanciais nos modos de viver o espaço e o tempo, introduzidos pelas novas tecnologias da comunicação e da informação, a crise ecológica (com fenómenos importantíssimos como o aquecimento global), as cidades que apostaram na arquitectura genérica dos objectos isolados e um planeta repleto de *slums*.”⁵⁴

⁵⁴ MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - *Arquitectura y Política: Ensaïos para mundos alternativos*, Gustavo Gili, 2011, p.17

Seguindo a perspectiva de Montaner, os principais problemas que marcam a condição contemporânea da arquitectura a um nível global são sobretudo problemas de ordem social e de ordem ecológica, sendo que estes últimos derivam indirectamente da sociedade. Félix Guattari já constata o desenvolvimento desta tendência no seu livro de 1989, *Les Trois Ecologies*, onde argumenta que para além do planeta estar a passar por um período de profundas transformações tecnocientíficas que ameaçam cada vez mais o equilíbrio ecológico, acrescenta que para além dessas perturbações, os modos de vida humanos colectivos e individuais estão-se a deteriorar cada vez mais. Apontando nesse sentido para o crescente individualismo e competitividade, a homogeneização dos padrões de família e de comportamento social.⁵⁵

⁵⁵ GUATTARI, Félix - *The Three Ecologies*, The Athlon Press, 1989, p.27

afirma que “a perspectiva menos optimista de Gilles Deleuze e Félix Guattari, fortemente influenciada por Paul Virilio, assenta no sentido de que qualquer pensamento ecológico tem de ser feito a partir da condição actual.” Segundo Conley isto significa que tem que se “ter em vista a globalização dos mercados, a aceleração dos transportes e da comunicação, assim como a interdependência entre os grandes centros urbanos.”⁵⁶

Guattari comenta no seu livro que as autoridades e grupos políticos apenas muito recentemente começaram a constatar os perigos óbvios e as profundas implicações para o ambiente que o actual crescimento e desenvolvimento das sociedades provoca. Apesar disso Guattari critica a abordagem a estes problemas por parte das autoridades, que se contentam em aspectos superficiais, como a poluição industrial, numa perspectiva puramente tecnocrática. Quando a abordagem correcta deveria articular-se sob as guias de uma perspectiva mais “ético-política”, a qual chama de *ecosofoia*, que considera todas as três dimensões ecológicas. Enunciando a ecologia do ambiente, das relações sociais e da subjectividade humana individual, constituí assim as três ecologias, do ambiente à mente.⁵⁷

Na visão de Guattari a actual crise ecológica trata-se de um problema interno e não de um factor externo com que se tem de lidar, radicado na nossa forma de habitar o planeta, que neste momento se encontra num processo de acelerado de mutações tecno-científicas e de crescimento populacional considerável. Por estes motivos uma verdadeira resposta aos problemas ecológicos necessita de ser feita a uma escala global, desde que acompanhada por uma autentica revolução política, social e cultural, de forma a redireccionar-se a produção tanto de mais-valias materiais e imateriais.⁵⁸

Como a arquitectura tem uma estreita relação com a vida humana, é profundamente influenciada por diversos factores que lhe são externos mas profundamente interligados, quer pela subjectividade da vontade colectiva ou individual, quer pela colaboração ou confronto entre múltiplos interesses. Estas relações são óbvias no que diz respeito aos edifícios públicos e espaço público, mas também são vitais no que se refere à legislação e gestão urbana. Bem como para o desenvolvimento da prática do projecto de arquitectura e para a construção dos ambientes urbanos como espaços para os novos modos de viver e contribuam para um desenvolvimento sustentável, em todas as dimensões ecológicas. Estas são relações tão óbvias que como Montaner afirma, “não são fáceis de ser tratadas e actualizadas de maneira sistemática e crítica.”⁵⁹

Actualmente é necessária não só uma mudança de comportamento, que parta de todos, mas principalmente das autoridades e nesse sentido as teorias sobre a cidade e o território precisam de uma profunda revisão. Isto porque parte da teoria que se desenvolveu no século XX encontra-se cada vez mais obsoleta quando confrontada com o crescente desequilíbrio e complexidade da realidade urbana. Como Montaner e outros antes dele afirmam, a prática urbanística tecnocrática está desacreditada e a sua dimensão pública ficou condicionada ao predomínio da especulação imobiliária e o objectivo do bem comum ficou contaminado pelas exigências do mercantilismo neoliberal.

⁵⁶ DOHERTY, Gareth; MOS-TAFAVI, Mohsen - *Urbanismo Ecológico*, Gustavo Gilli, 2010, p. 138

⁵⁷ GUATTARI, Félix - op.cit., p.27-28

⁵⁸ Ibidem., p.28

⁵⁹ MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - op.cit., p.15

Verena Conley afirma que Guattari “aconselha os arquitectos a não substituírem um “urbanismo desacreditado” por uma única visão nova” mas sim a envolverem-se em processos de transformação contínua, para que se construam “cidades porosas” com materiais e processos mais ecológicos e outras formas de relação, de interacção em grupo e para que se quebre a actual equação entre bens naturais, materiais e culturais baseada no lucro.⁶⁰

Do ponto de vista de Josep Montaner as raízes da mudança estão na necessária desconstrução dos processos dominantes para que se cheguem a alternativas, como um comércio justo, *slow food*, consumo local e responsável, sistema bancário ético, cooperativas de crédito de moradias, parcerias urbanas, entre outros. Para fomentar essa desconstrução Montaner afirma que um urbanismo baseado na auto-organização, num funcionamento de baixo para cima (*bottom up*) e na justiça deve ser promovido. Nesse sentido propõe quatro eixos estreitamente relacionados para sustentar essa transformação: **igualdade, diversidade, participação e sustentabilidade**.⁶¹

Um urbanismo sustentado pela igualdade de género e perante a lei, pela não discriminação, que em si está relaciona a um outro processo básico, o de aceitação da diversidade. É por isso importante manter uma igualdade quanto aos direitos das pessoas, mas diferenças nos indivíduos, o que significa diversidade social e cultural, de línguas, de religiões e costumes nas sociedades pós-coloniais e cidades multi-culturais, o objectivo sendo a valorização de diferentes experiências, a sua comunicação e partilha. Consequentemente a participação é um instrumento imprescindível, um dos principais indicadores das sociedades democráticas, no entanto e apesar de não ser propriamente uma novidade no discurso da arquitectura e urbanismo, são ainda poucas as vezes em que se implementam e incentivam processos de participação real na produção urbana. Por último a sustentabilidade, que tem de ser condição preponderante para o desenvolvimento dos processos de construir e viver no nosso planeta. Tornar o paradigma ambiental uma referência essencial do urbanismo e da arquitectura significa, segundo Montaner, recorrer necessariamente à teoria dos sistemas e partir de uma crítica radical ou de uma desconstrução da modernidade, na medida em que reconhecendo as suas contribuições se revela a “insaciável capacidade destrutiva” da tecnologia.⁶²

⁶⁰ DOHERTY, Gareth; MOS-TAFAVI, Mohsen - op.cit., loc. sit.

⁶¹ MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - op.cit., p.211

⁶² Ibidem., p.211-225

Considerações Finais

A relação da arquitectura com a sociedade é uma relação recíproca e mutuamente edificante, uma cadeia evolucionária que comporta grande parte da história humana e na qual participamos quer seja de forma voluntária e involuntária. Esta relação íntima, “comensal” e simbiótica entre o desenvolvimento social e do desenvolvimento das formas físicas faz com que arquitectura e sociedade sejam indissociáveis na sua construção e evolução. Como tal essa relação deve estar sujeita a uma permanente reinterpretação e actualização, quer material quer imaterialmente.

Ao longo da dissertação convocaram-se práticas vindas da sociedade civil, a diversidade das suas estratégias, das suas formas construídas e de interesses e actividades. Convocaram-se práticas, movimentos e teorias sobre participação e colaboração que representam propostas vindas do discurso arquitectónico e subsequentes reproduções no ensino de projecto. Devido à abrangência e complexidade do assunto e à diversidade e multiplicidade dos casos, o processo não foi linear nem fácil de condensar e clarificar. Como tal o próprio trabalho assume-se mais como uma narrativa que se acomete a inspirar uma constante reflexão sobre a cidade, sobre o projecto e o ensino, do que um trabalho encerrado em conclusões ou propostas peremptórias.

A crise cultural generalizada em que se vive está profundamente relacionada com a crise ecológica em todas as suas dimensões, devido à incapacidade dos sistemas produtivos dominantes de se adaptarem e de se relacionarem com o meio e os seus recursos, sem o explorar de forma destrutiva e irresponsável, com uma falta de ética generalizada e uma homogeneização totalitarista dos processos. Vivemos numa sociedade que evoluiu exponencialmente do ponto de vista tecnológico, ainda que apenas em certas partes do mundo, mas que ainda tem muito que avançar do ponto de vista social e humano.

A produção urbana como forma de protesto ou crítica à sociedade e valores culturais dominantes, assim como estratégias de sobrevivência perante desequilíbrios socioeconómicos, foram abordados como um ponto de partida. Apresentaram-se situações marginais que traduzem modos alternativos de praticar e produzir o espaço, evidenciando por antítese alguns dos sintomas mais preocupantes da condição contemporânea, numa tentativa de evocar uma condição-problema sobre a qual se precisam de pensar e experimentar modos de intervir.

Ao mesmo tempo que essa condição-problema se afigura como uma situação a enquadrar e melhorar, também se afigura como uma demonstração da existência de cidadãos e comunidades activas que procuram criar novas possibilidades ou melhorar a sua situação, alertando ou combater os aspectos mais negativos e opressores da sociedade.

No sentido de responder a estes problemas é necessário perspectivar possíveis atitudes de projecto, dando espaço a operações arquitectónicas e urbanísticas sensíveis aos princípios epistemológicos enunciados por Montaner, de diversidade, igualdade, participação e sustentabilidade. Como tal é necessário aprender tanto em retrospectiva como através do confronto com o futuro. Os vários movimentos e teorias em relação à participação do utilizador que ocorreram ao longo da história, mostram-nos como alguns dos discursos pioneiros ainda hoje tem relevância, muitos deles indícios de uma preocupação crescente perante um rumo incerto e uma realidade cada vez mais complexa.

É importante salientar o papel de técnicos, intelectuais, críticos, artistas, de activistas e grupos criativos na busca de alternativas ao sistema produtivo vigente. Nesse âmbito o papel de grupos como o Atelier d'Architecture Autogérée, Recetas Urbanas e Braak! é bastante ilustrativo de uma arquitectura e urbanismo criativo, activista e colectivo que, sem cultos de personalidade implementam pequenos projectos colaborativos que demonstram possibilidades e campos de acção para um urbanismo subjectivo e ecologicamente orientado na actual conjuntura.

O maior contributo do Atelier d'Architecture Autogérée prende-se com a abordagem ao projecto que não se encerra na construção da estrutura física dos projectos, mas que se estende quer durante o processo de desenho, como depois da construção, na constituição de redes e de capacidades de auto-gestão nos espaços criados ou activados. Os contributos na disseminação e implementação de técnicas e protótipos em diversas áreas, como o aproveitamento de energias renováveis, técnicas agrícolas como a permacultura e hidroponia, reciclagem de materiais, entre outros, mostram uma actividade de interesse assinalável. Tanto no sentido de melhorar o enquadramento ecológico dos espaços que revitalizam assim como no de incentivar aprendizagem colectiva com os cidadãos.

O grupo Recetas Urbanas partilha muitas características com o Atelier d'Architecture Autogérée, mas o que se destaca na sua actividade é o incentivo especial que é dado à auto-construção e às áreas cinzentas da legislação, assim como uma visão pragmática do arquitecto como agente activo na sociedade e o aproveitamento mesmo que temporário do espaço público ou de espaços em desuso.

A fundação Braak! também partilha de muitas semelhanças com os exemplos anteriores, mas tem a particularidade de ancorar especificamente a sua actividade na cidade onde está sediada. Apesar da sua curta existência e de a sua acção estar fundamentalmente caracterizada pela sua natureza de organização sem-fins-lucrativos, não deixa de ser interessante a forma como se tem desenvolvido gradualmente, desde acções temporárias e oportunistas às actuais comunidades em Haveneiland, a que se tem dedicado de forma exclusiva e sem fim à vista. Algo que estabelece um paralelo com o AAA, na medida em que iniciou as comunidades e está comprometida em desenvolvê-las gradualmente até que estas se tornem auto-geridas, antes de partir para novos projectos.

As guias iniciadas pelos movimentos de participação dos anos sessenta e setenta, do projecto comunitário à linguagem padrão, mostraram como a participação pode acontecer em diversos momentos e em diversos graus e através de variados procedimentos. Como o utilizador pode participar de diversas maneiras, no diálogo, na tomada de decisão e na inclusão na estrutura de poder, assim como a própria arquitectura pode ser inclusiva e dialogante no sentido de prever e potenciar a interacção e a própria construção do espaço pelos utilizadores. Muitas das ideias podem ser aplicadas hoje em dia, apesar de ao longo dos anos terem já sido abordadas e teorizadas algumas das dificuldades envolvidas na participação e de como os discursos em torno desta podem ser vazios ou enganadores.

A crescente cultura *open source* tem extravasado o campo da produção de software e contaminado, entre outros, o discurso arquitectónico, tendo o potencial de vir a colmatar algumas das lacunas existentes em processos de participação históricos, por permitir que uma comunidade sem precedentes como é a comunidade *online* global interaja e que interesses comuns se encontrem mais facilmente. Tanto técnicos como amadores podem-se agregar e colaborar quebrando as barreiras impostas pelo espaço físico. Os processos de financiamento alternativos como o *crowdfunding* e de cruzamento de informação como o *crowdsourcing* podem vir também, se desenvolvidos, a resolver algumas das dificuldades comuns na implementação de projectos, individuais ou colectivos, por parte de cidadãos individuais ou em grupo com menos possibilidades.

O crowdsourcing pode também ser útil a ler e a atacar problemas complexos ou de grande escala, ou até a detectar problemas invisíveis, como demonstram os projectos do MIT Senseable City Lab. Ao nível da construção, as guias *open source* aliadas às tecnologias de produção cada vez mais democratizadas, como a impressão 3D, podem incentivar um crescimento da produção local, tanto a nível da produção de componentes para construir edifícios como do próprio preenchimento.

As possibilidades positivas inerentes a estes avanços tecnológicos na produção de pequena escala e a possibilidade partilha de informação através redes *online* e comunidades *peer-to-peer*, desempenham um importante papel no ressurgimento do discurso à volta da auto-organização, auto-construção e outras formas de auto-fornecimento. Formas que capacitam o cidadão de uma forma menos paternalista e mais democrática, menos especulativa e mais baseada em ciclos de *feedback* e necessidades reais.

Nas actuais transposições das ideias *open source* para a arquitectura, a abordagem *grassroots* e a abordagem guiada por informação, são as que parecem oferecer melhores perspectivas para o futuro próximo, apesar de ainda ser necessária uma maior difusão e desenvolvimento da sua aplicação. A abordagem maquinal, na minha perspectiva pessoal, apesar de proporcionar boas experiências em diversos níveis, ainda tem um longo caminho a percorrer até se tornar acessível e pertinente como meio de real capacitação do utilizador através de um paradigma tecnológico.

No seguimento dos discursos de participação e capacitação, surge como possível enquadramento no mercado, a possível potenciação do sector auto-fornecedor já existente, mas sob os desígnios de uma produção menos centralizada e especulativa, construtora de uma arquitectura de valor mais generosa para com as pessoas e para com o ambiente. Se a habitação, muitas vezes considerada como célula base do tecido urbano, é uma necessidade básica, uma reformulação dos processos de produção urbana tem que passar necessariamente pelos processos de produção habitacional.

A dependência do mercado habitacional de modelos de grande fornecimento, quer especulativos ou financiados pelas autoridades ou organizações sem fins lucrativos, faz com que a produção habitacional esteja em grande parte condicionada por uma arquitectura de valor baseada em maximização de lucro ou em favor político imediato. Actualmente pode-se observar que o sector auto-fornecedor se encontra ainda fortemente contaminado pelos valores instituídos de uma sociedade individualizada e competitiva, estando também muito condicionado à actual conjuntura de crise económica e às dificuldades em acumular capital ou em obtenção de crédito por parte das pessoas interessadas construir a sua própria habitação.

Neste contexto, penso que os modelos de implementação enunciados em a *Right to Build* afiguram-se como propostas de implementação válidas, baseadas em exemplos relativamente testados como o *Cohousing* e as *Community Land Trust*, de construir conjuntos habitacionais de forma colectiva, gradual num crescimento sustentável proporcionando um estilo de vida comunitário e resiliente. Apesar de tudo é necessária uma investigação contínua e uma disseminação por parte dos técnicos, para que haja uma adaptação ao contexto legal de cada contexto, sendo por isso preponderante também o papel da sociedade civil e das autoridades.

Um dos principais aspectos positivos na apologia a este tipo de desenvolvimento urbano para a actividade profissional dos arquitectos, é a possibilidade de com o tempo vir a abrir a produção de habitação a uma maior franja da sociedade e assim fazer com que se produza mais, num processo mais continuado e menos sujeito a flutuações de mercado, fazendo com que haja uma maior possibilidade de os arquitectos poderem participarem no processo num processo constante e potencialmente cíclico de micro-intervenções no espaço construído. Dessa forma podendo-se fazer um crescimento sustentado numa análise crítica contínua e gradual, onde os efeitos das intervenções são também gradualmente observados e mais fáceis de rectificar ou melhorar.

O papel do ensino pode ser de extrema importância quer na formação dos futuros técnicos, quer numa disseminação e exploração inicial de novos processos, quer na abertura da disciplina, na sensibilização perante os principais problemas urbanos e na relevância da arquitectura como ferramenta política capacitadora. Nesse sentido, são de salutar os esforços de programas académicos que para além do currículo tradicional, que é imprescindível, tentam explorar e mapear em todas as suas camadas, o território onde se situam, ou que

procuram dar apoio às situações mais regressivas da sociedade, fazendo da sua acção não só um serviço social como uma oportunidade de propiciar diferentes formas de produzir e transmitir conhecimento.

O Community Design Center foi um projecto educativo pioneiro, que apesar de não ter sido a primeira experiência desse género, foi com certeza das primeiras a desenvolver a ideia de serviço comunitário como veículo de ensino de forma sistemática e continuada, que sem dúvida influenciou muitos outros projectos subsequentes.

O Rural Studio é sem dúvida um dos estúdios mais importantes no ressurgimento deste tipo de ensino, tendo influenciado a nova vaga de estúdios *design-build* que se observa nos Estados Unidos, mas tendo a particularidade de combinar o ensino *design-build* com o serviço comunitário e de ser dos que tem mais volume e variedade de produção. Apesar de existir uma alegada dificuldade na obtenção de fundos para o programa, os resultados alcançados mostram que apesar de tudo o contexto português do ensino público parece estar longe de se conseguir coadunar e obter o tipo de financiamento que se observa no contexto americano. É portanto difícil imaginar uma situação em que o balanço entre os custos e os benefícios educativos deste tipo de operatividade se justifique num futuro próximo no ensino em Portugal.

É por isso que o caso da AGENCY se afigura como uma possibilidade mais exequível, na medida em que a flexibilidade do programa e dos seus *live projects* temperar a relação benefícios-custos. Tendo em conta que apesar das diferenças, o contexto europeu em que o ensino britânico se insere, propicia uma mais fácil aproximação ao contexto português. Ainda para mais considerando as inúmeras parecerias com outras universidades europeias, que através da Rhyzom, a Universidade de Sheffield fomenta no contexto dos *live projects*, faz com que se possa reflectirem possíveis parecerias nacionais ou internacionais que alimentem uma acção apoiada em rede e uma forma mais acessível para trocar experiências, fundamentar financiamentos e distribuir acções.

Penso que todas as diferentes abordagens quanto à capacitação do utilizador e sua participação no projecto e no planeamento são de certa forma contíguas, ora tocando-se em certos pontos, ora apontando para direcções diferentes, formando um conjunto de discursos e práticas bastante heterogéneo tão complexo quanto o próprio processo. Contudo nenhuma delas é mutuamente exclusiva podendo-se sobrepor, combinar e conjugar de diferentes maneiras conforme o problema que se enfrenta e as condições de que se dispõe. O que todas tem em comum é a crença de que para lidarmos com a crescente complexidade dos problemas que a sociedade enfrenta no seu todo, em termos sociais e ambientais, tem de ser pensadas e atacadas localmente e numa rede à escala global. mas principalmente onde os problemas se verificam de forma mais clamorosa.

Apesar de todas as dificuldades e possibilidades na activação do poder das comunidades e também das massas, o maior desafio que se enfrenta em qualquer discurso em relação a estratégias de inclusão nos processos de projecto é a mentalidade NIMBY (acrónimo inglês para *Not In My Back Yard*) e a passividade generalizada

que se pode observar frequentemente em relação a mediadas de desenvolvimento mais controversas, quer se perspectivem possibilidades positivas ou negativas, sendo por isso um factor importantíssimo a ter em conta e por tal necessário de combater activamente, através de esclarecimento e demonstrações continuadas. Quando os destinos de dado empreendimento dependem da adesão e participação voluntária de pessoas que não tenham um interesse imediato ou directo em dada situação, pode levar a uma apatia generalizada que impede que as intenções, por mais generosas ou visionárias que sejam, não se concretizem.

A responsabilidade e a vontade para melhorar a realidade tem de ser partilhada tanto por autoridades, como técnicos e sociedade civil. No entanto é neste balanço que o arquitecto pode e deve como profissional informado, agir e entrar nos confins da cidade, observando e conhecendo a realidade, procurando intervir nela sempre com uma atitude aberta e desestabilizadora do *status quo*. Sendo o elemento chave na disseminação e incentivo, através de intervenções que primem por instaurar o que de positivo o estabelecimento excluí ou ignora. Pensando os processos que influem a sua actividade de forma crítica, repensando constantemente a arquitectura da cidade, do projecto e do ensino, procurando que estes sejam processos desencadeadores de desenvolvimento da sociedade de que fazemos parte. Onde a realidade é condição e o Paraíso é o limite.

Nesse sentido o arquitecto tem que ser facilitador, dentro das suas capacidades e competências, para que gradualmente e conjuntamente com as pessoas e autoridades, se crie legislação e mecanismos para criar um mercado justo e inclusivo e uma produção urbana verdadeiramente democrática e responsável.

Bibliografia

ANDES, Ana Mendez - *Urbanaccion 07/09*, La Casa Encenida, Madrid, 2010

AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy - *Spatial Agency, Other ways of doing architecture*. Routledge, New York, 2011

AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina - *Translocal Act*, AAA/PEPRAV, 2010

BAEZA, Alberto Campo - *A Ideia Construída*. Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2004

BUECHLEY, Leah; VARDOULI, Theodora - *Open Source Architecture, an exploration of source code and access in architectural design*. in Leonardo 47, n. 1 (p.51-55), MIT Press, Cambridge, 2014

BROADBENT, Geoffrey; WARD, Anthony - *Design Methods in Architecture*. Portsmouth School of Architecture, Lund Humphries, London, 1969

CANHA, Anselmo - *StopNonStop, Contextos Independentes de Produção Criativa e os seus Processos de Permuta com a Organização Social, o caso do centro comercial Stop*. Dissertação de Mestrado FBAUP, 2008

CERULI, Christina; Parvin, Alastair; SAXBY, David; SCHNEIDER, Tatjana - *A Right to Build, the next mass-housing industry*. publicação independent da University of Sheffield School of Architecture, 2011

CLAUDEL, Matthew; RATTI, Carlo - *Open Source Architecture*. Thame & Hudson, London, 2015

CROSS, Nigel - *Developments in Design Research*, John Wiley & Sons, New York, 1984

DAVIDSON, Gordon; McLAUGHLIN, Corrine - *Builder of the Dawn, Community Lifestyles in a Changing World*. Book Publishing Company, Summertown, 1990

DEAN, Andea Openheimer - *Rural Studio*, Princeton Architectural Press, New York, 2002

DE CARLO, Giancarlo - *How/Why to Build School Buildings, selections on the architecture of education*. in SchoolHouse, Delft Technische Hogeschool, 1970

DOHERTY, Gareth; MOSTAFAVI, Mohsen - *Urbanismo Ecológico*. Gustavo Gilli, São Paulo, 2010

FONTES, André; FONTES, António; SILVA, Manuel; RODRIGUES, Fernando - *A Cidade da Participação*- Edições Afrontamento, Porto, 2016

GOODMAN, Anna - *History of Community/design in four Moments*. in 102nd ACSA Annual Meeting Proceedings, Globalizing Architecture/ Flows and Disruptions, 2014

GOYAL, Akshay - *Hackitecture, open source ecology in architecture*. in ACADIA 13 Conference, Cambridge, Ontario [24 a 27 Out. 2013]

GUATTARI, Félix - *The Three Ecologies*, The Athlon Press, London, 2000

HABRAKEN, N. John - *Supports: An Alternative to Mass Housing*. The Architectural Press, London, 1972

HAYS, K. Michael - *Architecture Theory since 1968*. MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1998

HILL, Jonathan - *Actions of Architecture*. Routledge, London, 2003

HILL, Jonathan - *Occupying Architecture*. Routledge, London, 1998

LAURENT, Andrew M. St. - *Understanding Open Source and Free Software Licensing*. O'Reilly, 2004

LEFEBVRE, Henri - *Direito à Cidade*, Letra Livre, Lisboa, 2012

LIPPOLIS, Leonardo - *Viagem aos Confins da Cidade*. Antígona, Lisboa, 2016

NEGROPONTE, Nicholas - *SoftArchitecture Machines*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts 1975

MENDES, Manuel - *Despertadores de projecto e conhecimento. Intersecções de perspectivas*, 2012

MILES, Malcolm - *Urban Utopias, the built and social architectures of alternative settlements*, Routledge, London, 2007

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida - *Arquitectura e Política, Ensaios para mundos alternativos*, Gustavo Gili, São Paulo, 2014

MONTANER, Josep Maria - *Condição Contemporânea da Arquitectura*, Gustavo Gili, São Paulo, 2016

PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina - *R-Urban or how to co-produce a resilient city*. in *Ephemera Journal*, vol.15, nº1, 2015

PORTAS, Nuno - *Arquitectura(s), história e crítica, ensino e profissão*, FAUP Publicações, 2005, Porto

PRUIJT, Hans - *The Logic of Urban Squatting*, in *International Journal for Urban and Regional Research*, vol.37 n.1, Blackwell Publishing Ltd, 2013

SALAMA, Ashraf - *Spatial Design Education, New directions for pedagogy in architecture and beyond*. Ashgate, Burlington, 2015

SALAMA, Ashraf; WILKINSON, Nicholas (editors) - *Design Studio Pedagogy, horizons for the future*. The Urban International Press, Gateshead, 2007

SANOFF, Henry - *Community Participation Methods in Design and Planning*, John Wiley & Sons, New York, 2000

SIZA, Álvaro - *Imaginar a Evidência*. Edições 70, Lisboa, 1998

TCHUMI, Bernard - *Architecture and Disjunction*. MIT Press, Cambridge, 1994

VARDOULI, Theodora - *User Design, Constructions of the “user” in the history of design research*. in DRS 2016, Design Research Society 50th Anniversary Conference, Brighton, [27 a 30 Jun. 2016]

ZUBE, Ervin; MOORE, Gary - *Advances in Environment, Behaviour and Design*. vol.1, Springer, 1987

REFERÊNCIAS ONLINE

ALBERTS, Wieke - *Struyck Hergebruik in de Struyckenwijk* [online] in *Struyck Hergebruik*, 2012, disponível em: <http://struyckhergebruik.blogspot.com/>

BOANO, Camillo - *Architecture must be defended: informality and the agency of space*. [online] in *openDemocracy*, 2013, disponível em: www.opendemocracy.net/opensecurity/camillo-boano/architecture-must-be-defended-informality-and-agency-of-space [acedido a 20 Set. 2017].

DE CARLO, Giancarlo - *Architecture is too important to leave to Architects*. entrevista de VAN TOORN, Roemer; BOUMAN, Ole (1 Fev. 2005)

MORROW, Ruth - *ECObOX. Mobile devices and urban tactics* - *Architecture - Domus*. [online] [domusweb.it](http://www.domusweb.it/en/architecture/2007/11/14/ecobox-mobile-devices-and-urban-tactics.html), 2007, disponível em: <http://www.domusweb.it/en/architecture/2007/11/14/ecobox-mobile-devices-and-urban-tactics.html> [acedido a 19 Set. 2017].

MOUTHAAAN, Serge - *Mega QR-code prijkt op gevel flat Heuvel*. [online] in *Breda van daag*, 2012, disponível em: <http://www.bredavandaag.nl/nieuws/cultuur/2012-01-13/mega-qr-code-prijkt-op-gevel-flat-heuvel>

SALINGAROS, Nikos - *P2P Urbanism*, draft version no. 3.0 [PDF] 2010, disponível em: <http://zeta.math.utsa.edu/~yvk833/P2PURBANISM.pdf>

Braak.nu - *BRAAK!* - Home [online] s.d., disponível em: <http://www.braak.nu/> [acedido a 20 Set. 2017]

Christiania.org - *Christiania.org* - historie [online] s.d., disponível em: <http://www.christiania.org> [acedido a 20 Set. 2017].

Quintamusasdafontinha.wikispaces.com - *quintamusasdafontinha* - home. [online] 2011, disponível em: <http://quintamusasdafontinha.wikispaces.com/> [acedido a 20 Set. 2017].

Rhizom - *Agency*, in *Rhizom* [online] disponível em: <http://rhizom.net/contributors/agency/>

Ruralstudio.org - *Ruralstudio.org* - Programs [online] s.d., disponível em: <http://www.ruralstudio.org/programs.html> [acedido a 20 Set. 2017]

Recetasurbanas.net - *Ref.A-006, Mad'03* [online] s.d., disponível em: <http://www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0007> [acedido a 20 Sep. 2017].

Recetasurbanas.net - *Ref.A-007, Ordenación y Ocupación Temporal de Solares* [online] s.d., disponível em: <http://www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0007> [acedido a 20 Sep. 2017].

Urbantactics.org - *Ecobox*. [online] s.d., disponível em: <http://www.urbantactics.org/projets/ecobox/> [acedido a 19 Set. 2017].

Urbantactics.org - *Passage 56*. [online] s.d., disponível em: <http://www.urbantactics.org/projets/passage56/> [acedido a 19 Sep. 2017].

Referências de Imagens

- fig.1 spatialagency.net/database/amateur.building.tactics
- fig.2 idem.
- fig.3 BURMESTER, Maria (editor) - O Processo SAAL, Arquitectura e Participação 1974-1976. Fundação de Serralves, Porto, 2014
- fig.4 FONTES, André; FONTES, António; SILVA, Manuel; RODRIGUES, Fernando - A Cidade da Participação- Edições Afrontamento, Porto, 2016, p.82
- fig.5 idem., p.83
- fig.6 CANHA, Anselmo - StopNonStop, Contextos Independentes de Produção Criativa e os seus Processos de Permuta com a Organização Social, o caso do centro comercial Stop, Dissertação de Mestrado FBAUP, 2008, p.23
- fig.7 idem. p.79
- fig.8 idem. p.56
- fig.9 idem. p.57
- fig.10 idem. p.52
- fig.11 fotografia do autor
- fig.12 fotografia do autor
- fig.13 fotografia do autor
- fig.14 fotografia do autor
- fig.15 quintamusasdafontinha.wikispaces.com/space/content?o=20
- fig.16 idem.
- fig.17 fotografia do autor
- fig.18 fotografia do autor
- fig.19 cryptoforest.blogspot.pt/search?q=drop+city
- fig.20 www.the-offbeats.com/articles/drop-city-the-true-life/
- fig.21 idem.
- fig.22 idem.
- fig.23 spatialagency.net/database/drop.city
- fig.24 spatialagency.net/database/christiania
- fig.25 www.christiania.org/wp-content/uploads/2013/05/Bilag_1c_Christianiakort_PDF.pdf
- fig.26 www.christiania.org/galleri/nggallery/christiania-1974/christiania-fl-lamberth-1995/page/2
- fig.27 spatialagency.net/database/christiania
- fig.28 idem.
- fig.29 idem.
- fig.30 idem.
- fig.31 www.urbangardensweb.com/2009/11/28/christiania-an-embarrassment-of-green-riches-for-copenhagen/
- fig.32 idem.
- fig.33 idem.
- fig.34 www.christiania.org/info/the-green-plan-1991/
- fig.35 idem.
- fig.36 idem.
- fig.37 idem.
- fig.38 idem.
- fig.39 idem.
- fig.40 idem.
- fig.41 spatialagency.net/database/findhorn.community
- fig.42 idem.
- fig.43 idem.
- fig.44 spatialagency.net/database/ecovillages
- fig.45 idem.
- fig.46 spatialagency.net/database/diggers
- fig.47 idem.
- fig.48 www.foundsf.org/index.php?title=Diggers--Death_of_Money
- fig.49 www.diggers.org/les-diggers-de-SF.htm
- fig.50 thirdtext.com.contentcurator.net/reclaim-the-streets
- fig.51 rts.gn.apc.org/poster1.htm
- fig.52 www.earthfirst.org/about.htm
- fig.53 commons.wikimedia.org/wiki/File:ParcGuellOkupas.jpg
- fig.54 spatialagency.net/database/squatting
- fig.55 modernhistorian.blogspot.pt/2007/05/
- fig.56 nursingclio.org/2017/03/30/uk-squatters-fight-for-decent-housing/
- fig.57 idem.
- fig.58 rememberolivemorris.wordpress.com/2007/09/27/squatters-handbook/
- fig.59 www.milanoimovimento.com/milano/novita-sul-leoncavallo
- fig.60 www.rijksmuseum.nl/en/rijksstudio/timeline-dutch-history/emancipation---youth-culture
- fig.61 lux.org.uk/writing/goodbye-london-art-politics-1970s-london-lux
- fig.62 www.br.de/nachrichten/inhalt/linksextremismus-132.html
- fig.63 www.iisg.nl/staatsarchief/publicaties/voettussendedeur/hoofdstuk05.php
- fig.64 historicalimages.wordpress.com/tag/1960s/
- fig.65 idem.
- fig.66 spatialagency.net/database/community.technical.aid.centres
- fig.67 spatialagency.net/database/participation.1970s
- fig.68 www.domusweb.it/it/architettura/2010/12/03/lucien-kroll-una-utopia-interrotta.html
- fig.69 www.londonmet.ac.uk/schools/the-cass/studios/archive/2015/professional-diploma-in-architecture-riba-part-ii/unit-11/
- fig.70 folio.brighton.ac.uk/user/km226/exemplary-project-cedric-price
- fig.71 idem.
- fig.72 medium.com/@tsaibeat/drawing-f9cf23ef2de2
- fig.73 www.cca.qc.ca/en/issues/2/what-the-future-looked-like/32737/1964-fun-palace
- fig.74 commons.wikimedia.org/wiki/File:Diagoon_2.Herman_Hertzberger.jpg

fig.75 ar.pinterest.com/pin/418834834082714550/

fig.76 www.flickr.com/photos/krokor/5474446062/player/2d7e50e84b

fig.77 www.wikihouse.cc/ (incluída nos ficheiros do projecto open-source ‘microhouse’)

fig.78 awikifarmhouse.wordpress.com/category/wiki-farmhouse/#jp-carousel-141

fig.79 awikifarmhouse.wordpress.com/category/wiki-farmhouse/#jp-carousel-285

fig.80 awikifarmhouse.wordpress.com/category/wiki-farmhouse/#jp-carousel-370

fig.81 awikifarmhouse.wordpress.com/category/wiki-farmhouse/#jp-carousel-789

fig.82 flowingcity.com/visualization/trash-track/

fig.83 idem.

fig.84 divisare.com/projects/117130-senseable-city-lab-max-tomasinelli-copenhagen-wheel

fig.85 cyberneticzoo.com/robots-in-art/1969-70-seek-nicholas-negroponte-american/

fig.86 idem.

fig.87 idem.

fig.88 idem.

fig.89 CERULI, Christina; Parvin, Alastair; SAXBY, David; SCHNEIDER, Tatjana - A Right to Build, the next mass-housing industry, publicação independent da University of Sheffield School of Architecture, 2011, p.50-51

fig.90 spatialagency.net/database/co-housing

fig.91 CERULI, Christina; Parvin, Alastair; SAXBY, David; SCHNEIDER, Tatjana - A Right to Build, the next mass-housing industry, publicação independent da University of Sheffield School of Architecture, 2011, p.126

fig.92 idem. p.126

fig.93 idem. p.127

fig.94 idem. p.128

fig.95 idem. p.129

fig.96 idem. p.130

fig.97 idem. p.132

fig.98 idem. p.133

fig.99 idem. p.134

fig.100 idem. p.135

fig.101 idem. p.138

fig.102 idem. p.139

fig.103 idem. p.140

fig.104 idem. p.141

fig.105 idem. p.142

fig.106 spatialagency.net/database/aaa

fig.107 www.domusweb.it/en/architecture/2007/11/14/ecobox-mobile-devices-and-urban-tactics.html

fig.108 spatialagency.net/database/aaa

fig.109 idem.

fig.110 www.publicspace.org/en/works/f250-passage-56-espace-culturel-ecologique

fig.111 www.urbantactics.org/wp-content/uploads/2015/09/screen-shot-2016-01-01-at-20-34-39.png

fig.112 www.urbantactics.org/wp-content/uploads/2015/10/2.Agrocite_aerial2015-copy.jpg

fig.113 codesigningresiliencedotnet.files.wordpress.com/2016/04/agrocite2.jpg

fig.114 i.guim.co.uk/img/media/59256dde7a08c75946bof426f4d4dcbo1oc29afo/o_175_1687_1154/1687.jpg?w=700&q=55&auto=format&usm=12&fit=max&s=1aa7d8235fd686ao674d7eab77861ob6

fig.115 r-urban.net/en/files/2016/06/schem-bouteille-eng.jpg

fig.116 r-urban.net/en/files/2016/06/im-eng-bouteille.jpg

fig.117 www.publicspace.org/en/works/j281-r-urban-reseau-de-communs-urbains

fig.118 spatialagency.net/database/santiago.cirugeda

fig.119 www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0007

fig.120 www.recetasurbanas.net/index1.php?idioma=ESP&REF=1&ID=0008

fig.121 idem.

fig.122 esdmadrid.es/page/3/?s=la+escuela+crece

fig.123 www.recetasurbanas.net/v3/index.php/es/component/joomd/proyectos/items/view/la-escuela-crece

fig.124 idem.

fig.125 www.bredavandaag.nl/nieuws/cultuur/2012-01-13/mega-qr-code-prijkt-op-gevel-flat-heuvel

fig.126 struyckhergebruik.blogspot.pt/

fig.127 idem.

fig.128 idem.

fig.129 idem.

fig.130 idem.

fig.131 idem.

fig.132 idem.

fig.133 idem.

fig.134 www.stekbreda.nl/

fig.135 fotografia do autor

fig.136 fotografia do autor

fig.137 fotografia do autor

fig.138 fotografia do autor

fig.139 fotografia do autor

fig.140 fotografia do autor

fig.141 fotografia do autor

fig.142 fotografia do autor

fig.143 fotografia do autor

fig.144 fotografia do autor

fig.145 fotografia do autor

fig.146 fotografia do autor

fig.147 fotografia do autor

fig.148 fotografia do autor

fig.149 fotografia do autor

fig.150 fotografia do autor

fig.151 fotografia do autor

fig.152 fotografia do autor

fig.153 fotografia do autor

fig.153 GOODMAN, Anna - History of Community/design in four Moments. in 102nd ACSA Annual Meeting Proceedings, Globalizing Architecture/ Flows and Disruptions, 2014, p.507

fig.155 idem. p.509

fig.156 DIAZ, Eva - The Experimenters, chance and design at Black Mountain College. University of Chicago Press, Chicago, 2015, p.117

fig.157 idem. p.2

fig.158 idem. p.122

fig.159 www.irge-uni-stuttgart.de/einszueins/projekt/bauhaeusle/?lang=en

fig.160 idem.

fig.161 SALAMA, Ashraf - Spatial Design Education, New directions for pedagogy in architecture and beyond. Ashgate, Burlington, 2015, p.288

fig.162 SALAMA, Ashraf; WILKINSON, Nicholas (editors) - Design Studio Pedagogy, horizons for the future. The Urban International Press, Gateshead, 2007, p.24

fig.163 idem. p.30

fig.164 idem. p.29

fig.165 idem. p.31

fig.166 idem. p.26

fig.167 idem. p.27

fig.168 idem. p.28

fig.169 idem. p.33

fig.170 idem. p.34

fig.171 idem. p.32

fig.172 idem. p.35

fig.173 idem. p.35

fig.174 idem. p.35

fig.175 www.ruralstudio.org

fig.176 DEAN, Andea Openheimer - Rural Studio, Princeton Architectural Press, (cidade?) 2002, p.16

fig.177 idem. p.20

fig.178 idem. p.24

fig.179 idem. p.28

fig.180 idem. p.26

fig.181 idem. p.73

fig.182 idem. p.76

fig.183 idem. p.81

fig.184 idem. p.106

fig.185 i.pinimg.com/736x/e8/58/bd/e858bd49a6b270c64393f7505511c8cf--goat-house-barn-renovation.jpg

fig.186 DEAN, Andea Openheimer - Rural Studio, Princeton Architectural Press, (cidade?) 2002, p.129

fig.187 idem. p.122

fig.188 www.ruralstudio.org/project-images/hero-knowledge-cafe/2002_Hero-Knowledge-Center_HCG5.jpg

fig.189 i.pinimg.com/736x/4f/88/aa/4f88aa15d4870b72785cac54463bf612--akron-girls-club.jpg

fig.190 www.architectural-review.com/Pictures/web/r/o/d/Akron_Boys_and_Girls_Club_Inte-rrio_636.jpg

fig.191 DEAN, Andea Openheimer - Rural Studio, Princeton Architectural Press, (cidade?) 2002, p.150

fig.192 www.slate.com/blogs/the_eye/2014/05/19/rural_studio_builds_brand_new_20_000_houses_in_alabama.html

fig.193 idem.

fig.194 idem.

fig.195 idem.

fig.196 idem.

fig.197 printscreen do display do site da Rhizom (<http://rhizom.net/>)

fig.198 remotecontrolog.blogspot.pt/2009/11/beginnings-of-key-map.html

fig.199 remotecontrolog.blogspot.pt/2009/10/our-car-routes-approximately-700miles.html

fig.200 remotecontrolog.blogspot.pt/2009/10/agri-timeline-resized.html

fig.201 remotecontrolog.blogspot.pt/2009/11/re-introduction-of-rail-network.html

fig.202 AWAN, Nishat; PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (editores) - Translocal Act, AAA/PEPRAV, 2010, p.34

fig.203 cultural-agencies-communication.blogspot.pt/

fig.204 cultural-agencies-office.blogspot.pt/

Anexos

A entrevista que se segue decorreu de um primeiro contacto por email com Tim Van Der Burg, arquitecto fundador da Braak!, a 7 de Junho de 2016. Este primeiro contacto aconteceu enquanto estive em Breda pela segunda vez, durante a qual visitei os projectos STEK e a Belcrum Beach, conhecendo algumas das pessoas envolvidas.

1 - How and why did Braak! started?

I brought a group of circa 10 people together to think about the many wasteland area's in Breda at the end of 2010. To prevent them becoming blind spots.

2 - Accounting the nature of the projects that Braak! develops in Breda, and the variety of people and entities that Braak! seem to be involved with, what are the major challenges that you face in your activity?

No challenge is too big. Only because of the many volunteers that are never enough there is limited capacity to take on every waste land.

3 - Both local people and political powers have a very important role in the development and implementation of your projects. What does your experience tells about their contribution and enthusiasm towards your projects?

The owner is the community of Breda (cityhall), it's a transition area and its working; people are coming and the atmosphere is very good. Another motivation was the lack of a city beach in Breda.

4 - STEK and Belcrum Beach are your ongoing projects, what motivated those projects and how was the process? How are they doing?

Most important are the local people (volunteers at the beach and creative entrepreneurs at STEK), the political powers have to cooperate. We don't believe in only civil participation; participation should be with everyone, including the government.

5 - What's the reason behind the political success of your current projects and which measures (not only political but for example: raising funds, materials, population engagement and education) do you think that are more important to apply when developing similar projects in other countries?

Again I don't emphasis the political success; it is a success for the city and only possible if everyone works together; a lot of volunteers, but also participation of enterprises who delivered their waste materials which are our building materials.

6 - What projects or plans do Braak! have for the future?

Nothing yet, first keep the beach going and keep on developing STEK. Program and work together. Maybe next year.

**Entre a caverna e o paraíso
(Re)pensar a cidade, o projecto e o ensino**

Nuno Silva Oliveira

FACULDADE DE ARQUITETURA

